

Edição 2013

Análises sobre o IFRS no Brasil



FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

EY Building a better
working world



FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira



EY

Building a better
working world





Claros avanços

A adoção das normas IFRS (International Financial Reporting Standards) no Brasil fez com que as empresas passassem a ter uma nova visão contábil. Esse olhar, que no início foi de estranhamento - afinal, elas estavam habituadas a aplicar as normas contábeis de uma maneira diferente -, passou a ser mais contemplativo em 2012, o terceiro ano de IFRS no País. Isso porque as companhias, apesar de mais acostumadas ao padrão internacional, são levadas a todo momento a refletir sobre quais e de que forma as informações devem ser reportadas ao mercado.

Com o estudo "Análises sobre o IFRS no Brasil", que examina as demonstrações financeiras de algumas das maiores corporações de capital aberto do País, pudemos observar que houve uma melhora gradual na qualidade das informações divulgadas nos últimos anos. No entanto, as empresas vêm publicando uma enorme quantidade de dados. Há um grande número de notas explicativas, as quais, muitas vezes, não proveem informações relevantes. Logicamente isso decorre do processo de aprendizado pelo qual passam e da relativa subjetividade inerente às normas IFRS.

Observamos também que os participantes do mercado estão buscando consenso em relação ao modo de aplicar algumas normas, mostrando que existe um longo caminho a ser percorrido até que se tenha total comparabilidade das informações contábeis.

Portanto, nosso objetivo com este estudo - realizado em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) - é lançar luz sobre essa extensa jornada, auxiliando as empresas no aprendizado e orientando sobre a necessidade constante de transparência e qualidade no reporte das informações.

Boa leitura

Sergio Ricardo Romani | Sócio-líder de Auditoria da EY

Expediente:

Conteúdo técnico EY

Idésio S. Coelho, Paul Sutcliffe, Silvio Takahashi, Dario Cunha, Susan Hawkins e Andrea Fuça

Conteúdo técnico Fipecafi

Coordenação Geral

Eliseu Martins, Lázaro Plácido Lisboa

Coordenação Técnica

Flávia Z. Dalmácio, Joanília Neide S. Cia, Roberta C. Alencar

Pesquisadores

Alex Mussoi, Camila Boscov, Gustavo Tancini, Maria José C. Machado

Estagiários EY

Bruna Ferreira, Ricardo Ruta, Patricia Nakamura, Renata Silva, Raphael Esteves, Lucas Vieira, Francisco Ribeiro, Caroline Hifumi e Alex Santana

Coordenação editorial

Alexandre Moschella, Clarissa Wahl, Andrea Allabi e Hugo Vidotto

Projeto gráfico e diagramação

Alexandre Rossetto e Alexandre Rugério

Revisão

João Hélio de Moraes

Fotografias

Arquivo de imagens EY

Introdução ► 2012 - Terceiro ano de publicação das demonstrações contábeis em IFRS no Brasil	5
Observações Gerais	7
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)	10
CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis (IAS 38)	20
CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas (IAS 24)	52
CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)	63
CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2)	84
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3)	97
CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e Controlada (IAS 28)	115
CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto - Joint Venture (IAS 31)	136
CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8)	149
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37)	176
CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16)	196
CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40)	233
CPC 29 - Ativo Biológico (IAS 41)	249
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12)	259
CPC 33 - Benefícios a Empregados (IAS 19)	277
CPCs 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros (IAS 32, 39 e IFRS 7) - Instituições financeiras	294
CPCs 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros (IAS 32, 39 e IFRS 7) - Instituições não financeiras	357
CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33)	402
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)	409
Divulgação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	416
Divulgações sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	423
ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12)	434
Apêndice	
Amostra da Pesquisa	444

Análises sobre o IFRS no Brasil - Edição 2013 é uma publicação destinada a clientes e colaboradores da EY que aborda questões relevantes para as empresas na preparação de suas demonstrações financeiras. As opiniões aqui expressas não devem ser utilizadas de maneira isolada para a tomada de decisões, já que existem particularidades pertinentes a cada companhia que podem, eventualmente, alterar o enfoque transmitido na opinião. Antes da tomada de decisão, os executivos devem conversar sobre esses pontos de vista com seus consultores. Estamos à disposição para discutir nossas opiniões e sua aplicação em cada caso concreto.

Introdução

2012 - Terceiro Ano
de Publicação das
Demonstrações Contábeis
em IFRS no Brasil

O ano de 2012 foi o terceiro de publicação das demonstrações contábeis em IFRS pelas empresas brasileiras, dando continuidade a uma mudança na forma como as companhias elaboram e divulgam suas informações financeiras ao mercado. Tendo em vista o processo de reaprendizagem necessário para as partes envolvidas com as informações contábeis, mesmo com dois anos de experiência por parte dos contadores, auditores e investidores, estamos ainda na curva de aprendizado das normas internacionais. Reconhecemos que a reaprendizagem leva tempo, especialmente quando tal processo implica uma mudança cultural, de hábitos e rotinas.

Dentro desse contexto, a EY e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) analisaram as demonstrações contábeis consolidadas de uma amostra das empresas presentes no mercado brasileiro, inclusive instituições financeiras, com o objetivo de avaliar o terceiro ano de demonstrações contábeis, em IFRS, no cenário nacional.

Neste terceiro trabalho, foram confirmadas algumas reflexões e tendências provenientes da comparação entre a pesquisa realizada nos anos anteriores com uma amostra de 60 empresas, referente à publicação das demonstrações contábeis de 2012 em IFRS:

- ▶ Há uma melhora gradual nas informações divulgadas. No entanto, as empresas vêm publicando uma grande quantidade de informações que muitas vezes não trazem benefícios significativos para o usuário das demonstrações financeiras. Em razão dos requisitos de divulgação exigidos pelo IFRS, era esperado um aumento no nível de divulgação, haja vista que as exigências de divulgação são maiores. No entanto, é necessário não confundir quantidade com qualidade. Nossas análises evidenciaram a existência de notas explicativas que, muitas vezes, citavam de maneira literal determinada norma IFRS, mas sem efetivamente prover informações relevantes aos usuários.
- ▶ O padrão IFRS tornou mais complexos o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das informações contábeis, com maior subjetividade nas escolhas contábeis, maior julgamento por parte das empresas e a participação de várias áreas da empresa na elaboração das informações contábeis.
- ▶ A forma de aplicação de algumas normas IFRS ainda não é consenso entre os participantes do mercado, o que de certa forma levanta dúvidas sobre a comparabilidade das demonstrações contábeis.

Neste terceiro ano, foi incluída em nossas análises a divulgação relativa à evidenciação de partes relacionadas, do caixa e equivalentes de caixa, do valor justo e de julgamentos e estimativas adotadas.

A pesquisa

A amostra é basicamente formada por algumas das empresas que fazem parte do Índice Ibovespa, composto pelas companhias abertas, financeiras e não financeiras com ações de maior liquidez na Bolsa de Valores de São Paulo. A ideia foi ter uma amostra das maiores empresas no Brasil, com representantes dos maiores setores. A lista completa das empresas incluídas na pesquisa é apresentada no Apêndice. Embora sejam feitas nesta publicação diversas observações acerca das IFRS e sua adoção, é importante mencionar que o objetivo da análise das demonstrações contábeis de 2012 foi justamente apresentar as políticas e práticas contábeis adotadas pelas empresas, bem como suas respectivas divulgações. Portanto, o estudo não tem como objetivo realizar qualquer julgamento acerca das empresas e de suas escolhas.

Entretanto, a decisão de revelar o que deveria ser apresentado neste estudo, que diz respeito à maneira como determinada empresa tratou (ou não tratou) determinado assunto, inevitavelmente envolve certo grau de interpretação. Portanto, é possível que outros profissionais, analisando as mesmas demonstrações contábeis, possam, em determinados casos, ter uma visão diferente. Finalmente, é importante ressaltar que nem todos os desafios da aplicação das IFRS podem ser compreendidos por meio da análise detalhada das demonstrações contábeis, isto é, parte dos complexos detalhes que envolvem a aplicação prática desse padrão não fica tão evidente em uma análise da divulgação das demonstrações publicadas.

Observações Gerais

Em 2012, as empresas brasileiras publicaram suas demonstrações contábeis em IFRS pela terceira vez. Nesta análise, foram observados alguns pontos que evidenciam algum amadurecimento do mercado, bem como outros que demonstram ainda a necessidade de aprendizado e evolução.

- ▶ Há uma melhora gradual nas informações divulgadas. No entanto, as empresas continuam publicando uma grande quantidade de informações.

Em razão dos requisitos de divulgação requeridos pelas IFRS, os usuários das demonstrações contábeis são providos com mais informações, haja vista que as exigências de divulgação são maiores, o que torna as empresas mais transparentes. A ideia central é que mais informações divulgadas pelas empresas diminuam as incertezas dos usuários, que conseguem tomar melhores decisões econômicas.

Por outro lado, contudo, é igualmente importante ressaltar que quantidade não significa necessariamente qualidade. As análises evidenciaram a existência de notas explicativas “padronizadas”, isto é, informações que, muitas vezes, citam de maneira literal determinada norma IFRS, mas sem efetivamente prover informações relevantes aos usuários. Em muitos casos, tem-se a impressão de que se está lendo um trecho de uma norma internacional. Em suma, as exigências de divulgação presentes nas normas IFRS resultaram no aumento da quantidade de informações divulgadas pelas empresas. Isso é sem dúvida muito positivo. Contudo, para que as demonstrações contábeis atinjam seu objetivo principal, o de prover informações relevantes para a tomada de decisão econômica, deve-se, fundamentalmente, melhorar a qualidade das informações nelas apresentadas.

Outro ponto observado, dentre as características que não contribuem para a melhoria das informações, é que diversas empresas têm repetido a redação da norma de um período para o outro, sem uma contextualização do que aconteceu no período.

Uma evidência positiva das mudanças em curso e da existência de boas práticas de divulgação é a divulgação dos impactos futuros de novas normas contábeis. Em 2013, entra em vigor a nova norma de joint venture que proíbe a consolidação proporcional, e isso pode causar grandes impactos nas demonstrações consolidadas. Muitas empresas já manifestaram o valor desse impacto. Já a mudança relacionada à definição de controle não foi muito abordada pelas companhias.

Um ponto que vem chamando a nossa atenção ao longo destes três anos de análises diz respeito às conciliações entre informações divulgadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. Como exemplo, podemos citar as informações relativas aos segmentos.

Em relação às informações por segmento, às vezes é difícil compreender a diferença de critérios entre os números gerenciais dos segmentos e o total IFRS consolidado. Ainda cabe ressaltar que a norma sobre informações por segmento, CPC 22, exige que tal conciliação seja apresentada.

- ▶ O padrão IFRS tornou mais complexos o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das informações contábeis, com maior subjetividade nas escolhas contábeis, maior julgamento por parte das empresas e a participação de várias áreas da empresa na elaboração das informações contábeis.

A mudança de uma contabilidade baseada em regras para uma contabilidade baseada em princípios aumentou o grau de julgamento exigido pelos responsáveis pela elaboração e pela auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, tais profissionais passaram a ter responsabilidade na seleção e na aplicação das premissas e estimativas contábeis. Por outro lado, com o IFRS, a preparação da informação contábil aumentou a necessidade de coordenar esforços de diferentes áreas. Afinal, a tarefa de definir taxas de depreciação, valor justo de derivativos e provisões, por exemplo, demanda a participação de administradores, economistas, engenheiros e advogados, entre outros. Por outro lado, os critérios de reconhecimento e mensuração do IFRS são mais consistentes e informativos, pois convergem de maneira mais próxima para o resultado econômico das empresas.

Outro exemplo da diversidade de políticas adotadas foi verificado em relação ao registro dos ganhos ou perdas atuariais gerados pelas mudanças nas estimativas atuariais em Benefícios aos Empregados na modalidade de benefício definido (BD). De acordo com o CPC 33 (IAS 19), as empresas devem evidenciar a política contábil adotada no reconhecimento desses ganhos ou perdas atuariais. Entre as empresas da amostra que tinham planos de benefício definido, não houve uma uniformidade no reconhecimento desses valores: das 33 empresas, 4 (12%) optaram por reconhecer os ganhos ou perdas atuariais de forma integral no resultado do período, 14 (42%) optaram por reconhecê-los integralmente no patrimônio líquido e 15 (45%) optaram por reconhecer tais valores pelo método do “corredor” no resultado do período.

Vale salientar que está em curso uma alteração no IAS 19, em vigor a partir de 2013, que prevê a eliminação do método do corredor, devendo os ganhos ou perdas atuariais serem reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão, e no resultado para os demais benefícios de longo prazo, entre outras alterações.

- ▶ A forma de aplicação de algumas normas IFRS ainda não é consenso entre os participantes do mercado, o que de certa forma levanta dúvidas sobre a comparabilidade das demonstrações contábeis.

As exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das IFRS ainda geram questionamentos por parte dos participantes do mercado. Isso decorreu da maior liberdade proporcionada por esse novo padrão, baseado em princípios gerais (e não em regras), a par do impacto causado nos números contábeis que servem de base para uma vasta gama de contratos entre agentes econômicos. No entanto, tendo em vista a relativa subjetividade inerente às IFRS, ainda existe um longo caminho a ser percorrido até que se tenha total consistência e comparabilidade das informações. Por exemplo: com relação ao item caixa e equivalentes de caixa, não existe um consenso quanto à classificação dos instrumentos financeiros. Algumas empresas classificam todo o item caixa e equivalentes de caixa como empréstimos e recebíveis, mas outras classificam separadamente o item caixa e bancos como empréstimos e recebíveis, e aplicações financeiras como mensurado a valor justo por meio do resultado. Com isso, cerca de 41% das empresas classificam esses valores como empréstimos e recebíveis, e outras 45%, como valor justo por meio do resultado. Já os bancos classificam todo o item caixa e equivalentes de caixa como um item separado dentro de instrumentos financeiros.



CPC 01 (R1)

Redução ao Valor
Recuperável de Ativos
(IAS 36)

O objetivo do CPC 01 (R1) é definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda.

A norma aplica-se a todos os ativos ou conjunto de ativos relevantes relacionados às diversas atividades empresariais, a não ser para os casos dos ativos em que existe pronunciamento específico que trate da matéria.

A entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica considerada relevante, e as indicações podem vir de fontes externas ou internas.

No caso do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de intangíveis com vida útil indefinida e intangível ainda não disponível para uso, o teste de recuperabilidade deverá ser efetuado no mínimo anualmente, independentemente de existir ou não indicação de perda no valor recuperável. É importante ressaltar que o teste não deverá ser feito no nível do ativo individual, mas no nível de unidade geradora de caixa (UGC).

Constatada a perda no valor recuperável, a entidade deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente a eventual desvalorização dos ativos. O valor registrado como perda poderá ser revertido em períodos posteriores, com exceção da perda relacionada ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

Nesta seção, analisamos como as empresas aplicaram as exigências do CPC 01 nas suas demonstrações consolidadas de 2012. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Reconhecimento de perdas e reversão de perdas por *impairment*;
- ▶ Divulgações sobre redução ao valor recuperável realizadas pelas empresas da nossa amostra.

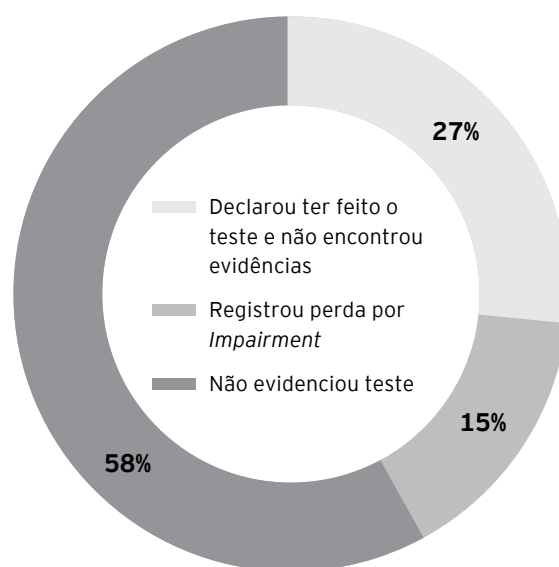
Reconhecimento de perdas e reversão de perdas por *impairment*

No ano de 2012, 9 empresas (15% da amostra) registraram perdas por *impairment* em contas do Ativo Imobilizado. As empresas da amostra registraram, em conjunto, perdas da ordem de R\$ 10.378 milhões e reversões de aproximadamente R\$ 517 milhões. Dezesesseis empresas (27% da amostra) evidenciaram que realizaram o teste de *impairment* e que este não resultou em reconhecimento de perda, enquanto que as demais empresas não evidenciaram o teste.

Em relação aos intangíveis, 12 empresas (20%) registraram perda ou reversão de perda no ano de 2012. As empresas da amostra registraram, em conjunto, perdas da ordem de R\$ 4.844 milhões e reversões de aproximadamente R\$ 27 milhões.

A Vale registrou montantes significativos de perda por *impairment* no período e apresentou os detalhes em nota explicativa.

Perdas por *impairment* - Imobilizado



Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 16

16 - Redução de Valor Recuperável de Ativos ("Impairment")

Em 2012 foram identificadas evidências de perda de valor recuperável em alguns investimentos e ativos imobilizados dos segmentos de níquel, alumínio, carvão e outros.

Para apuração do valor justo dos ativos a Vale utiliza fluxos de caixa descontados.

As taxas de descontos aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. O custo médio ponderado de capital da Vale é usado como um ponto fundamental para a determinação das taxas de desconto, com ajustes adequados para o perfil de risco dos países em que unidades geradoras de caixa individuais operam.

Foram realizados testes para determinar se o valor recuperável é inferior ao contábil dos ativos abaixo:

Em 31 de dezembro de 2012

Ativos	Unidade Geradora de Caixa	Valor Contábil Líquido	Valor Recuperável	Ajuste de Impairment
Investimento				
Alumínio	Hydro	6.598	4.572	2.026
Siderurgia	Thyssenkrupp CSA	4.387	2.583	1.804
Energia	V5E	207	35	172
		<u>11.192</u>	<u>7.190</u>	<u>4.002</u>
Ativo imobilizado				
Níquel	Onça Puma	7.653	1.884	5.769
Carvão	Austrália	3.365	1.226	2.139
Outros		386	83	303
		<u>11.404</u>	<u>3.193</u>	<u>8.211</u>
		<u>22.596</u>	<u>10.383</u>	<u>12.213</u>

(i) Investimentos

► Investimento na Hydro

A volatilidade dos preços do alumínio e as incertezas macroeconômicas sobre a economia europeia contribuíram para redução, no quarto trimestre, do valor de mercado da nossa participação de 22% na Hydro, produtora de alumínio norueguesa, a um nível inferior ao valor contábil do investimento.

O valor de mercado do investimento em 31 de dezembro foi obtido com base no valor de mercado das ações da Hydro, que são negociadas no mercado de capitais e tiveram cotação de US\$ 4,99 por ação nessa data, resultando assim em um valor de investimento no montante de R\$ 4.572.

► Investimento na Thyssenkrupp CSA

A Companhia reconheceu um ajuste de impairment sobre o valor do nosso investimento de 26,87% na coligada Thyssenkrupp CSA para refletir a redução sobre o valor recuperável destes investimentos. O valor justo está baseado no fluxo de caixa futuro, não acrescido do valor referente ao contrato de fornecimento exclusivo de minério de ferro, o que compreende um componente relevante de nossa estratégia de investimento.

► Investimento na V5E

A mudança na estratégia de investimentos da Companhia alterou a expectativa dos fluxos de caixa esperados das operações de energia em nossa joint venture Vale Soluções de Energia ("V5E").

Para a V5E o valor recuperável foi identificado a partir das novas projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros recém-aprovados pela administração para os valores da coligada.

(ii) Ativo Imobilizado

► Ativos de níquel da Onça Puma

Problemas com os dois fornos de Onça Puma determinaram a paralisação total de suas operações de ferro-níquel desde junho de 2012. Depois de analisar o caso, a Vale decidiu reconstruir um dos fornos e planeja a retomada da operação para o quarto trimestre de 2013. Dado este evento e diante da atual situação de mercado para ferro-níquel, a expectativa de realização do valor contábil líquido dos ativos de Onça Puma determinou a necessidade de reconhecimento de um ajuste para a recuperabilidade.

O valor recuperável dos ativos de Onça Puma foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração para a vida útil da mina. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir os efeitos nas quantidades vendidas baseada nos preços futuros da commodity e na demanda esperada para o produto.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 16 - Continuação

As premissas consideradas chaves pela Administração para o cálculo do impairment de Onça Puma são os valores das commodities e a taxa de desconto utilizada, devido à alta volatilidade do negócio.

► Ativos de carvão na Austrália

Crescimentos dos custos, redução dos preços de mercado, redução na produção e mudanças regulatórias financeiramente desfavoráveis foram algumas das evidências identificadas no segmento carvão que nos levaram a realizar os testes de impairment.

Para a unidade da Austrália o valor recuperável foi identificado por meio do cálculo do valor em uso, a partir de projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração para a vida útil da mina. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir os efeitos nas quantidades vendidas baseada nos preços futuros da commodity e na demanda esperada para o produto.

As premissas consideradas chaves pela administração para o cálculo do impairment dos ativos de carvão da Austrália são os valores das commodities e a taxa de desconto utilizada, devido à alta volatilidade do negócio.

► Outros

A mudança na estratégia de investimentos da Vale alterou a expectativa dos fluxos de caixa de outras operações da Companhia, como as operações de óleo e gás e outros projetos.

Para estes ativos, o valor recuperável foi identificado a partir das novas projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros revisados e aprovados pela administração, para os períodos estimados de operação.

(iii) Ágio e Intangível de vida útil indefinido

O ágio foi gerado a partir do processo de aquisição de parte dos negócios da Companhia, e está representado por bulk materials (R\$ 4.287), metais básicos (R\$ 3.791) e fertilizantes (R\$ 1.329).

A revisão anual da recuperabilidade do ágio não resultou em provisão para perda, tanto para 2012 e 2011. Para fins de teste de impairment, foi utilizada uma taxa de desconto específica por ativo, que considera um prêmio por país e por risco de negócio para cada segmento, variando de 7,8% para 8,6%.

As premissas chaves mais sensíveis do fluxo de caixa descontado são os preços de venda e custos de produção.



Divulgações sobre redução ao valor recuperável realizadas pelas empresas da nossa amostra

As perdas reconhecidas no período devem ser segregadas por tipo de ativo. É possível incluir essa informação na Nota Explicativa do imobilizado ou intangível, a exemplo do que fez a Gol.

Demonstração Financeira da Gol, Nota Explicativa nº 18

	Ágio	Marcas	Direitos de operação em aeroportos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	542.302	63.109	560.842	100.924	1.267.177
Adições provenientes da aquisição da Webjet				209	209
Adições				73.598	73.598
Baixas				(8.936)	(8.936)
Amortizações				(26.149)	(26.149)
Valor justo decorrente da aquisição da Webjet			478.058		478.058
Saldos em 31 de dezembro de 2011	542.302	63.109	1.038.900	139.646	1.783.957
Adições				20.773	20.773
Baixas				(544)	(544)
Amortizações				(47.494)	(47.494)
Perdas por redução ao valor recuperável		(56.761)			(56.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	542.302	6.348	1.038.900	112.381	1.699.931

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reavaliou o valor da marca Varig considerando as novas perspectivas relacionadas ao uso e, consequente, benefício econômico gerado pela utilização da marca no futuro. Como resultado, foi reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 56.761.



O CPC 01 encoraja a divulgação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável de ativos (ou das unidades geradoras de caixa) durante o período.

No entanto, esse tipo de informação é obrigatório apenas quando o ágio ou um ativo intangível com vida útil indefinida for incluído no valor contábil da unidade geradora de caixa.

Nossa pesquisa encontrou um baixo nível de evidenciação de detalhes a respeito do teste de recuperabilidade quando relacionados a outros ativos de vida longa que não o ágio, ou unidades geradoras de caixa com ágio alocado.

As premissas a serem divulgadas no caso de o valor recuperável do ativo (ou unidade geradora de caixa) ter sido apurado com base no seu valor em uso são, por exemplo: o período de projeção, as taxas de desconto utilizadas e as taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções para além do período coberto pelos orçamentos.

A esse respeito, a CSN informou o que segue.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 11

Teste do ágio para verificação de "impairment"

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN, as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2012	31/12/2011	Investidora
Mineração	Mineração	347.098	347.098	Namisa
Embalagens (*)	Siderurgia	207.217	207.217	CSN
Aços planos	Siderurgia	13.091	13.091	CSN
Aços longos	Siderurgia	235.595		CSN Steel S.L.
		<u>803.001</u>	<u>567.406</u>	

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração de resultado do exercício no montante de R\$ 60.861.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") atua.



As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 são as que seguem:

	Mineração	Embalagens	Aços Planos	Aços Longos
Margem bruta⁽ⁱ⁾	Para apuração da margem foram considerados os planos de expansão já aprovados no plano de negócios da Companhia. Foram considerados os preços de minério de ferro no mercado internacional com base em projeções elaboradas por instituições oficiais do segmento de mineração e para câmbio foi considerado uma curva projetada da taxa de dólar em termos reais até 2018, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, sendo que de 2018 em diante considerou-se a variação nula;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e o câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e ganhos de sinergia entre as unidades de embalagem da companhia;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos e curvas de preços e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;	Com base nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e considerando o ramp up do volume de produção após o início das operações da planta;
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;
Taxa de crescimento ⁽ⁱⁱ⁾	Os fluxos de caixa consideraram o período de projeção até 2052, devido à extensão nos prazos de implementação de alguns projetos, e aos prazos de vencimento dos principais contratos para o qual esse Business Plan foi desenvolvido, desta forma, não é necessário considerar taxa de crescimento em virtude do período de projeção ser acima de 30 anos;	Taxa de crescimento médio de 2,5% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;
Taxa de desconto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

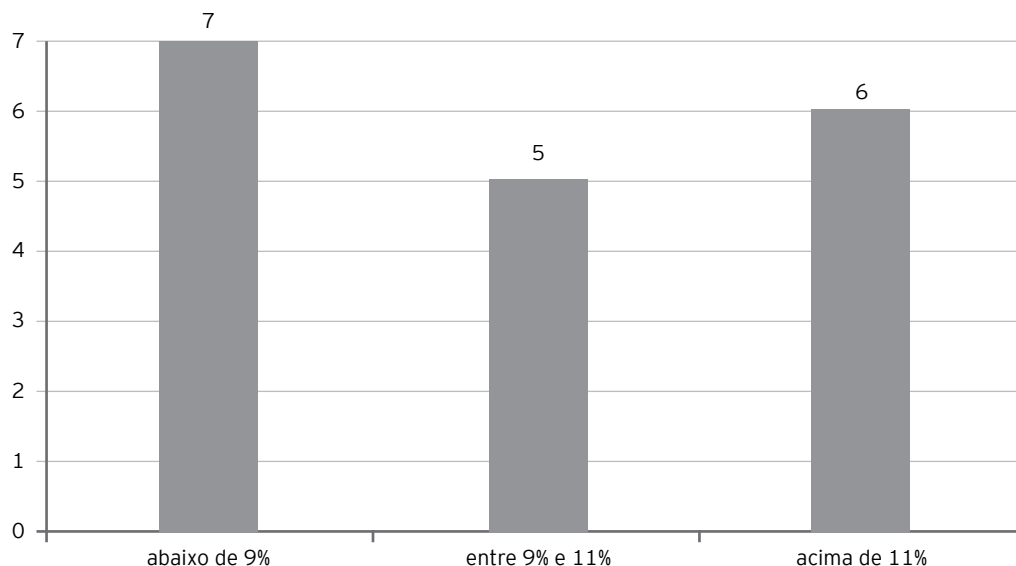
⁽ⁱ⁾ Margem bruta orçada.

⁽ⁱⁱ⁾ Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Apenas 18 empresas (30% da amostra) divulgaram as taxas de desconto utilizadas, que variaram de 4,61% a 16,7%. A distribuição das taxas de desconto por faixas foi a seguinte:

Taxas de desconto divulgadas



Além de divulgar a taxa de desconto utilizada no período, a empresa deverá divulgar comparativamente a taxa utilizada no período anterior. Uma das empresas que fizeram esse tipo de divulgação foi a Gerdau, que também informou a utilização de diferentes taxas de descontos para diferentes segmentos.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 28.1

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto utilizadas foram 9,5% a.a para o segmento América do Norte (9,0% em dezembro de 2011), 10,0% a.a para o segmento Aços Especiais (10,5% em dezembro de 2011), 10,25% a.a para o segmento América Latina (10,75% em dezembro de 2011) e 10,5% a.a para o segmento Brasil (11,0% em dezembro de 2011).

As empresas têm sido pouco claras a respeito do horizonte de projeção. Apenas 12 empresas (20% da amostra) informaram o período de projeção. Destas, metade informou um período igual ou inferior a cinco anos, e a outra metade informou que a projeção foi feita para um período de dez anos. É esperado que as projeções baseadas em previsões ou orçamentos da administração englobem um período máximo de cinco anos, devendo haver divulgação de justificativas no caso de utilização de um período mais longo.

A esse respeito, a Fibria divulgou o seguinte.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 36 a

A projeção de fluxo de caixa contemplou o período de dez anos, sendo o montante resultante dessa projeção acrescido do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no décimo ano, descontado ao valor presente pelo WACC e diminuído da expectativa de crescimento do PIB. Foi utilizado um período de dez anos em função de a administração considerar que o impacto nos preços globais de celulose podem ser afetados por diversos fatores, cujos desdobramentos normalmente são superiores ao ciclo produtivo de sete anos.

Outra informação a ser divulgada é a taxa de crescimento utilizada. Doze empresas (20% da amostra) informaram a taxa de crescimento, as quais variaram entre 2% e 18,2%. Dentre as 12 empresas, metade utilizou taxas de crescimento inferiores a 4%.

Os fluxos de caixa futuros são estimados na moeda em que eles são gerados e, em seguida, descontados, usando-se uma taxa de desconto adequada para essa moeda. A Ambev evidenciou ter utilizado este tipo de técnica.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 12

As projeções são preparadas na moeda funcional de cada unidade de negócio e descontadas pelo custo médio ponderado de capital, considerando as sensibilidades sobre essa métrica. O custo médio ponderado de capital de cada país variou principalmente entre 4,87% e 5,97% em dólares nominais para o teste de impairment do ágio, realizado em 2012.

A entidade que reporta informações por segmento de acordo com o CPC 22 deve divulgar as perdas e reversões de perdas por *impairment* para cada segmento, tal como a Eletrobras.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 19

A análise determinou a necessidade de constituição de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos no ano de 2012:

- a) Eletrosul** - A Companhia reconheceu em 2012 impairment no montante de R\$ 149.672 (R\$ 107.664 em 2011). Os valores provisionados referem-se a: R\$ 44.377 da UGC João Borges; R\$ 44.329 da UGC Rio Chapéu; descontinuidade dos projetos das PCHs Pinheiro (R\$ 3.829) e PCH Itararé (R\$ 4.256); impairment do ativo financeiro nas UGC linha de transmissão Presidente Médici - Santa Cruz (R\$ 27.117) e subestação Missões (R\$ 4.998); e outros ativos no montante de R\$ 20.766.
- b) Amazonas Energia (segmento de distribuição)** - No ano de 2010 a Aneel determinou uma nova metodologia de reajuste tarifário que inclui, entre outros fatores, a redução na remuneração dos ativos (WACC regulatório). Esses fatores levaram à necessidade de se reconhecer impairment sobre os ativos de distribuição no valor de R\$ 573.209 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 573.731), sendo R\$ 522 registrado como reversão neste exercício (2011 - provisão de R\$ 69.546). Além disso, em 2012 foi reconhecida perda de R\$ 92.528 sobre créditos tributários.
- c) Furnas** - A Companhia reconheceu impairment sobre as UHE Batalha e UHE Simplício, no montante de R\$ 1.028.266 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 693.335), sobre a recuperação de ativos, sendo de R\$ 334.931 neste exercício (2011 - R\$ 349.444), tendo em vista um aumento na estrutura de custos impostas pelo atraso nas obras de construção das usinas hidrelétricas.
- d) Eletronorte** - Foi reconhecida em 2012 provisão de R\$ 482.334 composta por: R\$ 344.104 sobre ativo imobilizado de geração da UHE Samuel; R\$ 64.103, equivalente ao total dos ativos das UTEs Floresta, Rio Acre, Rio Branco e Rio Madeira; R\$ 27.389 referente a ativo imobilizado da UTE Balbina; R\$ 28.168 referente a ativos imobilizados de RBSE; R\$ 6.503 sobre outros ativos imobilizados de geração e R\$ 12.067 sobre outros ativos imobilizados de transmissão.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	989.525
(+) Constituições	460.661
(-) Reversões	(27.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.422.712
(+) Constituições	1.059.462
(-) Reversões	(522)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.481.652

Mesmo para as empresas que não tenham apurado perda no período, é obrigatória a divulgação das premissas e critérios de teste de *impairment* de ágio.

A BRFoods - que concluiu pela não existência de perdas por valor recuperável a serem registradas no período -, além de apresentar os critérios para cálculo do valor recuperável do ágio, acrescentou uma análise de sensibilidade dos valores apurados. Ressalte-se que apenas cinco empresas (8,33% da amostra) divulgaram análise de sensibilidade a mudanças nas premissas.

Demonstração Financeira da BRFoods, Nota Explicativa nº 18

As perdas por *impairment* por segmento são como seguem:

	31/12/2012			Total
	Geração	Transmissão	Distribuição	
Imobilizado	1.727.701	40.235	-	1.767.936
Intangível	1.740	32.115	587.333	621.188
Créditos Tributários	-	-	92.528	92.528
Total	1.729.441	72.350	679.861	2.481.652

A Companhia efetuou o teste de redução ao valor recuperável de ativos baseado no seu valor em uso que foi determinado com base nas projeções de fluxo de caixa descontado, conforme o nível de alocação dos ágios e ativos intangíveis aos grupos de unidades geradoras de caixa.

Os fluxos de caixa descontados foram elaborados com base no orçamento plurianual (2013-2016) da Companhia e projeções de mercados de órgãos governamentais e associações históricas e projeções de crescimento até 2022 (9,3% a.a. até 18,2% a.a.), estes, por sua vez, estão embasados em experiências históricas e projeções de mercados de órgãos governamentais e associações, tais como United States Department of Agriculture ("USDA"), Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína ("Abipecs"), Associação Brasileira Produtora de Pinto de Corte ("Apinco"), entre outras. Na opinião da Administração, a utilização de períodos superiores àqueles orçados (5 anos) na elaboração dos fluxos de caixa descontados é adequada, pois reflete o tempo estimado de utilização dos grupos de ativos.

A Administração utilizou o WACC (11,2% a.a) como taxa de desconto para a elaboração dos fluxos de caixa descontados, bem como adotou também as premissas apresentadas na tabela abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020-2022
PIB Brasil - BACEN	4,40%	4,60%	3,80%	4,10%	4,00%	4,30%	3,60%	3,67%
PIB Mundial - FMI	4,00%	4,40%	4,50%	4,30%	4,20%	4,20%	4,20%	4,13%
IPCA	5,80%	5,00%	4,70%	4,50%	4,10%	4,00%	3,80%	3,57%
CPI-FMI	2,40%	2,40%	2,30%	2,20%	2,20%	2,20%	2,20%	2,20%
SELIC	7,60%	8,90%	8,30%	7,80%	7,50%	7,30%	7,00%	6,53%

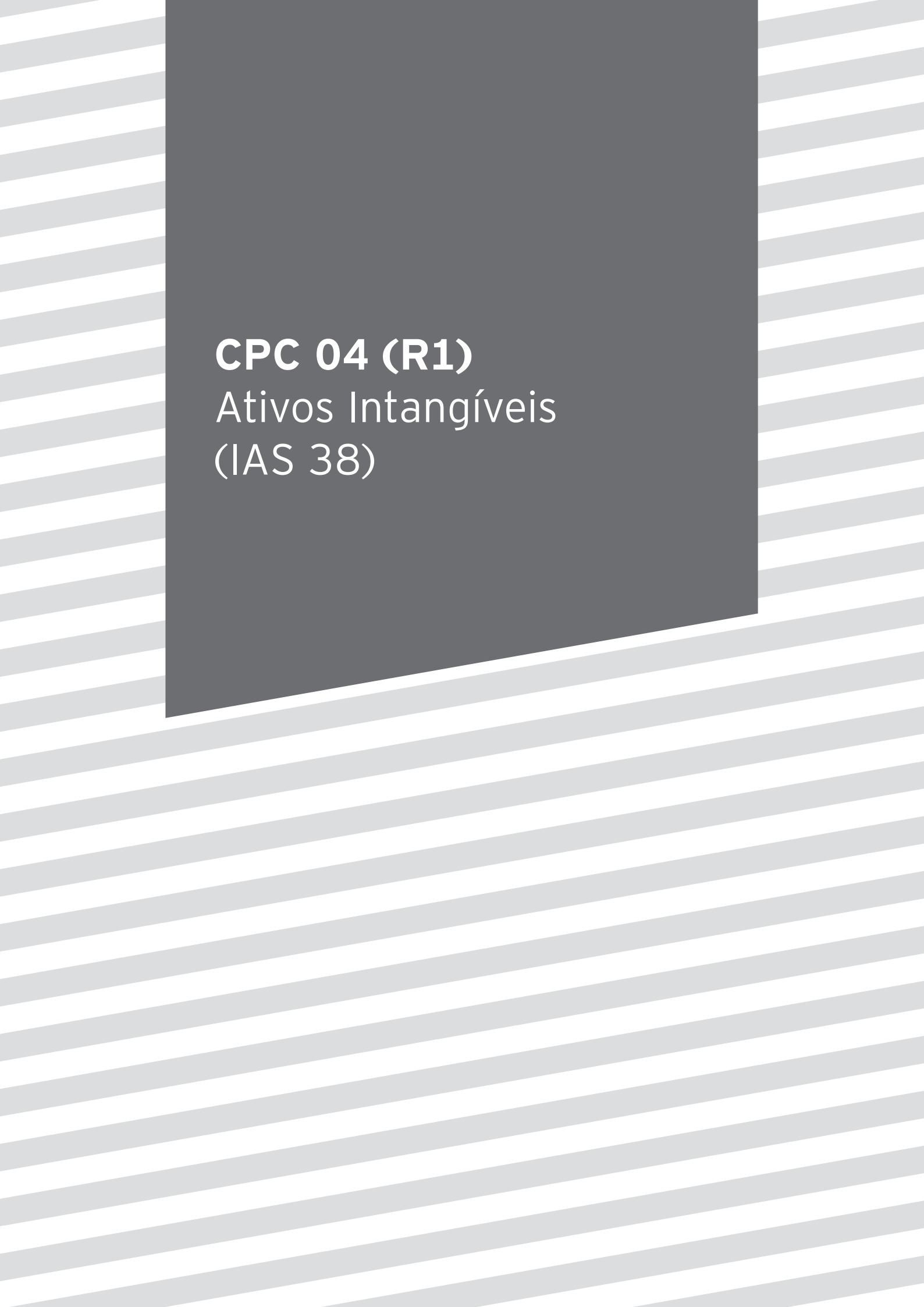
As taxas apresentadas acima não consideram os efeitos dos impostos (pre-tax)

Com base nas análises da Administração, efetuadas no último trimestre de 2012, não foram identificados ajustes para redução dos saldos ativos ao valor recuperável.

Adicionalmente à análise de recuperação mencionada acima, a Administração elaborou uma análise de sensibilidade considerando as variações na margem Ebitda e no WACC nominal conforme apresentado abaixo:

	Variações				
Apreciação (depreciação)	3,0%	1,5%	0,0%	-1,5%	-3,0%
WACC	14,2%	12,7%	11,2%	9,7%	8,2%
MARGEM EBITDA	16,5%	15,0%	13,5%	12,0%	10,5%

Em nenhum dos cenários acima considerados apurou-se a necessidade de constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis com vida útil indefinida.



CPC 04 (R1)
Ativos Intangíveis
(IAS 38)

As companhias constantemente investem na aquisição, no desenvolvimento, na manutenção ou no aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas. Os itens que se enquadram nessas categorias podem ser os mais variados, tais como: softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes, listas de clientes, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização. No entanto, nem todos os itens descritos são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros, ou seja, nem todos os itens se enquadram na definição de ativo intangível (CPC 04).

O ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física cujos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação são definidos pelo CPC 04 (IAS 38).

Nesta seção, portanto, analisamos o impacto das exigências do CPC 04 - Ativos Intangíveis (IAS 38) nas demonstrações consolidadas publicadas em 2012 pelas companhias que compõem nossa amostra. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Ativos intangíveis divulgados pelas empresas analisadas;
- ▶ Vida útil e critérios de amortização dos ativos intangíveis;
- ▶ Exemplos práticos da aplicação do CPC 04 - Ativos Intangíveis (IAS 38).

Ativos intangíveis divulgados pelas empresas analisadas

Na amostra analisada, 1 companhia apresentou apenas nota específica sobre ativos intangíveis, 1 companhia apresentou apenas nota de políticas contábeis sobre intangíveis, 57 companhias apresentaram nota de política contábil e nota específica sobre intangíveis e 1 companhia não apresentou nenhuma informação sobre o assunto.

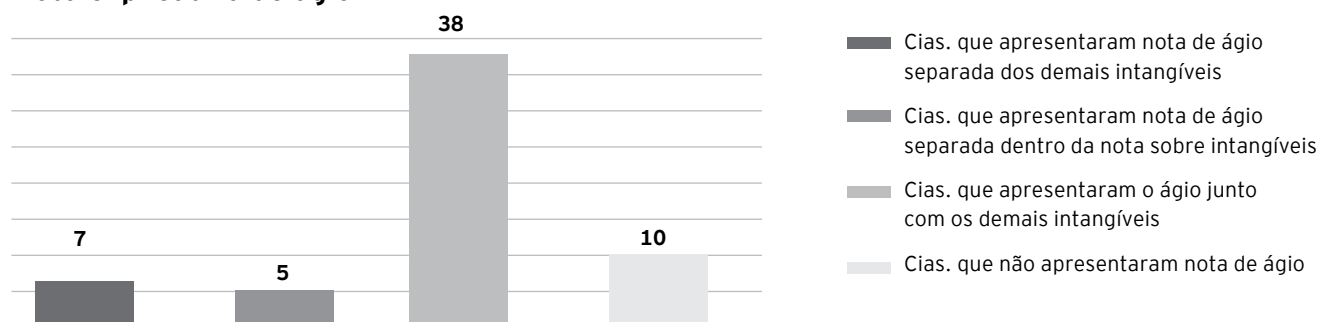
De 2011 para 2012, verificamos um aumento médio de aproximadamente 11,45% na conta de ativos intangíveis divulgados pelas companhias da amostra. O valor da amortização acumulada aumentou em média 19,01%, e o da despesa com pesquisa e desenvolvimento aumentou em média 5,27%.

Algumas companhias divulgaram o saldo acumulado e a movimentação dos intangíveis na mesma tabela. Já outras preferiram separar, conforme demonstrado no quadro abaixo.



Algumas companhias separavam o ágio em uma nota específica ou em um tópico específico dentro da nota de ativos intangíveis. A distribuição dessa escolha em 2012 pode ser observada no gráfico abaixo.

Nota explicativa de ágio



O CPC 04 - Ativos intangíveis (IAS 38) - recomenda que as companhias divulguem suas informações sobre ativos intangíveis segregadas por tipo de ativo contabilizado. As principais categorias de ativos intangíveis comumente encontradas, nas 60 companhias analisadas, estão detalhadas no quadro a seguir.

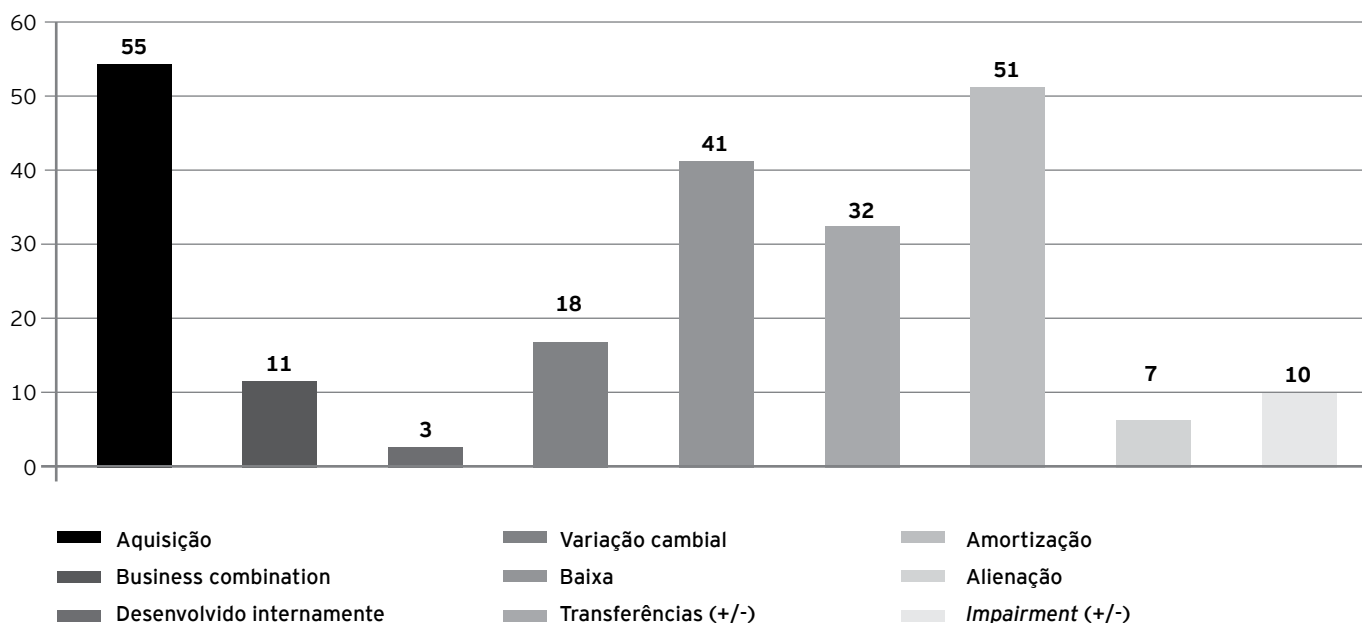
Quadro 1 - Principais categorias de ativos intangíveis

Ranking em termos de valores divulgados em milhares de R\$	Categorias de intangível 2012
1	Concessões e Licenças
2	Goodwill
3	Contratos diversos
4	Softwares
5	Carteira ou relacionamento com clientes
6	Marcas e patentes
7	Direitos de propriedade ou direitos autorais
8	Outros
9	Ativos intangíveis em desenvolvimento
10	Fundo de comércio
11	Relacionamento com fornecedores
12	Certificados de emissão de carbono

Com relação aos grupos ranqueados no quadro anterior, podemos observar que o maior volume de investimento em ativos intangíveis divulgado em 2012 foi feito em concessões e licenças, e o menor em certificados de emissão de carbono (que ainda não têm uma norma específica).

As principais movimentações na conta de ativos intangíveis se deram em virtude de aquisição (55 casos), combinação de negócios (11 casos), ativos intangíveis desenvolvidos internamente (3 casos), variação cambial (18 casos), baixas (41 casos), transferências (32 casos), amortização (51 casos), alienação (7 casos) e impairment (10 casos).

Principais movimentações da conta de ativos intangíveis



Comparativamente ao ano de 2011, observamos a seguinte evolução das movimentações da conta de ativos intangíveis¹.

Evolução das movimentações da conta de ativos intangíveis

Principais Movimentações	Evolução da Movimentação Média de 2011 para 2012
Aquisição	25,99%
<i>Business combination</i>	52,72%
Desenvolvido internamente	-84,79%
Variação cambial	35,70%
(Baixa)	20,98%
Transferências (+/-)	782,74%
(Amortização)	31,89%
<i>Impairment (+/-)</i>	-41,86%

¹ Para fins dessa comparação, os dados de 2011 foram coletados do trabalho elaborado no ano passado. Apesar de as empresas da amostra não serem exatamente as mesmas, nos dois anos (2011 e 2012), pode-se verificar uma tendência na evolução da conta de ativos intangíveis.

Vida útil e critérios de amortização dos ativos intangíveis

De acordo com as exigências do CPC 04, as empresas devem avaliar se a vida útil de um ativo intangível é definida ou indefinida. Em caso de vida útil definida, deverão ser divulgados os prazos de vida útil ou as taxas de amortização e os métodos utilizados. No quadro a seguir, apresentamos a característica da vida útil das principais categorias de ativos intangíveis encontrados na amostra.

Vida útil das principais categorias de ativos intangíveis

Categoria de ativos intangíveis	Vida Útil Média
Carteira ou relacionamento com clientes	13,30%
Relacionamento com fornecedores	24,08%
Marcas e patentes	8,93%
Concessões e licenças	15,65%
Ativos intangíveis em desenvolvimento	24,33%
Fundo de comércio	20,00%
Direitos de propriedade ou direitos autorais	9,87%
<i>Softwares</i>	19,35%
<i>Goodwill</i>	4,08%
Contratos diversos	10,28%
Outros	17,63%

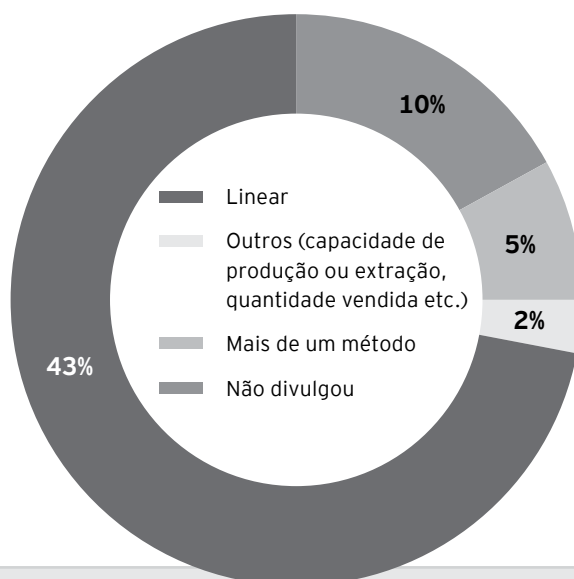
Dezesseis companhias divulgaram a vida útil de seus intangíveis em anos, 29 companhias divulgaram em percentual, 4 companhias em ambas as formas e 11 companhias não divulgaram informação sobre a vida útil de seus intangíveis.

O método de amortização escolhido foi quase em todos os casos linear, com algumas exceções, principalmente em empresas que possuíam licenças de extração ou exploração de recursos naturais dentro dos seus ativos intangíveis. Quarenta e três companhias utilizaram o método linear, 2 companhias utilizaram outros métodos, 5 companhias utilizaram mais de um método e 10 companhias não divulgaram informação sobre o método utilizado.

Exemplos práticos da aplicação do CPC 04 - Ativos Intangíveis (IAS 38)

A ALL divulgou o saldo bruto e líquido dos seus intangíveis com vida útil definida. Além disso, divulgou uma descrição dos intangíveis, como pode ser observado no texto abaixo da tabela.

Método de amortização dos ativos intangíveis



Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 13

ALL - América Latina Logística S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2012			13. Intangível - consolidado	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	% Taxas médias anuais de amortização
Ágio na aquisição de investimentos⁽¹⁾					
ALL Malha Oeste	125.277	(21.322)	103.955	111.334	5,10%
ALL Malha Paulista	350.904	(39.481)	311.423	330.433	4,76%
ALL Malha Norte	2.055.057	(74.419)	1.980.638	2.010.282	1,44%
Santa Fé	462	(312)	150	200	10,00%
	2.531.700	(135.534)	2.396.166	2.452.249	
Direito de outorga					
Contratos concessões⁽²⁾					
ALL Malha Oeste	3.118	(1.726)	1.392	1.495	3,33%
ALL Malha Paulista	12.252	(8.055)	4.197	4.459	3,33%
ALL Malha Sul	10.830	(5.744)	5.086	5.445	3,33%
	26.200	(15.525)	10.675	11.399	
Outros	110.500	(52.795)	57.705	54.327	13,23%
	2.668.400	(203.854)	2.464.546	2.517.975	

No consolidado, o intangível denominado ágio, representado pelos direitos de concessão, registrado no investimento da controladora está classificado no intangível.

⁽¹⁾ A mais valia paga na aquisição das concessões, representada pelos direitos de concessão, é fundamentada na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizada pela curva de realização considerando o prazo das concessões, dado que o ativo possui vida útil definida.

⁽²⁾ Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões das controladas ALL Malha Oeste, ALL Malha Paulista e ALL Malha Sul, amortizado pelo prazo do contrato, dado que esse ativo possui vida útil definida.

A Ambev alocou os ativos intangíveis com vida útil indefinida nos países em que atua.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 11

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2012 - Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV

NOTAS EXPLICATIVAS

O valor contábil dos intangíveis de vida útil definida foi alocado para os seguintes países:

	2012	2011
Argentina	642.125	585.864
Bolívia	350.327	271.711
Canadá	82.710	74.016
Chile	53.925	45.417
Paraguai	364.451	310.430
Uruguai	105.315	85.052
República Dominicana	869.384	-
Brasil	5.507	-
	2.473.744	1.372.490

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem do teste de redução ao valor de recuperação do ágio, veja nota explicativa 12 - Ágio. Os recursos provenientes de *royalties* que poderiam ser obtidos com licenciamento do intangível para um terceiro em uma transação em condições normais de mercado também são usados como indicadores de valor justo.

Embora o ágio por expectativa de rentabilidade futura seja um elemento de dentro do grupo dos intangíveis, algumas companhias, como a Ambev, divulgaram a informação fora da nota sobre intangíveis em uma nota específica para o ágio.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 12

12. Ágio

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	281.858	280.353	17.454.019	17.441.756
Efeito da variação cambial	-	-	373.130	11.521
Aquisição de subsidiárias (1)	-	-	2.144.307	742
Outros	-	1.505	-	-
Saldo Final	281.858	281.858	19.971.456	17.454.019

⁽¹⁾ Os ágios reconhecidos em 2012 referem-se às aquisições das empresas CND, Lugano e Lachaise, e pelas subsidiárias Ambev Bebidas, CRBS e Arosuco, respectivamente. O efeito dessas aquisições está demonstrado na nota explicativa 31 - *Aquisições de subsidiárias*.

A Ambev também divulgou os motivos pelos quais classifica suas marcas como de vida útil indefinida.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 11

A Ambev é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente espera-se que algumas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo exercício em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem as marcas para as quais não há limite previsível para o período durante o qual se espera que estes ativos gerem fluxos de caixa líquidos positivos para a Companhia. Estas marcas são consideradas ativos de vida útil indefinida, devido a sua força, nível de investimento em marketing e histórico de rentabilidade.

Algumas empresas, como é o caso do Banco do Brasil, divulgaram as vidas úteis de seus intangíveis em anos. O Banco do Brasil divulgou também o local na demonstração do resultado abrangente em que reconhece as despesas com amortização dos intangíveis de vida útil definida.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 2 I

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em Amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesa de ajuste ao valor recuperável (Outras despesas) na Demonstração do Resultado Consolidado.

A amortização é calculada utilizando o método linear para baixar o custo dos ativos intangíveis aos seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são representadas como segue:

	Vida útil estimada
Software	5 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	5 a 10 anos
Relacionados a clientes, adquiridos em combinações de negócios	2 a 20 anos
Relacionados a contratos, adquiridos em combinações de negócios	3 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	5 a 25 anos

⁽¹⁾ Inclui principalmente marcas adquiridas em combinações de negócios e os direitos de uso de concessão detidos pela empresa Neoenergia S.A.

O Banco do Brasil divulgou as despesas futuras com a amortização dos seus intangíveis.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 26 c

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios.

							R\$ mil
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Valores a amortizar	2.861.394	3.017.812	2.763.268	2.717.291	955.531	1.697.327	14.012.623

A Braskem apresentou seus ativos intangíveis separados, por grupos, nas suas notas de políticas contábeis.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 2.14

2.14 Ativo intangível

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

(a) Ágios por rentabilidade futura

Os ágios existentes foram apurados de acordo com os critérios definidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil antes da adoção dos pronunciamentos do CPC e IFRS e representam a diferença positiva entre os valores pagos e os patrimônios líquidos das entidades adquiridas. Quando da adoção dos pronunciamentos do CPC e IFRS, em 2009, a Companhia aplicou a isenção relacionada às combinações de negócios anteriores a 1 de janeiro de 2009 e não remensurou esses valores. Esses ágios não são amortizados desde aquela data e são testados anualmente para verificar eventuais perdas no seu valor recuperável.

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, quando aplicável. As perdas por impairment não são revertidas.

(b) Marcas e patentes

As tecnologias adquiridas de terceiros, incluindo as adquiridas em uma combinação de negócios, são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As tecnologias com vida útil definida são amortizadas pelo método linear com base no prazo do contrato de aquisição (entre 15 a 20 anos).

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

(c) Relações contratuais com clientes e fornecedores

Os contratos com clientes e fornecedores contabilizados advêm de combinações de negócios e foram reconhecidos pelo valor justo nas datas das respectivas aquisições. Esses contratos têm vida útil definida e são amortizados pelo método linear com base no prazo do respectivo contrato comercial de venda ou de compra (entre 11 a 19 anos).

(d) Softwares

Os softwares são registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos com desenvolvimento interno e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Todos softwares contabilizados têm vida útil definida estimada entre 3 a 10 anos e são amortizados pelo método linear.



Podemos observar que a nota explicativa da Braskem sobre seus ativos intangíveis apresentou bastante movimentação.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 18

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Controladora
	Ágios fundamentados em rentabilidade futura	Marcas e Patentes	Softwares e Direitos de uso	Contratos com Clientes e Fornecedores	Total	Total
Custo	3.194.545	189.745	410.231	671.190	4.465.711	3.568.446
Amortização acumulada	(1.130.794)	(62.217)	(162.444)	(93.564)	(1.449.019)	(1.319.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.063.751	127.528	247.787	577.626	3.016.692	2.248.675
Aquisições			15.734		15.734	13.385
Ajustes de conversão de moeda estrangeira		1.060	1.369	14.700	17.129	
Transferências		588	(588)			
Transferências do imobilizado		7.974	18.178		26.152	19.055
Outras baixas, líquidas de amortização			(448)		(448)	
Amortização		(8.924)	(53.181)	(56.992)	(119.097)	(39.550)
Ativos não circulantes mantidos para venda ⁽¹⁾	(4.833)		(8.413)		(13.246)	
Baixa por alienação de controlada ⁽²⁾			(1.950)		(1.950)	
Saldo contábil	2.058.918	128.226	218.488	535.334	2.940.966	2.241.565
Custo	3.187.722	199.367	402.396	685.890	4.475.375	3.581.114
Amortização acumulada	(1.128.804)	(71.141)	(183.908)	(150.556)	(1.534.409)	(1.339.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.058.918	128.226	218.488	535.334	2.940.966	2.241.565
Taxas médias anuais de amortização		5,58%	11,75%	10,78%		

⁽¹⁾ Transferência dos ativos e passivos da Quantiq e IQAG para a rubrica "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 6).

⁽²⁾ Baixa por alienação das participações acionárias na Cetrel e Braskem Distribuidora (Nota 6).

A BR Foods mostrou o saldo inicial e a amortização acumulada separados das movimentações dos intangíveis.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 18

A variação nos saldos ocorreu principalmente devido à incorporação da subsidiária integral Sadia, sendo que estes valores estavam anteriormente registrados no saldo do grupo de investimentos.

BR GAAP e IFRS

Consolidado

	Taxa média ponderada a.a %	Custo	Amortização acumulada	Saldos em 31.12.12	Saldos em 31.12.11
Acordo de não concorrência	2,44	442	(48)	394	-
Ágio	-	3.083.263	-	3.083.263	2.973.815
Contrato exclusividade	100,00	603	(151)	452	-
Fidelização de integrados	12,50	18.791	(2.149)	16.642	3.556
Marcas	-	1.305.937	-	1.305.937	1.256.000
Patentes	16,92	5.107	(1.212)	3.895	4.894
Relacionamento com clientes	7,71	182.496	(693)	181.803	-
Relacionamento com fornecedores	42,00	136.991	(132.248)	4.743	9.598
Software	20,00	336.956	(182.424)	154.532	138.236
		5.070.586	(318.925)	4.751.661	4.386.099



Já a CSN mostrou o saldo e as movimentações dos intangíveis na mesma tabela.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 11

11. Intangível

	Consolidado					Total
	Ágio	Intangível prazo de vida útil definida	Relações com clientes	Software	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	423.698	4.991		32.765	1.002	462.456
Efeito de variação cambial				6	72	78
Aquisições por meio de combinações de Negócios (*)	204.569					204.569
Aquisições e gastos				350	357	707
Alienações				(784)	(489)	(1.273)
Perdas por redução ao valor recuperável	(60.861)					(60.861)
Transferência do imobilizado				11.487		11.487
Transferência do realizável a longo prazo					2.977	2.977
Amortização		(4.991)		(9.622)	(2.230)	(16.843)
Outras movimentações				(2.113)	2.190	77
Saldo em 31 de dezembro de 2011	567.406			32.089	3.879	603.374
Custo	908.576	4.991		86.070	6.087	1.005.724
Amortização acumulada	(280.309)	(4.991)		(53.981)	(2.208)	(341.489)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)					(60.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	567.406			32.089	3.879	603.374
Efeito de variação cambial			30.501	104	14.045	44.650
Aquisições por meio de combinações de Negócios (**)	235.595		316.939		77.231	629.765
Aquisições e gastos				961	571	1.532
Alienações				(1)	(564)	(565)
Transferência do imobilizado				9.595		9.595
Amortização				(12.975)	(148)	(13.123)
Outras movimentações				210	14	224
Saldo em 31 de dezembro de 2012	803.001		347.440	29.983	95.028	1.275.452
Custo	1.194.059		347.441	85.183	97.405	1.724.088
Amortização acumulada	(330.197)			(55.200)	(2.378)	(387.775)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)					(60.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	803.001		347.441	29.983	95.027	1.275.452

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 11 - Continuação

	Controladora		
	Ágio	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.091	9.540	22.631
Efeito de variação cambial			
Aquisições por meio de combinações de Negócios (*)			
Aquisições e gastos			
Alienações			
Perdas por redução ao valor recuperável			
Transferência do imobilizado		2.522	2.522
Transferência do realizável a longo prazo			
Amortização		(3.961)	(3.961)
Outras movimentações			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.091	8.101	21.192
Custo	14.135	24.003	38.138
Amortização acumulada	(1.044)	(15.902)	(16.946)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.091	8.101	21.192
Efeito de variação cambial			
Aquisições por meio de combinações de Negócios (**)			
Aquisições e gastos		237	237
Alienações			
Transferência do imobilizado		2.547	2.547
Amortização		(4.308)	(4.308)
Outras movimentações			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.091	6.577	19.668
Custo	14.135	26.787	40.922
Amortização acumulada	(1.044)	(20.210)	(21.254)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.091	6.577	19.668

A Brookfield divulgou o seu ágio na nota de intangíveis em unidades de negócios distintas.

Demonstração Financeira da Brookfield, Nota Explicativa nº 10.1

Brookfield Incorporações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, salvo se indicado de outra forma)

10. Intangível - Continuação

10.1 Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes geradoras de caixa:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
Unidade de negócios São Paulo	204.599	204.599	204.599
Unidade de negócios Centro-Oeste	232.802	232.802	232.802
	437.401	437.401	437.401

Os detalhes referentes aos ágios mencionados acima estão descritos na nota explicativa nº 8.1.

O ágio com a fundamentação econômica de rentabilidade futura é composto, basicamente, pelo benefício das sinergias esperadas pela combinação das operações da adquirida com a adquirente, considerando que o objetivo da Companhia na aquisição de empresas é seu crescimento na atividade de incorporação e vendas imobiliárias no mercado brasileiro.

A CCR Rodovias coloca em nota explicativa o que capitaliza no valor dos seus ativos intangíveis em fase de desenvolvimento.

Demonstração Financeira da CCR Rodovias, Nota Explicativa nº 17

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 35.816 no exercício de 2012 (R\$ 33.513 no exercício de 2011). A taxa média de capitalização foi de 6,82% ao ano (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 11,55% ao ano no exercício de 2011.



A Cemig, além de divulgar seus números acumulados de 2011 e 2012, mostrou também o balanço de abertura de 2011.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 16

Consolidado	2012			2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	10.641.561	(7.154.063)	3.487.498	10.607.051	(6.725.068)	3.881.983
Com Vida Útil Definida						
- Servidão	41.588	(1.766)	39.822	34.248	(1.585)	32.663
- Contrato oneroso de concessão	51.908	(10.259)	41.649	31.974	(8.742)	23.232
- Direito de Exploração de Concessão	10.325.389	(6.965.963)	3.359.426	10.361.482	(6.571.998)	3.789.484
- Outros	222.676	(176.075)	46.601	179.347	(142.743)	36.604
Em curso	985.983	-	985.983	1.522.123	-	1.522.123
- Ativos em formação	985.983	-	985.983	1.522.123	-	1.522.123
Intangível Líquido						
- Consolidado	11.627.544	(7.154.063)	4.473.481	12.129.174	(6.725.068)	5.404.106

01/01/2011

Consolidado	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	3.368.808	(143.585)	3.225.223
Com Vida Útil Definida			
- Servidão	63.704	(2.245)	61.459
- Contrato oneroso de concessão	32.034	(7.698)	24.336
- Direito de Exploração de Concessão	3.110.096	-	3.110.096
- Outros	162.974	(133.642)	29.332
Em curso	1.722.954	-	1.722.954
- Ativos em formação	1.722.954	-	1.722.954
Intangível Líquido - Consolidado	5.091.762	(143.585)	4.948.177

A Cemig divulgou, individualmente, uma descrição dos seus ativos intangíveis envolvidos com os seus contratos de concessão.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 16

Ativos da concessão

Em conformidade à Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Política contábil da Hering sobre o tratamento dos ativos intangíveis traz o seguinte.

Demonstração Financeira da Hering, Nota Explicativa nº 3 h

(h) Ativo Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e software como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzindo da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes - 10 anos

Fundo de comércio - 5 anos

Software - 5 anos

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Cielo fez uma descrição individual de todos seus ativos intangíveis. A seguir, os trechos retirados da nota explicativa sobre alguns desses intangíveis.

Demonstração Financeira da Cielo, Nota Explicativa nº 10

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2012 - Cielo S.A.

Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			31/12/2011
		31/12/2012		Líquido	
		Custo	Amortização acumulada		
Software (a)	6,66 - 20	384.734	(100.846)	283.888	41.859
Desenvolvimento de projetos (b)	20	154.612	(80.985)	73.627	17.479
Acordo de não competição (c)	7,5 - 50	125.338	(19.677)	105.661	12.658
Contratos de serviços (d)	4 - 20	27.263	(235)	27.028	14.674
Relacionamento com clientes (e)	4 - 20	516.843	(5.354)	511.489	1.357
Marcas (f)	10	5.924	(148)	5.776	-
Total		1.214.714	(207.245)	1.007.469	88.027

(a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo, utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Approach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 15 anos. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, está contabilizada a provisão para softwares descontinuados de R\$ 2.000 como redutora do saldo da respectiva rubrica.

(b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

A seguir, outros ativos intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir.

(c) Acordo de não competição:

- Multidisplay e M4 Produtos - o valor do acordo de não competição ("with and without") foi calculado pela metodologia "Income Approach", utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.

- Me-S - com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company ("CB&T"), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o encerramento da transação. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.



(d) Contratos de serviços:

- Multidisplay e M4 Produtos - os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.

- Me-S - com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "Excess Earnings", e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

A CPFL Energia coloca detalhadamente a origem do seu intangível relacionado com seu ativo de concessão.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 3.5

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

i. Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível e amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, linearmente ou com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias, conforme o caso.

ii. Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para maiores informações, vide nota 3.1.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

iii. Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

A CPFL fez revisão da vida útil dos seus ativos intangíveis, e a diferença apurada reduziu a despesa com amortização. Segundo as normas internacionais, essa é uma mudança de estimativa, portanto, a companhia não precisará retroceder o efeito dessa alteração nos balanços dos exercícios anteriores.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 14

Em 04 de fevereiro de 2012, através da Resolução Normativa nº 474, a ANEEL estabeleceu novas taxas anuais de amortização para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico. Como consequência desta revisão da vida útil dos ativos de distribuição de energia elétrica, a amortização do ativo intangível da concessão das distribuidoras foi alterada a partir de 1º de janeiro de 2012. Além dos efeitos descritos na nota 10 no que se refere à transferência de ativo intangível para ativo financeiro, em média tais ativos de distribuição sofreram incremento em suas vidas úteis. Consequentemente, e em consonância com o CPC 23 e o IAS 8, a Companhia alterou a amortização do ativo intangível prospectivamente a partir de tal data, gerando uma redução estimada na despesa de amortização no exercício de 2012 no montante de R\$ 59.313.

A CPFL também divulgou onde são reconhecidas as despesas com amortização de seus ativos intangíveis.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 14

No consolidado, os valores de amortização estão registrados no resultado, nas seguintes linhas: (i) “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios. (nota 28)

Além disso, a CPFL fez um detalhamento maior dos seus ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 14.1

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado			Taxa de amortização		
	31/12/2012			31/12/2011		
Intangível adquirido em combinações de negócio	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2012	2011
Intangível adquirido não incorporado					Taxa de amortização	
Controladora						
CPFL Paulista	304.861	(138.556)	166.305	184.743	6,05%	6,33%
CPFL Piratininga	39.065	(16.979)	22.086	24.264	5,58%	5,99%
RGE	3.150	(1.022)	2.128	2.345	6,90%	6,81%
CPFL Geração	54.555	(23.761)	30.793	33.659	5,28%	5,63%
CPFL Santa Cruz	9	(5)	5	6	16,25%	21,17%
CPFL Leste Paulista	3.333	(1.660)	1.673	2.212	16,16%	20,30%
CPFL Sul Paulista	7.288	(3.620)	3.668	4.973	17,90%	18,98%
CPFL Jaguari	5.213	(2.643)	2.570	3.320	14,40%	22,68%
CPFL Mococa	9.110	(4.745)	4.365	6.031	18,29%	19,87%
CPFL Jaguari Geração	7.896	(1.722)	6.174	6.777	7,64%	8,17%
	434.480	(194.714)	239.766	268.331		

A Cyrela Realty divulgou como capitaliza seus custos com desenvolvimento de projetos vinculados a ativos intangíveis.

Demonstração Financeira da Cyrela, Nota Explicativa nº 2.3.11

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são ativados, se tiverem viabilidade tecnológica econômica, e amortizados pelo período esperado de utilização.

Os custos de desenvolvimento de um projeto são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável, se aplicável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período estimado dos benefícios econômicos futuros.

A EcoRodovias amortiza seus ativos intangíveis, vinculados à concessão, de forma não linear.

Demonstração Financeira da EcoRodovias, Nota Explicativa nº 16

(iii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 31 de dezembro de 2012 foram em média 5,17% (4,87% em 31 de dezembro de 2011).

A Eletropaulo mostrou o impacto das alterações das taxas de amortização regulatória da Aneel e como isso afetou o seu resultado juntamente com o seu ativo financeiro.

Demonstração Financeira da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 13

(*) A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa nº 474 alterou o valor do ativo financeiro da concessão. Essa alteração reduziu a taxa média de depreciação dos ativos de 4,12% para 3,78% e consequentemente aumentou o valor estimado da parcela dos investimentos que não serão amortizados até o término do prazo da concessão. A Companhia registrou o impacto do aumento do ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 134.007, em contrapartida à rubrica de ativos intangíveis de concessão.

A ANEEL em 7 de fevereiro de 2012 aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço em relação à Resolução ANEEL nº 367 (esta última vigente em 31 de dezembro de 2011). As alterações nas taxas são prospectivas e têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa alteração reduziu a despesa de depreciação/amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em aproximadamente R\$ 46.162.

A Embraer divulgou, em sua nota sobre políticas contábeis, o tratamento dado para os gastos com pesquisa e desenvolvimento. Além disso, divulgou os seus ativos intangíveis por categoria e identificou os que foram originados por combinação de negócios.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 2.2.16

2.2.16. Intangíveis

a) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos, compostos principalmente por gastos com desenvolvimento de produtos, incluindo desenhos, projetos de engenharia, construção de protótipos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos irão gerar benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade comercial e tecnológica, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, em Despesas com pesquisas, conforme incorridos.

b) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

c) Ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios

Os ativos intangíveis identificáveis adquiridos por meio de uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data de aquisição. Destaca-se neste grupo:

c.1) Ágio - O ágio registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas não está sujeito à amortização, uma vez que é realizável por ocasião da baixa do investimento, sendo sua recuperação testada no mínimo anualmente. Se for identificado que o ágio registrado não será recuperado na sua totalidade, o valor referente a esta perda é registrado no resultado do exercício. As perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.



Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 2.2.16 - Continuação

- c.2)** Marcas - adquiridas em combinações de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Marcas têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.
- c.3)** Desenvolvimento de produtos - Em certas combinações de negócios podem ser identificados desenvolvimentos de produtos que representam valor para a Companhia. Esses ativos possuem vida útil definida e são amortizados conforme a sua vida útil estimada do produto.
- c.4)** Contrato de não concorrência - Para ingressar em um novo negócio, normalmente a Companhia efetua contrato de não concorrência com os vendedores, por um período acordado contratualmente. Esses contratos são registrados pelo valor justo na data de aquisição como ativo intangível e amortizados pelo tempo previsto no contrato.
- c.5)** Pedidos firmes - Na data da aquisição das participações societárias, os pedidos ou ordens de produção aguardando execução são precificados e registrados pelo valor justo, e amortizados durante o período de entrega previsto nos contratos.

A Gerdau foi uma das companhias que divulgaram a sua nota de ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) separadamente dos demais ativos intangíveis.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 11

Nota 11 - Ágios

	Consolidado		
	Montante bruto do ágio	Perdas acumuladas pela não recuperabilidade de ativos	Ágio após as perdas pela não recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2011	8.353.409	(195.311)	8.158.098
(+/-) Ganhos /perdas na conversão	996.827	(19.168)	977.659
(+) Ajustes de alocação do preço de compra	20.032	-	20.032
Saldo em 31/12/2011	9.370.268	(214.479)	9.155.789
(+/-) Variação cambial	855.606	(17.371)	838.235
(+) Reclassificação de ágio por obtenção de controle	28.389	-	28.389
(+) Adição	10.983	-	10.983
Saldo em 31/12/2012	10.265.246	(231.850)	10.033.396

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

	Consolidado	
	2012	2011
Brasil	513.711	504.253
Aços Especiais	2.239.566	2.016.847
América Latina	770.843	661.336
América do Norte	6.509.276	5.973.353
	10.033.396	9.155.789

Além disso, a Gerdau divulgou seus ativos intangíveis por segmento de negócio.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 12

A composição dos outros intangíveis por segmento é a seguinte:

	2012	2011
Brasil	334.850	263.865
Aços Especiais	252.310	270.143
América do Norte	777.256	739.700
	1.364.416	1.273.708

Grande parte dos ativos intangíveis da Gol estão com vida útil indeterminada. A companhia divulgou, individualmente, uma justificativa para isso.

Demonstração Financeira da Gol, Nota Explicativa nº 2.2 k

k) Ativos intangíveis

São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado.

i. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa, a controlada operacional VRG. A Administração exerce julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas e com os planos operacionais. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

ii. Direitos de operações em aeroportos

Foram adquiridos na compra da VRG e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

iii. Marca

A marca originada pela aquisição da VRG foi capitalizada a valor justo na data da aquisição. A vida útil estimada dessa marca foi considerada indefinida, e, portanto, esse ativo não é amortizado. O valor contábil das marcas é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou quando ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

A Gol reconheceu uma perda por *impairment* no seu ativo intangível.

Demonstração Financeira da Gol, Nota Explicativa nº 18

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reavaliou o valor da marca Varig considerando as novas perspectivas relacionadas ao uso e conseqüente benefício econômico gerado pela utilização da marca no futuro. Como resultado, foi reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 56.761.

A JBS fez um detalhamento sobre o ágio classificado como ativo intangível.

Demonstração Financeira da JBS, Nota Explicativa nº 12

Detalhamento do Ágio

Na Companhia - Registrados como intangível (Ágio)

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R\$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R\$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de negócios, representa o valor residual na apuração do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Na Combinação de Negócios foi alocado o montante de R\$ 414.111 para as contas de imobilizado e intangível.

Na Companhia - Registrados como investimento (Ágio em subsidiárias)

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 906.481, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 248.655, apresentando um valor líquido de R\$ 657.826 em 31 de dezembro de 2012.

Em abril de 2011 a Companhia adquiriu 70% do capital social da LLC Lesstor tendo apurado um ágio de R\$ 13.461, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

A Companhia, através de sua incorporada Bertin, possui outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 16.044, sendo referente os seguintes investimentos:

i) Novaprom Foods Ingredients - R\$ 12.000

ii) Phitoderm - R\$ 4.044

No consolidado - Registrados como intangível (Ágio)

A JBS USA possui ágio no montante de US\$ 224,796 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2012 a R\$ 459.371 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield Beef, Tasman e Five Rivers.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias indiretas JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias indiretas adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de \$ 14.110 mil pesos, que corresponde em 31 de dezembro de 2012 a R\$ 5.870. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A JBS Global Luxembourg possui ágio no montante de EUR 5.188 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2012 a R\$ 13.984 proveniente da aquisição do Grupo Toledo, fundamentado na mais valia de ativos.

Em janeiro de 2012, a Companhia transferiu o ágio apurado, através de sua incorporada Bertin que adquiriu 99,06% do capital social da S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, no valor de R\$ 860.943, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, a título de aumento de capital em sua coligada Vigor Alimentos S.A., sendo assim o referido ágio não faz parte do intangível na data base de 31 de dezembro de 2012.

As subsidiárias da Companhia possuem outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 115.074, referentes aos seguintes investimentos:

i) JBS Holding Inc - R\$ 22.528

ii) Misr Cold - R\$ 23.294

iii) Rigamonti - R\$ 62.355

iv) Wonder Best - R\$ 2.011

v) IFPSA - R\$ 4.886

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 Combinações de Negócios. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de negócios.

A Localiza divulgou qual será a expectativa de impacto no resultado futuro da amortização reconhecida sobre os seus ativos intangíveis - softwares.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 9 a

Em 31 de dezembro de 2012, a estimativa das despesas de amortização para os próximos cinco anos é como segue:

	Individual (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2013	4.098	4.482
2014	3.542	3.907
2015	3.011	3.367
2016	2.249	2.538
2017	620	724
Valor residual de software a amortizar	13.520	15.018
Software em fase de implantação (*)	20.787	21.203
Valor residual de software	34.307	36.221

(*) Corresponde aos valores de custos de softwares em fase de implantação, os quais ainda não são amortizados.

As despesas com amortização dos softwares são alocadas à rubrica de "Custo", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais, administrativas e outras", na demonstração do resultado do exercício, conforme sua natureza e alocação. Não há ativos intangíveis oferecidos como garantias a passivos. Não há ativos intangíveis relevantes totalmente amortizados e ainda em uso pela Companhia.

A companhia Lojas Americanas discorreu sobre o tratamento contábil que era dado ao *goodwill* anteriormente a 2009.

Demonstração Financeira das Lojas Americanas, Nota Explicativa nº 2.10 a

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos, inclusive de incorporação, decorrentes de expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nas investidas. Os valores de ágios por expectativa de rentabilidade futura não são mais amortizados desde 1º de janeiro de 2009.

Além disso, a companhia Lojas Americanas apresentou um detalhamento para o ativo intangível ágio decorrente de aquisições de investimentos.

Demonstração Financeira das Lojas Americanas, Nota Explicativa nº 15

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, os ágios apurados nas aquisições em investimentos estavam representados da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos								
TV Sky Shop	135.305	(53.866)	81.439	81.439	135.305	(53.866)	81.439	81.439
Ingresso.com	2.743	(1.608)	1.136	1.136	6.164	(3.613)	2.551	2.551
8M Participações					2.079	(1.281)	798	798
Mesaexpress					310		310	
	138.048	(55.474)	82.575	82.575	143.858	(58.760)	85.098	84.788

A Marfrig divulgou suas taxas de amortização de duas maneiras: em anos e em percentual.

Demonstração Financeira da Marfrig, Nota Explicativa nº 14

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de amortização, definida com base na vida útil dos ativos:

Amortização	Taxa de Amortização	Prazo de Vida Útil (Anos)
Ágio		
Marcas e patentes	0,03%	0,1
Softwares	19,11%	5,4
Relacionamento com Clientes	10,76%	10,7
Direito de Uso	25,00%	4,0
Concessões	24,00%	4,2
Outros	33,33%	3,0

A MMX divulgou os direitos minerários e os custos equivalentes para restaurar a área explorada que também são ativados e amortizados com base no método das unidades produzidas.

Demonstração Financeira da MMX, Nota Explicativa nº 3.10

MMX Mineração e Metálicos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis - Continuação

3.10. Intangíveis

Direitos minerários

Avaliados pelo valor de custo de aquisição dos direitos minerários e sujeitos a testes de recuperação. A amortização é calculada pelo período de vida útil estimado das minas com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

Custo para retirada de ativos e reflorestamento

São representados pelos custos que o Grupo MMX terá para recompor as áreas quando os direitos de exploração terminarem. Os gastos ligados à retirada de ativos são amortizados pela vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.



Além disso, a MMX divulgou detalhadamente o ativo intangível - Direito Minerário. Podemos observar que, como contrapartida do direito de exploração, a MMX reconheceu a obrigação de ter que restaurar a área explorada (passivo).

Demonstração Financeira da MMX, Nota Explicativa nº 13 b

b) Direitos minerários

A Companhia e suas controladas detêm os seguintes minerários:

Empresa	Localização	Consolidado	
		2012	2011
Sistema Sudeste			
MMX Sudeste (Bom Sucesso)	Bom Sucesso - Minas Gerais	314.294	314.294
MMX Sudeste (Serra Azul)	Brumadinho - Minas Gerais	24.291	24.291
MMX Sudeste	São Joaquim de Bicas - Minas Gerais	500	-
Amortização acumulada		(1.910)	(1.729)
		337.175	33 6.856
Sistema Chile			
MMX Chile (Patricia)	Chañahal - Chile (i)	-	26.777
MMX Chile (Fortuna Fierro)	Copiapó - Chile (i)	-	39.273
MMX Chile (Reconquista 24 al 43)	Copiapó - Chile (i)	-	21.974
MMX Chile (Don Washington y Don Manuel)	Copiapó - Chile (i)	-	17.771
MMX Chile (Bella Lula)	Atacama - Chile (i)	-	7.760
		-	113.555
Sistema Corumbá			
MMX Corumbá	Corumbá - Mato Grosso do Sul	28.955	28.955
Amortização acumulada		(7.372)	(4.341)
		21.583	24.614
		358.758	475.025

⁽ⁱ⁾ Redução ao valor recuperável de ativos relacionados aos projetos localizados na região do Atacama, no Chile, no montante de R\$ 188.655. Vide Nota 1.

b) Direitos minerários - Continuação

Os direitos minerários se referem a minério de ferro e são amortizados com base no método das unidades produzidas.

c) Custo para retirada de ativos e reflorestamento

Referem-se aos custos em que a Companhia e suas controladas incorrerão no futuro, para recompor as áreas das minas por ocasião do encerramento dos direitos de exploração, como segue:

	Consolidado		
	MMX Corumbá	MMX Sudeste	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	5.186	2.662	7.848
Revisão de estimativas	11.234	9.763	20.997
Amortização do exercício	(63)	(15)	(78)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2011	16.357	12.410	28.767
Revisão de estimativas	4.836	14.385	19.222
Amortização do exercício	(1.859)	(117)	(1.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	19.334	26.678	46.012

Nota explicativa sobre a amortização dos ativos intangíveis da MRV, com destaque para a projeção de estimativas para despesas de amortização para os próximos cinco anos, é a seguinte.

Demonstração Financeira da MRV, Nota Explicativa nº 11

A taxa média anual de amortização para desenvolvimento de software e licença de uso de software é de 20%. A estimativa para as despesas de amortização para os próximos cinco anos é como segue:

	Individual	Consolidado
2013	8.517	8.615
2014	10.132	10.223
2015	7.792	7.874
2016	6.613	6.660
2017	8.031	8.043
Total	41.085	41.415

As despesas com amortização do intangível são alocadas à rubrica de "Custo", "Despesas comerciais" e "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício, conforme a natureza e alocação de cada item do intangível. Não há ativos intangíveis oferecidos como garantias a passivos. Não há ativos intangíveis relevantes totalmente amortizados e ainda em uso pela Companhia.

A Natura reconheceu, como ativo intangível, no seu balanço patrimonial, os esforços para ser uma companhia "carbono neutro".

Demonstração Financeira da Natura, Nota Explicativa nº 2.11.3

2.11.3 Créditos de carbono - Programa Carbono Neutro

Em 2007, a Sociedade assumiu com seus colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de Gases do Efeito Estufa - GEEs, em sua cadeia completa de produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo. Esse compromisso, apesar de não ser uma obrigação legal, já que o Brasil apesar de ser um país signatário do Protocolo de Quioto não apresenta meta de redução, é considerado uma obrigação construtiva, conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações contábeis se esta for passível de desembolso e mensurável.

O passivo é estimado através dos inventários auditados de emissão de carbono realizados anualmente e valorizado com base nos preços médios de aquisição de toneladas dos contratos em vigor e nos preços estimados para as próximas aquisições. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no passivo na rubrica "Outras provisões" (vide nota explicativa nº 19), refere-se ao total das emissões de carbono do período de 2007 a 2012 que ainda não foram neutralizadas através dos projetos correspondentes, portanto, não há efetivação do certificado de carbono.

Em linha com suas crenças e princípios, a Sociedade optou por realizar aquisições diretas de créditos de carbono de projetos com benefícios socioambientais oriundos do mercado voluntário. Dessa forma, os gastos incorridos gerarão créditos de carbono após a finalização ou maturação desses projetos. Durante os referidos exercícios, os gastos foram registrados a valor de custo como um ativo intangível (vide nota explicativa nº 14), já que representam um direito futuro de uso. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no ativo intangível refere-se aos gastos incorridos com projetos socioambientais que gerarão à Sociedade certificados futuros de carbono.

No momento em que os respectivos certificados de carbonos são efetivamente entregues à Sociedade, a obrigação de ser Carbono Neutro é efetivamente cumprida, portanto, os saldos de ativos são compensados com os saldos de passivos.

A diferença entre os saldos de ativo e de passivo em 31 de dezembro de 2012 refere-se ao valor de caixa que a Sociedade ainda desembolsará com outros projetos socioambientais para futura geração de certificados.

A OGX divulgou a reclassificação de saldos entre seu ativo imobilizado e seu ativo intangível.

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 2 e

OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras - Continuação

Base de preparação - Continuação

e) Reclassificações

Imobilizado e intangível

Visando alinhar suas práticas contábeis àquelas mais utilizadas por suas congêneres, a Companhia reclassificou, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, de ativo "intangível" para a linha de "Imobilizado de Exploração e Produção" no ativo "imobilizado", o valor de R\$ 5.916.928, associado ao CAPEX de exploração. O saldo total, previamente classificado como intangível, no valor de R\$ 7.408.651, não foi integralmente reclassificado, permanecendo no "intangível" a parcela de R\$ 1.491.723 associada aos bônus de assinatura, dada a sua natureza.

Adicionalmente, a Companhia reclassificou de ativo "imobilizado" para ativo "intangível" o saldo de R\$ 21.001, associado à rubrica "sistemas e programas de informática". Esta reclassificação não altera o total do ativo, do passivo e do patrimônio líquido, nem os resultados acumulados. Os efeitos destas reclassificações estão apresentados no quadro abaixo:

	Intangível	Imobilizado
Saldo anteriormente apresentado em 31 de dezembro de 2011	7.408.651	276.856
Imobilizado de Exploração e Produção	(5.916.928)	5.916.928
Sistemas e programas de informática	21.001	(21.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 após a reclassificação	1.512.724	6.172.783

A Oi divulgou os critérios de reconhecimento dos custos com desenvolvimento de softwares como ativos intangíveis e dos gastos associados à manutenção dos softwares como despesa.

Demonstração Financeira da Oi, Nota Explicativa nº 2 b

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- ▶ É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- ▶ A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- ▶ O software pode ser vendido ou usado.
- ▶ Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- ▶ Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- ▶ O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

O Grupo Pão de Açúcar divulgou a movimentação e o saldo acumulado dos ativos intangíveis, em tabelas separadas.

Demonstração Financeira do Grupo Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 17

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2012- Companhia Brasileira de Distribuição

Notas Explicativas Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis - Continuação

b) Consolidado - Continuação

	Saldo em: 31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em: 31.12.2012
Ágio - atacado de autosserviços	361.567					361.567
Ágio - eletro	296.664				(57)	296.607
Ágio - varejo	717.070	38.777		(300)	(8.582)	746.965
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639					38.639
Marcas - eletro (d)	2.015.218	41				2.015.259
Fundo de Comércio - eletro (e)	613.484		(8.050)	(579)	3.442	608.297
Fundo de Comércio - varejo (e)	17.600				17.302	34.902
Fundo de Comercio - atacado de autosserviços (e)					10.000	10.000
Relacionamento de clientes- eletro	18.562		(6.282)			12.280
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	134.932		(73.738)			61.194
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	201.002		(51.864)			149.138
Software (h)	524.623	84.402	(98.180)	(800)	130.663	640.708
Total intangível	4.939.361	123.220	(238.114)	(1.679)	152.768	4.975.556

	Saldo em 31.12.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Ágio - atacado de autosserviços	371.008	(9.441)	361.567	371.008	(9.441)	361.567
Ágio - eletro	296.607		296.607	296.664		296.664
Ágio - varejo	1.848.402	(1.101.437)	746.965	1.826.132	(1.109.062)	717.070
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639		38.639	38.639		38.639
Marcas - eletro (d)	2.015.259		2.015.259	2.015.219	(1)	2.015.218
Fundo de Comércio - eletro (e)	663.565	(55.268)	608.297	661.823	(48.339)	613.484
Fundo de Comércio - varejo (e)	34.902		34.902	17.600		17.600
Fundo de Comércio - atacado de autosserviços (e)	10.000		10.000			
Relacionamento de clientes - eletro	34.268	(21.988)	12.280	34.268	(15.706)	18.562
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	221.214	(160.020)	61.194	221.214	(86.282)	134.932
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	256.104	(106.966)	149.138	256.103	(55.101)	201.002
Software (h)	1.003.604	(362.896)	640.708	816.536	(291.913)	524.623
Total intangível	6.793.572	(1.818.016)	4.975.556	6.555.206	(1.615.845)	4.939.361

A Sabesp divulgou as baixas dos bens adjacentes dos ativos intangíveis.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 11 e

(e) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou, no exercício de 2012, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 10.002 (dezembro/2011 - R\$ 55.201) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis, bem como resultantes da conclusão do inventário físico.

A Suzano divulgou o ágio, separadamente, dentro da nota de ativos intangíveis. Além disso, destacou o tempo de vida útil de alguns de seus intangíveis.

Demonstração Financeira da Suzano, Notas Explicativas nºs 17.1 e 17.2

17 Ativos intangíveis

17.1 Ágio

	Controladora e Consolidado		
	B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	Paineiras Logística	Total
Custo contábil	46.427	10	46.437
Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008	(12.380)	-	(12.380)
Saldo residual em 31 de dezembro de 2012 e de 2011	34.047	10	34.057

Suzano Papel e Celulose S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

17.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Vida útil em anos	Custo contábil	Amortização acumulada	Variação cambial	Valores residuais	
					31/12/2012	31/12/2011
KSR^(a)						
Relacionamento com Clientes	5	22.617	(8.293)	-	14.324	18.848
Outros Intangíveis^(b)						
Marcas e Patentes	10	2.108	(1.364)	-	744	853
Software	5	62.451	(48.136)	-	14.315	15.303
Saldo Controladora		87.176	(57.793)	-	29.383	35.004
Futuragene^(a)						
Acordos de Pesquisa e Desenvolvimento	18,8	153.316(c)	(22.631)	15.633	146.318	142.623
Outros Contratos de Licença	11,8	3.436 (c)	(811)	351	2.976	3.029
Outros intangíveis Intangíveis^(b)						
Software	5	71	(66)	-	5	8
Saldo Consolidado		243.999	(81.301)	15.984	178.682	180.664

A Tractebel divulgou as vidas úteis dos ativos intangíveis em função dos períodos de amortização.

Demonstração Financeira da Tractebel, Nota Explicativa nº 13

	31/12/2012				Consolidado 31/12/2011	
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total	
	Direito de uso	Até 2037	36.005	(19.009)	16.996	14.292
Direito de compra de energia	2013 a 2023	64.561	-	64.561	64.561	
Licença de operação	2013 a 2014	22.243	(7.687)	14.556	-	
Direitos do Projeto Trairi	2013 a 2041	12.668	-	12.668	12.668	
Ágio incorporado da CEM	Até 02/2013	44.578	(43.859)	719	5.028	
		180.055	(70.555)	109.500	96.549	

A Ultrapar evidenciou onde contabiliza, no resultado abrangente, as despesas com amortização dos seus intangíveis e divulgou, na nota de intangíveis, o valor de seu gasto com P&D no período.

Demonstração Financeira da Ultrapar, Nota Explicativa nº 13

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2011
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	13.719	11.872
Despesas com vendas e comerciais	246.828	180.354
Despesas gerais e administrativas	27.600	23.359
	288.147	215.585

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 23.683 em 2012 (R\$ 21.745 em 2011).

A Vale divulgou, separadamente, o saldo acumulado dos ativos intangíveis com vida útil definida e indefinida.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 14

14. Ativos intangíveis

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			1º janeiro de 2011		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil indefinida									
Ágio	9.407	-	9.407	8.990	8.990	8.654	-	8.654	
	9.407	-	9.407	8.990	-	8.990	8.654	-	8.654
Vida útil definida									
Concessões e subconcessões	10.981	(3.307)	7.674	9.997	(2.813)	7.184	9.449	(2.936)	6.513
Direito de uso	732	(113)	619	1.133	(80)	1.053	1.101	(48)	1.053
Outros	2.504	(1.382)	1.122	1.682	(1.120)	562	1.465	(856)	609
	14.217	(4.802)	9.415	12.812	(4.013)	8.799	12.015	(3.840)	8.175
Total	23.624	(4.802)	18.822	21.802	(4.013)	17.789	20.669	(3.840)	16.829

Algumas companhias, como a Vale, divulgaram seus gastos com pesquisa e desenvolvimento em nota explicativa sobre despesas.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 27

Outras despesas (receitas) Operacionais, líquidas, incluindo pesquisa e desenvolvimento.

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisão para perdas com créditos de ICMS	471	73
Provisão para remuneração variável	871	697
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	73	204
Provisão para baixa de materiais/inventário	253	258
Pré-operacionais, paradas de usina e capacidade ociosa	3.145	2.253
Sinistro	127	-
Pesquisa e desenvolvimento	2.912	2.822
Outras	2.276	1.351
Total	10.128	7.658



CPC 05

Divulgação de Partes
Relacionadas (IAS 24)

Nesta seção, analisamos como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências presentes no CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, que requer a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas, de transações e saldos existentes com partes relacionadas, incluindo compromissos. O CPC 05 é aplicável a demonstrações contábeis consolidadas, separadas ou individuais.

As partes relacionadas podem ser pessoas físicas ou jurídicas, e o tipo de relacionamento pode assumir diversas formas.

São situações que qualificam uma pessoa ou membro próximo de sua família como parte relacionada da entidade que reporta a informação: ter controle pleno ou compartilhado da entidade; ter influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou ser membro do pessoal-chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade.

São exemplos de situações que qualificam outra entidade como parte relacionada da entidade que reporta a informação:

- ▶ a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico;
- ▶ ambas as entidades estão sob o controle conjunto de uma terceira entidade;
- ▶ a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação;
- ▶ a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada como pessoa ligada.

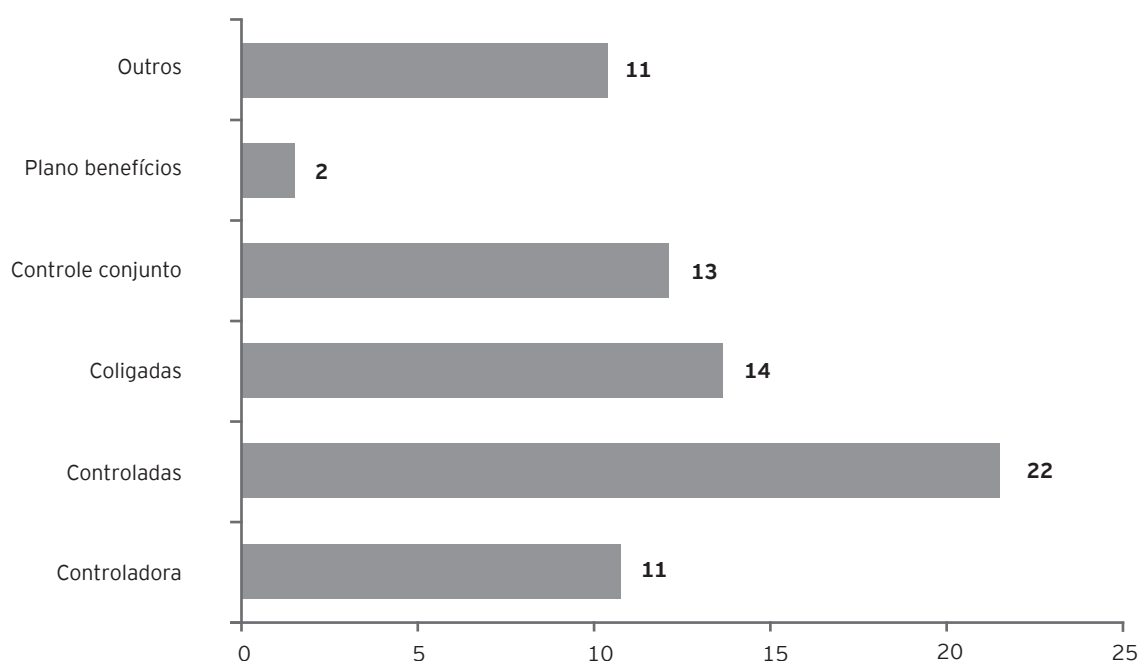
Os aspectos acerca da divulgação de partes relacionadas considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Tipos de partes relacionadas;
- ▶ Remuneração do pessoal-chave da administração;
- ▶ Divulgações sobre partes relacionadas realizadas pelas empresas da nossa amostra;
- ▶ Transações com o Estado.

Tipos de partes relacionadas

Do total de empresas da amostra, 47% (28 empresas) divulgaram a natureza do relacionamento com outras entidades consideradas como parte relacionada. As demais não divulgaram ou não se enquadram na situação. Destaque-se que algumas companhias, apesar de possuírem controladas ou coligadas, não evidenciaram nota explicativa com o título "Partes Relacionadas".

Os tipos de relacionamento divulgados foram:



Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave foi divulgada por 57 empresas (95% da amostra). O valor médio de remuneração divulgado é de R\$ 55.231 mil. O maior valor foi o divulgado pelo Bradesco (R\$ 736.554 mil), e o menor ficou por conta da OGX, que divulgou um valor negativo de remuneração, em função do cancelamento de opções de compra de ações canceladas e anuladas.

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 24

24. Remuneração dos administradores

Os administradores apresentados nesta Nota são os membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, e os Diretores.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2012, foi fixado o limite da remuneração fixa global anual dos administradores da Companhia, para o exercício de 2012 em até R\$ 10.200 (R\$ 9.500 no exercício de 2011), não computada a remuneração baseada em ações.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo		
Administração (pró-labore)	7.840	5.825
Conselho de Administração (honorários)	1.430	1.256
Comitê de Auditoria (honorários)	180	180
Pro rata dos planos de opção de compra de ações	38.162	29.646
Subtotal	47.612	36.907
Opções de compra de ações canceladas e anuladas	(91.218)	(18.466)
Efeito no resultado	(43.606)	18.441

O CPC 05 requer a divulgação do detalhamento da remuneração do pessoal-chave da administração. Deve ser divulgado o total da remuneração e também detalhes como as parcelas que se referem a benefícios de curto prazo, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Os principais itens de remuneração divulgados pelas empresas foram:

	Quantidade de empresas que divulgaram	Percentual de empresas em relação ao total da amostra
Remuneração Fixa/Salários/Honorários	34	56,7%
Benefícios de Curto Prazo	33	55,0%
Remuneração baseada em ações	29	48,3%
Remuneração Variável/Participação nos Resultados/Bônus	24	40,0%
Benefícios pós-emprego	11	18,3%
Outros Benefícios de Longo Prazo	10	16,7%
Benefícios de Rescisão	8	13,3%

O Santander segregou a remuneração em benefícios de curto e longo prazo, e também destacou a parcela fixa e a variável da remuneração.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 44

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Remuneração fixa	46.827	46.501	42.406
Remuneração variável ⁽¹⁾	114.866	162.154	133.649
Outros	12.469	11.709	8.490
Total Benefícios de curto prazo	174.162	220.364	184.545
Remuneração baseada em ações ⁽²⁾	34.431	18.067	29.083
Total Benefícios de longo prazo	34.431	18.067	29.083
Total ⁽³⁾	208.593	238.431	213.628

⁽¹⁾ Em 2011, inclui a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.

⁽²⁾ Em 25 de outubro de 2011, o Banco lançou um novo plano de remuneração baseada em ações para os Executivos em consonância com a Resolução do CMN 3.921, de 25 de novembro de 2010.

⁽³⁾ Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, foi pago aos Administradores da Santander Asset o montante de R\$ 6.292 e, em 2011 e 2010, foram pagos aos Administradores da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e da Santander Asset R\$ 8.312 e 6.667, respectivamente.

Adicionalmente, em 2012, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 46.001 (2011 - R\$ 22.205 e 2010 - R\$ 22.945).

O Banco do Brasil detalhou os benefícios de curto prazo, informando separadamente os honorários da diretoria, conselhos e comitês.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 44

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração do Banco do Brasil (Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal)

	R\$ mil	
	Exercício/2012	Exercício/2011
Benefícios de curto prazo	37.157	28.126
Honorários	22.953	19.107
Diretoria Executiva	20.321	16.940
Comitê de Auditoria	2.057	1.603
Conselho de Administração	284	302
Conselho Fiscal	291	262
Participações no lucro	8.393	6.863
Outros	5.811	2.156
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	9.109	3.501
Total	46.266	31.627

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ.

A Cyrella informou a quantidade de conselheiros e ou diretores, além de informar a maior e menor remuneração de cada grupo.

Demonstração Financeira da Cyrella, Nota Explicativa nº 13

As despesas acumuladas incorridas no exercício findo em 31 de dezembro 2012 e 2011 podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado		Total de membros	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Conselho	739	482	2.298	482	8	3
Diretoria	4.655	4.038	4.916	6.134	7	9
Encargos	1.079	907	1.443	1.327		
	6.473	5.427	8.657	7.943		
Benefícios Conselho	49	32	80	32		
Benefícios Diretoria	547	69	568	93		
	596	101	648	125		
Total	7.069	5.528	9.305	8.068	15	12
Remuneração no período:						
Conselho - maior remuneração	159	173	775	173		
Conselho - menor remuneração	105	154	105	154		
Diretoria - maior remuneração	1.283	981	1.283	981		
Diretoria - menor remuneração	242	244	242	244		

Divulgações sobre partes relacionadas realizadas pelas empresas da nossa amostra

As empresas devem divulgar o nome do controlador direto e também do controlador final, se este for diferente, como é o caso da OGX.

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 13

Controladora

A Companhia é controlada pelo Centennial Asset Mining Fund LLC. e pelo Centennial Asset Brazilian Equity Fund, ambos tendo como controlador final o Sr. Eike Fuhrken Batista.

A Ambev também divulgou os nomes de seus controladores.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 32

Controladores

A Companhia é controlada por Interbrew International B.V. (constituída na Bélgica), AmBrew S/A (constituída em Luxemburgo) e Fundação Zerrenner, que juntas detêm aproximadamente 71,0% das ações da sociedade. Os 29,0% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.



Se a entidade tiver realizado transações entre partes relacionadas durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis, deve divulgar informações sobre as transações e saldos existentes, incluindo compromissos.

São exemplos de transações que devem ser divulgadas, se feitas com parte relacionada:

- ▶ compras ou vendas de bens (acabados ou não acabados);
- ▶ compras ou vendas de propriedades e outros ativos;
- ▶ prestação ou recebimento de serviços;
- ▶ arrendamentos;
- ▶ transferências de pesquisa e desenvolvimento;
- ▶ transferências mediante acordos de licença;
- ▶ transferências de natureza financeira (incluindo empréstimos e contribuições para capital em dinheiro ou equivalente);
- ▶ fornecimento de garantias, avais ou fianças;
- ▶ assunção de compromissos para fazer alguma coisa para o caso de um evento particular ocorrer ou não no futuro, incluindo contratos a executar;
- ▶ liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de parte relacionada.

A divulgação das transações com partes relacionadas deve ser feita separadamente por tipo de relacionamento. A Suzano optou por identificar também cada uma das partes ligadas, informando ainda a natureza da operação e seu impacto em contas de Ativo, Passivo e Resultado.

Demonstração Financeira da Suzano, Nota Explicativa nº 10

a) Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Transações	Natureza da principal operação	Ativo		Passivo		Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante e Patrimônio Líquido	Receitas (despesas)
Com empresas controladas						
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	1.237.707 ⁽²⁾	-	34.141 ⁽¹⁾	1.297.041 ⁽¹⁾	2.161.816 ⁽²⁾
Suzano Europa	Compartilhamento de despesas	-	-	16	-	-
Paineiras	Compra de energia elétrica	741	-	6.431	-	(30.357) ⁽⁵⁾
Stenfar	Venda de papel	6.876 ⁽²⁾	-	47	-	13.363 ⁽²⁾
Ondurman	Arrendamento de terras	1.210	1.025 ⁽³⁾	-	-	(12.406)
Amulya	Arrendamento de terras	-	2.336 ⁽³⁾	-	-	(9.162)
Asapir	Compartilhamento de despesas	-	-	20.275	-	-
SER	Afac e Compartilhamento de despesas	78	24.000 ⁽³⁾	-	-	⁽⁵⁾
Futuragene	Compartilhamento de despesas	142	-	-	-	242
		1.246.754	27.361	60.910	1.297.041	2.123.492
Com partes relacionadas						
Suzano Holding	Debêntures e concessão de fianças	297	-	1.557	278	(50.939)
Agaprint	Venda de papel	9.878	-	-	-	20.787 ⁽²⁾
Central	Venda de papel	17.127	-	15.310 ⁽⁴⁾	-	64.689 ⁽²⁾
Nemonorte	Consultoria imobiliária	-	-	-	-	(1.833)
Mabex	Serviços de aeronave	-	-	-	-	(583)
Lazam	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	-	(578)
Ecofuturo	Serviços sociais	12	-	-	-	(4.157)
Bexma	Compartilhamento de despesas	12	-	-	-	9
IPLF Holding	Compartilhamento de despesas	-	-	504	-	-
Arimax	Serviços sociais	-	-	-	-	(494)
Fundo Exclusivo Paperfect	Fundo de investimento exclusivo	436.819	-	-	-	33.271
Fundo Exclusivo Report	Fundo de investimento exclusivo	99.292	-	-	-	14.555
Premesa	Investimento em ações	66	-	-	-	-
Acionistas	Dividendos e juros s/ capital próprio	-	-	627	-	(8.860)
		563.503	-	17.998	278	65.868
Entre partes relacionadas						
Stenfar	Compartilhamento de despesas	2.604 ⁽⁶⁾	-	-	-	143
IPLF Holding	Compartilhamento de despesas	-	-	2.604 ⁽⁶⁾	-	-
		2.604	-	2.604	-	143
		1.812.860	27.361	81.512	1.297.319	2.189.502

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a “Notes due 2021” e financiamento de importação captados pela controlada Suzano Trading e repassados à Companhia em operações de pré-pagamento de exportação.

⁽²⁾ Refere-se a operações comerciais de venda de papel e celulose

⁽³⁾ Adiantamento para futuro aumento de capital (“Afac”).

⁽⁴⁾ Refere-se a operações de vendedor que estão classificadas como financiamentos e empréstimos (Nota 18).

⁽⁵⁾ Refere-se a operações de venda de energia elétrica e arrendamento de terras.

⁽⁶⁾ Refere-se a compartilhamento de despesas realizado entre a controlada Stenfar e parte relacionada Clion, adquirida pela IPLF Holding em outubro de 2012.

As informações divulgadas devem incluir também eventuais avais, fianças e outras garantias concedidas, como divulgado pela Tractebel.

Demonstração Financeira da Tractebel, Nota Explicativa nº 31

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contrato de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31/12/2012
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes controladas: Itasa, CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú e Trairi	2.535.642
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	19.335

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31/12/2012 é de R\$ 146.256. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R\$ 58.432 em 2013, R\$ 18.945 em 2014, R\$ 17.084 em 2022 e R\$ 51.796 em 2023.



A ALL divulgou as garantias concedidas e recebidas entre as empresas do grupo.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 20

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora, a saber:

					Garantias
	ALL S.A.	ALL Malha Sul	ALL Malha Paulista	ALL Malha Norte	Total
Garantidoras					
ALL S.A. (controladora)					
Debêntures	-	197.671	170.395	325.351	693.417
BNDES	-	195.117	82.730	0	277.847
CCB	-	817.816	0	0	817.816
	-	1.210.604	253.125	325.351	1.789.080
ALL Malha Sul					
Debêntures	2.166.185	-	-	-	2.166.185
ALL Malha Norte					
Debêntures	1.981.969	-	-	-	1.981.969
ALL Malha Paulista					
Debêntures	1.981.969	-	-	-	1.981.969
ALL Malha Oeste					
Debêntures	1.981.969	-	-	-	1.981.969
ALL Intermodal					
Debêntures	184.216	-	-	-	184.216
CCB	-	328.858	-	-	328.858
	184.216	328.858	-	-	513.074



A Gerdau, ao divulgar os avais concedidos a partes relacionadas, acrescentou informações a respeito de vencimento e valor original dos financiamentos, além do saldo existente em 31 de dezembro

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 18

d) Avais concedidos

Parte Relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	Valor original	Vencimento	Saldo
Dona Francisca Energética S.A.	Associada	Aval	Contratos de Financiamento	152.020	jun/13 - dez/14	16.466
Gerdau Açominas S.A	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	2.042.893	jun/15 - nov/17	1.142.483
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	148.071	Indeterminado	143.045
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	443.147	mar/14 - abr/14	163.495
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Aval	Bond 10 anos	1.744.000	out/17	3.065.250
Diacó S.A.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	280.804	abr/13 - jul/14	326.960
Gerdau Aços Especiais S.A.	Controlada	Aval	Contrato de Compra/Venda Energia Elétrica	1.664	set/16	8.354
Gerdau Holding Inc.	Controlada	Aval	Bond 10 anos	2.188.125	jan/20	2.554.375
Industrias Nacionales C. por A.	Associada	Garantia	Contratos de Financiamento	102.529	jul/15 - jan/19	118.273
Industrias Nacionales C. por A.	Associada	Aval	Contratos de Financiamento	112.852	mar/14	42.620
Gerdau Corsa S.A.P.I de C.V.	Associada	Garantia	Linha de Capital de Giro	75.392	out/13	90.936
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Aval	Bond 10 anos	2.117.750	set/20	2.554.375
Gerdau Açominas S.A.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	67.773	jan/16	82.762
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Associada	Aval	Contratos de Financiamento	123.293	ago/14	149.215
Siderúrgica Tultitlán S.A. de C.V.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	20.434	jun/14	22.260
Coquecol S.A.C.I.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	78.692	fev/13 - dez/13	83.784
Steelchem Trading Corporation	Associado	Aval	Contratos de Financiamento	80.964	mar/14 - jun/14	81.740
Gerdau MacSteel Inc.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	40.840	Indeterminado	40.870
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	61.305	Indeterminado	61.305

É requerida também pelo CPC 05 a divulgação das condições em que as transações foram efetuadas. A Souza Cruz fez a seguinte divulgação a respeito deste tópico.

Demonstração Financeira da Souza Cruz, Nota Explicativa nº 29

29 Transações e saldos com partes relacionadas

As transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas são pactuadas a valores, prazos e demais condições de mercado, quando existentes. A contratação de transações, cujas condições não encontram parâmetro de comparação no mercado, é avaliada tomando-se por base: (i) o interesse e necessidade da Companhia; (ii) custo envolvido levando em consideração: (a) percentual que o valor do serviço representa no custo total das atividades desenvolvidas internamente pela Companhia; (b) benefício agregado à Companhia; (c) contratação de recursos humanos e investimento na infraestrutura da Companhia para realização do serviço internamente.

No que se refere a medidas que visem tratar de conflitos de interesse, a Companhia tem por prática solicitar a consultores externos avaliação prévia dessas transações com o objetivo de garantir o caráter comutativo das condições ali pactuadas.



A maior parte das empresas divulgou que as transações são pactuadas a valor de mercado. Existem, no entanto, transações pactuadas com base em critérios diferenciados, como é o caso relatado pela Renner.

Demonstração Financeira da Renner, Nota Explicativa nº 24

Os saldos de direitos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados ao fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a Controladora e suas subsidiárias.

Transações com o Estado

O CPC 05 requer algumas divulgações específicas para as entidades relacionadas a agências de governo e organizações similares, sejam elas municipais, estaduais, federais, nacionais ou internacionais.

Seis empresas constantes da amostra divulgaram partes relacionadas com o Estado. A Embraer foi uma delas.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 15

15.2 Relacionamento com o governo brasileiro

O governo brasileiro, por meio de participações diretas e indiretas e da propriedade de ação denominada golden share, é um dos principais acionistas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o governo brasileiro detinha, além da golden share, a participação indireta de 5,37% na Companhia, por meio da BNDESPar, subsidiária integral do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, controlada pelo governo brasileiro. Portanto, as transações entre a Embraer e o governo brasileiro ou suas agências correspondem à definição de operações com partes relacionadas.

O governo brasileiro desempenha uma função relevante nas atividades de negócios da Companhia, inclusive como:

- ▶ Cliente importante dos produtos de defesa e segurança (por meio da Força Aérea Brasileira);
- ▶ Fonte de financiamento para pesquisa e desenvolvimento, por meio de instituições de desenvolvimento tecnológico, como Finep e BNDES;
- ▶ Agência de crédito para exportação (por meio do BNDES); e
- ▶ Fonte de financiamentos de curto e longo prazo e fornecedor de serviços de administração de capital e de banco comercial (por meio do Banco do Brasil).

Além da natureza, a empresa deverá divulgar o montante de cada uma das transações individualmente significativas, ou informações quantitativas e qualitativas a respeito do conjunto de transações, quando estas forem significativas em conjunto. A Copel forneceu um quadro detalhado a respeito.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 36

Parte relacionada / Natureza da operação	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Controlador						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (a)	-	-	79.539	57.855	-	-
Programa Luz Fraterna (b)	60.259	38.763	-	-	-	-
Empregados cedidos (c)	1.640	2.062	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.384.284	1.346.460	-	-	188.688	148.950
ICMS (NE nº 13.3)	110.096	117.011	209.629	193.960	-	-
Entidades com influência significativa						
BNDES e BNDESPar (d)						
Financiamentos (NE nº 21.5)	-	-	214.855	172.285	(2.525)	(313)
Dividendos a pagar (4)	-	-	63.890	46.473	-	-
Petrobras (e)						
Aluguel da usina - UEG Araucária (NE nº 34.2b)	11.894	2.730	-	-	95.253	32.804
Fornecimento e transporte de gás (f)	293	283	-	-	18.494	5.742
Aquisição de gás para revenda (f)	-	-	43.681	40.698	(247.673)	(186.833)
Adiantamento a fornecedores da Compagas (g)	12.666	11.982	-	-	-	-
Dividendos a pagar pela Compagas	-	-	1.208	1.887	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (h)	-	-	1.208	1.887	-	-
Paineira Participações S.A. (i)	-	-	1.179	1.110	-	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A.						
Compra de energia elétrica (j)	-	-	6.045	5.600	(67.354)	(63.045)
Dividendos a receber pela Copel	78	2.303	-	-	-	-
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar						
Dividendos a receber pela Dominó Holdings	9.477	15.603	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (k)	135	131	-	-	1.602	1.390
Sercomtel S.A. Telecomunicações (l)	179	169	-	-	2.142	2.031
Pessoal-chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.3)	-	-	-	-	(15.408)	(11.527)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	-	(808)	(496)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(10.694)	(9.073)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	528.242	468.875	-	-
Lactec (m)	18.742	15.400	303	371	(5.896)	(8.086)
Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A. (n)	-	-	38	466	(368)	(265)

CPC 06 (R1)

Operação de
Arrendamento
Mercantil (IAS 17)

Nesta seção, analisamos o impacto das exigências presentes no CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil nas demonstrações consolidadas publicadas em 2012 pelas companhias que compõem nossa amostra de trabalho.

O arrendamento mercantil é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado. Nesse sentido, o objetivo do CPC 06 é estabelecer, para arrendatários e arrendadores, políticas contábeis e divulgações a aplicar em casos de arrendamentos mercantis.

Podemos destacar as duas modalidades de arrendamento: o financeiro e o operacional. A classificação de um arrendamento mercantil como arrendamento mercantil financeiro ou arrendamento mercantil operacional depende da essência da transação, e não da forma do contrato. No caso do arrendamento mercantil financeiro, os riscos e benefícios são transferidos do arrendador para o arrendatário.

Os aspectos sobre operações de arrendamento mercantil considerados em nossas análises foram:

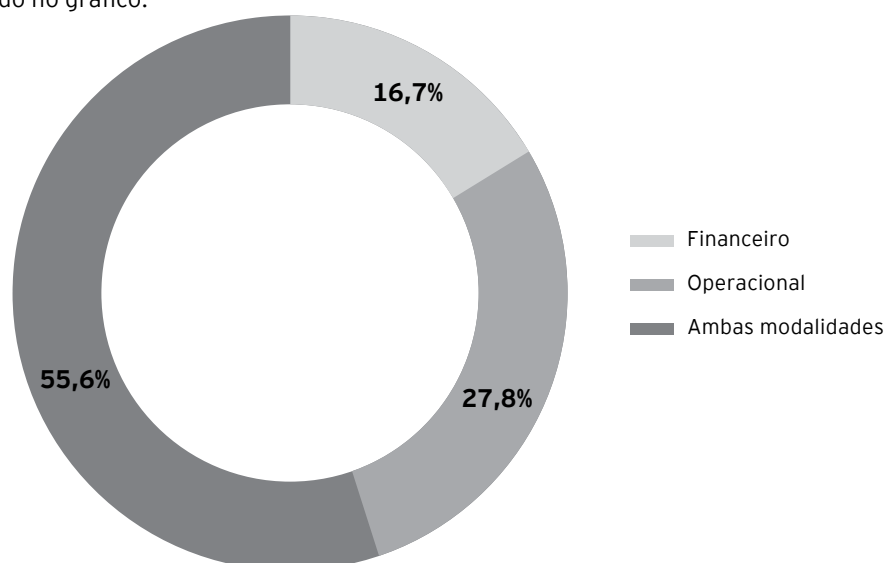
- ▶ Operações de arrendamento mercantil divulgadas pelas companhias da amostra;
- ▶ Exemplos práticos da aplicação do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17).

Operações de arrendamento mercantil divulgadas pelas companhias da amostra

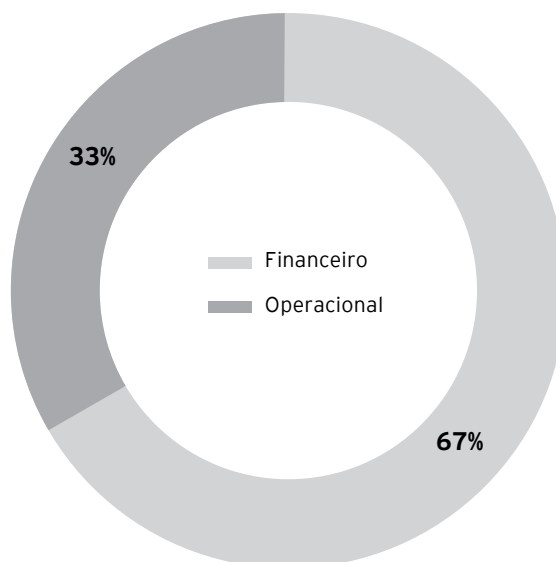
Dentre as 60 companhias da nossa amostra, 45 (75% da amostra) apresentaram algum tipo de arrendamento mercantil (financeiro e/ou operacional). No quadro a seguir, apresentamos como as companhias divulgaram suas operações de arrendamento mercantil:

Evidenciação sobre arrendamento mercantil	Quantidade de Companhias
Apresentação de nota de política contábil apenas	8
Apresentação de nota específica apenas	3
Apresentação das transações de arrendamento mercantil dentro de outra nota específica como imobilizado ou empréstimos	2
Apresentação de nota de política contábil e nota específica	16
Apresentação de nota de política contábil e das transações de arrendamento mercantil dentro de outra nota específica como imobilizado ou empréstimos	14
Apresentação das três opções (nota específica, política contábil e dentro de outra nota explicativa)	5
Nenhuma divulgação sobre o assunto	12
Total	60

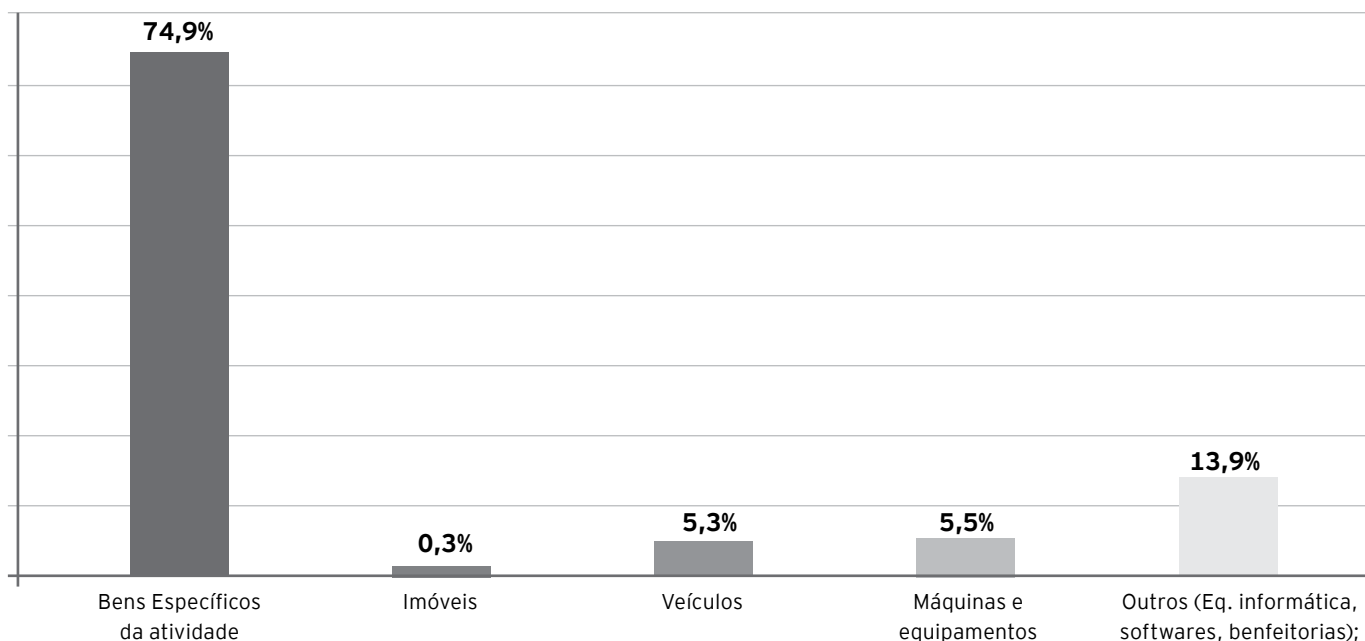
Na amostra analisada, identificamos 36 companhias arrendatárias com operações de arrendamento financeiro e/ou operacional. Dentre essas 36 companhias, 6 apresentaram apenas arrendamento financeiro, 10 apresentaram apenas arrendamento operacional e 20 apresentaram ambas as modalidades de arrendamento (financeiro e operacional), conforme demonstrado no gráfico:



Na amostra analisada, identificamos 12 companhias arrendadoras com operações de arrendamento financeiro ou operacional. Dentre essas 12 companhias, 8 apresentaram apenas arrendamento financeiro e 4 apresentaram apenas arrendamento operacional, conforme demonstrado no gráfico.



No gráfico que se segue, destacamos as principais classes de ativos arrendados, contabilizados e evidenciados, em 2012, pelas companhias da amostra:



Na amostra analisada, foi encontrado um caso de *leaseback*, nas demonstrações contábeis da Gol. Uma transação de venda e *leaseback* envolve a venda de um ativo e o arrendamento mercantil do mesmo ativo. O pagamento do arrendamento mercantil e o preço de venda são geralmente interdependentes por serem negociados como um pacote. O tratamento contábil de uma transação de venda e *leaseback* depende do tipo de arrendamento mercantil envolvido.

Exemplos práticos da aplicação do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)

Nota de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas da ALL, como companhia arrendatária.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 2.21

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

Divulgação de antecipação de arrendamentos feita pela ALL.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 8

8. Antecipação de arrendamentos - consolidado

Arrendamentos	31/12/2012		31/12/2011	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
ALL Malha Oeste	166	2.043	166	2.209
ALL Malha Paulista	2.025	26.701	2.025	28.727
ALL Malha Sul	2.734	36.003	2.734	38.737
Antecipação de direito de passagem				
ALL Malha Sul	1.261	17.421	1.261	18.682
	6.186	82.168	6.186	88.355

O valor pago à vista está sendo amortizado de acordo com o prazo restante de arrendamento.

Antecipação do direito de passagem refere-se ao pagamento efetuado pela ALL Malha Sul à ALL Malha Paulista como contraprestação ao uso dos trechos de Presidente Epitácio a Rubião Júnior e Pinhalzinho/Apiáí a Iperó (SP), conforme contrato de operação dos referidos trechos por 30 anos, prazo igual de sua amortização contábil.

Os contratos de arrendamento de bens são reconhecidos no resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato, não se caracterizando como arrendamento financeiro.

A ALL também divulgou informações a respeito do total dos pagamentos mínimos futuros de seus arrendamentos operacionais.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 17.2

17.2 Arrendamento mercantil operacional

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Veículos ⁽ⁱ⁾	3.285	657	-
Software ⁽ⁱⁱ⁾	1.880	-	-
Imóveis ⁽ⁱⁱⁱ⁾	820	-	-
	5.985	657	-

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondentes ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos. São contratos de aluguéis de veículos, sistemas aplicativos (softwares) e imóveis. A Companhia e suas controladas não têm nenhum pagamento contingente ou subarrendamentos dos contratos firmados.

(i) Contratos de aluguéis de veículos têm vigência de 2 anos (início em 01/04/2012) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de abril/2013.

(ii) Contratos de uso dos sistemas aplicativos têm vigência por período indeterminado, podendo ser renovados anualmente com correção anual.

(iii) Os contratos com imóveis são por período anual. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M.

A ALL registrou suas obrigações relacionadas aos contratos de arrendamento, linearmente de acordo com seus prazos. A seguir, as condições dos contratos de arrendamento e concessão.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 18

Arrendamentos	Prazo em anos	Valor do contrato	Valor pago à vista	Saldo	Contratos de arrendamento e concessão		
					Parcelas trimestrais	Início do pagamento	Índice de atualização
ALL Malha Oeste	30	56.440	4.969	51.471	112	15/01/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	230.160	52.793	177.367	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	202.112	82.032	120.080	112	15/01/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.
Concessões							
ALL Malha Oeste	30	3.118	409	2.709	112	15/01/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	12.252	2.917	9.335	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	10.830	4.510	6.320	112	15/01/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.

A Ambev divulgou informações sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro, dentro da nota explicativa do imobilizado.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 10

A Companhia arrenda máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, os quais foram contabilizados como arrendamento financeiro. O valor contábil dos ativos arrendados no Consolidado é de R\$ 47.772 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 29.716 em 31 de dezembro de 2011).

A BR Malls reconheceu a receita com aluguéis decorrente de operações de arrendamento operacional.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 2.6.1

A Companhia registra suas operações com locação de lojas como arrendamentos mercantis operacionais. O valor mínimo do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, é reconhecido na proporção da participação da Companhia em cada empreendimento, em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independentemente da forma de recebimento.

A BR Malls também divulgou os contratos de arrendamento que mantém como arrendadora das lojas de shopping.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 7.3

7.3 Arrendamentos

A Companhia mantém contratos de arrendamentos como arrendadora das lojas de shopping. A tabela abaixo demonstra os valores nominais dos pagamentos mínimos de arrendamentos não canceláveis, nos quais a Companhia é arrendadora:

	Consolidado	
	2012	2011
Até um ano	605.327	385.889
Entre dois e cinco anos	1.396.687	842.309
Mais de 5 anos	303.423	155.273
	2.305.437	1.383.471

A BR Properties divulgou, em nota de políticas contábeis, o reconhecimento da receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 2.3

Receita de aluguel

As receitas de aluguéis resultantes de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

A BR Properties também divulgou informações a respeito da atualização dos contratos de arrendamento mercantis vigentes.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 6

Os contratos vigentes de arrendamentos mercantis são atualizados mensalmente pela variação do IGP-M ou IPCA, sendo que não há cláusulas de recebimentos contingentes, pois seus contratos não foram contratados com parcelas de pagamentos baseados em variáveis, tais como percentuais de vendas futuras, índices de preços futuros e outros.

A BR Foods é arrendatária em diversos contratos, classificados como arrendamento mercantil operacional ou financeiro. Em nota explicativa específica sobre o assunto, a companhia divulga informações sobre as duas modalidades de arrendamento que mantém.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 22.1

22.1 Operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes exercícios, são apresentados a seguir:

	BR GAAP e IFRS
	Controladora e Consolidado
	31/12/2012
2013	84.785
2014	71.153
2015	48.118
2016	34.946
2017 em diante	125.571
	364.573

Em 31/12/2012, os pagamentos de arrendamentos operacionais reconhecidos como despesa no exercício totalizaram na controladora R\$ 104.380 (R\$ 95.094 em 31/12/11) e no consolidado R\$ 242.568 (R\$ 299.577 em 31/12/11).

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 22.2

22.2. Financeiro

A Companhia contrata arrendamentos mercantis financeiros para aquisição de máquinas, equipamentos diversos, veículos, software e edificações.

Durante o exercício findo 31/12/12 houve um acréscimo no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimo e financiamentos no montante de R\$ 110.390 na controladora e no consolidado.



Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 22.2 - Continuação

A Companhia mantém o controle dos bens arrendados, os quais estão apresentados abaixo:

		BR GAAP e IFRS	
		Controladora e Consolidado	
	Taxa média ponderada a.a. ⁽¹⁾	31/12/2012	31/12/2011
Custo			
Máquinas e equipamentos		21.098	24.999
Software		22.108	-
Veículos		135.660	51.498
Terrenos		389	-
Edificações		14.999	-
		194.254	76.497
Depreciação acumulada			
Máquinas e equipamentos	38,69	(9.218)	(15.992)
Software	20,00	(4.492)	-
Veículos	14,24	(16.969)	(2.094)
Edificações	11,84	(154)	-
		(30.833)	(18.086)
		163.421	58.411

⁽¹⁾ O prazo de depreciação dos bens arrendados corresponde ao menor valor entre o prazo de vigência do contrato e a vida útil do bem, conforme determina a Deliberação CVM nº 645/10

Nos casos de arrendamentos mercantis financeiros da BR Foods, a companhia separa os juros do valor presente dos pagamentos dos contratos. Vide divulgação a seguir.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 22.2

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme a seguir e foram registrados no balanço no passivo de curto e longo prazo:

		BR GAAP e IFRS	
		Controladora e Consolidado	
		31/12/2011	
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
2013	74.578	5.263	79.841
2014	28.862	2.750	31.612
2015	7.848	1.581	9.429
2016	6.448	1.211	7.659
2017 em diante	6.492	3.912	10.404
	124.228	14.717	138.945

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são praticadas no mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas a restrições de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

Na nota explicativa de arrendamento mercantil da CCR, a companhia também destacou as informações a respeito das operações de *leasing* operacional e financeiro. No caso do arrendamento financeiro, destaque para a taxa de depreciação dos bens arrendados.

Demonstração Financeira da CCR, Nota Explicativa nº 24

24. Arrendamento mercantil - Consolidado

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos	
	2012	2011
Até um ano	2.089	2.355
Acima de 1 ano e até cinco anos	1.986	4.453

A Companhia e suas investidas operam com 248 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

	2012	2011
Despesas com arrendamento mercantil operacional	2.527	6.617

b) Financeiro

A Companhia e suas investidas possuem ativos obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas investidas.

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	-	-	-	239	(64)	175
Máquinas e equipamentos	15	-	-	-	3.029	(531)	2.498
Equipamento de telefonia	15	-	-	-	18	(5)	13
Equipamento de informática	15	-	-	-	1.609	(842)	767
Veículos	20	18.129	(6.632)	11.497	19.206	(5.107)	14.099
Softwares	12	-	-	-	95	(60)	35
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	-	-	-	990	(265)	725
		18.129	(6.632)	11.497	25.186	(6.874)	18.312

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2012		2011	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Até um ano	5.412	4.567	9.816	7.805
Acima de um ano e até 2014	1.574	1.310	7.778	5.280
	6.986	5.877	17.594	13.085

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Durante o exercício de 2012 foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 1.172 (R\$ 1.648 em 31 de dezembro de 2011) relativos a despesas financeiras e R\$ 3.198 (R\$ 2.758 em 31 de dezembro de 2011) relativos a despesas de depreciação.

A Cemig divulgou em notas explicativas que os contratos de arrendamento operacional não têm impactos materiais no resultado da companhia.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 25 f

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

A Copel é uma companhia que assume a posição de arrendatária e arrendadora de *leasing* operacional.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 34.1

34.1 A Companhia como arrendatária

		Consolidado
Custos e despesas de arrendamentos e aluguéis	31/12/2012	31/12/2011
Imóveis (a)	21.920	17.704
Fotocopiadora	1.082	1.521
Outros	5.900	719
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.534)	(1.564)
	27.368	18.380

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesa de 2012, acrescida dos índices de correção assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

a) Do total de R\$ 21.920 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 10.183 referem-se ao contrato de locação do Polo km 3, firmado entre as subsidiárias da Copel e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para as subsidiárias da Copel. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 34.2

34.2 A Companhia como arrendadora

		Consolidado
Receita de arrendamentos e aluguéis	31/12/2012	31/12/2011
Equipamentos e estruturas (a)	66.177	54.442
Usina termelétrica de Araucária (b)	95.253	32.804
Imóveis	714	862
Compartilhamento de instalações	845	801
	162.989	88.909

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade do Grupo.

O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

a) O compartilhamento de estrutura refere-se à cessão de pontos de fixação, em espaço predeterminado nos postes, para instalação de cabos, acessórios e equipamentos das prestações de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo ao contido no Art. 73 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001/99, e na Resolução Aneel nº 581/02. Objetiva, também, a redução ▶

dos custos de implantação de infraestrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).

b) A UEG Araucária firmou novo "Contrato de Locação e Outras Avenças" em 29/12/2012 com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sócia não controladora, para locação da planta da Usina, pelo prazo de um ano, findo em 31/12/2013, podendo ser prorrogado por mais um ano, com cláusulas que preveem a possibilidade de rescisão antecipada, pela Sociedade, caso esta participe de leilões de energia promovidos pela Aneel. Esse contrato prevê a utilização, pela Petrobras, do complexo da Usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à UEG Araucária receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente.

A Cosan divulgou seus pagamentos contingentes de *leasing* operacional como parcela variável.

Demonstração Financeira da Cosan, Nota Explicativa nº 19

Contratos de arrendamento - Arrendamento mercantil operacional

A Raízen Energia possui contratos de arrendamento operacional de terras para plantação de cana-de-açúcar, os quais se encerram em até 20 anos. Os pagamentos mínimos referentes a essas obrigações são calculados linearmente, de acordo com os contratos. As despesas relativas a esses contratos durante o exercício findo em 31 de março de 2012 são como segue:

	2012*
Parcela mínima	214.949
Parcela variável	280.930
Total	495.879

(*) Representam 100% dos Compromissos de Raízen Energia (sendo que esse negócio é consolidado proporcionalmente em 50%)

A CPFL arrenda ativos por meio da modalidade de *leasing* financeiro, segregando a receita decorrente da amortização do principal da receita financeira, conforme divulgação em notas explicativas.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 9

Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas financeiras reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a taxa de juros efetiva implícita no arrendamento, pelo prazo dos respectivos contratos.

Estes investimentos resultaram neste exercício em uma receita financeira de R\$ 12.031 (R\$ 5.625 em 2011).

	Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011		
Investimento bruto	93.541	101.153		
Receita financeira não realizada	(52.098)	(72.051)		
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	41.443	29.102		
Circulante	9.740	4.581		
Não circulante	31.703	24.521		
	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Investimento bruto	13.151	45.114	35.276	93.541
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	9.740	20.603	11.100	41.443

Em 31 de dezembro de 2012, não há (i) valores residuais não garantidos que resultem em benefício do arrendador; (ii) provisão para pagamentos mínimos incobráveis do arrendamento a receber; e (iii) pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

A Hypermarchas divulgou detalhadamente informações sobre seus contratos de arrendamento mercantil operacional, mencionando se os contratos de aluguéis são renováveis ao seu término ou se não têm data final prevista.

Demonstração Financeira da Hypermarchas, Nota Explicativa nº 33

Planta/CD	Locadores	Reajuste
Escritório - Goiânia - GO	TV Serra Dourada Ltda.	IGP-M/FGV anualmente
CD - Maceió - SC	RS empreendimentos e Participações Ltda.	INPC - anualmente
Escritório 9º andar - São Paulo - SP	Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	IPCA / IBGE - anualmente
Escritório 5º andar São Paulo - SP	Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	IPCA / IBGE - anualmente
Escritório São Paulo - SP	Solibem Participações	IGP-M/FGV anualmente
CD bloco 7 - Cajamar - SP	LP Administradora de Bens Ltda.	IGP-M/FGV anualmente
CD bloco 6 - Cajamar - SP	LP Administradora de Bens Ltda.	IGP-M/FGV anualmente
CD bloco 5 - Cajamar - SP	LP Administradora de Bens Ltda.	IGP-M/FGV anualmente
CD - Contagem - MG	MRV Serviços de engenharia Ltda	IGP-M/FGV anualmente
CD - Porto Alegre	Alessandro de Souza Duarte	IGP-M/FGV anualmente
Escritório - São Paulo - SP	Funcionário do Banco do Brasil - Previ	IGP-DI/FGV - anualmente

A EcoRodovias divulgou a movimentação da sua conta de arrendamento mercantil financeiro, além de mencionar os encargos de alguns contratos irretratáveis.

Demonstração Financeira da EcoRodovias, Nota Explicativa nº 20

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	2.657	2.893
Adição	-	1.712
Encargos financeiros	265	555
Pagamento do principal	(2.026)	(1.880)
Pagamento de juros	(233)	(623)
Saldo final	663	2.657

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica "imobilizado" se refere a caminhões e apresenta valor residual de R\$ 4.775 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 6.352 em 31 de dezembro de 2011).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em agosto de 2014. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

Atualização em caso de atraso dos pagamentos	Garantia	Valor Mensal do contrato	Data inicial do contrato	Data final do contrato	nº de meses	Total custo/despesa 31/12/2012
Juros moratórios 1% ao mês e multa de 2%	Não tem previsão no contrato	30	28/2/2010	Indeterminado	36	449
Variação INPC, juros de moratórios 1% a.m.	Não tem previsão no contrato	15	20/12/2006	Indeterminado	36	131
Variação IGP-M/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Doze vezes o valor do aluguel	42	26/10/2009	25/10/2015	36	505
Variação IGP-M/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Doze vezes o valor do aluguel	37	25/5/2009	24/5/2015	36	674
Variação IGP-M/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Doze vezes o valor do aluguel Seguro fiança no valor de R\$ 55.830,00 por 36 meses	41	1/5/2009	30/4/2015	36	694
Variação IGP-M/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Fiança bancária com prazo de doze meses no valor equivalente a três aluguéis	263	15/5/2009	15/5/2015	36	4378
Variação IGP-M/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	277	1/9/2009	15/9/2015	36	4185
Variação IGP-M/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	180	8/10/2010	7/10/2013	36	343
Juros moratórios 1% ao mês e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	32	23/1/2007	22/1/2013	36	405
Variação IGP-M/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	5	1/7/2008	Indeterminado	23	13
Variação IGP-DZI/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Depósito de três vezes o valor do aluguel	48	15/2/2010	14/2/2010	36	604

A Fibria também ativou no imobilizado bens arrendados por meio da modalidade de arrendamento financeiro e divulgou informações a respeito da depreciação desses ativos, bem como informações sobre o valor presente dos pagamentos futuros para cada um dos períodos discriminados.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 21 a

21 Acordos de arrendamento financeiro e operacional

(a) Arrendamentos financeiros

Os arrendamentos classificados como financeiros estão relacionados com a compra de equipamentos florestais para corte de transporte de madeira e também para a compra de equipamentos industriais para processamento de produtos químicos e oxigênio. Os contratos de arrendamento financeiro possuem opção de compra ao término do período de arrendamento.

Estes ativos estão registrados substancialmente na rubrica "Máquinas, equipamentos e instalações" no grupo "Ativo imobilizado" e a respectiva obrigação está registrada no grupo "Demais contas a pagar".

	2012			2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Máquinas florestais	41.771	(33.566)	8.205	44.306	(26.920)	17.386
Plantas químicas e de oxigênio	88.990	(21.301)	67.689	88.990	(15.621)	73.369
	130.761	(54.867)	75.894	133.296	(42.541)	90.755

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 21 a - Continuação

Apresentamos a seguir um cronograma com o valor presente e dos futuros pagamentos mínimos para cada um dos períodos discriminados a seguir:

Anos	Valor presente	Valor futuro
2013	7.587	9.886
2014 a 2018	30.634	49.440
Acima de 2018	37.031	58.080
	75.252	117.406

Não existem restrições impostas pelos acordos de arrendamento financeiro.

Nota de políticas contábeis do Banco Santander a respeito da contabilização dos *leasings* financeiros e operacionais.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 2 j

j) Contabilização de *leasings*

i. *Leasings* financeiros

Leasings financeiros são *leasings* que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, todos os tipos de *leasings* financeiros possuem valores residuais garantidos, e a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica "Empréstimos e recebíveis" no balanço patrimonial consolidado.

A receita financeira decorrente desses contratos é creditada na conta "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada, de modo a alcançar uma taxa constante de retorno sobre o prazo da locação.

ii. *Leasings* operacionais

Em *leasings* operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando atuam como arrendadoras, as entidades consolidadas apresentam o custo de aquisição dos ativos arrendados sob a rubrica "Ativo tangível" (nota 12). A política de depreciação para esses ativos é consistente com a de bens do imobilizado de uso próprio similares, e a receita de *leasings* operacionais é reconhecida pelo método linear na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração consolidada do resultado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, as despesas de *leasing*, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica "Outras despesas administrativas" em suas demonstrações consolidadas do resultado.



Divulgação da carteira de arrendamento mercantil do Banco Santander, que evidenciou três anos na estimativa por vencimento.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 9 f

f) Carteira de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil	4.882.797	7.991.849	12.921.149
Arrendamentos a receber	3.714.457	5.720.996	8.721.847
Valores residuais a realizar ⁽¹⁾	1.168.340	2.270.853	4.199.302
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.622.469)	(5.570.537)	(8.496.306)
Valores residuais a balancear	(1.168.340)	(2.270.853)	(4.199.302)
Imobilizado de arrendamento	11.738.066	16.485.919	21.304.308
Depreciações acumuladas	(8.242.886)	(11.346.459)	(12.324.135)
Superveniências de depreciações	4.768.240	8.049.256	9.805.118
Perdas em arrendamentos a amortizar	171.659	198.119	166.451
Credores por antecipação de valor residual	(4.355.504)	(7.050.545)	(9.107.457)
Outros valores e bens	10.067	19.127	46.599
Total	4.181.630	6.505.876	10.116.425

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil

A Receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (Receita mercantil a apropriar referente aos Pagamentos mínimos a receber) é R\$ 701.167 (2011 - R\$ 1.485.973 e 2010 - R\$ 2.804.729).

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Vencidas	144.586	214.378	322.851
A vencer:			
Até 1 ano	2.504.585	3.728.746	5.207.603
De 1 a 5 anos	2.225.247	4.042.054	7.384.925
Acima de 5 anos	8.379	6.671	5.770
Total	4.882.797	7.991.849	12.921.149

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Vencidas	96.689	143.337	228.222
A vencer:			
Até 1 ano	2.353.900	3.427.190	4.796.604
De 1 a 5 anos	1.727.902	2.932.795	5.089.299
Acima de 5 anos	3.139	2.554	2.300
Total	4.181.630	6.505.876	10.116.425

Nota de política contábil do Bradesco sobre os bens arrendados sob cada modalidade (financeiro e operacional) e o tratamento contábil subjacente.

Demonstração Financeira do Bradesco, Nota Explicativa nº 2 k

i. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O recebimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro no balanço patrimonial é realizado na conta de “empréstimo e adiantamentos a clientes” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pela Organização e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamentos mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro na venda do arrendamento, no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido feito pela Organização.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados no mínimo anualmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada periodicamente e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida no resultado imediatamente.

ii) Concessão de arrendamento mercantil operacional

Os ativos mantidos em um arrendamento operacional no balanço patrimonial, quando a Organização atua como arrendador, são contabilizados nas contas do ativo, de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pela Organização que atua como arrendador são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A receita do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, são incorridos na realização da receita como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis é consistente com a política de depreciação utilizada pela Organização para ativos similares.

Nota de política contábil da Gol para suas transações de *sale-leaseback*. Vale destacar que, dentre as companhias da amostra analisada, a Gol foi a única que apresentou esse tipo de operação.

Demonstração Financeira da Gol, Nota Explicativa nº 2.2 g

► Sale-leaseback

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* classificados após venda como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

i) Imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo;

ii) Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o período que se espera que o ativo seja utilizado);

iii) Caso o preço de venda seja superior ao valor justo do bem, o valor excedente é diferido e amortizado durante o período esperado que o ativo seja utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos. ►

Se a transação de sale-leaseback resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento. A Companhia não possui operações de sale-leaseback que resultaram em arrendamento mercantil financeiro.

Demonstração Financeira da Gol, Nota Explicativa nº 29 b

b) Transações com sale-leaseback

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía os montantes de R\$ 7.564 e R\$ 8.367, respectivamente, na rubrica de outras obrigações do passivo circulante e não circulante (R\$ 7.564 e R\$ 15.931 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ganhos com transações de sale-leaseback realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc., em 2006, de oito aeronaves 737-800 Next Generation. Esses ganhos foram diferidos e estão sendo amortizados proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis operacionais pelo prazo contratual de 124 meses.

Nesta mesma data, possuía na rubrica de despesas antecipadas no ativo circulante os montantes de R\$ 9.373 e R\$ 35.456, respectivamente (R\$ 9.373 e R\$ 44.828 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a perdas com transações de sale-leaseback realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de nove aeronaves. Durante os anos de 2007, 2008 e 2009 estas perdas foram diferidas e estão sendo amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou ganho de R\$ 36.802, reconhecido diretamente no resultado do exercício, tendo uma vista que a apuração de ganhos e perdas com sale-leaseback não se compensavam ao longo do contrato de arrendamento mercantil.

As Lojas Americanas chamam seus contratos de arrendamento de compromissos de locação. Existem algumas companhias que utilizam o termo aluguel, ao invés de arrendamento, mas, na essência, as terminologias tratam do mesmo tipo de operação.

Demonstração Financeira das Lojas Americanas, Nota Explicativa nº 28

28. Compromissos - Contratos de locação.

A Companhia mantém um Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças com a Hulusa Comercial e Imóveis Ltda. (empresa não relacionada). Por meio deste instrumento, a Companhia, na qualidade de locatária, e a Hulusa, na qualidade de locadora, executaram um estudo de implantação de um novo centro de distribuição - CD a ser utilizado pela B2W no imóvel de propriedade da Hulusa. Este novo CD vem sendo usado pela Companhia a partir de agosto de 2008, mantendo ainda os CDs de Pirambóia e Osasco, os quais se esperam que no futuro sejam consolidados para este novo CD pertencente à Hulusa.

O aluguel é atualizado mensalmente com base na média aritmética dos índices IGP-M e IPC (em 31 de dezembro de 2012 o valor do aluguel mensal era de R\$ 2.744). O prazo da locação é de 10 anos (120 meses), contados da data de celebração do referido instrumento de locação. Para garantia deste novo CD, a Companhia efetuou pagamentos no montante total de R\$ 10.000, que estão sendo compensados com os aluguéis vindouros, na razão de 50% do aluguel mensal. A controladora Lojas Americanas é fiadora, devedora solidária, e principalmente pagadora das obrigações da Companhia sob o referido contrato.

A Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em despesas de aluguéis e outras relacionadas aos CDs no montante de R\$ 33.393 (R\$ 27.195 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos CDs em uso, a valores de 31 de dezembro de 2012, são assim distribuídos:

	2013	2014	2015	2016	2017 em diante
Aluguéis	35.063	36.816	38.657	40.590	42.619

A Marfrig detalhou os contratos de arrendamento financeiro e os trouxe a valor presente, conforme recomendado pela norma da CVM.

Demonstração Financeira da Marfrig, Nota Explicativa nº 19.1

Consolidado

Linha de crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/2012	Futuros pagamentos 31/12/2012	Saldo 31/12/2011
Moeda Nacional						
Arrendamento Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	12,5%	1,9	2.207	10.027	11.898
Arrendamento Financeiro Leasing Equip. informática	CDI + Taxa	7,2%	2,3	2.220	3.221	4.377
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	13,6%	1,2	6.700	15.077	16.895
Arrendamento Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	9,1%	0,8	232	7.851	11.330
Juros Financeiro a vencer				(3.881)	-	(20.668)
AVP Arrend. Financeiro Leasing				(1.074)	-	(6.683)
Total moeda nacional				6.404	36.176	17.149
Moeda estrangeira						
Arrendamento Financeiro Leasing Veículos	Taxa	5,7%	4,4	2.225	3.118	2.144
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	Taxa	4,8%	4,2	136.800	151.414	181.340
Arrendamento Financeiro Leasing Instalações Industriais	Taxa	12,0%	1,3	899	1.255	1.535
Arrendamento Financeiro Leasing Edificações	Taxa	0,0%	0,0	-	-	100.596
Total moeda estrangeira				139.924	155.787	285.585
Total Consolidado				146.328	191.963	302.734
Passivo circulante				38.805		59.911
Passivo não circulante				107.523		242.823

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados ao valor presente, na data de registro inicial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.15.

A Marfrig divulgou, separadamente, o cronograma de pagamentos dos seus arrendamentos financeiros, por tipos de moeda (nacional e estrangeira).

Demonstração Financeira da Marfrig, Nota Explicativa nº 19.1

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Moeda nacional				
Até 1 ano	3.191	12.139	14.399	24.634
De 1 ano até 5 anos	4.945	18.810	21.777	15.862
Total moeda nacional	8.136	30.949	36.176	40.496
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	40.366	51.544
De 1 ano até 5 anos	-	-	114.523	158.584
Mais de 5 anos	-	-	898	87.378
Total moeda estrangeira	-	-	155.787	297.506
Total	8.136	30.949	191.963	338.002

Além disso, a Marfrig detalhou as garantias empregadas em seus arrendamentos financeiros, também por tipo de moeda.

Demonstração Financeira da Marfrig, Nota Explicativa nº 19.1

Seguem abaixo as garantias dos arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Moeda nacional				
Garantias:				
Bem financiado	4.612	8.726	6.404	17.149
Total moeda nacional	4.612	8.726	6.404	17.149
Moeda estrangeira				
Garantias:				
Bem financiado	-	-	139.924	285.585
Total moeda estrangeira	-	-	139.924	285.585
Total	4.612	8.726	146.328	302.734

Algumas companhias, como a MRV, embora não apresentem operações de subarrendamentos, fazem questão de evidenciar esse fato em nota explicativa.

Demonstração Financeira da MRV, Nota Explicativa nº 13 b

Não há subarrendamento mercantil para as operações de arrendamento mercantil operacional. Não houve pagamentos contingentes reconhecidos como despesa durante os períodos.

O prazo dos contratos varia entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato nº12.122/10.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aluguéis mínimos	268.251	299.462	433.161	470.719
Aluguéis contingentes	112.917	36.353	750.643	646.664
Aluguéis de subarrendamento ^(a)	(110.151)	(81.186)	(143.867)	(110.806)
	271.017	254.629	1.039.937	1.006.577

^(a) Refere-se aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

Em 3 de outubro de 2005, a Companhia vendeu 60 imóveis (28 hipermercados Extra e 32 supermercados Pão de Açúcar) ao Fundo Península (controlado pelo Grupo Diniz), os quais foram alugados para a Companhia por um prazo de 25 anos, com possibilidade de renovação por mais dois períodos consecutivos de 10 anos cada. Como resultado dessa venda, a Companhia pagou R\$ 25.517, na data inicial do contrato de locação da loja, como uma quantia inicial para celebrar um contrato de longo prazo. A quantia inicial foi registrada em encargos diferidos e está sendo amortizada por meio do contrato de locação das lojas correspondentes.

A Petrobras evidenciou os recebimento e pagamentos dos arrendamentos financeiros numa mesma tabela.

Demonstração Financeira da Petrobras, Nota Explicativa nº 16.1

16 Arrendamentos mercantis

16.1 Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

	2012		
	Consolidado		Controladora
	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos
2013	385	43	2.244
2014 - 2017	1.482	177	5.126
2018 em diante	4.221	350	2.436
Recebimentos/pagamentos de compromissos estimados	6.088	570	9.806
Menos montante dos juros anuais	(2.826)	(357)	(2.044)
Valor presente dos recebimentos/pagamentos mínimos	3.262	213	7.762
Circulante	123	37	1.741
Não circulante	3.139	176	6.021
Em 31 de dezembro de 2012	3.262	213	7.762
Circulante	225	82	1.922
Não circulante	2.848	183	7.422
Em 31 de dezembro de 2011	3.073	265	9.344

A Suzano demonstrou, de maneira simples mas objetiva, as principais informações sobre as suas operações de arrendamento financeiro.

Demonstração Financeira da Suzano, Nota Explicativa nº 18.1

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Maquinas e equipamentos	150.582	150.582
(-) Depreciação acumulada	(109.707)	(95.511)
Imobilizado líquido	40.875	55.071
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos):		
Menos de 1 ano	33.279	31.855
mais de 1 ano e até 5 anos	19.810	45.296
Mais de 5 anos	7.932	9.234
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	61.021	86.385
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	9.233	8.097
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	70.254	94.482

A Telefônica divulgou que sua controlada A. Telecom possui contratos de arrendamento de equipamentos de informática para os quais reconhece, na data de instalação, uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato com contrapartida nas contas a receber. Em nota explicativa sobre contas a receber, a Telefônica destacou as perdas estimadas com inadimplência referentes a esses contratos de arrendamento mercantil financeiro.

Demonstração Financeira da Telefônica, Nota Explicativa nº 6

A controlada A. Telecom possui o produto "Soluciona TI", que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 2011 como "Arrendamento Mercantil Financeiro".

O saldo consolidado das contas a receber de 31 de dezembro de 2012 e 2011 contempla os seguintes efeitos:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	294.245	261.933
Receita financeira não realizada	7.757	8.941
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber	302.002	270.874
Provisão para redução ao valor recuperável	(86.648)	(69.375)
Total dos valores a receber líquidos	215.354	201.499
Circulante	121.976	116.644
Não circulante	93.378	84.855

CPC 10

Pagamento Baseado
em Ações (IFRS 2)

A remuneração baseada em ações da empresa tem ganhado cada vez mais representatividade nos salários dos executivos no mundo inteiro. No contexto de governança corporativa, os acionistas das empresas se utilizam dessa forma de remuneração para incentivar os executivos a maximizar o valor da firma, de modo que os interesses de ambas as partes estejam alinhados.

As transações que envolvem pagamento baseado em ações podem tomar diferentes formas. Elas podem envolver tanto ações quanto outros títulos patrimoniais da empresa, como, por exemplo, opções de ações (stock options). Podem ser liquidadas pela entrega efetiva das ações ou por um valor em dinheiro que é baseado no preço das ações.

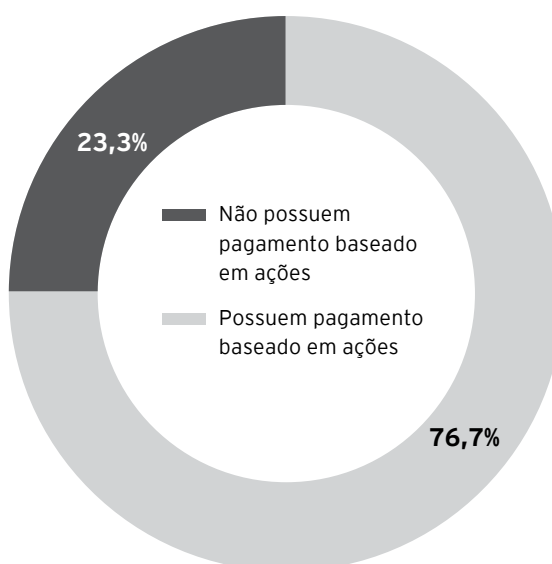
Nesta seção, analisamos como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2) nas suas demonstrações consolidadas de 2012. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Empresas da nossa amostra que realizaram transações de pagamento baseado em ações;
- ▶ Forma de liquidação dessas transações: títulos patrimoniais, dinheiro ou mista;
- ▶ Participação do pagamento baseado em ações no total do valor gasto com pessoal;
- ▶ Métodos e premissas utilizados na mensuração do valor dos pagamentos baseados em ações;
- ▶ Outras divulgações realizadas pelas empresas sobre pagamentos baseados em ações.

Empresas da nossa amostra que realizaram transações de pagamento baseado em ações

Das 60 empresas da nossa amostra, 46 (77%) utilizaram formas de remuneração que se caracterizam como pagamento baseado em ações. Nestas transações, as entidades normalmente outorgam ações ou opções de ações para seus empregados ou outras partes, constituindo uma característica comum da remuneração de diretores, executivos e muitos outros empregados. O gráfico ao lado apresenta uma posição das empresas que possuem ou não formas de pagamento baseado em ações.

A entidade possui Pagamento Baseado em Ações?



Dentre as empresas que utilizaram formas de remuneração que se enquadram em pagamentos baseados em ações, conforme o CPC 10, tem-se, por exemplo, a Vale, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 21.c

21. Obrigações com Benefícios a Funcionários

c) Plano de incentivos de longo prazo

Com o objetivo de incentivar a visão de “acionistas”, além de elevar a capacidade de retenção dos executivos e reforçar a cultura de desempenho sustentado, a Vale mantém um Plano de Remuneração a Longo Prazo para alguns dos executivos da Companhia, cobrindo ciclos de 3 anos.

De acordo com os termos do plano, os participantes, podem alocar uma parte de seus bônus anuais ao plano. A parte do bônus alocada ao plano é usada pelo executivo para comprar ações preferenciais da Vale, através de uma instituição financeira previamente definida em condições de mercado e sem nenhum benefício fornecido pela Vale.

As ações compradas pelo executivo não têm restrições e podem, de acordo com os critérios próprios de cada participante, ser vendidas a qualquer momento. Contudo, as ações precisam ser mantidas por um período de três anos e os executivos precisam manter seu vínculo empregatício com a Vale durante esse período. O participante passa a ter o direito de receber da Vale um pagamento em caixa equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado. O total de ações vinculadas ao plano em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é 4.426.046 e 3.012.538, respectivamente.

Adicionalmente, certos executivos elegíveis ao incentivo de longo prazo têm a oportunidade de receber no final de um ciclo de três anos um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseado na avaliação de suas carreiras e fatores de desempenho medidos como um indicador de retorno total aos acionistas.

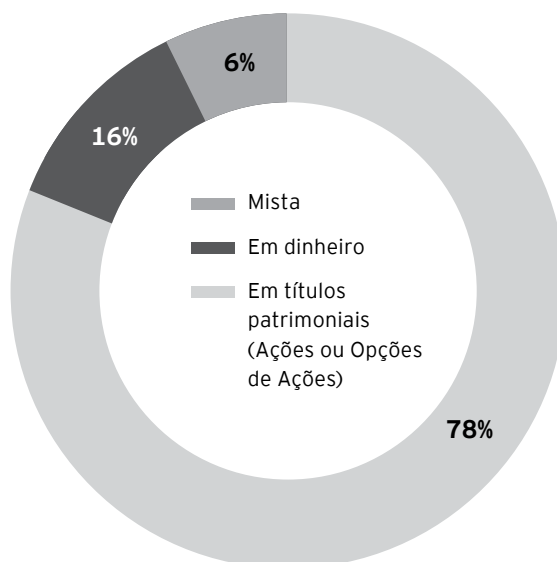
Os passivos são mensurados ao valor justo na data de cada emissão do relatório, baseados em taxas do mercado.

Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, reconhecemos uma provisão de R\$ 178 e R\$ 204, respectivamente, no resultado.

Forma de liquidação das transações: títulos patrimoniais, dinheiro ou mista

Além disso, buscamos verificar qual é a forma de liquidação dessas transações: títulos patrimoniais (ações e opções de ações), dinheiro ou mista. Nossas análises evidenciaram que 78% dos contratos de pagamento baseado em ações preveem a liquidação por meio da entrega de instrumentos patrimoniais da entidade. Por outro lado, das 46 empresas que concederam tal forma de remuneração, apenas três consideram a opção de liquidação em dinheiro ou em títulos patrimoniais e oito preveem liquidação exclusivamente em dinheiro, conforme apresentado no gráfico ao lado.

Forma de liquidação do acordo de PBA



O Grupo Pão de Açúcar - Cia. Brasileira de Distribuição (CBD) está entre as empresas analisadas que concedem títulos patrimoniais (ações) para funcionários (incluindo executivos seniores), conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Financeira do Grupo Pão de Açúcar - Cia. Brasileira de Distribuição, Nota Explicativa nº 4 s

4. Principais políticas contábeis

s) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia o do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior.

Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº 32).

Entre as poucas empresas que optaram por liquidar suas operações de pagamento baseado em ações em dinheiro, tem-se a Fibria, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 29

29 Programa de remuneração baseado em ações - Phantom Stock Options (PSO)

Em 28 de abril de 2010, o Conselho de Administração aprovou o programa de incentivo de longo prazo, que consiste no plano para outorga de Phantom Stock Options (PSO), que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos, facultando participarem das valorizações das ações da Companhia.

O programa é baseado no conceito de PSO, que consiste em uma premiação em dinheiro baseada na valorização da ação da Companhia, em relação a um preço de exercício preestabelecido pelo programa em um prazo predeterminado. O plano não prevê negociação efetiva (compra e venda) das ações. São elegíveis ao plano o diretor-presidente e diretores executivos da Companhia.

A cada outorga, o executivo elegível recebe uma quantidade de PSO definida com base em uma premiação-alvo e na expectativa de valorização da Companhia. A meta de valorização das ações da Companhia é estabelecida pelo Conselho



de Administração e o número de PSO outorgadas será calculado de tal forma que, se atingida a meta de valorização, a premiação resultante será igual ao valor-alvo.

As PSO somente poderão ser exercidas se respeitados o prazo de carência (vesting) de três anos, a partir da data de outorga estabelecida nos contratos e possuem prazo máximo de exercício de cinco anos, quando vencem. Excepcionalmente, a primeira outorga denominada Programa 2009 possui período de carência escalonado.

O preço de exercício das opções na data da outorga é calculado pelo preço médio dos últimos três meses do preço de fechamento das ações FIBR3.

Participação do pagamento baseado em ações no total do valor gasto com pessoal

Para analisar a representatividade dos valores referentes aos pagamentos baseados em ações, consideramos quanto tais valores representavam do total dos gastos com pessoal, que é apresentado na Demonstração do Valor Adicionado (DVA). De acordo com nossas análises, essas despesas de remuneração representam, em média, 4,9% do total do valor gasto com pessoal.

Destaca-se que 46,2% das empresas apresentaram menos de 1% de gastos com pagamento baseado em ações em relação à remuneração total. As empresas com os maiores valores de gastos com pagamento baseado em ações em relação à remuneração de pessoal foram MMX, Multiplan, BR Mall e CCR, com percentuais variando de 80% a 14%. Tal fato está ligado à decisão da companhia de outorgar opções de compra de ações de sua propriedade, conforme pode ser observado a seguir em divulgação apresentada pela MMX.

Demonstração Financeira da MMX, Nota Explicativa nº 14 e

4. Principais políticas contábeis

e) Plano de opção de compra de ações - Continuação

(e.2) Opção de ações outorgadas pela Companhia

Em 28 de abril de 2006, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou um programa de opções de compra de ações de sua emissão. Este programa consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido aos administradores, executivos e colaboradores beneficiários do programa a um determinado preço de exercício por ação, devendo ser exercido no prazo de exercício. O limite de ações destinadas ao programa seria 1% das ações em circulação. Em 28 de dezembro de 2010, ocorreu a renovação do programa até 31 de dezembro de 2015 aumentando o limite máximo de ações destinadas ao programa para 2,5% do total em circulação. Ainda nesta data, foi aprovado o programa de ações para executivos atuais ou futuros com duração de 7 anos. Conforme o regulamento do plano, o Conselho de Administração da Companhia deve determinar a quantidade de ações concedidas, os preços de exercício, prazos de maturação e vencimento dos direitos. Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. Os demais acionistas da empresa não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções.

31 de dezembro de 2012

Quadro 2 - Opções de ações outorgadas pela Companhia

Ano da outorga	Período de exercício	Prazo final de vencimento	Preço de exercício da opção	Valor justo das opções outorgadas (a)	Preço da ação em R\$ (b)	Volatilidade esperada (% a.a.) ©	Prazo médio remanescente	Valor intrínseco (R\$ mil)	Taxa de juros livre de risco média (d)
De 2007 a 2012	5 a 7 anos	de 31/08/2013 a 15/05/2020	5,21 a 6,91	2,57 a 6,10	4,45	59,53% a 78,11%	6,52 anos	43.319	8,34%

As empresas aumentaram as despesas com pagamento baseado em ações em média em 10,7% em relação ao ano de 2011, sendo que em três empresas essa variação foi maior do que 100%. A maior variação verificada foi de 1031%, apresentada pela empresa MMX, que aprovou um novo programa de opção de compra de ações para executivos atuais e futuros em 2012, conforme mostrado anteriormente.



Métodos e premissas utilizados na mensuração do valor dos pagamentos baseados em ações

De acordo com o CPC 10, os pagamentos baseados em ações devem ser mensurados pelos seus valores justos. No caso de essas transações serem liquidadas pela entrega de títulos patrimoniais, a referida norma internacional recomenda que a entidade mensure os serviços recebidos de forma direta, isto é, pelo valor justo dos produtos e serviços recebidos. No caso de se ter dificuldade de determinar o valor justo desta forma, a mensuração pode ser feita com base no valor justo das ações ou opções concedidas.

Contudo, como tal exigência se torna muitas vezes impraticável, haja vista que a remuneração de executivos inclui igualmente salários e outros benefícios, a prática mais comum e igualmente aceitável pelo CPC 10 é se reconhecer o valor justo dessas transações de maneira indireta. Em outras palavras, o cômputo do valor justo é realizado com base no valor justo das ações ou opções concedidas.

Ainda assim, a mensuração dessas transações é complexa. Isso porque, como na maioria dos casos os títulos patrimoniais concedidos são opções de ações e os prazos de exercícios são longos, torna-se necessária a utilização de um modelo de precificação, além da estimação de diversas premissas. Em razão disso, algumas empresas, como, por exemplo, o Pão de Açúcar, consideraram a mensuração do valor dos pagamentos baseados em ações uma estimativa contábil crítica.

Demonstração Financeira do Grupo Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 6 e

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

e) Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento baseado em ações estão evidenciados na nota explicativa nº 27 f.

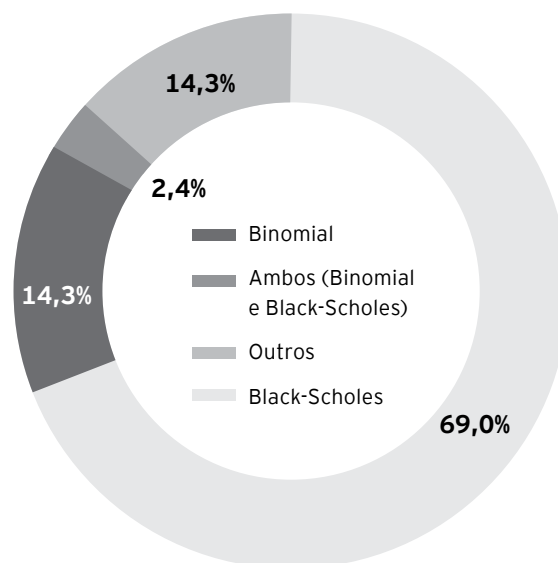
Por essa razão, conforme o CPC 10, as empresas devem divulgar todos os métodos e premissas utilizados no cálculo do valor justo de suas transações de pagamento baseado em ações, que incluem, por exemplo, no caso de opções de ações, o referido modelo de precificação utilizado, bem como suas premissas.

Nossas análises evidenciam que 42 empresas divulgaram as referidas informações, o que corresponde a 91% das empresas que concederam remunerações baseadas em ações no período, e apenas quatro empresas deixaram de divulgar os métodos e premissas acerca do valor justo.

Das empresas que divulgaram o modelo de mensuração, a maioria (69%) utilizou exclusivamente o Black-Scholes, enquanto outras empresas (14,3%) adotaram o modelo Binomial e outras ainda (14,3%) adotaram ambos os modelos, conforme apresentado ao lado.

A Usiminas foi uma das empresas que apresentaram informações detalhadas sobre o cálculo do valor justo das respectivas transações, tendo mensurado o valor justo com base no modelo Black-Scholes.

Modelo de mensuração



Demonstração Financeira da Usiminas, Nota Explicativa nº 39 d

39. Plano de outorga de opção de compra de ações

d) Valor justo das opções

O valor justo na data outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes, foram os seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,83	R\$ 5,07	R\$ 5,27
Preço da ação	R\$ 11,45	R\$ 11,45	R\$ 11,45
Preço de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98	R\$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,48	R\$ 5,77	R\$ 6,04
Preço da ação	R\$ 12,02	R\$ 12,02	R\$ 12,02
Preço de exercício	R\$ 10,05	R\$ 10,05	R\$ 10,05
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção. A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga. O valor justo das Opções concedidas é contabilizado como despesa ao longo do período de carência.

Já a Gafisa optou pela mensuração do valor justo dos pagamentos usando os métodos Binomial e Monte Carlo, conforme detalhado na nota a seguir.

Demonstração Financeira da Gafisa, Nota Explicativa nº 19.3

19 Patrimônio Líquido - Continuação

19.3. Programa de opção de compra de ações - Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia outorgou 7.639.048 opções em conexão com seus planos de opção de compra de ações ordinárias, das quais 5.628.500 referem-se à substituição de 9.264.253 opções de programas anteriores (12.855.000 opções outorgadas em 2011).

O valor justo incremental outorgado como resultado dessas modificações é de R\$ 4.277. O valor justo das novas opções outorgadas durante o exercício de 2012 totalizou R\$ 11.063, e os membros foram determinados com base nas seguintes premissas:

	2012	
Modelo de precificação	Binominal	Monte Carlo
Preço de exercício das opções (R\$)	R\$ 2,73	R\$ 2,73 e R\$ 0,01
Média ponderada do preço das opções (R\$)	R\$ 2,73	R\$ 0,73
Volatilidade esperada (%) - (*)	40%	40%
Prazo de vida esperado das opções (anos)	11,03 anos	1,97 anos
Rendimento de dividendos (%)	1,90%	1,90%
Taxa de juros livre de risco (%)	7,85%	7,85%

(*) A volatilidade foi determinada com base em análises de regressão da relação da volatilidade das ações da controladora, Gafisa S.A., com índice do Ibovespa



Algumas entidades utilizam ainda métodos distintos de mensuração, Binomial e Black-Scholes, para seus diferentes planos de pagamento baseado em ação, como é o caso do Banco Santander mostrado a seguir.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 38 b

38. Despesas com pessoal

b) Remuneração com Base em Ações

b.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para contabilização dos planos do programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados a suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

	Plano SOP, PI12, PSP, PI13 - PSP, PI14 - PSP ⁽¹⁾	SOP 2014 ⁽²⁾
Posição RTA	% de ações Passíveis de Exercício	
1º	50%	100%
2º	35%	75%
3º	25%	50%
4º	0%	25%

⁽¹⁾ Associado ao RTA, os 50% remanescentes das ações passíveis de exercício referem-se à realização do Lucro Líquido vs Lucro Orçado

⁽²⁾ O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de avaliação	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	37,81%	38,58%	43,11%
Taxa Livre de Risco	10,50%	10,50%	11,18%

Método de avaliação	SOP 2014	Plano SOP
	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 anos	2,72 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos	3,72 anos
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$ 6,45	R\$ 7,19

Outras divulgações realizadas pelas empresas sobre pagamentos baseados em ações

Dada a inerente complexidade da remuneração com base em ações, o CPC 10 exige uma série de divulgações acerca dessas transações. As empresas devem divulgar em nota explicativa, por exemplo, uma breve descrição das características do plano, conforme realizado pelo Banco Santander.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 38 b

38. Despesas com pessoal

b) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1 Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a Assembleia Geral Extraordinária, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2014 até a data de 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (Rorac), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo corresponde a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

A Usiminas é um exemplo de empresa que divulga ainda as principais diretrizes do seu plano baseado em ações.

Demonstração Financeira da Usiminas, Nota Explicativa nº 39

39 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano").

Os principais objetivos do Plano são:

- ▶ Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- ▶ Incentivo à criação de valor sustentável;
- ▶ Atração e retenção de talentos;
- ▶ Manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2012, o Plano possui 2 programas vigentes: Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011 e Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012.

a) Principais diretrizes do Plano

As principais diretrizes do Plano podem ser resumidas conforme a seguir.

- ▶ Todos os empregados são potencialmente elegíveis ao Plano. Os potenciais beneficiários de cada outorga deverão ser submetidos à avaliação e aprovação do Conselho de Administração.
- ▶ O Conselho de Administração definirá a cada ano, após ouvido o Comitê de Recursos Humanos, os empregados que serão considerados elegíveis ao Plano.
- ▶ Todas as ações resultantes do exercício das opções outorgadas de acordo com o Plano serão ações preferenciais.
- ▶ Para honrar o exercício das Opções, a Companhia poderá: (i) emitir novas ações preferenciais, dentro do limite de seu capital autorizado; (ii) utilizar ações preferenciais de sua emissão mantidas em tesouraria.
- ▶ Qualquer Ação Preferencial subjacente a uma Opção concedida de acordo com o presente Plano que, por qualquer motivo, seja cancelada ou extinta sem ter sido exercida, será novamente disponibilizada para concessão de Opções de acordo com o Plano. O exercício das Opções não poderá, em nenhuma hipótese, resultar na emissão ou atribuição de ações fracionadas, podendo o Conselho de Administração determinar a maneira pela qual o valor de uma ação fracionária será tratada.
- ▶ Na hipótese da emissão de novas ações pela Companhia em virtude de desdobramento, grupamento ou bonificação, o Conselho de Administração poderá realizar, a seu exclusivo critério, a substituição ou o ajuste que entender necessário (i) no número de ações que podem resultar do exercício das Opções nos termos do presente Plano; (ii) no número de ações relativas a Opções anteriormente concedidas mas não exercidas; e (iii) no Preço de Exercício de tais Opções.

O CPC 10 ainda exige que as entidades divulguem as condições de aquisição dos direitos de posse (*vesting conditions*) dos títulos patrimoniais concedidos aos colaboradores da empresa. Na grande parte dos casos, essas condições estão relacionadas à permanência dos funcionários na empresa por um período de tempo (*vesting period*). Nossas análises evidenciaram que o período médio para aquisição dos direitos de posse das empresas da nossa amostra é de 3,5 anos. Por outro lado, algumas empresas têm planos cujo prazo remanescente médio, após a *vesting date*, chega a 10 anos de carência para serem totalmente exercidos, como é o caso dos planos da Cosan e Ultrapar, ALL, Cielo e Gafisa.

Outras *vesting conditions* se referem a condições de performance ou de mercado. Aquelas referentes ao mercado não são revistas durante o *vesting period*, impactando o resultado somente quando da apuração do valor justo (*vesting date*). Já as condições de mercado são revistas em cada data de reporte. Na amostra, 21,7% das empresas que possuem algum programa de pagamentos baseados em ações têm condições de desempenho. Condições de mercado estão presentes em apenas 6,5%.



A referida norma internacional também exige que as empresas divulguem o efeito das transações de pagamentos baseados em ações sobre o resultado do período e sobre a posição financeira e patrimonial da entidade, conforme realizado pelo Banco Itaú Unibanco.

Demonstração Financeira do Banco Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 22 d

Nota 22 - Plano para outorga de opções de ações

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/12/2012 foi de R\$ (177) R\$ (163) de 01/01 a 31/12/2011), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	209	353
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(262)	(268)
Efeito na Venda(*)	(53)	85

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado

Outro exemplo é o apresentado pela PDG, que apresentou uma reversão de despesa.

Demonstração Financeira da PDG, Nota Explicativa nº 23

23. Plano de Opção de Compra de ações - Continuação

Até a liquidação do plano em 2016, o valor total da despesa com opções de compra de ações será de R\$ 164.213, calculado pelo método "Black & Scholes", levando em consideração o período de exercício, volatilidade baseada no histórico das ações da Companhia, taxa livre de risco e taxa de dividendos propostos.

Conforme determinado pelo CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM n 564/08, o prêmio dessas opções foi calculado na data da outorga das mesmas e está sendo reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

O valor reconhecido no resultado, como reversão de despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 25.655 (R\$ 31.685 de despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

O saldo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia nos próximos anos é conforme a seguir:

Ano	Despesas com Stock options
2013	19.292
2014	11.302

Finalmente, a BM&FBovespa foi uma das empresas que publicou um quadro demonstrativo consolidado da sua movimentação de stock options, com o efeito das opções outorgadas, exercidas, canceladas e vencidas no período no seu saldo, conforme nota a seguir.

Demonstração Financeira da BM&FBovespa, Nota Explicativa nº 18

18. Benefícios a empregados

a. Stock options - Incentivo de Longo Prazo

Total de opções exercidas

Mês de exercício	Plano BM&F S.A.		Plano BM&FBovespa	
	Preço médio de mercado (R\$ por ação)	Quantidades exercidas	Preço médio de mercado (R\$ por ação)	Quantidades exercidas
Janeiro	10,43	200.000	10,46	167.500
Fevereiro	11,89	664.650	11,89	813.437
Março	12,09	495.000	12,09	579.066
Abril	-	-	11,03	345.230
Maio	-	-	10,42	29.750
Junho	10,15	286.000	10,18	69.149
Julho	11,10	2.500	11,13	322.655
Agosto	11,65	18.100	11,73	250.375
Setembro	11,95	5.500	12,36	440.810
Outubro	12,40	4.500	12,88	122.910
Novembro	12,54	11.250	12,97	301.075
Dezembro	13,69	3.000	13,71	180.250
Opções exercidas em 2012		1.690.500		3.622.207
Opções exercidas em 2011		3.513.546		2.159.749

Movimentação consolidada

	Quantidade
Saldo em 31 de dezembro de 2010	16.285.237
Opções outorgadas	13.952.000
Opções exercidas (Nota 15(b))	(5.673.295)
Opções canceladas e vencidas	(2.145.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	22.418.092
Opções outorgadas	15.394.690
Opções exercidas (Nota 15(b))	(5.312.707)
Opções canceladas e vencidas	(2.579.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	29.920.085



Pronunciamento Técnico
CPC 15 (R1)
(IFRS 3)

Numa combinação de negócios, o adquirente deve reconhecer todos os ativos e passivos adquiridos pelos seus respectivos valores justos, mensurados na data de aquisição, divulgando, por meio de suas demonstrações contábeis, informações relevantes e confiáveis sobre os efeitos da combinação realizada.

Para tanto, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3), o adquirente deverá:

- a) reconhecer e mensurar, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida;
- b) reconhecer e mensurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill* adquirido) advindo da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa; e
- c) determinar quais informações devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

Nesta seção, analisamos, de acordo com as exigências do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3), as informações divulgadas, em 2012, pelas empresas adquirentes que compõem a nossa amostra, a fim de verificar a natureza e os efeitos financeiros das combinações de negócios realizadas. A seguir, apresentamos:

- ▶ Combinações de negócios divulgadas pelas empresas analisadas;
- ▶ Exemplos práticos da aplicação do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3).

Combinações de negócios divulgadas pelas empresas analisadas

Na amostra analisada, 29 companhias divulgaram 48⁽¹⁾ combinações de negócios em suas notas explicativas no ano de 2012. Dentre as combinações identificadas, 22 ocorreram em 2012, 25 em 2011 e 1 em 2010.

No quadro a seguir, destacamos algumas diferenças relacionadas à forma de divulgação sobre combinações de negócios.

Forma de divulgação	Quantidade de companhias
Apresentação de nota específica sobre combinações de negócios	23
Apresentação da política contábil para tratamento de combinação de negócios	34
Apresentação dos aspectos de combinação de negócios dentro da nota sobre investimentos, consolidação ou ágio	15
Apresentação de nota de política contábil e nota explicativa específica ou dentro de investimento sobre combinação de negócios	26
Não divulgaram nada sobre o assunto	17

¹ Na quantidade de combinações de negócios, foram consideradas apenas as companhias que apresentaram nota explicativa com pelo menos um mínimo de detalhes sobre o assunto.

Obs.: esta estatística não é autoexcludente, ou seja, uma companhia pode estar sendo considerada em mais de uma categoria referente à forma de divulgação.

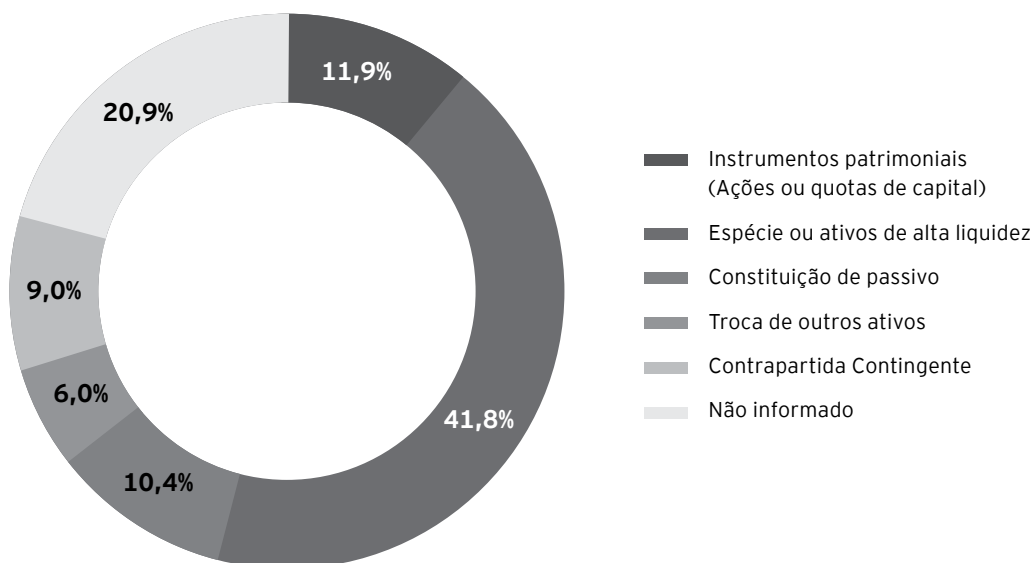
Dentre as 48 combinações de negócios, 41 estão relacionadas a compras de controle sem participação anterior e 7 a aquisições em etapas. Dentre essas aquisições em etapas, 1 caso é de compra de controle de companhia coligada, 4 casos são de compra de controle de companhia *joint venture*, um caso é de compra de controle de companhia contabilizada como investimento e um caso não é informado.

Das 48 combinações de negócios identificadas na amostra, no que se refere à participação adquirida na combinação, 36 casos são de aquisição de 100% do capital ordinário e 12 casos de presença de participação de não controladores.

No que se refere à entidade responsável pela combinação de negócios, em 17 casos a entidade responsável é a própria companhia, e em outros 31 casos a entidade responsável é a subsidiária.

Nós observamos que a forma de pagamento pela aquisição variou entre os casos identificados na amostra. Em 11,9% dos casos, o pagamento foi feito com instrumentos patrimoniais (ações ou quotas de capital), em 41,8% dos casos o pagamento foi feito em espécie ou ativos de alta liquidez, em 10,4% foi feito com constituição de passivos, em 6,0% dos casos foi feita troca de outros ativos, em 9,0% dos casos a contrapartida foi contingente e em 20,9% não foi informada a forma de pagamento pela aquisição, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Forma de pagamento pela aquisição

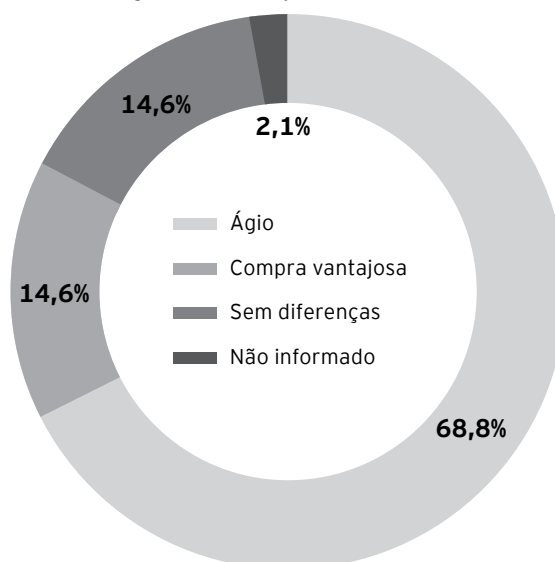


De acordo com o método de aquisição, por meio do qual todas as combinações de negócios devem ser contabilizadas, na data de aquisição, a companhia adquirente deverá reconhecer um *goodwill* (ágio) decorrente da diferença entre o valor justo da contraprestação transferida em troca do controle (somado ao valor justo das participações dos não controladores e ao valor, caso haja, da participação preexistente na adquirida) e o valor justo dos ativos líquidos (ativos identificáveis menos os passivos assumidos). O ágio é registrado nos casos em que o valor justo da contraprestação transferida seja maior que o valor justo dos ativos líquidos.

Contudo, nos casos em que o valor justo dos ativos líquidos seja maior que o valor justo da contraprestação transferida, a companhia deverá reconhecer um deságio, ou seja, um ganho decorrente de uma compra vantajosa.

De acordo com nossas análises, do total de combinações de negócio realizadas, 33 (68,8%) resultaram na apuração de ágio referente à expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), 7 (14,6%) em compra vantajosa, 7 (14,6%) não apuraram diferenças e 1 (2,1%) não informou a apuração do respectivo resultado, conforme apresentado no gráfico ao lado.

Diferenças apuradas nas combinações de negócios



Na tabela abaixo, são apresentados, em milhares de reais, os valores das diferenças apuradas nas aquisições.

	2011	2012
<i>Goodwill</i>	R\$ 19.042.870	R\$ 4.244.592
Ganho por Compra Vantajosa	R\$ 767.027	R\$ 195.087

Além disso, no quadro a seguir, destacamos os principais motivos que levaram ao reconhecimento da compra vantajosa.

Principais motivos que levaram ao reconhecimento da compra vantajosa

Créditos tributários	1
Valor contábil muito próximo ao valor justo	1
Conjuntura econômica e reflexos da crise	1
Outros	1
Não Informado	3
Total	7

Em relação ao modo de precificar a participação dos não controladores durante a combinação, identificamos 11 casos cuja mensuração foi baseada no valor justo e 1 caso não informado. Vale ressaltar que não houve casos de mensuração baseada em valor residual dos ativos e passivos a valor justo.

No quadro a seguir, demonstramos os motivos apresentados e divulgados pelas companhias para justificar as aquisições identificadas na amostra:

Principais motivos divulgados para aquisição

Expandir o negócio/aumentar o market share	8	16,7%
Explorar ou ampliar novos segmentos de negócios	6	12,5%
Controlar o fornecimento de insumos da companhia	1	2,1%
Expandir o negócio internacionalmente	5	10,4%
Outros	2	4,2%
Não Informado	26	54,2%
Total	48	100,0%

Destacamos que, dentre as combinações de negócios identificadas na amostra, não foi identificada em 35 casos a divulgação dos montantes das receitas e do resultado do período da adquirida, a partir da data da aquisição, que foram incluídos na demonstração consolidada do resultado do período de reporte.

No que se refere à divulgação das receitas e do resultado do período da entidade combinada para o período de reporte corrente, como se a data da aquisição, para todas as combinações ocorridas durante o ano, fosse o início do período de reporte anual, nós identificamos 16 casos divulgados e 32 não divulgados.

Vale ressaltar que os cálculos ainda estão sendo realizados em 8 casos de combinações de negócios. No que se refere à equipe que avaliou as combinações de negócios, identificamos 1 caso de avaliação por equipe interna, 15 casos de avaliação por equipe externa, e em 32 casos não foi divulgado esse tipo de informação.

Com relação ao valor gasto reconhecido como despesa relativo às combinações de negócios, verificamos que ele não foi informado em 33 casos. Nos casos em que o valor foi informado, ele representa, em média, 0,21% do valor pago por aquisição, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Valor gasto reconhecido como despesa relativo à combinação de negócios

	2011	2012
Valor (em milhares R\$)	R\$ 60.003	R\$ 39.550
Não informou	15	18
Média do valor pago por aquisição	0,15%	0,60%



Exemplos práticos da aplicação do CPC 15 - Combinação de Negócios (IFRS 3)

O Banco do Brasil reconheceu um ágio na aquisição do Eurobank (atualmente denominado Banco do Brasil Americas), que foi alocado em parte para os ativos intangíveis não identificados anteriormente e em parte para expectativa de rentabilidade futura.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 6

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos do BB Americas

	R\$ Mil
	19.01.2012
Caixa e depósitos bancários	2.040
Empréstimos a instituições financeiras	15.147
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.104
Empréstimos a clientes	67.636
Ativo imobilizado	3.140
Ativos intangíveis	14.292
Outros ativos	15.210
Valor justo dos ativos	121.569
Depósitos de clientes	127.226
Obrigações de longo prazo	5.414
Passivo por impostos correntes	6
Outros passivos	3.996
Valor justo dos passivos	136.642
Valor justo dos ativos líquidos¹	(15.073)
Preço pela aquisição das ações (100%)	(10.651)
Ágio gerado na aquisição	25.724
Movimentação de caixa na aquisição da subsidiária	
Caixa e depósitos bancários adquiridos com a subsidiária	2.040
Valor pago	(10.651)
Caixa líquido por aquisição do BB Americas	(8.611)

⁽¹⁾ O valor contábil dos ativos líquidos em 19.01.2012 era (R\$ 27.203) mil

Ativos intangíveis identificados na aquisição

	R\$ Mil
	19.01.2012
Canais de distribuição	10.585
Relacionados a carteira de clientes	3.694
Ativos intangíveis pré-aquisição	13
Total	14.292

O Banco do Brasil também divulgou quanto (em mil R\$) a combinação contribuiu com a receita e com o lucro do período e quanto deveria contribuir caso ela tivesse sido feita no começo do exercício.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 6

O BB Americas contribuiu com R\$ 5.574 mil para as receitas totais e (R\$ 12.989) mil para o lucro líquido do Banco no exercício de 2012. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 01.01.2012, a contribuição nas receitas totais e no lucro líquido do Banco seria de R\$ 6.083 mil e (R\$ 13.074) mil, respectivamente.

Ademais, o Banco do Brasil divulgou o montante de custo não capitalizado relacionado com a aquisição da controlada e onde foi reconhecida tal despesa.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 6

Os custos relacionados à aquisição do BB Americas totalizaram US\$ 2.842 mil e foram registrados em Outras despesas operacionais.

O Banco Bradesco apresentou os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, além de divulgar o montante total pago pelas aquisições e a composição do mesmo.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 43

Em 2011, no leilão conduzido pela BM&FBovespa, a Organização adquiriu o controle acionário do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Berj). A operação envolveu a compra de 96,99% das ações ordinárias e 95,21% das ações preferenciais, que representam 96,23% do Capital Social do Berj. A operação foi concluída em novembro de 2011, quando da aprovação pelo Banco Central do Brasil, pelo valor de R\$ 1.134.657 mil, sendo R\$ 200.446 mil em caixa, R\$ 905.475 mil a pagar em uma data futura e registrada na rubrica "Outros passivos" e R\$ 28.736 mil em títulos públicos, cujo valor de mercado, na data da transação, correspondia a R\$ 14.368 mil. Em 2012, adquirimos a participação remanescente em poder dos acionistas não controladores pelo valor de R\$ 50.616 mil, pagos em espécie, passando a deter 100% do capital do Berj, cujo efeito foi tratado como transação de capital.

Apresentamos abaixo os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos resumidos das aquisições:

	R\$ Mil
	2011
	Berj
Caixa e equivalentes de caixa	138
Ativos financeiros	301.647
Outros ativos	1.723.879
Outros passivos	(499.392)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.526.272
Custo total das aquisições	1.120.289
Ganho por compra vantajosa	(405.983)

Com relação ao ganho por compra vantajosa, apurado na aquisição do Berj, decorrente principalmente de créditos tributários, a Organização avaliou, identificou e reconheceu todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos. O ganho por compra vantajosa apurado na aquisição foi reconhecido na demonstração consolidada de resultado na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais" durante o ano de 2011.



Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 43 - Continuação

O montante total pago pelas aquisições foi composto da seguinte forma:

	R\$ Mil
	2011
	Berj
Pagamento em espécie	200.446
Valores a pagar	905.475
Pagamento em títulos públicos, pelo valor justo	14.368
Custo total das aquisições	1.120.289

A Braskem relatou sobre a empresa contratada como consultora da aquisição e aponta que os ajustes da combinação foram realizados retrospectivamente.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 5

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011, a alocação de valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi feita de forma preliminar pelas adquirentes. A Companhia contratou peritos independentes para fazer a mensuração do valor justo desta aquisição, que foi concluída no segundo trimestre de 2012. Com o resultado dessa avaliação e conforme requerido pelo CPC 15 (RI) e seu correspondente IFRS 3, a Companhia reconheceu, retrospectivamente, e dentre outros, os seguintes principais valores nas demonstrações financeiras de 2011:

(i) acréscimo no imobilizado, no montante de R\$ 36.526;

(ii) efeito no imposto de renda diferido passivo, no montante de R\$ 15.021.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu um crédito, no montante de R\$ 8.540, referentes a ajuste no valor pago, conforme previsto inicialmente no contrato.

Desta forma, a Companhia reconheceu o ganho (compra vantajosa) de R\$ 30.045 (US\$ 16 milhões) em linha específica do resultado do exercício de 2011 denominada "resultado de combinação de negócios". A Companhia também reconheceu a depreciação sobre o ajuste de mais valia, no montante de R\$ 1.992, e seu efeito de imposto de renda diferido, no montante de R\$ 639.

A seguir, nota de políticas contábeis sobre combinação de negócios divulgada pela BRFoods.

Demonstração Financeira da BRFoods, Nota Explicativa nº 3.2

3.2. Combinação de Negócios: são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradora de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

A BR Foods detalhou os ajustes a valor presente na sua combinação de negócios.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 6.2

	Acervo líquido adquirido em 03.10.11	Ajustes Deliberação CVM nº 665/11		Acervo líquido adquirido a valor justo
ATIVO				
CIRCULANTE				
Disponibilidades	9.391	-		9.391
Contas a receber de clientes	15.578	-		15.578
Estoques	9.781	405	(a)	10.186
Ativos biológicos	8.017	1.200	(b)	9.217
Impostos a recuperar	7.740	-		7.740
Outros créditos	12.796	-		12.796
	63.303	1.605		64.908
NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	54.857	58.031	(c)	112.888
Intangível	124	27.593	(d)	27.717
Outros Ativos	109	-		109
	55.090	85.624		140.714
TOTAL DO ATIVO	118.393	87.229		205.622
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Empréstimos	42.111	-		42.111
Fornecedores	21.852	-		21.852
Salários e obrigações sociais	2.789	-		2.789
Obrigações tributárias	1.012	-		1.012
Outras obrigações	96	-		96
	67.860	-		67.860
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos	8.892	-		8.892
Passivo contingente	-	615	(e)	615
Impostos diferidos	-	30.211	(f)	30.211
	8.892	30.826		39.718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO BR Foods	28.793	39.001		67.794
Participações de não controladores	12.848	17.402		30.250
TOTAL DO PASSIVO	118.393	87.229		205.622

(a) Refere-se ao ajuste para refletir o valor justo dos estoques;

(b) Refere-se ao ajuste para refletir o valor justo dos ativos biológicos;

(c) Refere-se ao ajuste para refletir o valor justo dos bens do ativo imobilizado conforme o laudo preparado por especialista externo;

(d) Refere-se ao valor justo dos seguintes ativos intangíveis identificados: relacionamento com fornecedores R\$ 11.223, acordo de não concorrência R\$ 296 e relacionamento com clientes R\$ 16.074;

(e) Refere-se ao valor justo dos passivos contingentes tributários, cíveis e trabalhistas; e

(f) Refere-se ao efeito do imposto sobre a renda diferido dos ajustes (a), (b), (c), (d) e (e) acima, exceto pelo valor de acordo de não concorrência, o qual tem sua amortização permitida para fins fiscais.

A Cemig reconheceu a aquisição em etapas e mensurou, novamente, a participação anterior a valor justo reconhecendo os ganhos no resultado do período.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 14

Em 03 de julho de 2012	Valores justos reconhecidos na aquisição da UNISA	Participação equivalente GT
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	434.638	188.458
Clientes	51.885	22.497
Ativo financeiro	2.448.428	1.061.635
Outros ativos	177.424	76.932
Passivos		
Contas a pagar a fornecedores e outras	(95.170)	(41.266)
Empréstimos e financiamentos	(1.008.224)	(437.165)
Impostos diferidos passivos	(256.595)	(111.259)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	1.752.386	759.832
Participação (%)	100%	43,36%
Efeito da participação	1.752.386	759.832
Investimento detido anteriormente	(831.024)	(360.331)
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA ^(a)	(45.169)	(19.585)
Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012	876.193	379.916
Valor efetivamente pago em caixa	902.390	391.275
Constituição de dividendos a receber	(27.717)	(12.018)
Constituição de contas a pagar	1.520	659
Contraprestação ao transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012	876.193	379.916

(a) Conforme requerido pelo CPC 15(R1) e IFRS 3(R), em uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve remensurar sua participação detida anteriormente pelo valor justo na data da obtenção do controle (data da aquisição) e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver.

A CSN mencionou a utilização do método de aquisição para contabilização dos ativos identificáveis adquiridos. Ademais, a CSN demonstrou onde foram apropriadas as diferenças de valor justo no momento da aquisição. Além disso, destacou, em notas explicativas, que “o ágio por expectativa de rentabilidade futura (‘goodwill’), originado na aquisição, consiste principalmente de sinergias esperadas pela combinação de negócios do segmento de embalagens da Companhia Metalúrgica Prada com a CBL”.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 3

Companhia Brasileira de Latas (“CBL”)

Em 12 de julho de 2011 a CSN, por meio de sua controlada “Prada”, efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas (“CBL”), mediante a capitalização de créditos. Desta forma, a Companhia passou a deter o controle da CBL, por meio de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante, representada por 784.055.451 ações ordinárias (“Aquisição”).

Com o controle da CBL serão geradas sinergias operacionais e administrativas, que gerarão redução dos custos de produção, custos logísticos e administrativos.

Conforme mencionado na Nota 2(i) foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e a participação dos não controladores. A participação dos não controladores na CBL equivalente a 40,83% foi determinada proporcionalmente, com base no valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Existem acionistas não controladores que estão na estrutura societária do grupo controlador da CSN.

O custo de aquisição de R\$ 43.316 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos, foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros das entidades adquiridas. Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$ 485 incluídos no resultado do exercício, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da CBL, e a determinação do "goodwill" resultante.

Ativos adquiridos e passivos assumidos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativo Circulante	62.182	(7.465)	54.717
Ativo Não Circulante (*)	44.718	89.449	134.167
Passivo circulante	(144.225)	10.522	(133.703)
Passivo não circulante (**)	(567.469)	351.035	(216.434)
Total ativos adquiridos e passivos assumidos	(604.794)	443.541	(161.253)

(*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$ 90.572. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$ 123.518 (vide nota 10).

(**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo em débitos com a CSN no montante de R\$ 388.640.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2011.

Ágio resultante da aquisição

(-) Valor patrimonial da CBL	(604.794)
(+) Ajuste ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	443.541
(=) Total valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(161.253)
Preço de compra	43.316
Ágio resultante da aquisição	204.569

A Cielo demonstrou onde surgiram as diferenças apuradas na mais valia dos ativos imobilizados.

Demonstração Financeira da Cielo, Nota Explicativa nº 9

A Cielo USA, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Me-S; portanto, o balanço patrimonial, em reais, em 31 de agosto de 2012, considerado como balanço de abertura, é apresentado como segue:

Ativos (passivos) líquidos adquiridos:	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	93.500		93.500
Outros ativos	22.194		22.194
Imobilizado	1.949		1.949
Ágio	67.709	(67.709)	
Ativo intangível (a)	107.734	821.338	929.072
Imposto de renda diferido - passivo sobre o valor justo dos ativos intangíveis (b)		(304.254)	(304.254)
Contas a pagar a estabelecimentos	(87.916)		(87.916)
Outras obrigações (c)	(25.072)	(8.114)	(33.186)
Total	180.098	441.261	621.359

(a) Refere-se à alocação nos ajustes a valor justo dos seguintes intangíveis: (i) plataforma de software de R\$ 223.300; (ii) relacionamento com clientes de R\$ 512.778; (iii) acordos de não competição com vendedores de carteiras de clientes de R\$ 71.862; (iv) outros intangíveis de R\$ 13.398, totalizando R\$ 821.338.

(b) Para fins de contabilização da aquisição efetuada e atendendo à legislação tributária norte-americana, O valor justo da aquisição dos investimentos alocado no ativo intangível não é dedutível para fins de apuração de imposto de renda nos Estados Unidos da América. Sendo assim, foi constituída provisão para imposto de renda diferido. Esses valores diferidos são amortizados para o resultado proporcionalmente ao montante de amortizações dos intangíveis efetuadas no exercício.

(c) Na data da aquisição foi identificada e registrada provisão para prováveis perdas com contingências tributárias no valor de R\$ 8.114.

A Cosan fez uma descrição do negócio adquirido de forma detalhada.

Demonstração Financeira da Cosan, Nota Explicativa nº 10 b

b) Logispot Armazéns Gerais S.A. ("Logispot")

Em 14 de março de 2011, a Cosan, através de sua controlada indireta Rumo Logística S.A., adquiriu 874.226 ações ordinárias de emissão da Logispot, no valor total de R\$ 48.888, passando sua participação nas ações ordinárias da Logispot de 14,28% para 51,00%. Com esta aquisição a Rumo adquiriu o controle da Logispot.

A Logispot está localizada na cidade de Sumaré e é um importante elo de ligação entre as usinas do Estado de São Paulo e o Porto de Santos. O terminal é acessado por todas as ferrovias que cruzam o Estado de São Paulo e está ao lado das rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Dom Pedro. O local possui capacidade estática de 400.00 toneladas, estrutura para receber e expedir tanto pelo modal rodoviário quanto pelo ferroviário, além do potencial para carregar uma composição de 120 vagões de 90 toneladas por dia (informação não auditada pelos auditores independentes).

A CPFL divulgou o impacto das combinações realizadas na receita e no lucro do período. Ademais, a companhia divulgou os impactos caso tais companhias tivessem sido consolidadas no ano inteiro.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 12.6 d

Impacto nas aquisições de 2012 no resultado

Informações financeiras sobre a receita e lucro líquido das empresas adquiridas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas no ano da aquisição:

	Receita Operacional Líquida	Lucro Líquido
	31/12/2012	31/12/2012
Atlântica	-	(2.803)
BVP	49.600	22.970
Lacenas	6.793	849
	56.393	21.016

Caso as aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2012, a receita operacional líquida combinada da CPFL Energia seria de R\$ 15.123.905 e seu lucro líquido combinado do exercício seria de R\$ 1.236 443.

A aquisição do Complexo Eólico Atlântica foi concluída em 26 de março de 2012, com o balanço de abertura em 29 de fevereiro de 2012. Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012 contemplam dez meses das operações dessa controlada indireta.

A aquisição de Bons Ventos foi concluída em 19 de junho de 2012, com balanço de abertura de 31 de maio de 2012. Desta maneira, as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012 contemplam sete meses de operação desta controlada indireta.

A aquisição da Lacenas foi concluída em 18 de outubro de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30 de setembro de 2012. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012 contemplam três meses de operação dessa controlada.

Além disso, a CPFL demonstrou a composição das contraprestações transferidas nas aquisições efetuadas.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 12.6 a

a) Informações adicionais sobre a aquisição das controladas Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas.

	Complexo Atlântica	BVP	Lacenas
	26/03/2012	19/06/2012	18/10/2012
Contraprestações transferidas em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:			
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	24.000	445.124	53.836
Contas a pagar aos acionistas	-	-	1.408
Caixa transferido diretamente para a Jantus e BVP para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	-	127.548	-
Ajuste de preço pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual	528	83.428	-
Total da contraprestação transferida (paga)	24.528	656.100	55.244

A Dasa divulgou descrição detalhada dos benefícios obtidos com a aquisição da MD1 Diagnósticos S/A.

Demonstração Financeira da Dasa, Nota Explicativa nº 2 a

A incorporação de Ações permitirá à Dasa continuar participando do desenvolvimento da medicina diagnóstica no país e tem como benefícios esperados de natureza empresarial, patrimonial, legal e financeira desta operação, os seguintes:

- ▶ Maior capacidade de processamentos de análises clínicas, com ganhos de escala que serão capturados pela combinação dos negócios da Dasa e da MDI;
- ▶ Maior ocupação dos equipamentos de procedimentos diagnósticos de imagem, considerando a expertise combinada dos dois grupos;
- ▶ Agregação de marcas sólidas, forte produção acadêmica das equipes técnicas na área de patologia e radiologia e ganhos na percepção da comunidade médica dos mercados de atuação;
- ▶ Forte convergência de culturas e estratégias dos grupos, o que tende a ampliar a capacidade de execução das integrações necessárias para o bom desenvolvimento dos negócios;
- ▶ Redução de custos em áreas administrativas, operacionais e comerciais, com o aproveitamento de sinergias e eventual readequação da ocupação física das respectivas áreas;
- ▶ Otimização da rede de atendimento nas unidades localizadas em regiões atualmente não atendidas pela Dasa ou com capacidade limitada de atendimento, especialmente na região metropolitana do Rio de Janeiro;
- ▶ Compartilhamento de práticas empresariais, visando à redução de riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, e;
- ▶ Re-segmentação do portfólio de marcas e modelos de atendimento, com o objetivo de prover um melhor serviço aos clientes, aprimoramento dos canais de serviços e construção de novo plano de expansão orgânica após a integração operacional e administrativa da MDI.

A Duratex divulgou o valor justo e também o valor contábil dos ativos adquiridos. Desta forma, podemos observar a origem das diferenças.

Demonstração Financeira da Duratex, Nota Explicativa nº 11 c1

c1) Aquisição

Em 2 de outubro de 2012, a Duratex S.A. adquiriu a totalidade das quotas sociais da Indústria Metalúrgica Jacaref Ltda. - Mipel, pelo valor de R\$ 46.343 milhões. Essa operação se enquadra nas regras do CPC 15 - "Combinação de negócios" aprovada pela Deliberação CVM nº 580 de 31 de julho de 2009. Dessa forma os ativos e passivos registrados foram avaliados aos seus respectivos valores justos.

Os detalhes dos valores em livros e valores justos líquidos adquiridos e o ágio são como seguem:

	Valor justo	Valor contábil da adquirida
Ativos	47.245	15.934
Caixa e equivalentes de caixa	75	75
Contas a receber de clientes	2.444	2.466
Estoques	9.451	7.404
Impostos a recuperar	624	624
Demais créditos	84	84
Imobilizado	19.610	4.454
Intangível	827	827
Relação contratual com o cliente	13.000	-
Marcas	1.130	-
Passivos	3.304	3.311
Fornecedores	1.417	1.424
Obrigações com pessoal	1.355	1.355
Contas a pagar	1	1
Obrigações fiscais	234	234
Adiantamento de clientes	297	297
Total dos ativos líquidos	43.941	12.623
Ágio	2.402	-
Valor pago na aquisição	46.343	-

Além disso, a Duratex divulgou, em nota de Eventos Subsequentes, a aquisição em 2013 da Thermosystem.

Demonstração Financeira da Duratex, Nota Explicativa nº 30

Nota 30 - Eventos subsequentes

a-) Aquisição da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda.

A Duratex S.A. assinou, em 2 de janeiro de 2013, o contrato de aquisição de totalidade das quotas do capital social da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda. pelo preço de R\$ 58,1 milhões. Este valor poderá ser ajustado, para mais ou para menos, de acordo com o capital de giro que será calculado a partir dos demonstrativos contábeis de encerramento do exercício de 2012. A condição de pagamento foi escalonada da seguinte forma: 50% em janeiro de 2013, 20% em fevereiro de 2013 (5 dias úteis a partir do fechamento do balanço de encerramento do exercício de 2012), e os 30% finais serão pagos em 3 parcelas anuais e sucessivas, vincendas em 30 de abril de 2014, 2015 e 2016.

A EcoRodovias apropriou o ágio do Patrimônio Líquido contábil ao valor pago nos intangíveis e na mais valia dos ativos.

Demonstração Financeira da EcoRodovias, Nota Explicativa nº 4 c

O ágio de R\$ 1.136.118, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da adquirida, foi avaliado de maneira preliminar por empresa de avaliação independente e alocado conforme a seguir:

- (i) R\$ 1.106.175 como contratos de concessão com vida útil definida até 2048;
- (ii) R\$ 29.943 como mais-valia de imobilizado, máquinas e equipamentos, guindastes portuários e veículos, com vida útil definida entre cinco e dez anos.

O Banco Itaú Unibanco realizou uma aquisição, em 2012, mas que ainda está em processo de cálculo, como pode ser observado na nota explicativa a seguir.

Demonstração Financeira do Banco Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 3 b

(b) FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FAI")

Em 09 de agosto de 2012, o Itaú Unibanco Holding S.A. informou o encerramento de sua parceria com a Lojas Americanas S.A. ("Lasa"), celebrada em 2005, para a oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade pela FAI (entidade controlada em conjunto com o Itaú Unibanco Holding S.A. e Lasa), de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários aos clientes da Lasa e de suas afiliadas.

Em consequência de referido encerramento, o Itaú Unibanco Holding S.A. e Lasa celebraram, naquela data, contrato de compra e venda e outras avenças por meio do qual a Lasa concordou em (i) vender para o Itaú Unibanco Holding S.A. a totalidade da participação que detinha do capital social da FAI, pelo valor aproximado de R\$ 83 milhões; e (ii) adquirir o direito de lavra detido pela FAI, relativo à exclusividade para a oferta, distribuição e comercialização dos Produtos e Serviços Financeiros por meio dos canais de distribuição da Lasa e/ou de suas afiliadas, pelo valor aproximado de R\$ 112 milhões. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 27 de dezembro de 2012.

Como resultado dessa transação, a FAI deixou de ser uma entidade controlada em conjunto entre Itaú Unibanco Holding S.A. e Lasa e passou a ser uma subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A. Em 31/12/2012 o saldo das contas patrimoniais da FAI foi consolidado integralmente, entretanto o resultado do exercício de 2012 foi consolidado proporcionalmente.

Concluiremos no decorrer de 2013 a alocação final do diferencial entre o valor pago pela FAI e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo.

A companhia OGX adquiriu uma entidade, por meio de uma *joint venture*. Como este tipo de combinação está fora do escopo da IFRS3, ela optou por utilizar um método diferente do método de aquisição. O método escolhido pela companhia foi detalhado na nota de políticas contábeis, conforme podemos observar a seguir.

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 3 u

u) Combinações de negócios

Combinação de negócios de entidades sob controle comum

Considerando que as combinações de negócios de entidades sob controle comum estão fora do escopo do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia adota para esse tipo de transação a prática conhecida como *predecessor accounting* (ou *merger accounting*).

Essa prática determina que os ativos e passivos da empresa adquirida não sejam remensurados a valor justo, sendo, ao invés disso, reconhecidos na adquirente pelos mesmos valores que estavam registrados na adquirida (o *predecessor carrying value*). ▶

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 3 u - Continuação

Combinações de negócios de entidades sob controle comum - Continuação

No caso de incorporação de uma controlada da Companhia por outra controlada (como ocorreu na incorporação da OGX Campos pela OGX P&G), a prática de incorporação consiste em:

- ▶ **Ativos e passivos:** Somam-se as contas de ativo e passivo da incorporada (adquirente) e da incorporadora (adquirida);
- ▶ **Patrimônio líquido (acervo líquido):** O acervo líquido (diferença entre ativos e passivos) da incorporada é integralizado na incorporadora como aumento de capital.
- ▶ **Eliminações:** Eventuais saldos referentes a transações entre partes relacionadas são eliminados após a soma dos ativos e passivos.
- ▶ **Resultado:** A adquirente somente reconhece os resultados gerados pela operação da adquirida a partir da data de incorporação. Os resultados gerados antes da incorporação, que estavam registrados no patrimônio líquido da incorporada na linha de lucros/prejuízos acumulados, são parte do acervo líquido incorporado e, portanto, compõem o aumento de capital na incorporadora.
- ▶ **Controladora e Consolidado:** O resultado do exercício gerado na adquirida antes da incorporação, que estava refletido na demonstração de resultados da Controladora comum da adquirida e da adquirente, por equivalência patrimonial no resultado da adquirida, passa a ser reconhecido diretamente no patrimônio líquido da Controladora na conta de "lucros/prejuízos acumulados", sem transitar por resultado, e nas demonstrações financeiras consolidadas o resultado da incorporada também deixa de transitar no resultado e passa a ser reconhecido diretamente no patrimônio líquido, na linha de "lucros/prejuízos acumulados".

A Suzano Papel e Celulose S.A. divulgou nota explicativa sobre o ganho de capital apurado na aquisição do negócio.

Demonstração Financeira da Suzano Papel e Celulose, Nota Explicativa nº 14

Com esta transação a Companhia assumiu o controle sobre estes negócios e, por isso, aplicou os procedimentos previstos no CPC 15 (R1) para combinação de negócios realizada em estágios. A apuração do ágio ou ganho na alocação do preço pago, quando a combinação dos negócios é realizada em estágios, é calculada conforme abaixo:

Montante pago pela aquisição do controle	1.509.031
Valor justo da parcela de ativos detida antes do controle	1.457.811
Total pago	2.966.842
Valor justo dos ativos líquidos totais ¹	3.005.904
Ganho na alocação do preço pago	39.062

¹ Para determinação do valor justo, a Companhia contratou especialistas independentes para identificação e mensuração dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

Conforme determinado pela norma, no caso de um ganho na alocação do preço pago, a entidade deve revisar todas as premissas utilizadas e mensurações realizadas para certificar-se do ganho apurado. A Companhia realizou os procedimentos determinados pela norma, analisando os laudos dos especialistas externos e independentes com os seus especialistas internos e concluiu que os valores apresentados foram adequadamente mensurados. O ganho apurado representa 1,32% do total do investimento e foi reconhecido na rubrica de "Outras Receitas Operacionais".

A TIM apresentou os ajustes nas combinações realizadas, em 2011, que ainda estavam em andamento e divulgou os acertos nas notas explicativas de 2012.

Demonstração Financeira da TIM, Nota Explicativa nº 47

AES Communications Rio de Janeiro S.A.	31/10/2011 (provisório)	Ajustes	31/10/2011 (definitivo)
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.496	-	3.496
Contas a receber	18.156	-	18.156
Impostos a recuperar	17.203	-	17.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.024	14	1.038
Depósitos judiciais	63	-	63
Outros ativos	334	-	334
Imobilizado	120.227	55.965	176.192
Intangíveis - lista de clientes	-	34.600	34.600
Intangíveis - outros	2.941	(43)	2.898
	163.444	90.536	253.980
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	(22.024)	-	(22.024)
Fornecedores	(6.063)	-	(6.063)
Obrigações trabalhistas	(3.391)	-	(3.391)
Impostos a recolher	(18.012)	-	(18.012)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(324)	(30.792)	(31.116)
Outros passivos	(1.933)	-	(1.933)
Provisão para contingências	(472)	-	(472)
	(52.219)	(30.792)	(83.011)
Acervo líquido identificável	111.225	59.744	170.969
Recálculo do ágio após a conclusão do <i>purchase price allocation</i> definitivo			
Ágio provisório	343.772		
Ajustes			
(-) alocação da mais valia de ativos fixos	(55.965)		
(-) alocação do valor da lista de clientes adquirida	(34.600)		
(+) baixa de marca registrada na adquirida	43		
(+) efeitos de impostos diferidos sobre os ajustes acima	30.778		
	(59.744)		
Ágio reapresentado	284.028		

Os itens do ativo imobilizado da AES Communications S.A. foram avaliados por empresa especializada, para a data-base de 31/10/2011. O resultado desta avaliação apontou para um valor líquido de imobilizado maior do que o provisoriamente registrado na data de aquisição da controlada.

O efeito sobre os valores provisórios é de um aumento de R\$55.965.

Os contratos de venda de serviços em vigor na AES Communications S.A. na data de sua aquisição também foram avaliados por empresa especializada. O valor presente dos fluxos de caixa líquidos destes contratos indica um valor de ativo intangível (lista de clientes) de R\$34.60. Para efetuar estes cálculos, o avaliador utilizou um prazo médio de vida dos contratos de 68 meses e uma taxa de desconto de 13% a.a.

Além disso, a TIM divulgou os efeitos posteriores dos ajustes da combinação e como tais ajustes impactam o balanço inicial consolidado.

Demonstração Financeira da TIM, Nota Explicativa nº 47

Efeitos posteriores aos ajustes dos balanços de aquisição:

As amortizações e depreciações dos valores adicionais registrados na conclusão do processo de *purchase price allocation*, assim como seus consequentes efeitos de impostos diferidos, impactam os saldos anteriormente apresentados pela Companhia. Os efeitos no resultado do exercício de 2011 e no primeiro e segundo semestres de 2012 são os seguintes:

Efeitos consolidados	31/12/2011	31/03/2012	30/06/2012
	(2 meses)	(3 meses)	(6 meses)
Amortizações adicionais geradas pelo PPA	(2.696)	(4.044)	(8.087)
Depreciações adicionais geradas pelo PPA	(2.408)	(3.611)	(7.223)
Efeitos de impostos diferidos	1.721	2.603	5.206
	(3.383)	(5.052)	(10.104)

Conforme mencionado na nota explicativa 1, durante o terceiro trimestre de 2012, TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. (antigas denominações de Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications S.A.) foram incorporadas à TIM Celular. Com a incorporação, as diferenças entre as bases fiscal e contábil da lista de clientes e do valor adicional do ativo imobilizado deixaram de existir. Sendo assim, o passivo fiscal diferido relativo a estes valores foi completamente realizado. A tabela abaixo demonstra os efeitos combinados do *purchase price allocation* e da incorporação das entidades adquiridas sobre o resultado da Companhia de 30/09/2012 e 31/12/2012.

Efeitos consolidados	30/09/2012	31/12/2012
	(9 meses)	(12 meses)
Amortizações adicionais geradas pelo PPA	(12.132)	(16.174)
Depreciações adicionais geradas pelo PPA	(10.836)	(14.445)
Efeitos de impostos diferidos	68.033	67.976
	45.065	37.357

As diferenças entre as bases fiscal e contábil do goodwill geram, em 31 de dezembro de 2012, um saldo de imposto diferido passivo no valor de R\$72.916.

A V-Agro divulgou o motivo pelo qual adquiriu o controle da companhia Vanguarda Participações.

Demonstração Financeira da V-Agro, Nota Explicativa nº 14

A aquisição da Vanguarda Participações faz parte da execução da estratégia da Companhia de diversificar o portfólio de produtos, atingindo novos mercados e clientes e assim diminuindo a dependência de um único produto. Dentro da estratégia de diversificação dos negócios, elaborada pela Companhia e seus acionistas, tornava-se importante a obtenção de maior escala, com a expansão da área plantada e consequentemente da produção de grãos. O aumento da escala traria também maior sinergia para a atividade agrícola.

Além disso, a V-Agro divulgou, detalhadamente, a composição dos ajustes a valor justo da combinação de negócios e como esses ajustes foram alocados na sua conta de investimento:

Demonstração Financeira da V-Agro, Nota Explicativa nº 14

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos adquiridos da Vanguarda Participações S.A. na data de aquisição:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo da aquisição
Ativos circulantes	342.398		342.398
Ativos não circulantes			
Investimentos	321	-	321
Imobilizado	801.837	160.698	962.535
Intangível	-	45.505	45.505
Outros ativos não circulantes	112.475	-	112.475
Passivos circulantes	(410.928)	-	(410.928)
Passivos não circulantes	(414.087)	(6.670)	(420.757)
Ativos líquidos adquiridos na data da aquisição	432.016	199.533	631.549
Contraprestação transferida em ações da Companhia			(791.011)
Ágio na aquisição (rentabilidade futura)			(159.462)

O valor de aquisição da Vanguarda Participações S.A. foi composto da seguinte forma na data da operação:

	Controladora
Investimentos	432.016
Ágio sobre rentabilidade futura	159.462
Mais-valia de terras	160.698
Provisão para riscos cíveis	(6.670)
Intangíveis relacionados a contratos	45.505
Total dos investimentos na Vanguarda Participações S.A.	791.011



CPC 18

Investimento em
Coligada e Controlada
(IAS 28)

O CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 está em vigor desde 1º de janeiro de 2013. No entanto, para fins deste trabalho, analisamos os efeitos da aplicação do CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e Controlada, cujo objetivo é especificar como devem ser contabilizados os investimentos em coligadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do investidor e em controladas nas demonstrações contábeis da controladora.

Coligada é a entidade sobre a qual a investidora mantém influência significativa, ou seja, existe o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta. Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outra(s) controlada(s), tem poder para assegurar, de forma permanente, preponderância em suas deliberações sociais e de eleger a maioria de seus administradores (CPC 18).

Os investimentos em coligadas e em controladas devem ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações individuais, exceto quando classificado como mantido para venda. Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída ao investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida.

Nesta seção, analisamos o impacto das exigências presentes no CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e Controlada (IAS 28) sobre as demonstrações financeiras de 2012 publicadas pelas companhias investidoras que compõem nossa amostra de trabalho. A seguir, apresentamos alguns investimentos em coligadas e controladas divulgados pelas investidoras e exemplos práticos da aplicação do CPC 18 (R1).

Investimentos em Coligadas e Controladas divulgados pelas investidoras e exemplos práticos da aplicação do CPC 18 (R1)

Dentre as 60 companhias da amostra analisada, 54 apresentaram investimentos em coligadas e controladas. Os investimentos em coligadas e controladas aumentaram, em média, 12,4% e 15,8% em 2012 nos balanços individuais e consolidados, respectivamente, das companhias investidoras. Esses investimentos representaram em 2012, em média, respectivamente, 38,6% e 0,5% dos ativos totais dos balanços individuais e consolidados das investidoras.

A variação do resultado médio da equivalência patrimonial, obtido pelas companhias da amostra, foi de -28,5%, do exercício de 2011 para 2012. O resultado médio de equivalência patrimonial representou, em média, 7,8% do valor dos investimentos em coligadas e controladas, divulgados nos balanços individuais das empresas investidoras, em 2012.



No que se refere às exigências de divulgação do CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e Controlada (IAS 28), seguem alguns exemplos:

Cinco companhias da amostra divulgaram o valor justo dos investimentos em coligadas e controladas para os quais existem cotações de preço divulgadas. Como exemplo, podemos destacar as divulgações feitas pela Eletrobras e pelo Banco Itaú Unibanco.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 15.4

15.4 - Informações do valor de mercado e de receita das investidas

Empresas de Capital Aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*)		Receita Operacional Líquida	
			2012	2011	2012	2011
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	244.628	315.468	2.188.950	2.028.501
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	268.884	329.138	952.863	762.484
CELPA	Equivalência Patrimonial	34,24%	23.613	177.667	Não Divulgado	2.433.800
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	534.769	140.094	Não Divulgado	1.912.105
CEMAT	Equivalência Patrimonial	40,92%	206.254	290.582	2.344.799	2.009.768
CTEEP	Equivalência Patrimonial	35,23%	1.846.752	3.093.881	2.818.988	2.900.805
EMAE	Equivalência Patrimonial	39,02%	106.681	99.040	174.509	164.093
CELESC	Valor de Mercado	10,75%	141.779	150.431	Não Divulgado	4.191.414
CESP	Valor de Mercado	2,05%	153.571	203.581	3.354.005	2.957.525
COELCE	Valor de Mercado	7,06%	226.711	182.639	Não Divulgado	2.627.212
AES TIETE	Valor de Mercado	7,94%	713.399	812.853	2.112.435	1.885.956
CGEEP - DUKE	Valor de Mercado	0,47%	30.162	22.607	1.103.168	958.003
ENERGISA S.A.	Valor de Mercado	2,90%	77.740	77.215	2.919.079	2.426.613
CELGPAR	Valor de Mercado	0,07%	391	322	Não Divulgado	2.211.465
CELPE	Valor de Mercado	1,56%	35.212	54.853	3.545.861	2.914.113
COPEL	Valor de Mercado	0,56%	37.856	50.546	8.532.217	7.776.165
CEB	Valor de Mercado	3,29%	6.000	6.485	Não Divulgado	1.377.619
AES ELETRO-PAULO	Valor de Mercado	1,25%	35.206	76.491	9.959.198	9.835.578
CPFL ENERGIA	Valor de Mercado	0,31%	36.456	44.327	15.055.147	12.764.028
ENERGIAS DO BRASIL	Valor de Mercado	0,18%	18.556	20.552	6.567.283	5.401.662

(*) Baseado na cotação das ações em 31 de dezembro.

Empresas de Capital Fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado		Receita Operacional Líquida	
			2012	2011	2012	2011
GUASCOR	Valor de Mercado	4,41%	Não Divulgado	3.300	Não Divulgado	Não Divulgado
TANGARÁ	Valor de Mercado	25,47%	19.932	21.738	Não Divulgado	Não Divulgado
CDSA	Valor de Mercado	0,13%	367	11.802	Não Divulgado	Não Divulgado
CEA	Valor de Mercado	0,03%	26	20	Não Divulgado	Não Divulgado
CERR	Valor de Mercado	0,01%	18	102	Não Divulgado	100.689
CEB LAJEADO	Equivalência Patrimonial	40,07%	58.364	58.364	110.661	97.114
LAJEADO ENERGIA	Equivalência Patrimonial	40,07%	303.276	303.276	518.859	485.622
PAULISTA LAJEADO	Equivalência Patrimonial	40,07%	22.532	22.532	47.829	42.207
BRASVENTOS EOLO	Equivalência Patrimonial	49%	Não Divulgado	2.232	-	-
REI DOS VENTOS 3	Equivalência Patrimonial	49%	Não Divulgado	2.196	-	-
BRASVENTOS MIASSABA 3	Equivalência Patrimonial	49%	Não Divulgado	3.335	-	-
BAGUARI	Equivalência Patrimonial	30,61%	Não Divulgado	82.172	13.249	12.308
ÁGUAS DA PEDRA	Equivalência Patrimonial	49%	89.796	125.089	165.080	171.012
CHAPECOENSE	Equivalência Patrimonial	40%	Não Divulgado	57	229.767	453.825
AMAPARI	Equivalência Patrimonial	49%	39.190	27.997	35.200	37.924



Demonstração Financeira do Banco Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 13

Nota 13 - Investimentos em Empresas Não Consolidadas

a) Composição

	% de participação em 31/12/2012		31/12/2012				
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Porto Seguro Itaú Unibanco S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	2.898	436	2.076	157	2.309
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	607	131	880	64	-
Banco BPI S.A. ^(d)	-	-	-	-	-	(102)	-
Serasa S.A. ^(e)	-	-	-	-	-	70	-
Outros ^(f)	-	-	-	-	49	(14)	-
Total	-	-	-	-	3.005	175	-

^(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2012 a posição de 30/11/2012, conforme o IAS 27;

^(b) Para fins de valor de mercado foi considerada a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 832 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 862 em 31 de dezembro de 2011, que correspondem à diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A e o custo do investimento;

Quarenta e seis companhias da amostra divulgaram informações financeiras resumidas das coligadas e controladas, incluindo os valores totais de ativos, passivos, receitas e do lucro ou prejuízo do período. Como exemplo, podemos destacar as divulgações feitas pela Hering, Multiplan e Localiza.

Demonstração Financeira da Hering, Nota Explicativa nº 13

13 - Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o período

	Têxtil Santa Catarina Ltda.	VH Serviços e Constr. S.A.	Garema Malhas Ltda.
Total de ativos circulante e não circulante	144	185	24
Total de passivos circulante e não circulante	-	207	215
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	144	(22)	(191)
Receitas líquidas do período	-	-	-
Resultado do período	(9)	(9)	(185)
Participação no capital em %	100%	94,16%	100%
Saldo no início do período	153	(13)	(6)
Dividendos	-	-	-
Equivalência patrimonial	(9)	(8)	(185)
Investimento pela equivalência patrimonial	144	(21)	(191)

31/12/2011

Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
2.681	2.014	2.094	415	144
-	-	-	-	-
1.151	219	219	(1.880)	(343)
1.119	273	1.161	310	102
-	38	-	-	(16)
-	2.544	-	-	(113)

Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816, que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31 de dezembro de 2012 que corresponde ao ágio;

(6) Investimento alienado em 20/04/2012;

(6) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A., que detém 24% no capital votante da Serasa S.A. Investimento alienado em 23/11/2012 (Nota 25);

(6) Em 31/12/2012, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (30,06% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda. (32,11% capital total e votante); Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

Em 31/12/2012, o Itaú Unibanco Holding recebeu/reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo a principal Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., no montante de R\$ 161 (R\$ 148 em 31/12/2011).

HRG Com. Vest. Interm. De Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltd.	2012	2011
1.847	9.250	7.003	18.453	16.781
96	8.118	2.167	10.803	9.725
1.751	1.132	4.836	7.650	7.056
2.956	-	-	2.956	1.929
2.670	-	(41)	2.426	1.322
99,99%	100%	100%		
1.406	1.039	4.476	7.055	5.097
(2.325)	-	-	(2.325)	-
2.669	93	360	2.920	1.958
1.750	1.132	4.836	7.650	7.055

Demonstração Financeira da Multiplan, Nota Explicativa nº 9

31 de dezembro de 2012

Investidas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Receitas líquidas
CAA Corretagem e Consultoria Publicitária S/C Ltda. (a)	261	2	4	-	-
RENASCE - Rede Nacional de Shopping Centers Ltda.	643	7.720	2.265	617	332
CAA Corretagem Imobiliária Ltda. (a)	1	2	5	-	-
MPH Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16.346	176.642	9.170	5.334	28.498
Multiplan Administr. Shopping Center	35.909	28	23.516	-	152.994
Pátio Savassi Administração de Shopping Center Ltda.	615	384	512	237	6.653
Manati Empreend. e Participações S.A.	9.893	61.804	1.513	608	7.729
Parque Shopping Maceió S.A. (c)	889	136.757	5.960	34.348	-
Danville SP Empreendimento Imobiliário Ltda. (c)	54	41.833	6.349	14.661	-
Multiplan Holding S.A.	28	9	-	-	-
Embraplan Empresa Brasileira de Planejamento Ltda. (b)	203	-	1	-	-
Multiplan Greenfield I Emp. Imob. Ltda.	14.024	17	13.659	-	8.907
Barrasul Empreendimento Imobiliário Ltda.	9.003	1	6.783	-	12.911
Ribeirão Residencial Emp. Imob. Ltda. (c)	39	6.573	16	-	-
Morumbi Bussiness Center Empr. Imob. Ltda.	26.484	89.242	1.345	-	159.222
Multiplan Greenfield II Empr. Imob. Ltda. (c)	155.562	-	9.109	-	-
Multiplan Greenfield IV Empr. Imob. Ltda. (c)	586	158.870	9.328	-	-
Multiplan Greenfield III Empr. Imob. Ltda. (c)	4.534	249.337	2.460	-	-
Parkshopping Campo Grande Ltda.	19.157	368.500	34.733	131.097	7.142
Jundiaí Shopping Center Ltda.	21.314	347.207	31.970	127.001	9.105
Parkshopping Corporate Empr. Imob. Ltda. (c)	2.016	41.662	2.741	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	317.561	1.686.590	161.439	313.903	393.493

(a) Durante o exercício de 2007, as operações dessas empresas foram transferidas para Companhia.

(b) Empresa paralisada operacionalmente desde 2003.

(c) Durante o exercício de 2011, essas empresas se encontravam em fase pré-operacional sendo suas operações iniciadas em 2012 com a inauguração dos shopping centers e empreendimentos imobiliários. Maiores detalhes vide nota explicativa 1.1.

(d) Vide detalhes de alteração de participação na nota 9.a.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 7

O resumo das informações financeiras dos principais grupos do balanço patrimonial e da demonstração dos resultados das empresas controladas diretas é como segue:

(i) Balanços Patrimoniais

31/12/2012	Total Fleet	Franchising Brasil	Prime	Car Rental	Rental International	Car Assistance	Rental Brasil	LFI SRL
Ativos								
Circulantes	154.253	17.238	15.407	8.665	14	5.147	19.067	129
Não circulantes:								
Realizável a longo prazo	4.490	1.724	1.483	1	-	-	-	-
Investimento	4	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	868.592	158	-	-	-	-	(*) 22.087	-
Intangível	1.628	286	-	-	-	-	-	-
Total	1.028.967	19.406	16.890	8.666	14	5.147	41.154	129
Passivos								
Circulantes	178.296	8.568	13.786	4.501	-	4.907	232	-
Não circulantes:	198.087	10.234	9.920	-	405	-	-	49
Patrimônio líquido	652.584	604	(6.816)	4.165	(391)	240	40.922	80
Total	1.028.967	19.406	16.890	8.666	14	5.147	41.154	129

(*) Refere-se a terreno transferido pela Localiza para a Rental Brasil S.A. como aumento de capital. Para fins de divulgação foi apresentado no ativo imobilizado.

(ii) Demonstrações dos Resultados

2012	Total Fleet	Franchising Brasil	Prime	Car Rental	Rental International	Car Assistance	LFI SRL
Receita líquida	802.742	16.848	55.880	16.276	-	15.438	-
Resultado bruto	257.649	13.084	50.795	7.971	-	15.152	(1)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	190.666	13.980	4.009	7.594	(74)	15.453	(2)
Lucro (prejuízo) líquido	126.009	11.706	2.396	5.682	(74)	13.535	(2)

Duas companhias da amostra divulgaram as razões pelas quais foi desprezada a premissa de não existência de influência significativa de participação menor que 20%, pois concluíram que possuíam influência significativa. Como exemplo, podemos destacar a divulgação feita pelo Banco do Brasil.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 24 a

24 - Investimento em Coligadas e Joint Ventures

a) Coligadas

Empresa	% de participação 31.12.2012	
	Total	ON
Itapebi Geração de Energia S.A. ⁽¹⁾⁽³⁾	19,00	19,00
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban ⁽¹⁾⁽³⁾	13,53	13,53
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec ⁽¹⁾⁽²⁾	12,12	12,12
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE ⁽¹⁾⁽³⁾	12,09	12,09
Empresa Brasileira de Projetos - EBP ⁽¹⁾⁽³⁾	11,11	11,11
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS ⁽⁵⁾	49,99	49,99
Pronor Petroquímica S.A. ⁽⁴⁾	-	-
Outras coligadas	-	-
Total	-	-

⁽¹⁾ Embora os direitos de voto real e potencial detidos nessas coligadas sejam inferiores a 20%, foi evidenciada a existência de influência significativa por meio da participação na gestão da coligada ou na indicação da diretoria ou órgão diretor equivalente com participação nos processos de elaboração de políticas financeiras e operacionais.

⁽²⁾ Informações utilizadas para aplicação do método da equivalência patrimonial relativas a novembro/2012.

⁽³⁾ Informações utilizadas para aplicação do método da equivalência patrimonial relativas a dezembro/2012.

⁽⁴⁾ Investimento alienado em maio/2011.

⁽⁵⁾ Investimento incluído proporcionalmente na consolidação a partir de janeiro/2012.

Informações financeiras resumidas das coligadas não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

Total de ativos
Total de passivos
Receitas
Lucro ou (prejuízo) do período

R\$ mil

Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		
31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
398.514	396.095	75.718	75.258	35.291	27.337	28.623
194.075	150.931	26.259	20.421	5.838	(2.487)	1.507
75.204	75.445	9.121	9.144	1.111	1.283	413
25.158	23.576	3.041	2.850	191	85	741
16.438	3.649	1.826	405	1.421	(2.875)	(1.760)
-	329.889	-	294.464	-	91.718	42.511
-	-	-	-	-	157	(2.887)
1.850.131	1.666.614	47.758	111.664	2.072	34.973	58.472
2.559.520	2.646.199	163.723	514.206	45.924	150.191	127.620

R\$ mil

31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
14.655.813	16.503.320	6.274.593
12.283.085	13.857.121	5.083.038
1.849.593	1.392.683	1.882.563
304.171	475.164	322.902

A Gerdau foi a única companhia que divulgou as razões pelas quais foi desprezada a premissa de existência de influência significativa de participação maior ou igual a 20%, pois concluiu que não possuía influência significativa.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 3.3

3.3 - Empresas associadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas.

Empresas associadas	País	Percentual de participação			
		Capital total (*)		Capital votante	
		2012	2011	2012	2011
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias ⁽¹⁾	Rep. Dominicana	49,00	49,00	49,00	49,00
Corsa Controladora, S.A. de C.V. e subsidiárias ⁽²⁾	México	49,00	49,00	49,00	49,00
Corporación Centroamericana del Acero S.A. e subsidiárias ⁽³⁾	Guatemala	30,00	30,00	30,00	30,00
Maco Holding Ltda.	Brasil	46,58	46,58	46,58	46,58

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.

⁽¹⁾ Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp., NC Trading e Industrias Nacionales C. x A, S.A. (Costa Rica).

⁽²⁾ Subsidiárias: Júpiter Direccional S.A. de C.V., Aceros Ticomán, S.A. de C.V., Centro Técnico Joist, S.A. de C.V., Aceros Corsa, S.A. de C.V., Aceros Ticoregios, S.A. de C.V.

⁽³⁾ Subsidiárias: Aceros de Guatemala S.A., Indeta S.A., Siderúrgica de Guatemala S.A.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A., apesar de ter mais de 50% do capital total da associada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da associada.

Armacero Industrial e Comercial S.A. é uma empresa associada e nenhum dos detentores de participação controla a empresa. A participação remanescente nesta empresa é detida por outro sócio e não existe acordo de acionistas para controle compartilhado.

Seis companhias da amostra divulgaram as datas de encerramento do exercício das demonstrações contábeis das coligadas e controladas, utilizadas para o método da equivalência patrimonial (no caso de divergência da data do investidor). Como exemplo, podemos destacar as divulgações feitas pela Cielo e pelo Banco Santander.

Demonstração Financeira da Cielo, Nota Explicativa nº 7

Na consolidação das demonstrações financeiras da controlada em conjunto Orizon e das controladas indiretas Prevsauúde, Precisa, Multisplay, M4 Produtos, Braspag, Paggo e Me-S (adquirida em 30 de agosto de 2012) foram utilizadas as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2012 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2012. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de doze meses findo em 30 de novembro de 2012.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 11

A composição, por empresa, do saldo da rubrica "Participação em coligadas e empreendimentos conjuntos" (ver nota 2-b) segue:

Em milhares de Reais	Participação em %			Investimentos		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾⁽²⁾	39,89%	39,64%	39,58%	413.047	132.514	106.939
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾⁽²⁾	-	39,88%	39,88%	-	232.017	202.825
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽¹⁾⁽³⁾	50%	50%	50%	23.369	22.528	28.525
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽³⁾	21,75%	21,75%	21,75%	22.666	24.200	22.325
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽³⁾⁽⁴⁾	13,64%	13,64%	13,64%	10.285	10.287	9.972
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽³⁾⁽⁴⁾	11,11%	11,11%	0,00%	2.726	679	-
Total				472.093	422.225	370.586

Em milhares de Reais	Resultados de Equivalência Patrimonial		
	2012	2011	2010
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾⁽²⁾	68.534	25.424	21.025
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾⁽²⁾	-	29.102	18.017
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽¹⁾⁽³⁾	841	(2.973)	2.432
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽³⁾	1.076	4.074	1.780
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽³⁾⁽⁴⁾	825	909	166
Celta Holding S.A. ⁽⁵⁾	-	-	522
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽³⁾⁽⁴⁾	2.046	(2.320)	-
Total	73.322	54.216	43.942

⁽¹⁾ Empresa com controle conjunto.

⁽²⁾ Na Assembleia Geral Extraordinária (AGEs) de 31 de maio de 2012 da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Leasing RCI Brasil) e da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (Financeira RCI Brasil), os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação de ações da Leasing RCI Brasil ao patrimônio da Financeira RCI Brasil na data-base de 31 de março de 2012, passando a Leasing RCI Brasil a ser uma participação indireta do Banco. Em 28 de agosto de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen.

⁽³⁾ Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial.

⁽⁴⁾ Embora a participação fosse inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

⁽⁵⁾ Investimento alienado em 2010.

(*) As empresas coligadas e empreendimentos conjuntos não possuem suas ações cotadas em Bolsa de Valores.

(**) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas coligadas e empreendimentos conjuntos.

(***) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos em coligadas.



Dentre as companhias da amostra, apenas a Eletrobras divulgou a natureza e a extensão de quaisquer restrições significativas sobre a capacidade de a coligada ou controlada transferir fundos para o investidor na forma de dividendos ou pagamento de empréstimos ou adiantamentos.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 15

Tendo em vista o processo de recuperação judicial da investida Celpa e consequente incerteza de continuidade de suas operações, a Companhia reconheceu como provisão para perdas a totalidade do investimento na Celpa no montante de R\$ 94.673 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 143.857) e perda dos montantes de dividendos declarados e não pagos até 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 27.513 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 27.513), ambas as provisões limitadas à participação da Companhia no capital social da Celpa de 34,24%.

15.1 - Provisões para perdas em investimentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Celpa	122.185	171.370
	122.185	171.370

15.2 - Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
CEMAT	86.464	86.464
CTEEP	1.047.648	956.630
CEEE-GT	-	4.961
CEEE-D	-	7.539
	1.134.112	1.055.594

A Companhia quando da preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as da Companhia.



Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 15 - Continuação

15.3 - Mutações dos investimentos - Controladora

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2011	Integralização de Capital	Outros Resultados Abrangentes
Mutação dos Investimentos - Controlada			
Furnas	13.237.136	-	(475.981)
CHESF	16.742.953	1.339.994	(247.109)
ELETROSUL	2.624.730	2.162.724	(110.703)
ELETRONORTE	10.199.453	1.125.949	(21.947)
ELETROPAR	169.135	-	(28.260)
ELETRONUCLEAR	6.520.292	-	(194.312)
CGTEE	334.348	432.966	(126.966)
CEAL	217.375	-	(126.189)
EÓLICA MANGUE SECO	17.166	-	-
CHC	19.090	10.029	1.886
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	217.135	198.000	-
INAMBARI	9.738	679	185
ITAIPU BINACIONAL	93.790	-	8.385
CELPA	171.370	-	-
CEEE-GT	701.628	-	51.370
CEMAT	436.150	-	-
EMAE	301.190	-	-
CTEEP	641.618	-	-
CEMAR	323.433	-	-
REDE LAJEADO	532.459	-	(24)
CEB LAJEADO	76.155	-	(20)
PAULISTA LAJEADO	27.654	-	-
CEEE-D	391.988	-	44.947
Mutação do Passivo a Descoberto - Controladora			
CEPISA	(185.154)	-	(1.863)
CERON	135.118	-	-
BOAVISTA	-	-	-
AMAZONAS	(286.994)	-	(11.821)
ELETROACRE	85.564	-	-
TOTAL	53.754.519	5.270.340	(1.238.421)
INVESTIMENTOS	54.226.667	5.270.340	(1.224.737)
PASSIVO A DESCOBERTO	(472.148)	-	(13.684)
TOTAL	53.754.519	5.270.340	(1.238.421)

Ganho/Perda de Capital	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital	Equivalência patrimonial / Provisão	Saldo em 31/12/2012
-	-	(192.601)	(1.315.879)	11.252.674
(1.685)	-	(893.837)	(5.317.877)	11.622.439
186	-	(89.081)	65.486	4.653.342
59	-	(49.922)	(709.978)	10.543.614
-	-	(17.157)	12.831	136.549
-	-	-	19.724	6.345.704
41	-	(12.254)	(417.946)	210.190
-	-	-	(87.067)	4.119
-	-	-	(159)	17.006
-	-	-	(2.421)	28.584
-	-	-	(5.750)	409.386
-	-	-	(1.352)	9.250
-	-	-	-	102.175
-	-	-	(76.697)	94.673
-	-	13.562	(28.551)	738.009
-	-	6.275	(21.638)	420.787
-	-	-	(48.874)	252.316
-	-	(108.026)	206.143	739.735
-	-	(41.197)	129.227	411.463
-	6.936	(65.292)	66.739	540.819
-	-	(10.651)	14.188	79.672
-	-	(7.455)	7.227	27.425
-	-	-	(93.060)	343.875
-	-	-	(36.488)	(223.505)
-	-	-	(207.886)	(72.768)
-	-	-	(23.562)	(23.562)
-	-	-	(829.203)	(1.128.018)
-	-	-	(139.598)	(54.034)
(1.399)	6.936	(1.467.637)	(8.842.421)	47.481.917
(1.339)	6.936	(1.467.637)	(7.826.367)	48.983.803
-	-	-	(1.016.055)	(1.501.887)
(1.399)	6.936	(1.467.637)	(8.842.421)	47.481.917

Dentre as companhias analisadas, apenas a CCR divulgou o fato de a participação na coligada e na controlada não estar contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, em conformidade com as exceções especificadas no CPC.

Demonstração Financeira da CCR, Nota Explicativa nº 4

Contingências - Demandas judiciais consideradas como de perda possível

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP, sendo que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais, das controladas e controladas em conjunto, de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:

Ajustes no patrimônio líquido	2012	2011
Patrimônio líquido da controladora	3.359.725	3.267.625
Baixa do ativo diferido	(180.293)	(180.293)
Reversão da amortização do ativo diferido	129.444	118.034
Patrimônio líquido consolidado	3.308.876	3.205.366



Onze companhias da amostra analisada divulgaram a parte do investidor nas alterações dos outros resultados abrangentes, contabilizados pela coligada e pela controlada, reconhecida como outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido. Como exemplo, destacam-se as divulgações feitas pela Cemig e pela Cosan.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 14

	2011	Equivalência Patrimonial (Resultado)
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	1.919.485
Cemig Distribuição	2.656.463	191.366
Cemig Telecom	287.909	5.067
Rosal Energia	158.676	10.485
Sá Carvalho	123.571	28.951
Gasmig (*)	444.991	54.702
Gasmig - Investimento em curso (*)	67.223	-
Horizontes Energia	73.203	13.298
Usina Térmica Ipatinga	37.577	10.962
Cemig PCH	95.228	15.264
Cemig Capim Branco Energia	42.592	41.845
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	5.188
UTE Barreiro	23.034	10.649
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	2.368
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	6.705
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	2.325
Transchile	42.850	565
Efficientia	11.334	7.219
Central Termelétrica de Cogeração	6.348	374
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	4.088
Light	1.160.184	103.271
Cemig Trading	13.008	31.460
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	132.203	18.142
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	307.211	38.718
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	73.432	9.853
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	672.559	83.905
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	44.983	4.843
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.253	845
Cemig Serviços	2.310	(889)
Parati	358.459	17.569
Total	11.994.523	2.638.623

Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Aquisições, aportes e redução de capital	Dividendos	2012
(703)	-	1.509.877	5.494.981
-	-	(384.680)	2.463.149
-	-	(45.000)	247.976
-	-	(23.909)	145.252
-	-	(28.624)	123.898
-	65.080	(56.696)	508.077
-	(67.223)	-	-
-	-	9.097	77.404
-	(15.000)	(7.644)	25.895
-	-	(18.626)	91.866
-	82.051	(40.920)	125.568
-	-	(2.692)	26.516
-	-	(661)	33.022
-	-	(1.976)	13.542
-	-	5.424	12.368
-	-	(1.322)	11.528
4.425	-	-	47.840
-	-	(7.599)	10.954
-	-	(716)	6.006
-	(3.671)	-	21.329
-	-	(114.346)	1.149.109
-	-	(22.816)	21.652
-	-	(18.689)	131.656
-	-	(41.497)	304.432
-	-	(10.432)	72.853
-	-	(86.160)	670.304
-	-	(7.149)	42.677
-	-	(140)	4.958
-	-	-	1.421
-	-	(9.113)	366.915
3.722	61.237	(2.444.957)	12.253.148

Demonstração Financeira da Cosan, Nota Explicativa nº 11

11. Investimentos - Continuação

a) Controladora - Continuação

31 de março de 2011	8.290.188
Equivalência patrimonial	3.154.846
Resultados abrangentes	43.147
Efeitos líquidos na formação da Raízen	463.296
Dividendos declarados e JSCP em controlada e em controlada em conjunto (*)	(281.195)
Outros	(9.993)
31 de março de 2012	11.660.289

(*) Ocorreu pagamento de R\$ 64.845 mil neste exercício.



CPC 19 (R1)

Investimento
em Empreendimento
Controlado em Conjunto
- *Joint Venture* (IAS 31)

O CPC 19 (R2), vigente a partir de 1º de janeiro de 2013, trata de Negócios em Conjunto e tem correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 11). Entretanto, nesta seção, analisamos como as companhias da nossa amostra aplicaram o CPC 19 (R1), em vigor no ano de 2012, que tratava de Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 31).

O CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto - *Joint Venture* (IAS 31) orienta sobre como contabilizar as participações em empreendimentos controlados em conjunto e sobre a divulgação dos ativos, passivos, receitas e despesas desses empreendimentos nas demonstrações contábeis dos empreendedores e investidores.

De acordo com o CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto - *Joint Venture*, os empreendimentos controlados em conjunto podem assumir diferentes formas e estruturas. Nós identificamos, na amostra analisada, os três tipos principais: operações controladas em conjunto (5 casos), ativos controlados em conjunto (1 caso) e entidades controladas em conjunto (37 casos), conforme mostrado no gráfico.

Na amostra analisada, pudemos observar que a variação média dos investimentos em *joint ventures* foi de 69,2%, de 2011 para 2012. Esses investimentos, em média, representaram 10% do ativo total da controladora, em 2012.

A seguir, apresentamos exemplos de divulgações requeridas pelo CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto - *Joint Venture* - e evidenciadas pelas empresas da nossa amostra.

Formas e estruturas dos empreendimentos controlados em conjunto



Investimentos em empreendimento controlado em conjunto divulgados pelas investidoras e exemplos práticos da aplicação do CPC 19 (R1)

A Souza Cruz divulgou suas operações controladas em conjunto.

Demonstração Financeira da Souza Cruz, Nota Explicativa nº 1

II. Participações em *joint ventures* (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Outra operação importante é a presença internacional na Brascuba Cigarrillos, S.A. - "Brascuba", uma operação em conjunto (*joint-operation*) entre a Companhia (por intermédio de sua controlada Yolanda Participações S.A.) e o governo de Cuba, estabelecida em 1996, para a produção de cigarros. Em 2012, o mercado cubano representou 12,5 bilhões de unidades de cigarros. A Brascuba detém 99,8% de participação neste mercado. Aproximadamente 2,2 bilhões de unidade de cigarros foram exportadas. Além do mercado interno, a exportação de cigarros de fumo negro representa um enorme desafio e um grande mercado em outras partes do mundo onde este produto tem boa penetração.

A Souza Cruz possui em parceria com a Ambev outra operação em conjunto (*joint-operation*), a Agrega Inteligência em Compras Ltda. - "Agrega", uma empresa de inteligência para operações de compras que visa por meio de aumento de escala, gerar economias na aquisição de materiais e serviços não específicos.

Demonstração Financeira da Souza Cruz, Nota Explicativa nº 3.1 b

A Administração da Companhia decidiu pela adoção antecipada desta Deliberação nas demonstrações financeiras consolidadas de 2012, passando a tratar a empresa Agrega Inteligência em Compras Ltda. e Brascuba Cigarrillos, S.A. como operações em conjunto (*joint operations*). Dessa forma, o tratamento de método da equivalência patrimonial (Agrega) e consolidação proporcional (Brascuba) nas demonstrações financeiras consolidadas mudaram para a apresentação de ativos e passivos em relação à sua participação (50%), com desreconhecimento do investimento e da consolidação proporcional, respectivamente.

Com a adoção antecipada desta Deliberação, os efeitos do desreconhecimento do investimento da Companhia e os ativos e passivos reconhecidos no início do período para o Agrega, não relevantes para fins de refazimento das informações de 2011, podem assim ser resumidos:

	Consolidado				Consolidado		
	2011	2011 Ajustado	Efeitos		2011	2011 Ajustado	Efeitos
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.216,8	1.224,2	7,4	Empréstimos e Financiamentos	204,8	204,8	-
Contas a Receber	344,6	349,4	4,8	Instrumentos Financeiros Derivativos	27,6	27,6	-
Estoques	1.031,9	1.031,9	-	Fornecedores	191,9	192,4	0,5
Tributos a Recuperar	57,3	57,5	0,2	Imposto de Renda e Contribuição Social	162,3	162,6	0,3
Despesas e Impos- tos Antecipados	197,1	197,1	-	Tributos a Recolher sobre Vendas	710,2	710,2	-
Outros	11,7	11,7	-	Remuneração dos Acionistas	30,4	30,4	-
	2.859,4	2.871,8	12,4	Salários e Encargos Sociais	221,6	221,8	0,2
				Outras Contas a Pagar	43,7	43,7	-
					1.592,5	1.593,5	1,0
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contas a Receber	3,7	3,7	-	Provisões para Contingências	152,7	152,7	-
Estoques	13,2	13,2	-	Outros Passivos Operacionais	52,1	52,1	-
Tributos a Recuperar	88,5	88,5	-	Incentivos Fiscais	355,5	355,5	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	158,5	150,6	(7,9)	Tributos e Outras Contas a Pagar	21,8	14,0	(7,8)
Depósitos Judiciais	182,0	182,0	-		582,1	574,3	(7,8)
Despesas Antecipadas e outros	22,4	22,5	0,1	Patrimônio líquido			
Outros Créditos com Partes Relacionadas	5,8	5,8	-	Capital Social Realizado	854,7	854,7	-
Investimentos em Sociedades	11,7	-	(11,7)	Reservas de Capital	1,9	1,9	-
Imobilizado	853,7	854,5	0,8	Reservas de Lucros	298,2	298,2	-
Intangível	54,9	54,4	(0,5)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	224,9	224,9	-
	1.394,4	1.375,2	(19,2)	Dividendo Adicional Proposto	699,5	699,5	-
					2.079,2	2.079,2	-
Total do ativo	4.253,8	4.247,0	(6,8)	Total do passivo e patrimônio líquido	4.253,8	4.247,0	(6,8)

Não houve impactos nas demonstrações financeiras consolidadas em relação à operação em conjunto Brascuba visto que os componentes de ativo e passivo, as receitas e gastos dessa sociedade permaneceram reconhecidos respeitando o percentual de participação da Companhia nesta (50%), que representou em um lucro líquido de R\$ 7,3 no resultado consolidado.

Duas companhias divulgaram a respeito de passivos contingentes. De acordo com o CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto - *Joint Venture*, exceto quando a probabilidade de perda seja remota, o empreendedor deve divulgar o valor total dos passivos contingentes, separadamente do valor de outros passivos contingentes: a) quaisquer passivos contingentes em que o empreendedor tenha incorrido em relação à sua participação em empreendimentos controlados em conjunto e sua parte em cada passivo contingente que tenha sido incorrido conjuntamente com outros empreendedores; b) sua parte nos passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto para os quais o empreendedor seja contingencialmente responsável; e c) os passivos contingentes que tenham surgido em razão de o empreendedor ser contingencialmente responsável por passivos de outros empreendedores de empreendimento controlado em conjunto.

Como exemplo, apresentamos a divulgação feita pela Embraer.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 26

26 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

26.1. Provisões	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Garantia de Produtos ⁽ⁱ⁾	211.206	205.699	225.937	217.128
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis ⁽ⁱⁱ⁾	112.501	130.278	128.272	136.315
Obrigação de benefícios pós-emprego (nota 27)	115.895	-	125.388	8.262
Outras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	16.342	2.255	50.733	53.604
	455.944	338.232	530.330	415.309
Circulante	171.056	146.601	197.689	181.217
Não Circulante	284.888	191.631	332.641	234.092

⁽ⁱ⁾ Constituídas para fazer face aos gastos relacionados a produtos, incluindo garantias e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves entregues com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho.

⁽ⁱⁱ⁾ Provisões de natureza trabalhista, fiscal ou cível, segregadas conforme quadro a seguir.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se principalmente ao passivo contingente de R\$ 23.386 reconhecido em outras provisões em 2011 quando a Companhia, por meio de sua subsidiária Embraer Defesa e Segurança Participações, adquiriu a controlada em conjunto Atech e a controlada Orbisat.

Sete companhias divulgaram compromissos de aporte de capital do empreendedor, em relação à sua participação no empreendimento controlado em conjunto, e sua parte nos compromissos de aporte de capital assumidos conjuntamente com outros empreendedores. Como exemplo, apresentamos a divulgação da ALL.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 12

Aquisição de participação na Vetria Mineração S.A.

Em 3 de dezembro de 2012, a Companhia, a Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo") e os acionistas da Vetorial Participações S.A. ("Vetorial") celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica, por meio de uma sociedade anônima brasileira denominada Vetria Mineração S.A. ("Vetria"), para criar um sistema integrado mina-ferrovia-porto.

A Vetria atua na exploração, beneficiamento, transporte, comercialização e exportação de minério de ferro por meio de (i) um porto privado a ser construído em Santos, (ii) uma capacidade de transporte ferroviária garantida nos termos de um contrato de prestação de serviços de transporte celebrado com a ALL, e (iii) uma mina própria localizada no Maciço de Urucum, na região de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.

Os parágrafos a seguir descrevem a natureza dos ativos que foram aportados pela Triunfo e Vetorial para constituição da Vetria:

- ▶ Santa Rita, uma subsidiária integral da Triunfo, que detinha o controle total do TPB, mudou sua razão social para Vetria (após o negócio). TPB era uma sociedade de responsabilidade limitada, que tinha um único ativo: terreno com licenças para a construção de um porto na região de Santos/SP.
- ▶ Vetorial detinha o controle total da Vetorial Mineração ("Mineradora"), detentora da mina de ferro operacional.

A constituição da Vetria contemplou, substancialmente, os seguintes elementos:

- (a)** Na data de fechamento da Associação, em 3 de dezembro de 2012, a Triunfo vendeu 80% do capital da Vetria para a ALL a prazo por aproximadamente R\$ 80 milhões.
- (b)** Na data de fechamento, a Vetorial vendeu 100% das quotas da Mineradora para a Vetria por aproximadamente R\$ 6 bilhões (valor FOB mina determinado por avaliador independente). Nesse momento a Vetria assume a obrigação de pagar os royalties pela exploração do minério no valor de R\$ 6 bilhões, à medida da exaustão da mina.
- (c)** ALL e Triunfo autorizam a Vetorial a converter cerca de R\$ 3,4 bilhões de royalties a receber em investimento na Vetria, gerando uma diluição da participação da ALL de 80% para 55,38% e da Triunfo de 20% para 10,79%, ficando a Vetorial com 33,83% de participação.
- (d)** Finalmente, a ALL trocou 5% de sua participação na Vetria para compensar o montante a pagar de aproximadamente R\$ 80 milhões com a Triunfo - descrito na alínea (a) acima. Como resultado, a ALL, Vetorial e Triunfo detêm participações em Vetria de 50,38%, 33,83% e 15,79% em 31 de dezembro de 2012. A participação da ALL no capital da Vetria de 50,38%, foi estabelecida contratualmente através de Contrato de Associação, um dos documentos de constituição da Vetria, tendo em vista a contribuição da ALL nesse empreendimento, que está representada por viabilizar a logística do minério de ferro.

O Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Vetria estabelece a constituição de um bloco de controle em que o poder de deliberar sobre políticas operacionais e financeiras estratégicas são tomadas de forma compartilhada pelos representantes dos acionistas investidores.

Com o resultado destes eventos, a ALL registrou a participação obtida como investimento, o que corresponde a 50,38% (R\$ 1.997.183 em 31 de dezembro de 2012) do capital da Vetria, contra uma receita diferida, a qual será apropriada ao resultado à medida que o minério de ferro é exaurido, principal ativo responsável pela variação patrimonial da Vetria. Esta apropriação se iniciará quando da conclusão dos investimentos necessários para o escoamento do volume planejado no projeto, ou seja, mais de 20 milhões de toneladas por ano.

O Contrato de Associação prevê mecanismos de ajuste de participação de cada acionista no Capital Social da Vetria caso ocorram variações significativas nas condições estabelecidas na associação, tais como investimentos e reservas minerárias.

O referido acordo também inclui certas condições que devem ser cumpridas até 19 de dezembro de 2015 para que se confirme a continuidade das operações Vetria. Caso contrário, o contrato é considerado resolvido e os efeitos decorrentes da Associação se revertem para o status quo (situação existente antes de 03 de dezembro de 2012). A ALL, Vetorial, Triunfo e Vetria têm estruturado um plano de negócios concreto para o atendimento destas condições.

As principais condições são:

- ▶ Obtenção dos recursos financeiros necessários para os investimentos, incluído o equity;
- ▶ Certificação das reservas minerais;
- ▶ Obtenção das licenças ambientais necessárias junto às autoridades governamentais;
- ▶ Aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) dos contratos operacionais entre ALL e Vetria, e;
- ▶ Obtenção da autorização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para implantação e operação do porto.



Sete companhias divulgaram a parte do empreendedor nos compromissos de aporte de capital dos empreendimentos controlados em conjunto. Como exemplo, apresentamos a divulgação da Sabesp.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 2.1

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos Etep Ltda. ("Etep"), constituíram a empresa Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a Sabesp detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, Sabesp e Inima, detêm o controle conjunto sobre a Sesamm. Desta forma, a Sabesp registra sua participação na Sesamm pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 36% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Sesamm.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.



Quarenta companhias divulgaram uma lista e a descrição das participações em empreendimentos controlados em conjunto relevantes, e a proporção de propriedade nas participações mantidas em entidades controladas em conjunto. Como exemplos, apresentamos a divulgação da Copel, Light e da OGX.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 1.1

1.1 Controladas diretas, indiretas e participações em consórcios

Percentual de participação no capital social	Copel %	Copel GeT %	Atividade principal
Controladas			
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	100,00	-	geração e transmissão de energia elétrica
Copel Distribuição S.A.	100,00	-	distribuição e comercialização de energia elétrica
Copel Telecomunicações S.A.	100,00	-	serviços de telecomunicações e de comunicações
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	51,00	-	distribuição de gás canalizado
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	70,00	-	geração de energia elétrica
UEG Araucária Ltda.	20,00	60,00	geração de energia elétrica utilizando gás natural
Controladas em conjunto			
Dominó Holdings S.A.	45,00	-	participação em sociedade de saneamento básico
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. ^(a)	49,90	-	geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. ^(a)	-	51,00	transmissão de energia elétrica
Marumbi Transmissora de Energia S.A. ^(a)	-	80,00	transmissão de energia elétrica
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. ^(a)	-	20,00	transmissão de energia elétrica
Caiuá Transmissora de Energia S.A. ^(a)	-	49,00	transmissão de energia elétrica
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. ^(a)	-	49,00	transmissão de energia elétrica
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ^(a)	-	49,00	transmissão de energia elétrica
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ^(a)	-	49,00	transmissão de energia elétrica
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ^(a)	-	24,50	transmissão de energia elétrica
Consórcios			
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	-	51,00	Exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá
Consórcio Tapajós	-	11,11	Avaliação ambiental e estudos de aproveitamentos hidrelétricos

^(a) Encontram-se em fase pré-operacional

Demonstração Financeira da Light, Nota Explicativa nº 2 b

b) Controladas em conjunto

Lightger S.A. (Lightger) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Lightger obteve a licença de instalação que autorizou o início das obras de implantação da PCH Paracambi. As turbinas entraram em operação no terceiro trimestre de 2012. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig (49%).

CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (E-Power) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, que tem como objetivo principal fabricar veículos elétricos de duas rodas da marca "Kasinski". A Light S.A. e CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A., denominada "Kasinski", são os únicos acionistas da Companhia, cada uma detentora, respectivamente, de 20% e 80% das ações ordinárias nominativas da E-Power.

Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (Nesa), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na Nesa é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto.



Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 4

4. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas controladas diretas, indiretas e em conjunto, e do Fundo exclusivo, a seguir relacionados:

	Percentual de Participação	
	31/12/2012	31/12/2011
Controladas indiretas		
OGX P&G	99,99	99,99
OGX Maranhão	66,67	66,67
OGX Campos (*)	-	100,00
OGX International	100,00	100,00
OGX Netherlands (**)	-	100,00
Controladas diretas		
OGX Austria	100,00	100,00
OGX Netherlands Holding	100,00	-
OGX Netherlands (**)	100,00	-
Parnaíba B.V.	100,00	-
Fundo exclusivo		
FICFI OGX 63	100,00	100,00
Controlada em conjunto		
OGMP Transporte Aéreo (***)	50,00	50,00

(*) Em maio de 2012 a controlada OGX P&G incorporou o acervo líquido da OGX Campos na sua totalidade.

(**) Em dezembro de 2012 a OGX Participações transferiu sua participação na então controlada direta OGX Netherlands para sua controlada indireta OGX Netherlands Holding. Com isso, a OGX Netherlands passou a ser controlada indireta da OGX Participações e controlada direta da OGX Netherlands Holding.

(***) Controlada em conjunto com MPX Energia S.A.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Quarenta e três companhias divulgaram o método utilizado para reconhecer seus investimentos nas entidades controladas em conjunto. Dentre essas 43 companhias, 10 utilizaram o método de equivalência patrimonial e 33 fizeram consolidação proporcional. Como exemplos, apresentamos as divulgações feitas pela Gerdau, Braskem, Ambev e Gafisa.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 2.1 b

b) Investimentos em empresas com controle compartilhado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Empresas com controle compartilhado e joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 2.12

2.12 Participações em sociedades controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem, mediante acordo, controle compartilhado com um ou mais sócios. Tais investimentos são inicialmente avaliados ao custo de aquisição e posteriormente pelo método de equivalência patrimonial.

Os lucros não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação nesses investimentos.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 3 c

Controladas em conjunto

A consolidação das controladas em conjunto foi feita utilizando-se o método de consolidação proporcional.

A Companhia consolida os ativos e passivos e o resultado das empresas no Brasil, Agrega Inteligência em Compras Ltda. ("Agrega") e Ice Tea do Brasil ("ITB"), bem como duas entidades distribuidoras no Canadá, Brewers Retail Inc. e Brewers' Distributor Ltd. na proporção de suas participações nessas empresas.

Demonstração Financeira da Gafisa, Nota Explicativa nº 2.1.1

A Companhia efetuou a consolidação proporcional das demonstrações financeiras das controladas em conjunto listadas a seguir. Para mais detalhes em relação às informações relevantes dessas empresas, vide nota 9.

Investidas	% - Participação	
	2012	2011
Gafisa SPE 48 S.A.	80%	80%
SPE Reserva Ecoville/Office - Emp. Im. S.A.	50%	50%
Sítio Jatiuca Emp. Im. SPE Ltda.	50%	50%
Gafisa SPE - 116 Emp. Imob. Ltda.	50%	50%
FIT 13 SPE Emp. Imob. Ltda.	50%	50%
Gafisa SPE 47 Emp. Imob. Ltda.	80%	80%
Gafisa SPE 85 Emp. Imob. Ltda.	80%	80%
Città Ville SPE Emp. Imob. Ltda.	50%	0%
SPE Pq Ecoville Emp Imob. S.A.	50%	50%
Gafisa SPE 71 Emp. Imob. Ltda.	80%	80%
Manhattan Square Emp. Imob. Coml. 1 SPE Ltda.	50%	50%
Gafisa SPE 65 Emp. Imob. Ltda.	80%	80%
Alto da Barra de São Miguel Em. Imob. SPE Ltda.	50%	50%
Apoena SPE Emp Imob. S.A.	80%	80%
Costa Maggiore Emp. Imob. Ltda.	50%	50%
Gafisa SPE 73 Emp. Imob. Ltda.	80%	80%
Gafisa SPE 46 Emp. Imob. Ltda.	60%	60%
Dubai Residencial Emp. Imob. Ltda.	50%	50%
Gafisa SPE 113 Emp. Imob. Ltda.	60%	60%
Aram SPE Emp. Imob. Ltda.	80%	80%
Grand Park - Parque das Árvores Em. Im. Ltda.	50%	50%
O Bosque Empr. Imob. Ltda.	60%	60%
Parque do Morumbi Incorporadora Ltda.	80%	80%
Grand Park - Parque das Águas Emp. Im. Ltda.	50%	50%
Outras (*)	Diversos	Diversos

(*) Incluem empresas com saldo de investimentos inferiores a R\$ 3.000.

Reflexos de novos CPCs

A Braskem fez menção sobre os efeitos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2013. Como a companhia já aplica o método de equivalência patrimonial, a adoção dessa norma não trará impactos para os investimentos que mantém em empresas controladas em conjunto.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 2.2.5 c

(c) Em 23 de novembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 694, que aprova a CPC 19 (R2) "Negócios conjuntos" e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IFRS 11 - "Acordos em conjunto". A norma prevê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto:

(i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e

(ii) controle compartilhado - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabilizará o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

A adoção dessa norma não trará impactos, uma vez que a Companhia já adota o método da equivalência patrimonial para os investimentos em empresas controladas em conjunto.

Esta norma aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

Já a CCR divulgou que a adoção do CPC 19 (R2), em 2013, impactará significativamente as demonstrações da companhia, divulgando os potenciais impactos da mudança da norma.

Demonstração Financeira da CCR, Nota Explicativa nº 2 x

x) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 - Acordos Conjuntos.

A adoção da norma IFRS 10, a qual possui a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle e, a adoção da norma IFRS 11 resultarão em alterações na contabilização do investimento mantido pelo Grupo nas joint ventures atualmente registrado pelo método de consolidação proporcional, de acordo com a norma IAS 31 - Interest in Joint Ventures.

De acordo com a norma IFRS 11, as empresas controladas em conjunto serão classificadas como joint ventures e serão registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da CCR, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que será apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como "Investimentos" e "Equivalência patrimonial", respectivamente.

Caso as normas IFRS 10 e IFRS 11 tivessem sido adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras, estima-se que o total de ativos e passivos seriam de R\$ 12.502.803 e R\$ 9.140.474, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 (ante aos montantes de R\$ 14.305.826 e R\$ 10.943.494, respectivamente, apresentados nestas demonstrações financeiras), sendo que o resultado líquido do exercício e o patrimônio líquido não seriam afetados.



A Vale antecipou os reflexos do CPC 18 (R2), deixando de apresentar sua participação em controladas de controle compartilhado pelo método de consolidação proporcional e optou pelo método da equivalência patrimonial.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 4 a

a) Pronunciamento, interpretações, orientações ou revisões aprovadas pela CVM para adoção anterior a 31 de dezembro de 2012

Considerando a opção dada pelo pronunciamento CPC 19 (R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), emitido em 4 de agosto de 2011 e antecipando os reflexos do CPC 18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (correlato ao IFRS 11), a Companhia, para fins das demonstrações consolidadas, deixou de apresentar sua participação em controladas de controle compartilhado pelo método de consolidação proporcional e optou por apresentar o seu investimento nestas entidades usando o método de equivalência patrimonial no exercício de 2012.

Com o objetivo de representar a nova política como se sempre tivesse sido adotada, aplicamos retrospectivamente as alterações ajustando os saldos de abertura dos períodos comparativos.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 4 c

A Companhia passou a registrar seus investimentos em entidades de controle compartilhado pelo método de equivalência patrimonial a partir de 1º de janeiro de 2012. O quadro abaixo sumariza o efeito no exercício comparativo:

	31 de dezembro de 2011		
	Saldo com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
Balço Patrimonial			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.458	(865)	6.593
Outros	34.637	(1.079)	33.558
	42.095	(1.944)	40.151
Não circulante			
Investimentos	10.917	4.067	14.984
Imobilizado e intangíveis	177.857	(6.213)	171.644
Outros	10.913	(603)	10.310
	199.687	(2.749)	196.938
Total do ativo	241.782	(4.693)	237.089

Balço Patrimonial	Saldo com consolidaço proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidaço proporcional
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	9.157	(306)	8.851
Empréstimos e financiamentos	3.872	(1.025)	2.847
Outros	9.196	(209)	8.987
	22.225	(1.540)	20.685
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	42.753	(2.528)	40.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.773	(159)	10.614
Outros	19.340	(456)	18.884
	72.866	(3.143)	69.723
Patrimônio líquido			
Capital social	75.000	-	75.000
Participações dos acionistas não controladores	3.215	(10)	3.205
Outros	68.476	-	68.476
	146.691	(10)	146.681
Total do passivo e patrimônio líquido	241.782	(4.693)	237.089

31 de dezembro de 2011

Resultado	Saldo com consolidaço proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidaço proporcional
Receita de vendas, líquida	106.470	(4.451)	102.019
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(43.764)	1.313	(42.451)
Lucro bruto	62.706	(3.138)	59.568
Receitas (despesas) operacionais	(9.567)	416	(9.151)
Resultado financeiro líquido	(6.623)	271	(6.352)
Resultado de participações societárias	(51)	1.908	1.857
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	46.465	(543)	45.922
Imposto de renda e contribuição social	(9.065)	551	(8.514)
Lucro líquido do exercício	37.400	8	37.408
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	414	(8)	406
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	37.814	-	37.814

CPC 22

Informações por
Segmento (IFRS 8)

Um dos principais objetivos da adoção das normas internacionais foi aumentar a relevância das demonstrações contábeis, especialmente para os investidores. Embora seja possível avaliar a empresa de forma agregada através das demonstrações contábeis, é mais difícil compreender o desempenho do negócio sem conhecer, por exemplo, a contribuição de produtos (ou segmentos) novos versus os maduros, ou o crescimento das vendas por regiões geográficas.

Dentro desse contexto, a divulgação de informações por segmento acrescenta grande valor ao julgamento dos investidores através da compreensão da contribuição das partes do negócio à empresa como um todo. De acordo com o CPC 22, as informações são divididas em segmentos de negócio. Um segmento operacional é um componente do negócio da empresa que gera receitas e despesas sobre o qual haja informação financeira diferenciada, cujo resultado seja avaliado pelo principal gestor para fins de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Nesta seção, analisamos as divulgações realizadas pelas empresas da nossa amostra no tocante às informações por segmento. Tal assunto está disposto no CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8). Essa norma internacional define os requisitos para a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais e igualmente aborda as divulgações acerca dos produtos e serviços da entidade, das suas áreas geográficas e de seus principais clientes.

Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Quantidade e tipos de segmentos divulgados pelas empresas (produtos e serviços, geográfico etc.);
- ▶ Políticas e estimativas contábeis sobre informações por segmento;
- ▶ Itens de resultado e patrimônio divulgados por segmento (receita, custo, resultado, ativo e passivo com conciliação de informações);
- ▶ Informações específicas acerca dos principais produtos, áreas geográficas e clientes (grau de dependência).

Quantidade e tipos de segmentos divulgados pelas empresas

De acordo com o CPC 22, um segmento operacional é um componente do negócio da empresa que gera receitas e despesas sobre o qual haja informação financeira diferenciada, cujo resultado seja avaliado pelo principal gestor para fins de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

As empresas analisadas reportaram as informações segregadas em média com menos de três segmentos, conforme apresentado no quadro a seguir. Essa quantidade de segmentos reportados vem se reduzindo a cada ano.

No de segmentos	Quantidade de empresas	%
1	15	25,0%
2	10	16,6%
3	10	16,6%
4	15	25,0%
5	7	11,6%
6	3	5,0%
TOTAL	60	

Da amostra, 15 empresas, que representam 25% delas, divulgaram apenas um segmento, como é o caso da BR Properties, mostrada na nota a seguir.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 25

25 - Segmentos operacionais

Em função da concentração de suas atividades na locação e administração de imóveis comerciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os imóveis da Companhia, embora sejam destinados a locatários que participem em diversos segmentos de negócios da economia, não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Em função dos motivos apresentados acima, a Companhia julga que nenhuma divulgação adicional seja necessária.

O número máximo de segmentos reportados foi 6, pelas empresas CSN, Petrobras e OGX Petróleo. Na CSN foi a seguinte a demonstração por segmento publicada.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 26

26. Informações por segmento de negócios

	Siderurgia	Mineração	Logística Portuária
Resultado			
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	5.828.718	20.181.321	
Receitas			
Mercado interno	8.478.244	713.445	151.514
Mercado externo	2.324.038	3.772.104	
	10.802.282	4.485.549	151.514
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 23)	(8.867.820)	(2.449.839)	(82.585)
Lucro Bruto	1.934.462	2.035.710	68.929
Despesas vendas e administrativas (Nota 23)	(616.976)	(59.404)	(20.482)
Depreciação (Nota 10b)	750.507	190.019	6.653
EBITDA ajustado	2.067.993	2.166.325	55.100

	Siderurgia	Mineração	Logística Portuária
Vendas por área geográfica			
Ásia	30.495	2.971.131	
América do Norte	585.505	16.589	
América Latina	203.069		
Europa	1.491.195	784.384	
Outras	13.774		
Mercado externo	2.324.038	3.772.104	
Mercado interno	8.478.244	713.445	151.514
TOTAL	10.802.282	4.485.549	151.514

31/12/2012

Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
		1.972.020		
1.066.756	228.667	387.672	(530.657)	10.495.641
			304.481	6.400.623
1.066.756	228.667	387.672	(226.176)	16.896.264
(729.684)	(153.031)	(286.316)	497.069	(12.072.206)
337.072	75.636	101.356	270.893	4.824.058
(95.246)	(21.792)	(68.195)	(625.944)	(1.508.039)
139.386	17.238	26.902	85.149	1.215.854
381.212	71.082	60.063	(269.902)	4.531.873

31/12/2012

Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			239.707	3.241.333
			3.381	605.475
				203.069
			71.268	2.346.847
			(9.875)	3.899
			304.481	6.400.623
1.066.756	228.667	387.672	(530.657)	10.495.641
1.066.756	228.667	387.672	(226.176)	16.896.264



Nas instituições financeiras as informações foram distribuídas entre 3 e 5 segmentos, tendo o Banco do Brasil apresentado 5 segmentos, escolhidos de acordo com a política a seguir.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 7

7 - Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pela Administração na avaliação do desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As diversas informações gerenciais utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis e normas aplicáveis às instituições financeiras, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses segmentos, o Banco também participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregados em "Outros Segmentos".

As transações intersegmentos são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da Instituição.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam



de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável e da prestação de serviços a coligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, procedimento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

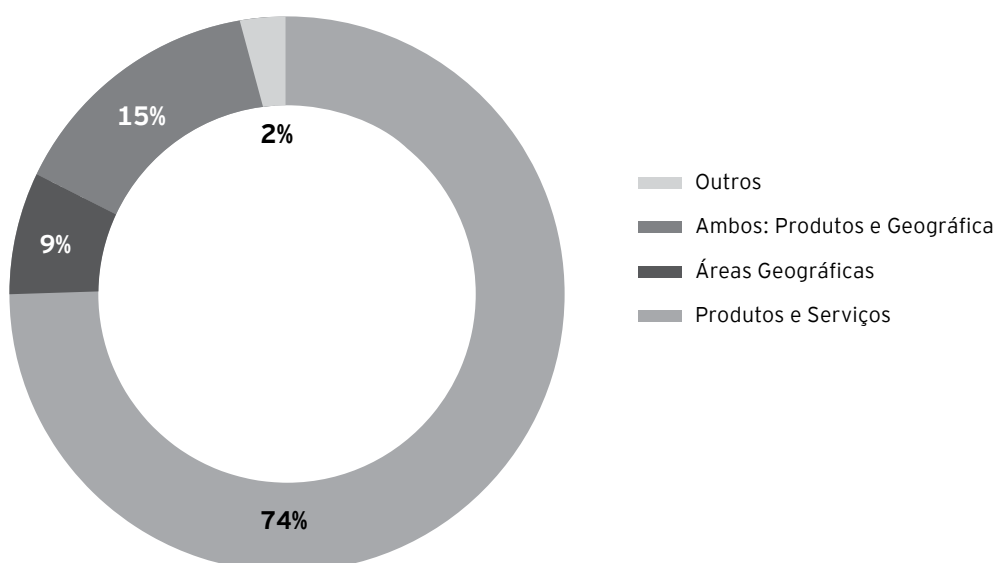
f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamento e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

É importante ressaltar que o CPC 22 não define de que forma a entidade deve agregar seus segmentos operacionais, se por produto e serviço, área geográfica ou outro critério. A norma internacional recomenda fortemente que a base para agregação dos segmentos operacionais seja justamente aquela utilizada para fins de tomada de decisão gerencial. Sobre esse aspecto, buscamos avaliar qual foi o critério utilizado pelas empresas da nossa amostra que reportaram mais de um segmento, para agregar seus segmentos.

Os resultados são apresentados no gráfico a seguir. No caso, 74% das empresas segmentaram suas operações por produtos e serviços, 9% por distribuição geográfica, 15% usaram ambos os critérios e uma empresa, que foi a BR Malls, escolheu a segmentação por classe social dos compradores.

Forma de segmentação das empresas



Uma das empresas que segregaram suas operações por produtos e serviços foi a Marfrig, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da Marfrig, Nota Explicativa nº 30

30. Informações por segmento

31/12/2012

	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos elaborados e processados	Total
Ativo Circulante	6.074.988	4.159.664	10.234.652
Realizável a longo prazo	1.916.181	1.344.969	3.261.150
Investimentos	178	10.929	11.107
Imobilizado	2.688.616	5.068.643	7.757.259
Ativos biológicos	17.597	235.764	253.361
Intangível	868.771	3.203.154	4.071.925
	11.566.331	14.023.123	25.589.454
Passivo Circulante	3.297.971	4.389.349	7.687.320
Não circulante	8.696.451	4.900.591	13.597.042
	11.994.422	9.289.940	21.284.362

31/12/2012

	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos elaborados e processados	Total
Receita líquida	7.752.134	15.974.260	23.726.394
CPV	(6.073.243)	(14.093.991)	(20.167.234)
Resultado com equivalência patrimonial	-	669	669
Resultado financeiro	(1.343.985)	(737.409)	(2.081.394)
Imposto de renda e contribuição social	275.034	155.181	430.215
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação continuada	(32.137)	(448.700)	(480.837)
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação descontinuada	(113.494)	370.429	256.935
Resultado interesses minoritários - operação continuada	21.097	(12.381)	8.716
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	613	613
Depreciação / Amortização ⁽¹⁾	139.231	666.306	805.537
Ebitda operações descontinuada	1.041.455	1.092.584	2.134.039
Ebitda operações continuada	1.154.949	811.544	1.966.493



Já a Ambev segrega suas informações por área geográfica.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 18

18. Informações por segmento

A informação por segmento é apresentada em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato de a Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira. A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e Refrigerante), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional.



Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 18 - Continuação

(a) Segmentos reportáveis - exercícios findos em:

	América Latina - Norte (i)	
(Em milhares de reais)	2012	2011
Volume	126.186	120.340
Receita Líquida	22.313.337	19.132.414
Custo dos produtos vendidos	(6.950.523)	(6.006.185)
Lucro bruto	15.362.814	13.126.229
Despesas comerciais	(5.046.119)	(4.363.882)
Despesas administrativas	(1.213.276)	(912.888)
Outras receitas (despesas) operacionais	840.746	773.146
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	9.944.165	8.622.605
Itens não recorrentes	(50.378)	35.564
Lucro operacional (EBIT)	9.893.787	8.658.169
Resultado financeiro líquido	(702.889)	(286.078)
Participação no resultado das coligadas	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.190.904	8.372.091
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.265.494)	(1.620.262)
Lucro líquido do período	7.925.410	6.751.829
EBITDA ajustado	11.236.730	9.626.409
Itens não recorrentes	(50.378)	35.564
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(1.292.565)	(1.003.804)
Resultado financeiro líquido	(702.883)	(286.078)
Participação no resultado das coligadas	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.265.494)	(1.620.262)
Lucro líquido do período	7.925.410	6.751.829
Margem EBITDA ajustado em %	50,4%	50,3%
Aquisição de imobilizado / intangível	2.385.153	2.827.526
Adição / Reversão provisões	260.463	136.731
Média de funcionários em tempo integral	37.789	33.077
	2012	2011
Ativos do segmento	19.480.516	13.923.501
Eliminação entre segmentos		
Ativos não segmentados		
Total do ativo		
Passivos do segmento	14.967.589	11.191.721
Eliminação entre segmentos		
Passivos não segmentados		
Total do passivo		

(i) América Latina - Norte: Compreende as operações no Brasil e HILA-ex (Equador, Guatemala, República Dominicana e Peru).

(ii) América Latina - Sul: Compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

América Latina - Sul (ii)		Canadá		Consolidado	
2012	2011	2012	2011	2012	2011
34.292	34.565	9.361	10.139	169.839	165.044
5.886.880	4.488.885	4.030.810	3.505.420	32.231.027	27.126.719
(2.196.047)	(1.740.761)	(1.144.948)	(1.046.361)	(10.291.518)	(8.793.307)
3.690.833	2.748.124	2.885.862	2.459.059	21.939.509	18.333.412
(1.087.073)	(828.731)	(1.213.397)	(1.058.344)	(7.346.589)	(6.250.957)
(190.087)	(149.539)	(143.172)	(118.139)	(1.546.535)	(1.180.566)
7.308	2.036	15.937	9.269	863.991	784.451
2.420.981	1.771.890	1.545.230	1.291.845	13.910.376	11.686.340
-	(9.194)	-	3.266	(50.378)	23.104
2.420.981	1.762.696	1.545.230	1.288.579	13.859.998	11.709.444
(111.460)	(99.743)	1.529	(82.343)	(812.814)	(468.164)
-	95	481	384	481	479
2.309.521	1.663.048	1.547.240	1.206.620	13.047.665	11.241.759
(661.435)	(480.049)	(478.181)	(421.684)	(2.405.110)	(2.521.995)
1.648.086	1.182.999	1.069.059	784.936	10.642.555	8.719.764
2.752.778	2.059.290	1.689.507	1.455.382	15.679.015	13.141.081
-	(9.194)	-	(3.266)	(50.378)	23.104
(331.797)	(287.400)	(144.277)	(163.537)	(1.768.639)	(1.454.741)
(111.460)	(99.743)	1.529	(82.343)	(812.814)	(468.164)
-	95	481	384	481	479
(661.435)	(480.049)	(478.181)	(421.684)	(2.405.110)	(2.521.995)
1.648.086	1.182.999	1.069.059	784.936	10.642.555	8.719.764
46,8%	45,9%	41,9%	41,5%	48,6%	48,4%
559.157	396.807	154.276	139.724	3.098.586	3.364.057
4.916	1.435	22.312	18.201	287.691	156.367
8.787	8.641	4.723	4.785	51.299	46.503
2012	2011	2012	2011	2012	2011
7.288.549	5.959.708	17.301.943	17.062.124	44.071.008	36.945.333
				(1.884.566)	(1.305.035)
				11.973.327	10.499.120
				54.159.769	46.139.418
3.325.585	2.311.841	2.490.474	2.432.053	20.783.648	15.935.615
				(1.884.566)	(1.305.035)
				35.260.687	31.508.838
				54.159.769	46.139.418

A BR Malls escolheu apresentar seus dados por classe social dos compradores, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 27

27. Informações por Segmento

	31 de dezembro de 2012				
	Alta	Média/alta	Média	Média/baixa	Total
Receitas de shopping por classe					
Aluguéis	72.186	352.338	339.310	116.484	880.318
Taxa de cessão	3.090	16.678	23.371	2.275	45.414
Estacionamento	17.485	62.721	80.981	23.795	184.982
Taxa de transferência	1.096	5.955	6.575	1.184	14.810
Prestação de serviços (i)	-	-	-	-	85.843
Outras	1.719	1.448	5.512	105	8.864
	95.576	439.140	455.749	143.923	1.220.231
Impostos e contribuições	(7.895)	(37.699)	(40.431)	(10.594)	(96.619)
Custos de shopping por classe					
Custo com pessoal	(2.286)	(10.569)	(10.843)	(3.174)	(26.872)
Diversos serviços	(2.311)	(1.965)	(7.044)	(2.656)	(13.976)
Custos condominiais	(3.646)	(13.732)	(8.292)	(4.188)	(29.858)
Custo com fundo de promoções	(1.763)	(3.818)	(4.539)	(722)	(10.847)
Amortização	-	-	-	(2)	(2)
Demais custos	(2.229)	(4.023)	(8.030)	(1.100)	(15.382)
	(12.235)	(34.107)	(38.748)	(11.847)	(96.937)
Resultado bruto	75.446	367.334	376.571	121.482	1.026.675

Essa segmentação por classe social da BR Malls observa o seguinte critério.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 27

27. Informações por Segmento

Classe social	Renda mensal (salários mínimos)
Alta	+ de 22 salários mínimos
Média/alta	+ de 12 salários mínimos até 21 salários mínimos
Média	+ de 7 salários mínimos até 11 salários mínimos
Média/baixa	+ de 2 salários mínimos até 6 salários mínimos

Políticas e estimativas contábeis sobre informações por segmento

Para que o usuário consiga fazer uma análise detalhada das informações por segmento, é de suma importância que as empresas divulguem os respectivos critérios e estimativas utilizados nas referidas agregações. Sobre esse aspecto, a Braskem divulgou as seguintes informações.

Demonstração Financeira da Braskem, Notas Explicativas nºs 2.2 e 36

2.2 Apresentação de informações por segmentos operacionais

Essas informações são elaboradas e apresentadas de modo consistente com relatório interno fornecido para o Diretor Presidente, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos (Nota 36).

Na apuração dos resultados por segmentos, as transferências de mercadorias e prestação de serviços entre os mesmos são consideradas como vendas entre partes independentes e valoradas com base em preços de mercado.

36 Informações por segmentos

A estrutura organizacional da Companhia apresentada nesta nota reflete (i) a reestruturação ocorrida e divulgada em abril de 2012, através da qual os negócios de polietileno verde, agora designados como "Renováveis", foram realocados ao segmento de Poliolefinas; e (ii) a descontinuação do segmento "Distribuição Química" (Nota 6). As informações de 2011 foram reapresentadas para contemplar essas alterações.

Os atuais segmentos operacionais são os seguintes:

- ▶ Petroquímicos básicos: compreende as atividades relacionadas à produção de petroquímicos básicos e suprimento de eletricidade, vapor e ar comprimido para os produtores da segunda geração, localizados nos polos petroquímicos de Camaçari, Triunfo, São Paulo e Rio de Janeiro.
- ▶ Poliolefinas: compreende as atividades relacionadas à produção de PE, PP e Renováveis.
- ▶ Vinílicos: compreende as atividades relacionadas à produção de PVC, soda cáustica e cloro.
- ▶ Negócios internacionais: contempla as operações da Braskem nos Estados Unidos e na Europa. A partir de outubro de 2011, os resultados das plantas adquiridas da Dow Chemical são agregados ao resultado desse segmento, conforme divulgado na Nota 5.



A Embraer, por sua vez, utiliza tanto os tipos de produtos quanto a segmentação geográfica para agregar seus segmentos, conforme apresentado nas suas demonstrações.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 39

39 Informações por Segmento - consolidado

Resultado consolidado por segmento acumulado em 31 de dezembro de 2012:

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança
Receita líquida	7.371.335	2.080.775
Custo dos produtos e serviços vendidos	(5.515.966)	(1.558.182)
Lucro bruto	1.855.369	522.593
Margem bruta	25,2%	25,1%
Receitas (despesas) operacionais	(998.068)	(292.485)
Resultado operacional	857.301	230.108
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-
Lucro antes do imposto		
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro líquido do exercício		

Receitas líquidas consolidadas por região acumulado em 31 de dezembro de 2012:

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança
América do Norte	1.716.152	40.509
Europa	2.949.922	347.719
Ásia Pacífico	1.801.968	157.146
América Latina - exceto Brasil	288.940	43.043
Brasil	89.692	1.298.994
Outros	524.661	193.364
Total	7.371.335	2.080.775

Ativos consolidados por segmento em 31 de dezembro de 2012:

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança
Contas a Receber	219.014	775.745
Ativo Imobilizado	1.897.748	225.613
Ativo Intangível	433.097	1.365
Total	2.549.859	1.002.723

Ativos consolidados por região em 31 de dezembro de 2012:

	América do Norte	Europa
Contas a Receber	109.209	537.528
Ativo Imobilizado	580.031	1.451.258
Ativo Intangível	20.008	7.105
Total	709.248	1.995.891

Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
2.601.885	147.720	-	12.201.715
(2.083.438)	(90.983)	-	(9.248.569)
518.447	56.737	-	2.953.146
19,9%	38,4%	-	24,2%
(427.446)	(17.716)	-	(1.735.715)
91.001	39.021	-	1.217.431
-	-	(11.398)	(11.398)
-	-	16.824	16.824
			1.222.857
-	-	(523.849)	(523.849)
			699.008

Aviação Executiva	Outros	Total
1.012.027	93.979	2.862.667
519.502	-	3.817.143
659.730	-	2.618.844
86.184	759	418.926
278.490	52.982	1.720.158
45.952	-	763.977
2.601.885	147.720	12.201.715

Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
83.267	23.617	-	1.101.643
1.412.363	16.945	-	3.552.669
1.377.348	20.112	127.519	1.959.441
2.872.978	60.674	127.519	6.613.753

Ásia Pacífico	Brasil	Total
10.614	444.292	1.101.643
110.932	1.410.448	3.552.669
487	1.931.841	1.959.441
122.033	3.786.581	6.613.753

Nossas análises evidenciaram igualmente que algumas empresas não divulgaram informações por segmentos. Entretanto, algumas delas, como foi o caso da Fibria, ressaltaram que seus segmentos não foram segregados, pois os critérios quantitativos mencionados na CPC 22 (IFRS 8) não foram atendidos.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 2.3

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis adotadas

As atividades da Companhia estão concentradas na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização não presenciais, em especial a Internet. Apesar da diversidade de produtos vendidos e serviços prestados pela Companhia (comércio varejista e atacadista, aluguel de filmes, venda e distribuição de ingressos, passagens e tíquetes para atrações públicas, parques e eventos em geral, dentre outros), tais atividades não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes, sendo os seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada, basicamente, em uma única unidade de negócio. A Companhia atua também na área de produtos financeiros, por meio da controlada Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. (até 30 de novembro de 2012 controlada em conjunto), que, por não atingir os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não está sendo apresentada como segmento operacional em separado.

Uma das empresas que apresentaram uma divulgação bastante completa acerca de seus segmentos foi a Localiza, cuja nota está apresentada a seguir.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 18.a

18. Informações por segmento

(a) Informações financeiras por segmento operacional

	Aluguel de Carros		Aluguel de Frotas		31/12/2012
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-
Contas a receber	297.345	284.437	61.863	65.270	9.214
Carros em desativação para renovação da frota	26	36	13.251	28.956	-
Imobilizado	1.836.479	1.918.312	868.592	875.736	158
Outros ativos	168.222	169.550	11.817	3.970	3.446
Total dos ativos	2.302.072	2.372.335	955.523	973.932	12.818
Passivos					
Fornecedores	305.539	416.309	53.131	74.885	791
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Outros passivos	248.979	288.407	95.142	102.362	18.060
Total dos passivos	554.518	704.716	148.273	177.247	18.851
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-
Total dos passivos e do patrimônio líquido	554.518	704.716	148.273	177.247	18.851

Itens de resultado e patrimônio divulgados por segmento

De acordo com o CPC 22, as empresas devem divulgar os ativos e passivos por segmento e igualmente os principais itens de receita, despesa e o resultado por segmento. Nossas análises evidenciaram que das 45 empresas que reportaram mais de um segmento, todas evidenciaram o resultado do segmento e apenas 3 não evidenciaram os itens relevantes de despesas e receitas. No entanto, somente 40% divulgaram os passivos por segmento, conforme apresentado a seguir.

Tipo de Informação	Quantidade de empresas que reportaram mais de um segmento	Percentual das empresas com mais de um segmento
Resultado do segmento	46	100%
Itens relevantes de receitas e despesas	45	98%
Ativos do segmento	36	78%
Passivos do segmento	19	41%

(i) Os ativos e passivos consolidados por segmento operacional são como segue:

<i>Franchising</i>	Saldos não alocados		Eliminações		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
-	823.866	711.002	-	-	823.866	711.002
6.520	-	-	3.284	2.787	365.138	353.440
-	-	-	-	-	13.277	28.992
188	-	-	-	-	2.705.229	2.794.236
1.847	-	-	45.087	53.483	138.398	121.884
8.555	823.866	711.002	48.371	56.270	4.045.908	4.009.554
174	-	-	3.309	2.713	356.152	488.655
-	2.055.091	2.074.425	-	-	2.055.091	2.074.425
11.858	-	-	52.269	76.736	309.912	325.891
12.032	2.055.091	2.074.425	55.578	79.449	2.721.155	2.888.971
-	1.324.753	1.120.583	-	-	1.324.753	1.120.583
12.032	3.379.844	3.195.008	55.578	79.449	4.045.908	4.009.554

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 18.a - Continuação

	Aluguel de Carros		Aluguel de Frotas		31/12/2012
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Receita líquida	2.344.041	2.221.850	805.447	682.027	17.312
Custos	(1.772.816)	(1.575.518)	(548.169)	(429.809)	(8.310)
Lucro bruto	571.225	646.332	257.278	252.218	9.002
Despesas operacionais:					
Com vendas	(231.137)	(190.477)	(36.756)	(27.173)	(94)
Gerais, administrativas e outras	(81.042)	(69.003)	(22.632)	(14.524)	(16)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	259.046	377.852	197.890	210.521	8.892
Despesas financeiras, líquidas					
Imposto de renda e contribuição social					
Lucro Líquido					

A Companhia atua no Brasil e em mais 8 países da América do Sul, sendo suas receitas advindas, substancialmente, de suas operações no mercado brasileiro. A composição da receita líquida consolidada, no Brasil e exterior, é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011
Brasil	3.166.336	2.917.752
Exterior	464	378
Receita líquida	3.166.800	2.918.130

As despesas de depreciação e amortização, por segmento operacional, são como segue:

	2012	2011
Aluguel de Carros:		
Depreciação de carros	212.710	86.357
Depreciação de outros imobilizados e amortização de intangíveis	31.328	23.699
Aluguel de Frotas:		
Depreciação de carros	164.178	115.136
Depreciação de outros imobilizados e amortização de intangíveis	1.193	298
Franchising:		
Depreciação de outros imobilizados e amortização de intangíveis	447	97
Total das despesas de depreciação e amortização	409.856	225.587

(ii) As demonstrações dos resultados consolidados por segmento operacional são como segue:

<i>Franchising</i>	Valores não alocados / Eliminações		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
14.253	-	-	3.166.800	2.918.130
(6.878)	(3.696)	(2.955)	(2.332.991)	(2.015.160)
7.375	(3.696)	(2.955)	833.809	902.970
(170)	1.932	2.395	(266.055)	(224.425)
129	1.764	560	(101.926)	(82.838)
7.334	-	-	465.828	595.707
			(138.702)	(179.040)
			(86.190)	(125.025)
			240.936	291.642

Informações específicas acerca dos principais produtos, áreas geográficas e clientes das empresas

O CPC 22 também apresenta exigências de divulgações que devem ser feitas mesmo pelas empresas que apresentaram apenas um segmento. Os requisitos tratam da divulgação de informações sobre as receitas provenientes de produtos ou serviços (ou grupos de produtos e serviços similares), sobre os países em que a empresa obtém receitas e mantém ativos e sobre os principais clientes, independentemente de essas informações serem usadas pela administração ao tomar decisões operacionais.

Entretanto, tal norma internacional não exige que uma entidade apresente informações que não sejam preparadas para uso interno se as informações necessárias não estiverem disponíveis e o custo para desenvolvê-las for excessivo.

Sobre esse aspecto, a Gerdau, que divulgou receitas e ativos por área geográfica, deixou de informar a receita por produto por não utilizar esse tipo de informação e igualmente considerar excessivo o custo de produzi-la.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 26

A partir de 2012, a operação de carvão metalúrgico e de coque na Colômbia, que anteriormente era reportada no segmento América Latina, passou a ser considerada no segmento Brasil. A mudança é decorrente da decisão estratégica de integrar essa operação de carvão e coque com a Gerdau Açominas, devido a sua crescente importância no fornecimento de carvão metalúrgico para essa unidade. Também a partir de 2012, as despesas corporativas da Companhia que anteriormente eram reportadas no segmento Brasil passaram a ser consideradas na coluna de "Eliminações e ajustes".

Para fins de apresentação, as informações comparativas foram modificadas com respeito à informação originalmente divulgada, de maneira a refletir as alterações aprovadas pelo Comitê Executivo Gerdau, de acordo com o critério estabelecido pelo IFRS 8 (CPC 22).

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 26 - Continuação

Informações por segmentos de negócio:

	Operação Brasil		Operação América do Norte	
	2012	2011	2012	2011
Receita líquida de vendas	14.099.770	13.932.670	12.449.705	10.810.777
Custo das vendas	(11.630.084)	(11.623.605)	(11.453.120)	(9.682.223)
Lucro bruto	2.469.686	2.309.065	996.585	1.128.554
Despesas com vendas gerais e administrativas	(922.016)	(976.046)	(581.772)	(453.076)
Outras receitas (despesas) operacionais	80.465	36.931	6.798	1.550
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	28.757	76.008
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	1.628.135	1.369.950	450.368	753.036
Resultado financeiro, líquido	(125.024)	(95.244)	(106.485)	(196.954)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	1.503.111	1.274.706	343.883	556.082
Imposto de renda e contribuição social	(380.442)	51.983	(20.098)	(85.604)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.122.669	1.326.689	323.785	470.478
Informações suplementares:				
Receita líquidas de vendas entre segmentos	600.350	604.426	200.483	151.625
Depreciação/amortização	766.673	849.236	471.781	423.500
	2012	2011	2012	2011
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	278.211	266.519
Ativos totais	17.510.061	15.541.009	15.602.047	14.438.588
Passivos totais	6.831.829	6.260.805	4.945.152	4.566.438



								Exercício findo em:
Operação América Latina		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Consolidado		
2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
4.964.436	4.015.184	7.388.667	7.516.521	(920.910)	(868.372)	37.981.668	35.406.780	
(4.635.666)	(3.504.835)	(6.420.824)	(6.370.592)	905.592	883.023	(33.234.102)	(30.298.232)	
328.770	510.349	967.843	1.145.929	(15.318)	14.651	4.747.566	5.108.548	
(272.277)	(252.669)	(317.991)	(333.841)	(377.619)	(386.052)	(2.471.675)	(2.401.684)	
(2.162)	28.708	4.932	7.770	(26.072)	34.523	63.961	109.482	
(28.660)	357	(17.102)	(35.141)	25.358	21.438	8.353	62.662	
25.671	286.745	637.682	784.717	(393.651)	(315.440)	2.348.205	2.879.008	
(44.279)	(53.496)	(99.835)	(76.769)	(413.120)	(105.873)	(788.743)	(528.336)	
(18.608)	233.249	537.847	707.948	(806.771)	(421.313)	1.559.462	2.350.672	
(23.482)	(81.081)	(175.528)	(211.681)	536.328	73.287	(63.222)	(253.096)	
(42.090)	152.168	362.319	496.267	(270.443)	(348.026)	1.496.240	2.097.576	
2.629	264	117.448	112.057	-	-	920.910	868.372	
154.211	124.808	434.834	374.337	-	-	1.827.499	1.771.881	
2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
907.476	837.897	1.288	23.032	238.630	227.843	1.425.605	1.355.291	
7.304.130	6.558.110	12.878.312	10.661.967	(201.392)	2.782.120	53.093.158	49.981.794	
3.876.805	3.541.326	6.742.720	5.369.311	1.898.735	3.724.111	24.295.241	23.461.991	

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 26 - Continuação

Os principais produtos por segmento de negócio são:

- ▶ Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais.
- ▶ Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.
- ▶ Operação América Latina: vergalhões, barras e trefilados.
- ▶ Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

Informações por área geográfica:

	Brasil		América Latina (1)	
	2012	2011	2012	2011
Receita líquida de vendas	15.207.817	15.420.736	5.478.956	4.382.887
	2012	2011	2012	2011
Ativos totais	20.988.524	21.328.121	7.304.130	6.882.443



A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

América Norte (2)		Europa/Ásia		Exercício findo em:	
2012	2011	2012	2011	2012	2011
15.219.140	13.359.007	2.075.755	2.244.150	37.981.668	35.406.780
2012	2011	2012	2011	2012	2011
21.569.514	19.700.246	3.230.990	2.070.984	53.093.158	49.981.794



Como outra forma de evidenciação dos segmentos, a Braskem presta informação de venda por país e detalhada por produto.

Demonstração Financeira da Braskem, Notas Explicativas nºs 36.d e 36.e

36 Informações por segmentos

(d) Receita Líquida de vendas por país

	2012	2011
País sede - Brasil	19.941.569	18.353.968
Estados Unidos	5.642.946	5.032.359
Suíça	1.725.665	2.574.025
Argentina	1.195.728	1.058.825
Holanda	913.208	862.310
México	764.244	765.834
Alemanha	583.952	134.363
Reino Unido	406.132	434.930
Itália	282.671	159.084
Japão	269.672	-
Uruguai	263.163	225.832
Polônia	232.004	-
Chile	224.956	183.715
Colômbia	219.405	302.180
Espanha	216.405	309.616
Peru	200.952	-
Cingapura	561.669	90.206
Venezuela	152.870	-
Coreia do Sul	143.036	-
França	136.664	-
Barbados	-	742.183
Portugal	-	106.463
Paraguai	-	88.011
China	-	85.482
Bolívia	-	75.482
Bélgica	-	34.272
Outros	1.436.484	877.935
	35.513.397	32.497.075



(e) Receita líquida por produto

	2012	2011
PE/PP	19.922.007	16.138.174
BTX	2.727.659	2.014.110
Eteno/Propeno	2.502.111	2.237.711
Nafta condensada e outras revendas	2.417.416	4.356.086
PVC/Soda Cáustica/EDC	2.019.884	1.730.894
ETBE/Gasolina	1.751.961	1.557.080
Butadieno	1.643.172	1.547.222
Cumeno	646.286	690.170
Solventes	515.130	487.204
Outros	1.367.771	1.738.424
	35.513.397	32.497.075



Já a Petrobras publicou também, como uma das suas demonstrações contábeis, a demonstração da segmentação do negócio, conforme pode ser visto a seguir.

Demonstração Financeira da Petrobras - Demonstração da Segmentação do Negócio

Demonstrações Contábeis

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia
Receitas de vendas	145.573	227.643	23.209
Intersegmentos	143.873	74.166	2.503
Terceiros	1.700	153.477	20.706
Custos dos produtos vendidos	(65.651)	(253.895)	(19.010)
Lucro bruto	79.922	(26.252)	4.199
Despesas	(10.708)	(7.916)	(2.108)
Vendas, gerias e administrativas	(963)	(5.935)	(1.896)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(7.114)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	(1.057)	(444)	(74)
Tributárias	(103)	(128)	(116)
Outras	(1.471)	(1.409)	(22)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	69.214	(34.168)	2.091
Resultado financeiro líquido	-	-	-
Participação em investimentos	(3)	(205)	378
Participação nos lucros ou resultados	(342)	(267)	(38)
Lucro antes dos impostos	68.869	(34.640)	2.431
Imposto de renda/contribuição social	(23.417)	11.709	(698)
Lucro líquido	45.452	(22.931)	1.733
Atribuível aos:			
Acionistas da Petrobras	45.446	(22.931)	1.638
Acionistas não controladores	6	-	95
	45.452	(22.931)	1.733

2012

Biocombustível	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
895	79.601	34.985	-	(230.527)	281.379
719	1.724	7.542	-	(230.527)	-
176	77.877	27.443	-	-	281.379
(945)	(72.316)	(27.499)	-	228.844	(210.472)
(50)	7.285	7.486	-	(1.683)	70.907
(200)	(4.489)	(3.746)	(9.641)	298	(38.510)
(125)	(4.373)	(1.805)	(4.647)	298	(19.446)
-	-	(757)	-	-	(7.871)
(67)	(5)	(1)	(590)	-	(2.238)
(2)	(24)	(219)	(168)	-	(760)
(6)	(87)	(964)	(4.236)	-	(8.195)
(250)	2.796	3.740	(9.641)	(1.385)	32.397
-	-	-	(3.723)	-	(3.723)
(52)	2	(31)	(5)	-	84
(2)	(83)	(29)	(244)	-	(1.005)
(304)	2.715	3.680	(13.613)	(1.385)	27.753
86	(922)	(2.244)	8.222	470	(6.794)
(218)	1.793	1.436	(5.391)	(915)	20.959
(218)	1.793	1.305	(4.936)	(915)	21.182
-	-	131	(455)	-	(223)
(218)	1.793	1.436	(5.391)	(915)	20.959



O CPC 22 também exige que a empresa forneça informações sobre o grau de dependência de seus principais clientes, sem obrigação de identificar os nomes desses clientes. Das empresas da amostra, apenas 3 apresentaram essa informação, dentre elas a MMX, que fez a seguinte divulgação.

Demonstração Financeira da MMX, Nota Explicativa nº 26

26. Informações por segmentos

26.2.Principais Clientes

Os segmentos Sudeste e Corumbá apresentaram clientes com receita superior a 10% do total consolidado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme abaixo:

Clientes	Consolidado	
	2012	2011
Sistema Sudeste		
Nacional Minérios S.A.	17%	21%
Wuhan Group	13%	-
Vale S.A	16%	14%
Gerdau Aços Longos S.A.	14%	15%
Sistema Corumbá		
Siderar S.A.I.C.	13%	14%

Os segmentos Chile e Corporativo não apresentam receitas de vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O segmento de logística não apresentou clientes que representem 10% ou mais das vendas do Grupo MMX. Neste segmento existe apenas a operação na controlada indireta Pedreira, com atividade de extração e venda de pedra britada.

CPC 25

Provisões, Passivos
Contingentes e Ativos
Contingentes (IAS 37)

Esta seção apresenta as análises referentes às divulgações das 60 empresas da amostra em relação aos assuntos tratados pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37).

O objetivo do CPC 25 é assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Antes de apresentarmos as análises, é importante destacar alguns conceitos. De acordo com o CPC 25, provisões são passivos de prazo ou de valor incertos. As provisões podem ser distintas de outros passivos, tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*), porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Observamos que diversas empresas têm mantido o uso da expressão "provisão" para se referir não só ao significado do termo como utilizado pelo CPC 25, mas também para denominar apropriações por competência, como férias e tributos a pagar. Em nossa opinião, é adequado adaptar as nomenclaturas utilizadas nas demonstrações financeiras aos termos utilizados nas novas normas contábeis brasileiras.

É oportuno, também, esclarecer a diferença entre provisões e passivos contingentes. Provisões são reconhecidas no resultado do período, e passivos contingentes deverão ser evidenciados apenas em notas explicativas.

Passivos contingentes referem-se a obrigações cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Adicionalmente, o termo também é utilizado pelo CPC 25 para denominar obrigações não reconhecidas, seja porque a saída de recursos não é provável, seja porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

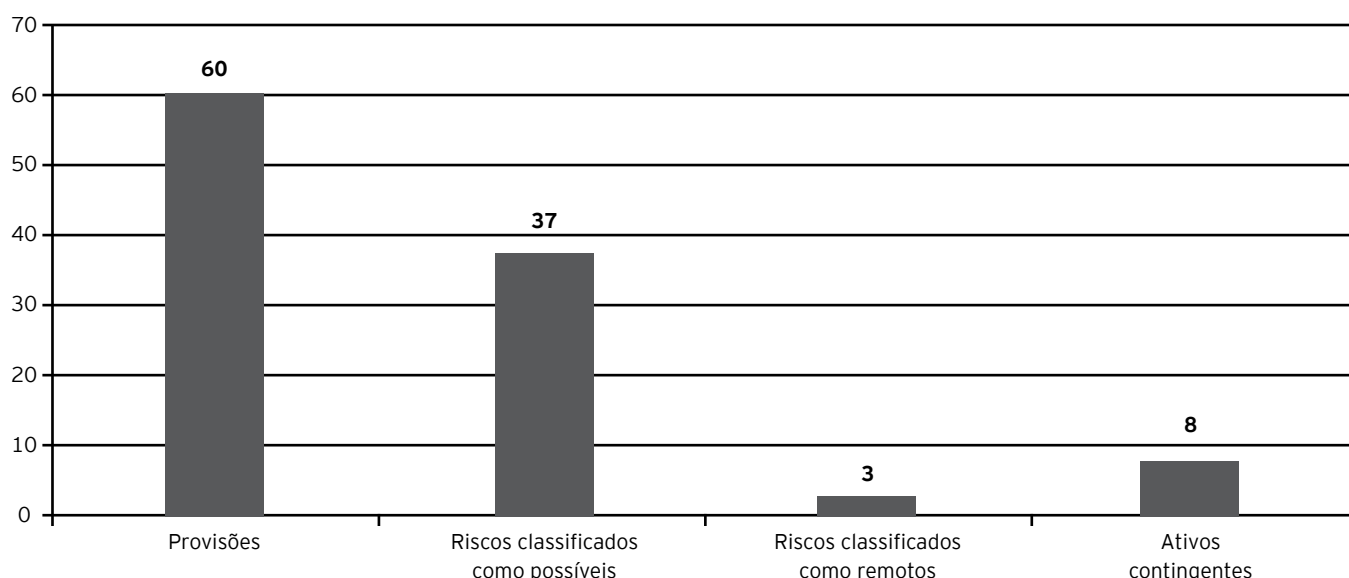
Em nossa pesquisa, verificamos que diversas empresas têm utilizado o termo "Provisões Contingentes". Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, uma vez que o CPC 25 usa o termo "contingente" para passivos e ativos não reconhecidos, entendemos que se torna mais apropriado utilizar apenas o termo "Provisão", qualificando-o com um complemento que demonstre a natureza do passivo.

Nesta seção, os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Empresas que possuem provisões, passivos e ativos contingentes;
- ▶ Divulgações sobre provisões, divididas entre:
 - ▶ Divulgações gerais e a respeito de provisões para ações judiciais;
 - ▶ Divulgações de tipos específicos de provisões (ambientais, garantias e bonificações a clientes e para desativação de ativos);
- ▶ Divulgações sobre passivos contingentes;
- ▶ Divulgações sobre ativos contingentes.

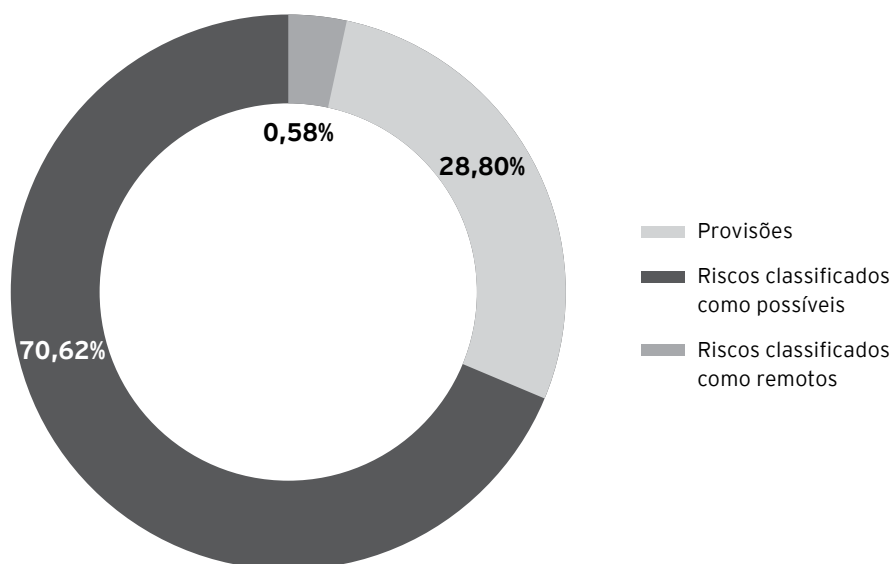
Empresas que possuem provisões, passivos e ativos contingentes

Todas as empresas presentes na amostra possuem provisões; 62% delas (37 empresas) evidenciaram o somatório dos valores para contingências passivas classificadas como possíveis e 3 dessas empresas evidenciaram ainda valores para contingências consideradas remotas. Em relação aos ativos contingentes, apenas 8 empresas informaram valores em notas explicativas.





A partir dos valores informados, calculamos a relação entre o montante provisionado e o total (provisões mais contingências) informado. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, as provisões correspondem a 28,8% do total informado.



Divulgações sobre provisões

A maior parte das divulgações feitas pelas empresas está relacionada a processos cíveis, trabalhistas e fiscais. Em menor número, também encontramos evidenciações relativas a provisões para reorganização, para bonificações de clientes ambientais, para desativação de ativos e para garantias.

Entre as informações obrigatórias estão informações de natureza quantitativa e informações de natureza qualitativa.

As estatísticas de apresentação das principais informações relacionadas a provisões estão sumarizadas no quadro a seguir.

	Percentual de empresas que divulgaram a informação
Informações Quantitativas	
Evolução do saldo (constituições, baixas, reversões etc.)	95%
Efeito da passagem do tempo / mudança na taxa de desconto	22%
Informações Qualitativas	
Descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes	88%
Incertezas sobre a época ou o valor do fluxo de saídas	2%

Divulgações gerais e a respeito de provisões para ações judiciais

Em relação aos processos judiciais, a Oi apresentou um quadro bastante detalhado, por natureza de discussão judicial.

Demonstração Financeira da Oi, Nota Explicativa nº 23

Composição do Saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhista				
(i) Horas extras	342.764	381.156	635.031	388.946
(ii) Indenizações	114.937	132.364	214.681	134.252
(iii) Estabilidade / Reintegração	105.253	129.072	180.713	130.891
(iv) Adicionais diversos	95.150	128.094	172.877	133.637
(v) Complemento de aposentadoria	49.129	26.308	98.135	26.308
(vi) Diferenças salariais	47.136	74.676	83.482	77.275
(vii) Honorários advocatícios/periciais	29.702	48.025	42.086	48.594
(viii) Verbas rescisórias	18.768	22.897	39.607	23.239
(ix) Multas trabalhistas	6.678	8.368	22.500	8.609
(x) FGTS	12.509	17.431	18.421	17.497
(xi) Vínculo empregatício	711	456	5.161	456
(xii) Subsidiariedade	2.630	6.243	4.352	6.988
(xiii) Demais ações	41.634	38.709	62.164	41.028
Total	867.001	1.013.799	1.579.210	1.037.720
Tributária				
(i) ICMS	209.679	247.641	448.120	279.799
(ii) Fust / Funttel			142.632	4.614
(iii) ISS	4.046	996	65.711	8.283
(iv) ILL			19.478	
(v) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	2.566	331	11.726	890
(vi) Demais ações	45.270	4.651	77.627	6.563
Total	261.561	253.619	765.294	300.149
Cível				
(i) Societário	2.333.980	2.350.071	2.333.980	2.350.071
(ii) Estimativas Anatel	197.507	173.882	551.143	177.998
(iii) Multas Anatel	89.008	93.386	436.195	100.136
(iv) Juizado Especial	48.376	109.297	108.479	127.878
(v) Demais ações	264.640	299.985	646.328	320.939
Total	2.933.511	3.026.621	4.076.125	3.077.022
Total das provisões	4.062.073	4.294.039	6.420.629	4.414.891
Circulante	1.080.455	1.234.430	1.569.356	1.283.354
Não circulante	2.981.618	3.059.609	4.851.273	3.131.537

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

Risco	2012			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	1.579.210	765.294	4.076.125	6.420.629
Passivo contingente	1.051.868	17.260.147	991.269	19.303.284

Para cada classe de provisão deve ser divulgada, entre outras informações, uma breve descrição da natureza da obrigação. No caso de processos judiciais, por exemplo, a divulgação permitirá ao usuário avaliar os possíveis riscos judiciais da empresa.

A grande dificuldade neste ponto é encontrar o equilíbrio da quantidade de informação adequada. Algumas empresas têm trazido notas muito extensas, enquanto que outras, resumidas demais.

Devido ao grande número e diversidade de ações judiciais, um dos caminhos que empresas têm adotado para informar sem, no entanto, pecar pelo excesso de detalhes é descrever as ações mais significativas.

A Braskem foi uma das empresas que adotaram esse tipo de estratégia. Ela apresentou informações sobre os principais processos judiciais e administrativos, incluindo provisões a respeito da data da finalização da demanda.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 23 Provisões judiciais e administrativas

Conforme demonstrado a seguir, a Braskem mantém provisão para processos judiciais e administrativos contra a Companhia julgados como de perda provável, e processos de natureza tributária contra a Quattor, julgados como de perda possível em 30 de abril de 2010, data da aquisição do controle daquela empresa.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Reclamações Trabalhistas	(c.1)	68.375	27.986	75.697	36.718
Processos de natureza tributária	(c.2)				
IR e CSL	(i)			29.980	27.753
PIS e COFINS	(ii)			32.929	30.354
ICMS - compras interestaduais	(iii)			79.688	73.457
ICMS - diversas infrações	(iv)			56.974	52.518
Outros processos de natureza tributária		50.744	38.197	50.744	38.197
Processos de natureza societária e outros		6.984	6.985	7.206	7.305
		126.103	73.168	333.218	266.302

c.1) Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está envolvida em 329 processos de natureza trabalhista, incluindo casos de saúde ocupacional e segurança, que foram avaliados como de perda provável. Para esses processos a Companhia mantém provisão de R\$ 75.697, que corresponde ao valor esperado de desembolso no encerramento desses litígios. Os assessores jurídicos da Companhia estimam que o prazo para a conclusão de processos dessa natureza, no Brasil, é superior a 5 anos.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 23 - Continuação

As estimativas a respeito das conclusões dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em função de novas decisões dos tribunais superiores. A Administração da Companhia acredita que é remota a possibilidade de complementar o valor da provisão existente.

(c.2) Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2012, a Braskem possui provisão no montante de R\$ 50.744 para diversos processos com autoridades fiscais brasileiras, cujas possibilidades de perda são consideradas prováveis. Nessa mesma data, a Companhia possui provisão, no montante de R\$ 199.571, para processos oriundos da combinação de negócios, cujas possibilidades de perda são consideradas possíveis.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais processos de natureza tributária para os quais a Companhia mantém provisão são os seguintes:

(i) IR e CSL

A controlada Braskem Petroquímica é cobrada pelo recolhimento desses tributos, cujo valor envolvido em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 130 milhões, representado substancialmente pelo IR e CSL sobre a variação cambial da conta de investimentos em controladas no exterior no exercício de 2002. O valor provisionado baseia-se na estimativa de desembolso futuro avaliada por assessor jurídico externo considerando a jurisprudência sobre a matéria nas esferas administrativa e judicial.

Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para esse processo.

A Administração da Companhia estima que esse processo deverá ser concluído até 2015.

(ii) PIS e COFINS

A controlada Braskem Petroquímica é cobrada pelo recolhimento desses tributos em diversas ações que versam sobre:

- ▶ ausência de recolhimento da COFINS relativa aos períodos de março de 1999 a dezembro de 2000, fevereiro de 2001 a março de 2002, maio a julho de 2002 e setembro de 2002;
- ▶ compensação indevida de crédito decorrente do adicional de 1% na alíquota da COFINS;
- ▶ compensação com créditos de PIS Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449;
- ▶ omissão na base de cálculo de receitas decorrentes de variações cambiais ativas, auferidas em razão de sucessivas reduções do capital de sociedade ligada.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor envolvido em todas essas ações é de R\$ 84 milhões. O valor provisionado baseia-se na estimativa de desembolso futuro avaliada por assessor jurídico externo considerando as jurisprudências sobre as matérias nas esferas administrativa e judicial.

Para esses processos foram concedidas garantias na forma de fiança bancária e produtos acabados produzidos pela Braskem Petroquímica que, no conjunto, suportam o valor das demandas.

A Administração da Companhia estima que esses processos deverão ser concluídos até 2020.

(iii) ICMS - compras interestaduais

Em 2009, a controlada Braskem Qpar foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sendo cobrada pelo recolhimento de ICMS em face de:

- ▶ utilização indevida de créditos fiscais nos períodos de fevereiro de 2004 a agosto de 2005, novembro de 2005 a fevereiro de 2006 e setembro de 2006 a janeiro de 2008, decorrente da escrituração dos créditos destacados nas notas fiscais de compras de produtos adquiridos de outra empresa, tendo em vista que as operações destinavam-se à exportação, e, como tal, estariam amparadas pela não incidência do ICMS;
- ▶ emissão de notas fiscais em operação de armazenagem, sem saída efetiva das mercadorias para o estabelecimento armazenador;
- ▶ não apresentação de documentos fiscais solicitados pela fiscalização.
- ▶ Em 31 de dezembro de 2012, o valor envolvido é de R\$ 379 milhões. O valor provisionado baseia-se na estimativa de desembolso futuro avaliada por assessor jurídico externo considerando as jurisprudências sobre as matérias nas esferas administrativa e judicial.

Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para esse processo.

A Administração estima que esse processo deverá ser concluído até 2019.

(iv) ICMS - diversas infrações

A controlada Braskem Qpar foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sendo cobrada do recolhimento de ICMS, em face de suposta falta de pagamento do imposto, nos períodos de 2002 a 2004, ao realizar operações interestaduais de venda para contribuintes localizados em outro estado, sem que as mercadorias tenham saído do estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor envolvido em todas as ações é de R\$ 142 milhões. O valor provisionado baseia-se na estimativa de desembolso avaliada por assessor jurídico externo considerando as jurisprudências sobre as matérias nas esferas administrativa e judicial.

Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para esse processo.

A Administração estima que esses processos deverão ser concluídos até 2020.

De acordo com o CPC 25, as empresas devem divulgar, para cada classe de provisão, as respectivas movimentações do período, incluindo utilizações, aumentos, reversões e alterações referentes a ajustes a valor presente. Notamos que algumas empresas analisadas não atendem por completo a essas exigências de divulgação presentes no CPC 25.

Uma das empresas que atenderam às referidas exigências foi a Sabesp.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 16

(ii) Movimentação

	Consolidado					31 de dezembro de 2012
	31 de dezembro de 2011	Provisões Adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	
Ações com clientes (i)	727.261	93.972	80.858	(68.000)	(181.428)	652.663
Ações com Fornecedores (ii)	422.595	17.575	36.393	(174.482)	(11.488)	290.593
Outras questões cíveis (iii)	188.546	22.788	24.501	(7.495)	(58.824)	169.516
Ações tributárias (iv)	76.448	10.279	7.365	(10.057)	(12.894)	71.141
Ações trabalhistas (v)	156.536	142.976	34.056	(126.787)	(33.554)	173.227
Ações ambientais (vi)	121.179	37.496	9.383	(8.801)	(10.196)	149.061
Subtotal	1.692.565	325.086	192.556	(395.622)	(308.384)	1.506.201
Depósitos judiciais vinculados	(120.736)	(200.982)	(13.840)	12.736	5.778	(317.044)
Total	1.571.829	124.104	178.716	(382.886)	(302.606)	1.189.157



Em muitos casos, os passivos relacionados a disputas judiciais estão associados a depósitos judiciais e garantias constituídas.

A esse respeito, a Cielo fez a seguinte divulgação.

Demonstração Financeira da Cielo, Nota Explicativa nº 17

b) Depósitos Judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sociedade e suas Controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Controladora (BR GAAP)		
	31.12.2011	Adição	31.12.20112
Tributários	592.458	145.914	738.372
Cíveis	4.759	2.489	7.248
Total	597.217	148.403	745.620

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31.12.2011	Adição	Baixa	31.12.20112
Tributários	616.439	145.913	-	762.352
Cíveis e trabalhistas	6.366	2.971	(54)	9.283
Total	622.805	148.884	(54)	771.635

A Sabesp apresentou quadro demonstrativo que resume provisões e respectivos depósitos vinculados.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 16

	Consolidado					
	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2012	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2011
Ações com clientes (i)	652.663	(131.408)	521.255	727.261	(108.728)	618.533
Ações com fornecedores (ii)	290.593	(175.437)	115.156	422.595	(1.828)	420.767
Outras questões cíveis (iii)	169.516	(4.978)	164.538	188.546	(10.180)	178.366
Ações tributárias (iv)	71.141	(3.056)	68.085	76.448	-	76.448
Ações trabalhistas (v)	173.227	(1.529)	171.698	156.536	-	156.536
Ações ambientais (vi)	149.061	(636)	148.425	121.179	-	121.179
Total	1.506.201	(317.044)	1.189.157	1.692.565	(120.736)	1.571.829
Circulante	565.083	-	565.083	764.070	-	764.070
Não circulante	941.118	(317.044)	624.074	928.495	(120.736)	807.759

Divulgações de tipos específicos de provisões

As obrigações relacionadas ao registro de provisões podem decorrer tanto de obrigação legal quanto de obrigação não formalizada, neste último caso quando o evento ou ação da entidade cria expectativas válidas em terceiros de que a entidade cumprirá a obrigação. Apresentamos a seguir exemplos de obrigações legais ou obrigações não formalizadas (*constructive obligation*) relacionadas a:

- ▶ Questões ambientais;
- ▶ Gastos com a futura desativação de ativos;
- ▶ Fornecimento de garantias e bonificações aos clientes;
- ▶ Gastos com reestruturação; e
- ▶ Contratos onerosos.

Provisões ambientais

A CSN foi uma das empresas que registraram provisão para recuperação ambiental.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 17

17. Provisões para passivos ambientais e desativação

a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2012 é mantida provisão no montante de R\$ 386.114 (R\$ 312.612 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R\$ 383.405 (R\$ 306.079 em 31 de dezembro de 2011) na controladora para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando estudos de recuperação das áreas degradadas e em processo de exploração. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações do mercado de valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2012 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

A Natura também registrou provisões ambientais, em função de compromisso assumido junto aos seus *stakeholders* de ser uma empresa “carbono neutro”.

Demonstração Financeira da Natura, Nota Explicativa nº 2.11.3

Em 2007, a Sociedade assumiu com seus colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de Gases do Efeito Estufa - GEEs, em sua cadeia completa de produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo.

Esse compromisso, apesar de não ser uma obrigação legal, já que o Brasil apesar de ser um país signatário do Protocolo de Quioto não apresenta meta de redução, é considerado uma obrigação construtiva, conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações contábeis se esta for passível de desembolso e mensurável.

O passivo é estimado através dos inventários auditados de emissão de carbono realizados anualmente e valorizado com base nos preços médios de aquisição de toneladas dos contratos em vigor e nos preços estimados para as próximas aquisições. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no passivo na rubrica “Outras provisões” (vide nota explicativa nº 19) refere-se ao total das emissões de carbono do período de 2007 a 2012 que ainda não foram neutralizadas através dos projetos correspondentes, portanto, não há efetivação do certificado de carbono.

Demonstração Financeira da Natura, Nota Explicativa nº 2.11.3 - Continuação

Em linha com suas crenças e princípios, a Sociedade optou por realizar aquisições diretas de créditos de carbono de projetos com benefícios socioambientais oriundos do mercado voluntário. Dessa forma, os gastos incorridos gerarão créditos de carbono após a finalização ou maturação desses projetos. Durante os referidos exercícios, os gastos foram registrados a valor de custo como um ativo intangível (vide nota explicativa nº 14), já que representam um direito futuro de uso. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no ativo intangível refere-se aos gastos incorridos com projetos socioambientais que gerarão à Sociedade certificados futuros de carbono.

No momento em que os respectivos certificados de carbonos são efetivamente entregues à Sociedade, a obrigação de ser Carbono Neutro é efetivamente cumprida, portanto, os saldos de ativos são compensados com os saldos de passivos.

A diferença entre os saldos de ativo e de passivo em 31 de dezembro de 2012 refere-se ao valor de caixa que a Sociedade ainda desembolsará com outros projetos socioambientais para futura geração de certificados.

Desativação de ativos

Os valores correspondentes aos custos de obrigações por desmontagem, remoção e restauração do local em que um imobilizado está localizado devem ser registrados em contrapartida com provisões reconhecidas e mensuradas de acordo com o CPC 25. A CSN foi uma das empresas que divulgaram a existência de provisões da espécie.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 17

b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento da atividade de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O passivo registrado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 27.326 (R\$ 24.327 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R\$ 17.082 (R\$ 15.148 em 31 de dezembro de 2011 na controladora).

A OGX também registrou provisão para desativação de ativos, relacionados aos campos de exploração e produção.

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 17

(a) Provisão para obrigação de abandono futuro de campos de exploração e produção

Conforme indicado na Nota Explicativa nº3 (J), a partir da declaração de comercialidade de seus campos, a Companhia, por meio de suas controladas, passa a constituir provisão para atender à obrigação de abandono das áreas (Asset Retirement Obligation - ARO) ao final do período de concessão. Tal provisão reflete a estimativa dos gastos a serem incorridos, sobretudo, com:

(i) tamponamento dos poços; e **(ii)** remoção das linhas e dos equipamentos de produção.



Garantias e bonificações a clientes

Outro tipo de provisão usual entre as empresas são as provisões para garantias. Encontramos esse tipo de provisão principalmente entre as empresas de construção/incorporação, em decorrência de exigência legal. A Brookfield foi uma das empresas que evidenciaram esse tipo de provisão, além de provisão relativa à responsabilidade assumida junto aos clientes de garantir um aluguel mínimo de um empreendimento.

Demonstração Financeira da Brookfield, Nota Explicativa nº 15

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
		Reapresentado	Reapresentado
Provisões relacionadas a processos judiciais e obrigações legais (a)	90.793	72.855	60.690
Provisão de garantia (b)	28.428	28.177	12.701
Provisão para aluguel (c)	8.400	8.400	-
	127.621	109.432	73.391
Circulante	33.791	25.940	4.404
Não circulante	93.830	83.492	68.987
	127.621	109.432	73.391

(b) As provisões para garantia referem-se à estimativa de gastos a serem incorridos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto com as garantias existentes relativas ao período posterior à entrega das chaves das unidades imobiliárias. O prazo de garantia oferecido é de 5 anos a partir da entrega do empreendimento. A provisão para garantia é calculada com base em uma média de gastos realizados nos últimos 5 anos, sendo essa a melhor estimativa da Administração, a qual considera o valor presente das saídas de benefícios econômicos futuros, que será exigida de acordo com as obrigações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto de prestação de garantia prevista na legislação comercial local. A estimativa foi feita com base em tendências históricas de garantias e pode variar em consequência do uso de novos materiais, processos de construções alterados e outros eventos que afetem a qualidade das unidades construídas.

(c) Refere-se a provisão pela responsabilidade da Sociedade em garantir ao comprador o valor mínimo de aluguel na venda do projeto Brascan Century Plaza Green Valley Commercial (maiores detalhes vide Nota 1).



Já a Braskem evidenciou uma provisão relacionada ao compromisso de entregar bonificações em produtos aos clientes, decorrente de acordos contratuais.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 23

23 Provisões diversas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Destinadas a					
Bonificações de clientes	(a)	5.594	10.053	40.666	13.577
Recuperação de danos ambientais	(b)	25.015	30.451	32.944	36.777
Processos judiciais e administrativos	(c)	126.103	73.168	333.218	266.302
Outras				8.355	5.067
Total		156.712	113.672	415.183	321.723
Passivo circulante		11.930	18.759	52.264	23.629
Passivo não circulante		144.782	94.913	362.919	298.094
Total		156.712	113.672	415.183	321.723

(a) Provisão para bonificações de clientes

Alguns contratos de vendas da Braskem preveem a bonificação, em produtos, caso sejam atingidos determinados volumes de vendas durante o ano, semestre ou trimestre, conforme o contrato.

A bonificação é provisionada mensalmente no pressuposto de que o volume mínimo contratual será atingido. Por serem registradas em bases contratuais, as provisões não possuem incertezas relevantes quanto ao seu montante ou liquidação.

Gastos com reestruturação

As empresas também divulgaram provisão para reestruturação. Segundo o CPC 25, reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente: (a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou (b) a maneira como o negócio é conduzido.

Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

- (a) venda ou extinção de linha de negócios;
- (b) fechamento de locais de negócios de um país ou região, ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- (c) mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- (d) reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.

A Gol foi uma das empresas que evidenciaram esse tipo de provisão.

Demonstração Financeira da Gol, Notas Explicativas nºs 2.2.p.iv e 11

iv. Provisão para reestruturação

A reestruturação é um programa planejado e controlado pela Administração e que altera materialmente a maneira de como a atividade da Companhia é conduzida. Durante esse processo, os custos necessários para o encerramento são mensurados e uma provisão é reconhecida pelo montante suficiente para suprir as obrigações geradas. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 11.



11. Reestruturação das operações da Webjet

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia deu início ao processo de encerramento das atividades da Webjet e a consequente descontinuidade da marca. O processo de reestruturação tem como objetivo a otimização da estrutura organizacional das Companhias e unificação de suas operações, reduzindo custos e propiciando o aproveitamento de sinergias. Os efeitos decorrentes destas ações estão descritos a seguir.

A primeira medida tomada para a descontinuidade das atividades foi a extinção das operações de voo. A Webjet detém um modelo de operação com base em uma frota composta majoritariamente por aviões modelo Boeing 737-300, de idade média elevada, alto consumo de combustível e defasagem tecnológica. Sobre esta frota, estima-se a devolução total das 18 aeronaves até o final do primeiro semestre de 2013.

Como consequência do encerramento das operações, a Webjet apresentou custos decorrentes do processo de reestruturação que foram registrados com base na estimativa apurada pela Companhia. Essa estimativa envolve custo com desligamento de colaboradores, redução ao valor recuperável de ativos, provisões para devolução de aeronaves e motores e penalidades contratuais.

Descrição	31/12/2012
Provisão para perda em estoques ⁽ⁱ⁾	5.348
Imobilizado e equipamentos de voo ⁽ⁱ⁾	25.766
Depósitos de manutenção e cauções para aeronaves e motores ⁽ⁱⁱ⁾	56.202
Provisão para devolução de aeronaves e motores ⁽ⁱⁱⁱ⁾	11.235
Penalidades contratuais ^(iv)	8.826
Desligamento de colaboradores ^(v)	16.917
Custo da reestruturação	124.294

i. Provisão para perda em estoques e imobilizado e equipamentos de voo: representado por peças e componente exclusivos para a frota Boeing 737-300.

ii. Depósitos de manutenção e cauções para aeronaves e motores: representa a estimativa de perda de valores pagos aos lessores e que, devido ao término antecipado dos contratos de arrendamento, não poderão ser reembolsados à Companhia.

iii. Devolução de aeronaves e motores: representada pelo custo adicional que será incorrido em função da devolução antecipada das aeronaves e motores pertencentes à frota.

iv. Penalidades contratuais: representadas pelo valor estimado dos pagamentos que a Companhia terá que realizar junto aos lessores devido ao término antecipado dos contratos de arrendamento mercantil.

v. Desligamento de colaboradores: representa os custos estimados que a Companhia terá devido à descontinuidade da utilização da frota Boeing 737-300 e consequente desligamento da tripulação técnica que opera este tipo de frota.



Contrato oneroso

Se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão. O CPC 25 define contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

A Eletrobras foi uma das empresas que apresentaram provisão relativa a contratos onerosos.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 35

Nota 35 - Contratos onerosos

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Transmissão		
Contrato nº 061/2001	84.139	-
Contrato nº 062/2001	1.407.057	-
Geração		
Itaparica	1.018.534	-
Jirau	1.607.869	-
Camaçari	357.043	-
Termonorte II	131.200	96.204
Funil	83.158	-
Mauá-Klabin	48.576	-
Complexo Paulo Afonso	34.107	-
Coaracy Nunes	21.553	-
São Domingos	13.930	-
Outros	98.358	-
TOTAL	4.905.524	96.204

Do montante da provisão para os contratos onerosos reconhecida em 2012, R\$ 3.082.395 decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes na estrutura de custos.

Programa de Reassentamento de Itaparica

A partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica e em função da formação do lago de Itaparica, 10.500 famílias foram deslocadas, das quais 6.100 eram de pequenos agricultores, e entre estas, estavam 200 famílias indígenas da tribo Tuxá, tendo como consequência a criação do Programa de Reassentamento de Itaparica, que tem por objetivo reassentar as famílias deslocadas da área inundada pelo reservatório da usina, atual Luiz Gonzaga, localizada entre os Estados de Pernambuco e Bahia.

Em sessão extraordinária de 30.01.2013, o Tribunal de Contas da União editou o Acórdão nº 101/2013-TCU-Plenário, no qual determina à Casa Civil, órgão responsável pela coordenação e integração das ações do Governo, aos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, à Chesf e à Codevasf, com amparo no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, em conjunto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborem e enviem ao Tribunal plano de ação da execução do Programa de Reassentamento de Itaparica, incluindo atividades, prazos e responsáveis, voltado à implementação das medidas necessárias à transferência, imediata ou progressiva, do patrimônio de uso comum dos perímetros públicos irrigados de Itaparica para a Codevasf e da gestão destes perímetros para os reassentados, inclusive quanto à implementação das medidas necessárias à regularização das ações junto às Prefeituras Municipais de Santa Maria da Boa Vista, Tacaratu e Belém do São Francisco, em Pernambuco, e de Curaçá, Rodelas e Glória, na Bahia, para que essas prefeituras assumam os serviços públicos de sua competência.

Neste sentido, a provisão para contrato oneroso relativo à UHE Itaparica poderá ser revista, em função do plano de execução que vier a ser implementado.

Divulgações apresentadas pelas empresas sobre passivos contingentes

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos no balanço das empresas, mas devem ser objeto de divulgação em nota explicativa. De acordo com o CPC 25, apenas os passivos contingentes cuja probabilidade de perda é remota não necessitam ser divulgados pela empresa.

A entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável, a estimativa do seu efeito financeiro, a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e a possibilidade de qualquer reembolso.

A Copel descreveu e informou os efeitos financeiros relacionados a causas fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórias cuja probabilidade de perda foi classificada como possível.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 18

28.2 Ações consideradas como de perda possível

Consolidado	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais (28.2.1)	1.227.536	1.246.954
Trabalhistas	257.382	176.448
Benefícios a empregados	41.390	37.788
Cíveis (28.2.2)	810.764	542.386
Regulatórias	19.200	12.907
	2.356.272	2.016.483

Detalhamento das principais ações

- ▶ Processo administrativo nº 11453.720001/2011-23 e nº 10980720458/2011-15, advindos do resultado da ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, no total de R\$ 639.454 em 31.12.2012 referente a juros e multas, cujo débito principal está provisionado nas demonstrações financeiras em virtude de sua classificação como perda provável, porém em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. Informações adicionais sobre esta ação estão descritas no item 28.1.1, deste relatório.
- ▶ Exigências fiscais conforme Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.273.870-7, no valor aproximado de R\$ 181.014 em 31.12.2012, de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, contra a Copel referente à execução fiscal de Contribuição Previdenciária;
- ▶ Exigências fiscais conforme NFLD nº 35.273.876-6, no valor de R\$ 65.840 em 31.12.2012, de autoria do INSS, contra a Copel referente à execução fiscal com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão de obra.

Em relação às perdas classificadas como remotas, a BM&FBovespa divulgou o que segue.

Demonstração Financeira da BM&FBovespa, Nota Explicativa nº 14.f

f. Perdas remotas

A BM&FBOVESPA, na condição de sucessora da antiga Bovespa, e a controlada BVRJ figuram como réis em uma ação indenizatória por danos materiais e morais, ajuizada por Naji Robert Nahas, Selecta Participações e Serviços SC Ltda e Cobrasol - Companhia Brasileira de Óleos e Derivados, em razão de alegadas perdas no mercado de ações sofridas em junho de 1989. O valor atribuído à causa pelos autores é de R\$ 10 bilhões. Com relação aos danos materiais e morais reclamados, os autores pleiteiam que a BM&FBOVESPA e a BVRJ sejam condenadas, na proporção de suas responsabilidades. Foi proferida sentença julgando totalmente improcedentes os pedidos formulados pelos autores, decisão essa confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por meio de acórdão publicado em 18 de dezembro de 2009. Os Autores interpueram recursos especial e extraordinário, os quais foram inadmitidos. Houve interposição de agravos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, tendo sido dado provimento ao recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, para permitir a apreciação do recurso especial interposto pelos autores. ▶

Demonstração Financeira da BM&FBovespa, Nota Explicativa nº 14.f - Continuação

Foi admitida a apreciação do recurso especial. Atualmente aguarda-se o julgamento deste recurso. A BM&FBOVESPA entende que as chances de perda nessa ação são remotas.

A BM&FBOVESPA recebeu, em 29 de novembro de 2010, auto de infração da RFB, efetuando a cobrança de IRPJ (R\$ 301.686 de principal, acrescidos de multas e juros) e CSLL (R\$ 108.525 de principal, acrescidos de multas e juros) correspondentes ao valor desses tributos que, na visão da RFB, a BM&FBOVESPA teria deixado de recolher nos exercícios de 2008 e 2009 por força da amortização, para fins fiscais, do ágio gerado quando da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A, aprovada em AGE de 08 de maio de 2008. Em outubro de 2011, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo proferiu decisão na impugnação apresentada pela BM&FBOVESPA, mantendo, em seus aspectos fundamentais, o referido auto de infração. A BM&FBOVESPA apresentou recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em 21 de novembro de 2011, sendo que este órgão administrativo julgador deverá proferir decisão definitiva na instância administrativa acerca da legalidade da amortização do ágio para fins fiscais. A BM&FBOVESPA considera que o risco de perda associada a esse procedimento fiscal é remoto e continuará a amortizar, para fins fiscais, o referido ágio, na forma de legislação vigente.

A BM&FBOVESPA, na qualidade de sucessora da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F ("BM&F") e conforme divulgado em seu Formulário de Referência (item 4.3), figura como ré em ações civis públicas e ações populares propostas com a finalidade de apurar a prática de possíveis atos de improbidade administrativa, bem como de obter o ressarcimento de supostos danos ao erário, em decorrência de operações realizadas pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 1999 no mercado futuro de dólar administrado pela antiga BM&F. Em 15 de março de 2012, as referidas demandas foram julgadas em primeira instância procedentes para condenar a maioria dos réus nos referidos processos, dentre eles a BM&F. As condenações somadas atingem o montante de R\$ 7.005 milhões, dos quais, segundo uma das decisões proferidas, poderão ser deduzidos os ganhos que o Banco Central do Brasil obteve em razão da não utilização de reservas internacionais, no montante de até R\$ 5.431 milhões. A BM&FBOVESPA também foi condenada ao pagamento de multa civil no valor de R\$ 1.418 milhões. Os valores são referentes a janeiro de 1999 e deverão ser corrigidos monetariamente, acrescidos de juros moratórios, e de verbas de sucumbência. A BM&FBOVESPA acredita na total improcedência dessas ações e continuará a não provisionar em suas demonstrações financeiras qualquer montante relacionado às referidas ações judiciais, tendo em vista o risco remoto de perda. Foram apresentados os recursos de apelação, recebidos no efeito suspensivo. Atualmente, aguarda-se a apreciação desses recursos pelo Tribunal.



A Tractebel mensurou os efeitos das perdas possíveis e também das remotas.

Demonstração Financeira da Tractebel, Nota Explicativa nº 20

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Risco Possível	Risco Remoto	Total	Risco Possível	Risco Remoto	Total
Fiscais	115.740	554.796	670.536	461.053	530.830	991.883
Cíveis	15.143	412	15.555	9.631	371	10.002
Trabalhistas	6.774	27.829	34.603	10.940	15.407	26.347
	137.657	583.037	720.694	481.624	546.608	1.028.232

	Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Risco Possível	Risco Remoto	Total	Risco Possível	Risco Remoto	Total
Fiscais	163.999	557.582	721.581	499.551	530.830	1.030.381
Cíveis	38.696	1.456	40.152	12.237	1.351	13.588
Trabalhistas	6.824	30.200	37.024	10.940	15.407	26.347
	209.519	589.238	798.757	522.728	547.588	1.070.316

c.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco provável são os seguintes:

Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade dos votos.

A discussão envolvia o valor de R\$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 31.12.2012 é de R\$ 55.502 (R\$ 52.809 em 31.12.2011).

Divulgações sobre ativos contingentes apresentadas pelas empresas

De acordo com o CPC 25, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja fazendo por meio de processo judicial, em que o desfecho seja incerto.

Em decorrência de tal incerteza, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em relação à divulgação, o CPC 25 determina a divulgação de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

Dentre as empresas constantes da amostra, 10 relataram a existência de ativos contingentes e 8 delas forneceram estimativa dos efeitos financeiros. Os ativos informados pelas 8 empresas somam 2,7 bilhões.

A Duratex informou o valor dos ativos contingentes relativo a questões judiciais em ações relativas ao ressarcimento de tributos, detalhando os valores por tipo de tributo questionado.

Demonstração Financeira da Duratex, Nota Explicativa nº 17

d) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento dos tributos e contribuições cujas possibilidades de êxito são consideradas prováveis de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2012	31/12/2011
Crédito prêmio de IPI de 1960 a 1985	104.201	96.365
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	10.254	58.160 (*)
Restituição do ILL pago na distribuição de dividendos de 1989 a 1992	10.783	9.973
INSS - SAT, alteração da alíquota rural, vale transporte e seguro saúde	5.444	8.044
COFINS depósito judicial	3.408	3.229
PIS bases de cálculos	2.125	2.401
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	1.486	1.928
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas ao exterior	1.952	2.253
Outros	1.128	1.306
Total	140.781	183.659

(*) Em 2012 foi recebido o valor de R\$ 11.971, mantendo a expectativa de recebimento de R\$ 10.254 e o valor restante reclassificado como possível.

A Oi apresentou parágrafo descritivo referente ao ativo contingente.

Demonstração Financeira da Oi, Nota Explicativa nº 23

Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF - Superior Tribunal Federal concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Companhia em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Companhia aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como possível. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 21.504 (2011 - R\$ 20.813) e de R\$ 22.000 (2011 - R\$ 21.304) para o consolidado.

A Usiminas evidenciou, além de valores e descrição, a situação do processo judicial.

Demonstração Financeira da Usiminas, Nota Explicativa nº 24

(c) Contingências ativas

A seguir, estão demonstradas as contingências ativas da Companhia e da controlada em conjunto Unigal, cujos processos não transitaram em julgado e, portanto, não foram reconhecidas no balanço:

(i) Contingências provenientes da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2012	31/12/2011
		Saldo	Saldo
Ação proposta pela Usiminas visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento em segunda instância.	629.978	586.803
Ação proposta pela Cosipa visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento em instância superior.	702.491	654.346
Ação questionando a restrição do direito ao crédito de PIS e COFINS sobre máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos antes de 30/04/2004.	Aguardando julgamento em segunda instância.	142.897	133.104
Outras		88.930	57.120
		1.564.296	1.431.373

(ii) Contingências provenientes da Unigal

Descrição	Posição	31/12/2012	31/12/2011
		Saldo	Saldo
Ações pleiteando a devolução do valor depositado para suspender a exigibilidade do Auto de Infração, tendo em vista a adesão à anistia estadual.	Probabilidade de êxito alterada para possível.		7.845
			7.845

	31/12/2012	31/12/2011
Contingências provenientes da Controladora	1.564.296	1.431.373
Contingências provenientes da Unigal		7.845
Total do Consolidado	1.564.296	1.439.218

A maioria das empresas relatou ativos contingentes de natureza tributária. A Multiplan evidenciou o resultado de uma ação cível como ativo contingente.

Demonstração Financeira da Multiplan, Nota Explicativa nº 18

Ativos contingentes

Em 26 de junho de 1995, o consórcio formado pela Companhia (sucessora da Multishopping Empreendimentos Imobiliários S.A.) e pelas empresas Bozano, Simonsen Centros Comerciais S.A., Pinto de Almeida Engenharia S.A. e In Mont Planejamento Imobiliário e Participações Ltda., antecipou ao Clube de Regatas do Flamengo ("Clube") a importância de R\$ 6.000 a ser descontada da renda obtida pelo Clube após a inauguração do shopping center que seria situado no bairro da Gávea, o qual era objeto do consórcio. Contudo, o projeto foi cancelado e o Clube não efetuou a devolução da importância adiantada. Os membros do consórcio decidiram então iniciar um processo judicial requerendo o devido ressarcimento. A decisão judicial, já transitada em julgado, determinou a execução da importância mencionada, devidamente corrigida. Uma vez que o montante envolvido não está definido nem se pode determinar quando tais valores serão recebidos a Companhia vem registrando os eventuais valores somente quando são efetivamente recebidos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como receita o montante de R\$ 1.911 referente a valores recebidos.



CPC 27

Ativo Imobilizado
(IAS 16)

O objetivo do CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16) é estabelecer o tratamento contábil para reconhecer, mensurar e evidenciar os ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam identificar a informação a respeito dos investimentos feitos pela entidade em ativos imobilizados, bem como suas mutações.

Os ativos imobilizados são tangíveis e, de acordo com o CPC 27, correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

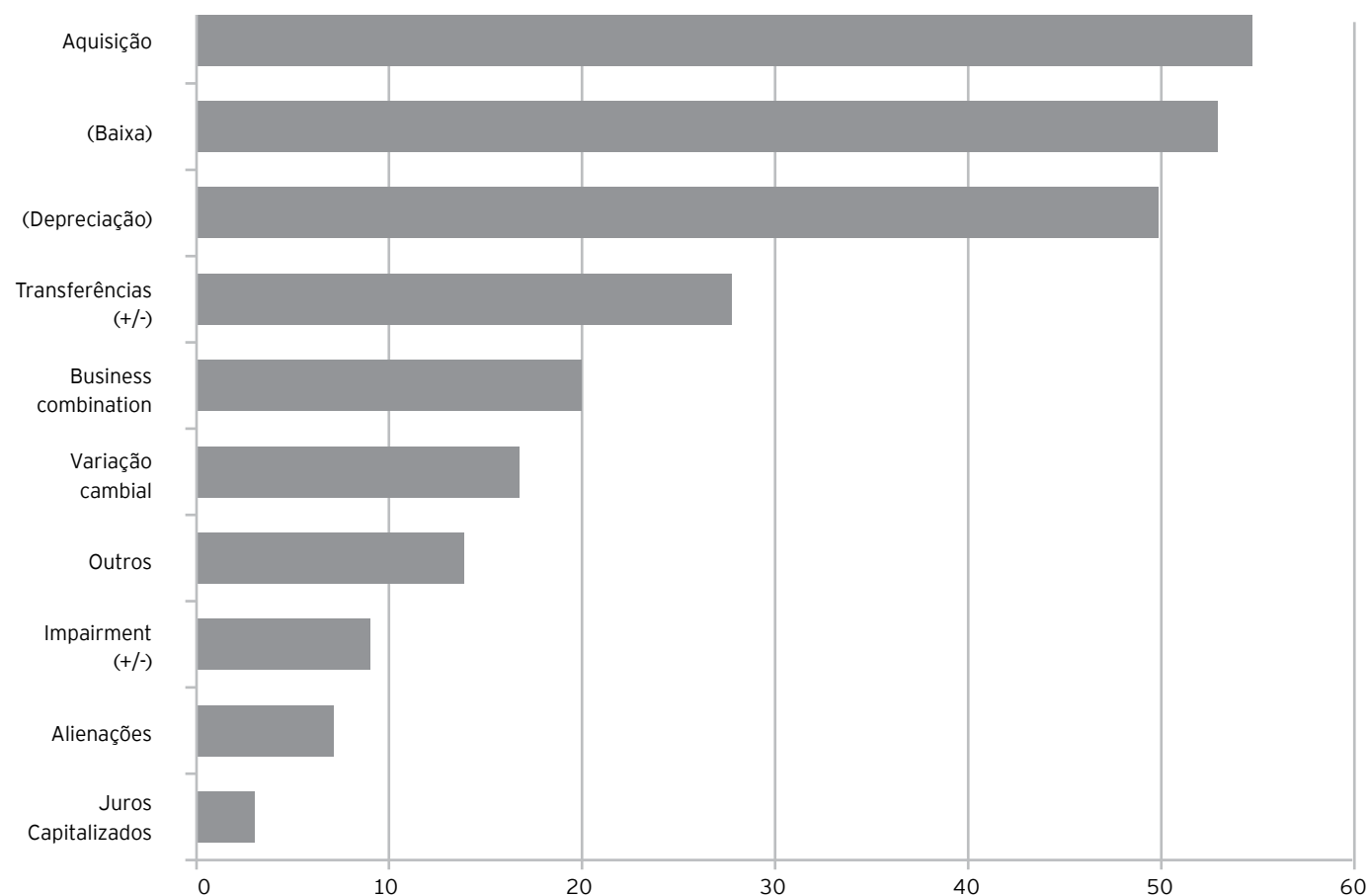
Nesta seção, analisamos o impacto das exigências presentes no CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16) nas demonstrações consolidadas publicadas em 2012 pelas empresas que compõem nossa amostra de trabalho. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Ativos imobilizados divulgados pelas empresas analisadas;
- ▶ Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- ▶ Exemplos práticos da aplicação do CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16).

Ativos imobilizados divulgados pelas empresas analisadas

Dentre as 60 empresas da amostra, apenas a empresa BR Properties não apresentou nenhuma nota (nem específica nem política contábil) sobre ativo imobilizado, ou seja, 98,33% das empresas analisadas apresentaram política contábil e nota explicativa específica sobre o imobilizado. De 2011 para 2012, o ativo imobilizado líquido das empresas da amostra aumentou, aproximadamente, 26%. Já a depreciação aumentou cerca de 16% no mesmo período.

As principais movimentações na conta do ativo imobilizado das empresas da amostra se deram, principalmente, em virtude de novas aquisições (55 casos), combinação de negócios (20 casos), juros capitalizados (3 casos), variação cambial (17 casos), baixas (53 casos), alienações (7 casos), transferências (28 casos), depreciação (50 casos), impairment (9 casos) e outros casos não especificados (14), conforme demonstrado no gráfico.



Os principais grupos de ativos imobilizados, identificados nas empresas analisadas, em 2012, são apresentados no quadro a seguir, bem como a variação percentual desses grupos, do exercício de 2011 para 2012.

Principais Grupos do Ativo Imobilizado	Quantidade de empresas em que os grupos estão presentes	Varição do Imobilizado 2011-2012
Imobilizado em construção	46	-2,1%
Máquinas e Equipamentos	50	0,0%
Imobilizado específico da atividade	29	3,6%
Imóveis	44	-2,2%
Outros	34	-5,6%
Instalações	23	0,0%
Terrenos	36	0,0%
Benfeitorias em bens de terceiros	19	0,0%
Equipamentos de informática ou processamento de dados	31	0,0%
Móveis e Utensílios	41	13,9%
Veículos	36	-12,2%
Imobilizados arrendados	6	0,0%
Adiantamentos para compra de imobilizados	7	-12,5%
Aeronaves	4	-20,0%
Almoxarifado de peças para imobilizado	2	0,0%

Dentro do imobilizado específico da atividade estão os bens relativos ao cumprimento de atividades intrínsecas do negócio. A categoria Outros foi utilizada apenas para classificar os ativos imobilizados designados pelas próprias companhias como outros.

Vida útil dos bens do ativo imobilizado

Com base nos dados coletados, identificamos que 11 companhias divulgaram em anos a forma de apresentação da vida útil dos bens do imobilizado, 43 companhias divulgaram percentualmente e 5 companhias divulgaram ambas as formas (anos e percentual).

No que se refere aos métodos de depreciação utilizados, dentre as companhias analisadas, 58 utilizaram o método linear de depreciação para seus ativos imobilizados, 5 companhias utilizaram o método da quantidade produzida (extraída), nenhuma companhia utilizou o método da soma dos dígitos (exponencial) e 1 empresa não informou qual método utilizou. Vale ressaltar que algumas empresas apresentaram dois métodos de depreciação. Nenhuma companhia alterou o método de depreciação; entretanto, 8 companhias alteraram as taxas de depreciação dos ativos imobilizados.

Das companhias analisadas, 35 divulgaram o saldo acumulado e as movimentações no imobilizado na mesma tabela.

Exemplos práticos da aplicação do CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16)

Para estarem de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16), as companhias devem evidenciar, para cada classe de ativo imobilizado: (a) a base de mensuração utilizada para determinar o valor contábil bruto; (b) o método de depreciação utilizado; (c) a vida útil ou taxa de depreciação utilizada; (d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (agregada das perdas acumuladas por *impairment*), no começo e no final do período. A seguir, apresentamos alguns exemplos de divulgações referentes ao ativo imobilizado, de acordo com as exigências do CPC 27.

A ALL divulgou diversas informações, em nota sobre política contábil, a respeito dos ativos imobilizados da companhia.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 2.12

2.12 Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisões para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. ►

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 2.12 - Continuação

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativas do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Locomotivas	25 anos
Vagões	30 anos
Via permanente	Limitado ao prazo da concessão de 15 a 67 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Além disso, a ALL demonstrou, por classe e por tipo de bem, os saldos de seus ativos imobilizados.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº14

14. Imobilizado - consolidado

	31/12/12			31/12/11	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%Taxas médias anuais de depreciação
Benefitoria em bens de terceiros					
Locomotivas	1.171.858	(354.450)	817.408	800.486	4,00%
Vagões	798.164	(201.614)	596.550	499.416	3,33%
Via permanente	2.523.700	(496.743)	2.026.957	1.750.665	4,42%
Outros	270.353	(130.080)	140.273	170.104	5,34%
	4.764.075	(1.182.887)	3.581.188	3.220.671	
Imobilizado próprio em operação					
Locomotivas	372.227	(103.939)	268.288	434.552	4,00%
Vagões	385.027	(112.749)	272.278	274.719	3,33%
Via permanente	1.235.380	(157.206)	1.078.174	872.533	1,48%
Almoxarifado de bens de uso	5.822	-	5.822	50.264	
Terrenos	36.653	-	36.653	45.704	
Edificações	93.067	(31.862)	61.205	48.104	5,20%
Móveis e utensílios	15.656	(12.642)	3.014	3.647	10,00%
Veículos rodoviários	78.384	(17.764)	60.620	63.384	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	110.612	(82.984)	27.628	28.902	19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	60.312	(34.642)	25.670	21.667	9,70%
Equipamentos para manutenção de via permanente e transporte ferroviário	101.217	(63.506)	37.711	47.919	9,94%

	31/12/12				31/12/11
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%Taxas médias anuais de depreciação
Aeronave	9.981	(827)	9.154	-	10,00%
Máquinas e equipamentos	74.841	(35.450)	39.391	17.517	10,00%
Outros	196.576	(60.896)	135.680	108.368	10,00%
	2.775.755	(714.467)	2.061.288	2.017.280	
Arrendamento mercantil					
Locomotivas	599.920	(101.988)	497.932	198.243	9,80%
Vagões	1.049.832	(347.743)	702.089	783.542	10,21%
Obras civis	19.503	(6.547)	12.956	14.636	9,09%
Equipamentos	17.290	(6.432)	10.858	12.587	10,00%
	1.686.545	(462.710)	1.223.835	1.009.008	
Imobilizações em andamento					
Locomotivas	39.034	-	39.034	53.264	
Vagões	62.892	-	62.892	68.624	
Via permanente	903.280	-	903.280	843.912	
Obras civis		-		29.110	
Outros	95.020	-	95.020	20.012	
	1.100.226	-	1.100.226	1.014.922	
	10.326.601	(2.360.064)	7.966.537	7.261.881	

Ademais, a ALL divulgou, em notas explicativas, o valor das despesas capitalizadas no custo dos ativos imobilizados no período da sua construção e o valor dos compromissos contratuais para aquisição de ativos imobilizados:

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 14

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizadas, às contas de imobilizações em andamento, R\$ 110.719 (R\$ 134.879 em 31 de dezembro de 2011) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. Esta transação não afeta o fluxo de caixa. O custo financeiro da capitalização de juros sobre o imobilizado elegível foi de 154,8% do CDI a.a.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.686.545 (R\$ 1.338.545 em dezembro de 2011). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 407.709 (R\$ 423.545 em 31 de dezembro de 2011) de itens sob compromissos de arrendamentos mercantil financeiro e ativos em construção de contratos de longo prazo, os quais não afetam o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 17.1, os arrendamentos mercantis financeiros são classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

O Banco do Brasil divulgou, separadamente da depreciação, as perdas por *impairment* e as reversões que ocorreram no imobilizado de uso.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 25

25 - Imobilizado de uso

	Terrenos	Edificações	Móveis e Equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros
Custo de aquisição				
Saldo em 31.12.2010	244.690	4.699.709	1.758.075	1.573.614
Aquisições	1.064	446.043	309.922	344.366
Aquisição por combinação de negócios	14.322	127.792	30.431	(378)
Baixas	(8.445)	(35.959)	(41.950)	(46.280)
Saldo em 31.12.2011	251.631	5.237.585	2.056.478	1.871.322
Saldo em 31.12.2011	251.631	5.237.585	2.056.478	1.871.322
Aquisições	340.796	690.032	574.069	469.091
Aquisições por combinação de negócios	318	1.049	1.145	628
Baixas ⁽¹⁾	(22.815)	(677.543)	(303.466)	(24.597)
Saldo em 31.12.2012	569.930	5.251.123	2.328.226	2.316.444
Depreciação acumulada				
Saldo em 31.12.2010		(2.666.796)	(887.318)	(1.051.521)
Despesa de depreciação		(139.124)	(173.865)	(202.058)
Baixas		(15.842)	51.969	36.061
Saldo em 31.12.2011		(2.821.762)	(1.009.214)	(1.217.518)
Saldo em 31.12.2011		(2.821.762)	(1.009.214)	(1.217.518)
Despesa de depreciação		(171.039)	(222.079)	(91.942)
Baixas(1)		385.686	81.488	21.586
Saldo em 31.12.2012		(2.607.115)	(1.149.805)	(1.287.874)
Perda por imparidade				
Saldo em 31.12.2010		(3.278)	(1.152)	
Perdas		(1.291)		
Reversões		424	262	
Saldo em 31.12.2011		(4.145)	(890)	
Saldo em 31.12.2011		(4.145)	(890)	
Perdas		(263)	(35)	
Saldo em 31.12.2012		(4.408)	(925)	
Valor contábil				
Saldo em 31.12.2010	244.690	2.029.635	869.605	522.093
Saldo em 31.12.2011	251.631	2.411.678	1.046.374	653.804
Saldo em 31.12.2012	569.930	2.639.600	1.177.496	1.028.570

(1) Inclui os valores das baixas dos imóveis transferidos ao BB Progressivo Fundo de Investimento Imobiliário (FII) (Nota 6.e).

Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Outros	Total
4.101.746	3.680	658.431	13.039.945
636.588	21.813	102.402	1.862.198
8.004	4.705	841	185.717
(195.624)	(129)	(176.553)	(504.940)
4.550.714	30.069	585.121	14.582.920
4.550.714	30.069	585.121	14.582.920
609.707	3.922	101.360	2.788.977
			3.140
(226.765)	(1.032)	(25.939)	(1.282.157)
4.933.656	32.959	660.542	16.092.880
(2.511.313)	(2.137)	(361.889)	(7.480.974)
(529.117)	(1.492)	(52.869)	(1.098.525)
84.555	(18.695)	58.912	196.960
(2.955.875)	(22.324)	(355.846)	(8.382.539)
(2.955.875)	(22.324)	(355.846)	(8.382.539)
(558.454)	(1971)	(46.882)	(1.092.367)
183.748	404	15.221	688.133
(3.330.581)	(23.891)	(387.507)	(8.786.773)
(1.405)			(5.835)
(817)			(2.108)
1.262			1.948
(960)			(5.995)
(960)			(5.995)
			(298)
(960)			(6.293)
1.589.028	1.543	296.542	5.553.136
1.593.879	7.745	229.275	6.194.386
1.602.115	9.068	273.035	7.299.814

A nota explicativa da BM&FBovespa indicou os casos em que a companhia não reconheceu a depreciação no seu resultado.

Demonstração Financeira da BM&FBovespa, Nota Explicativa nº 3 j

A despesa de depreciação é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. A depreciação de ativos imobilizados utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de um ativo intangível.

Demonstração Financeira da BM&FBovespa, Nota Explicativa nº 8

Em 2012, a BM&FBOVESPA incorporou como parte do custo de desenvolvimento de projetos o montante de R\$ 8.757 (2011 - R\$ 10.475) referentes à depreciação de equipamentos utilizados no desenvolvimento destes projetos.

Além disso, a BM&FBovespa divulgou a informação sobre imóveis dados em garantia de processos judiciais.

Demonstração Financeira da BM&FBovespa, Nota Explicativa nº 8

Imóveis da BM&FBovespa com valor contábil de aproximadamente R\$ 38.973 foram dados em garantia de processos judiciais. A BM&FBovespa não tem permissão de ceder estes ativos como garantia para outros processos judiciais ou vendê-los.

A seguir, destacamos a nota de políticas contábeis para ativos imobilizados divulgada pela Braskem.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 2.13

2.13 Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange:

- (a)** O preço da aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção (Nota 17) e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e
- (b)** o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios.

Os bens destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados inicialmente pelo valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados linearmente pelo prazo do contrato.

Os encargos financeiros são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença positiva entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i), acima.

As máquinas, equipamentos e instalações da Companhia requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares de dois a seis anos para realizar essas atividades. Estas paradas podem envolver a planta como um todo, parte dela, ou mesmo equipamentos relevantes, tais como caldeiras industriais, turbinas e tanques.

Paradas que ocorrem a cada seis anos, por exemplo, são geralmente realizadas para a manutenção de plantas industriais como um todo. Os gastos com materiais e serviços de terceiros diretamente atribuíveis a essas paradas são capitalizados quando (i) for provável que tais gastos irão gerar benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia; e (ii) esses gastos possam ser mensurados de forma confiável. Os gastos de cada parada programada são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início da seguinte correspondente parada.

Os gastos com mão de obra própria, o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção.



Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação e exaustão utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na Nota 3.4

Terrenos possuem vida útil indefinida, razão pela qual não são depreciados.

Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso. A vida útil é revisada anualmente pela Companhia.

A Companhia não atribui valor residual aos bens devido à sua imaterialidade.

Em nota explicativa sobre a vida útil de ativos, a Braskem apontou as diferenças entre as taxas médias de um ano para outro.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 3.4

3.4 Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação e a exaustão de seus ativos de longa duração com base na estimativa da vida útil dos bens definida por peritos independentes e referendada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão das plantas da Braskem. As vidas úteis estabelecidas inicialmente pelos peritos independentes são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas. Em dezembro de 2012, essa análise concluiu pela manutenção em 2013, das vidas úteis aplicadas em 2011 e 2012.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, O volume de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o valor total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

As vidas úteis aplicadas aos bens determinaram as seguintes taxas médias de depreciação e exaustão:

	Percentual (%)	
	2012	2011
Edifícios e benfeitorias	3,59	3,46
Máquinas, equipamentos e instalações	7,25	6,91
Minas e poços	9,01	9,01
Móveis e utensílios	10,75	10,86
Equipamentos de informática	20,50	20,80
Equipamentos de laboratórios	9,90	10,18
Equipamentos de segurança	9,99	9,96
Veículos	18,71	20,00
Outros	19,54	22,59

Nota detalhada indicando as principais movimentações no ativo imobilizado da Braskem vem a seguir.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 17

	Nota	Terrenos	Edificações e benfeitorias
Custo		418.426	1.859.991
Depreciação / exaustão acumulada			(678.524)
Provisão para perda do valor recuperável	(i)		
Saldo em 31 de dezembro de 2011		418.426	1.181.467
Aquisições		9.909	2.837
Encargos financeiros capitalizados	19 (f)		
Desconsolidação de controladas em conjunto		(3.804)	(912)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira		3.824	3.613
Transferência por conclusão de projetos		1.344	22.700
Transferências para o intangível			
Outras baixas, líquidas de depreciação/exaustão		(1.945)	(5.983)
Depreciação/ exaustão			(68.436)
Ativos não circulantes mantidos para venda	(ii)	(5.162)	(31.484)
Baixa por alienação de controlada	(iii)	(5.515)	(54.544)
Reversão da provisão para perda do valor recuperável			
Saldo contábil		417.077	1.049.258
Custo		417.077	1.749.193
Depreciação/exaustão acumulada			(699.935)
Provisão para perda do valor recuperável	(i)		
Saldo em 31 de dezembro de 2012		417.077	1.049.258

(i) Impairment de plantas hibernadas em 2008 e 2009.

(ii) Transferências de ativos da Quantiq e IQAG para ativos não circulantes mantidos para venda.

(iii) Baixa por alienação das participações acionárias na Cetrel e Braskem Distribuidora (Nota 6).

Além disso, a Braskem divulgou, dentro da nota explicativa de ativo imobilizado, informações sobre o teste de *impairment*.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 17

(a) Análise da recuperabilidade de imobilizado (impairment)

Quando da elaboração do Plano de Negócios para o período 2012/2016, a Administração da Braskem avaliou as perspectivas das principais variáveis que afetam seus negócios (Nota 3.6), tanto no cenário nacional como no internacional.

De forma geral, o Plano de Negócios foi elaborado também considerando que não se vislumbra nenhuma situação que não permita a continuidade operacional dos ativos da Braskem, tanto em termos de obsolescência do parque industrial e das tecnologias empregadas como em relação às restrições de ordem legal. A Administração da Braskem entende que as plantas irão operar suas capacidades máximas, ou próximas delas, dentro do período projetado. Também não são esperadas mudanças relevantes nos negócios da Braskem,

			Consolidado	
Máquinas Equipamentos e Instalações	Projetos e Paradas em Andamento	Outros	Total	
22.782.338	3.771.381	941.649	29.773.785	
(7.923.353)		(349.151)	(8.951.028)	
(160.036)			(160.036)	
14.698.949	3.771.381	592.498	20.662.721	
192.924	2.424.055	901	2.630.626	
	162.227		162.227	
(19.193)	(95.823)	(30.330)	(150.062)	
45.882	49.226	34.714	137.259	
2.106.861	(2.159.212)	28.307		
	(25.891)	(261)	(26.152)	
(48.591)	(11.211)	(10.095)	(77.825)	
(1.659.385)		(110.628)	(1.838.449)	
(15.500)	(1.361)	(3.220)	(56.727)	
(85.542)	(55.660)	(67.137)	(268.398)	
1.565			1.565	
15.217.970	4.057.731	434.749	21.176.785	
24.672.589	4.057.731	805.160	31.701.750	
(9.296.148)		(370.411)	(10.366.494)	
(158.471)			(158.471)	
15.217.970	4.057.731	434.749	21.176.785	

a exemplo de excesso significativo de oferta por outros fabricantes que venham impactar negativamente as vendas futuras, com exceção dos ciclos constantes de altas e baixas de preços e de rentabilidade que, historicamente, estão associados aos negócios petroquímicos no mundo. Também não são esperadas novas tecnologias ou matérias primas que poderiam impactar negativamente o desempenho futuro da Braskem. A Braskem projeta continuar operando num ambiente regulatório que visa preservar o meio ambiente, o que está totalmente alinhado com suas práticas em razão de todas as análises efetuadas ao longo de 2012, a Administração da Braskem entendeu não ser necessário testar a recuperabilidade dos ativos dos segmentos operacionais Negócios Internacionais e Distribuição Química, assim como das UGC's UNIB-Bahia e UNIB-Sudeste. A despeito dessa conclusão, a Braskem testou a recuperabilidade dos segmentos operacionais Poliolefinas e Vinílicos e da UGC UNIB-Sul, uma vez que a elas estão associados ágios de rentabilidade futura (Nota 18(a)).

A BR Foods divulgou detalhadamente as adições dentro do seu ativo imobilizado durante o período analisado.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 17

As adições consolidadas do exercício findo em 31.12.12, estão substancialmente concentradas nas classes de imobilizações em andamento no montante de R\$1.526.672 e adiantamentos a fornecedores no montante de R\$227.652, que compreendem principalmente:

Descrição	BR GAAP e IFRS
	Consolidado
	Saldo em 31.12.12
Ampliação da capacidade produtiva de unidades ⁽¹⁾	797.637
Melhorias realizadas em unidades produtivas e granjas em Rio Verde (GO)	95.356
Renovação da frota de veículos	85.845
Adequações para unidades- TCD ⁽²⁾	76.028
Transtormação da linha de perus para frangos em Carambé (PR)	55.223
Construção novo centro de distribuição em Duque de Caxias (RJ)	53.503
Construção da nova fábrica de salsichas em Lucas do Rio Verde (MT)	48.613
Construção de centro de tecnologia em Jundiá (SP)	40.598
Arrendamento de granjas em Campo Florido e Monte Alegre de Minas (MG)	22.616
Construção de casas para funcionários, sendo 500 unidades em Lucas do Rio Verde (MT), 400 unidades em Nova Mutum (MT) e 280 unidades em Mineiros (GO)	22.315
Ampliação para nova linha de pizza em Ponta Grossa (PR)	20.393
Adequação da linha de produção dos produtos escondidinho e massa cozida em Ponta Grossa (PR)	12.104
Construção da nova sede em Curitiba (PR)	7.706
Automatização de paletização dos produtos em Rio Verde (GO)	7.047
Construção de galpão para recria em Uberlândia (MG)	5.694

(1) Refere-se à ampliação da capacidade produtiva das unidades de Mineiros, Rio Verde, Nova Mutum, Seráfina Corrêa, Dourados, Itumbiara, Jataí e Marau.

(2) Refere-se a adequações das unidades de Carambé, Salto Veloso, Várzea Grande e Duque de Caxias.



Ademais, a BR Foods destacou, por grupo de ativos imobilizados, aqueles que foram dados em garantia, destacando a natureza dessas garantias.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 17

Os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia de operações de diversas naturezas, são apresentados abaixo:

	Tipo de garantia	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
		Controladora		Consolidado	
		31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
		Valor contábil de bens dados em garantia	Valor contábil de bens dados em garantia	Valor contábil de bens dados em garantia	Valor contábil de bens dados em garantia
Terrenos	Financeiro/Trabalhista/Fiscal/Civil	355.931	61.090	355.931	160.432
Edificações e benfeitorias	Financeiro/Trabalhista/Fiscal/Civil	1.735.376	946.898	1.735.376	1.966.168
Máquinas e equipamentos	Financeiro/Trabalhista/Fiscal	2.104.092	1.165.489	2.104.092	2.304.484
Instalações	Financeiro/Trabalhista/Fiscal	638.450	264.105	638.450	687.453
Móveis e utensílios	Financeiro/Trabalhista/Fiscal/Civil	18.579	15.087	18.579	299.269
Veículos e aeronave	Financeiro/Fiscal	1.636	1.512	1.636	19.403
Outros	Financeiro/Trabalhista/Fiscal/Civil	73.640	260.034	73.640	307.456
		4.927.704	2.714.215	4.927.704	5.744.665

A Companhia não tem permissão de oferecer esses ativos como garantia para outras operações ou vendê-los



Além disso, a BR Foods divulgou os bens que estão em operação, mas que foram totalmente depreciados pela contabilidade.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 17

Baixas	Baixas unidades TCD	Reversão	Transferências	Transferências para mantidos para venda	Transferências de mantidos para venda	Variação cambial	Saldo em 31.12.12
(5.177)	(17.901)		(18.943)	(2.004)		(98)	618.740
(64.638)	(416.831)		424.060	(20.364)		(12.823)	4.966.733
(132.161)	(374.270)		744.553	(17.860)	38	23.586	6.033.839
(9.003)	(15.649)		135.960	(569)		13.226	1.446.392
(4.410)	(7.223)		13.684	(251)		2.237	95.424
(6.921)	(1.200)		88.626	(822)	70	1.400	160.879
(5.221)	(3.957)		33.392			(3.407)	223.212
(6.514)	(25.774)		(1.268.348)			(3.606)	877.857
			(200.852)			534	60.478
(234.045)	(862.805)		(47.868)	(41.870)	108	21.049	14.483.554
32.955	103.767		(30.030)	15.531		4.480	(1.179.907)
72.349	142.074		16.881	14.540		(9.398)	(2.092.973)
6.791	115		27.242	496		(1.263)	(389.234)
3.732	3.495		768	236		(1.263)	(42.187)
3.554	879		(13.830)	630		(886)	(44.055)
1.589	82		955			(752)	(55.249)
120.970	250.412		1.986	31.433		(9.082)	(3.803.605)
2.100		29.916					(9.249)
(110.975)	(612.393)⁽³⁾	29.916	(45.882)⁽¹⁾	(10.437)	108	11.967	10.670.700
				BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
				Controladora		Consolidado	
Custo		31.12.12		31.12.11		31.12.12	31.12.11
Edificações e benfeitorias		107.970		16.322		118.008	116.700
Máquinas e equipamentos		525.052		294.400		555.336	613.800
Instalações		70.854		8.430		70.854	83.107
Móveis e utensílios		12.265		5.455		15.959	16.656
Veículos e aeronave		3.450		1.171		3.450	3.173
Outros		19.127		1.283		19.127	1.283
		738.718		327.061		782.734	834.719

A Cemig também divulgou em nota explicativa informação sobre seu ativo imobilizado totalmente depreciado mas ainda em operação.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 15

Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil bruto de R\$4.362.237 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

A Brookfield informou a capitalização dos seus estandes de vendas como ativos imobilizados, segundo a orientação do OPCP01 (R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária.

Demonstração Financeira da Brookfield, Nota Explicativa nº 2.10

2.10. Imobilizado

Terrenos, edificações, móveis e utensílios, instalações, veículos, estandes de vendas (apartamento modelo) e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os terrenos não sofrem depreciação.

De acordo com a orientação OCPC 01(R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária, gastos diretamente relacionados com a construção do estande de vendas e do apartamento modelo, bem como aqueles para aquisição das mobílias e da decoração do estande de vendas e do apartamento modelo do empreendimento imobiliário possuem natureza de caráter tangível e, dessa forma a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão registrando-as no ativo imobilizado, e depreciando-os de acordo com o respectivo prazo de vida útil estimada.

2.10. Imobilizado - Continuação

Os gastos com a construção dos estandes de vendas e do apartamento modelo são capitalizados apenas quando a expectativa de vida útil econômica for superior a um ano e depreciados de acordo com o prazo de vida útil econômica 24 a 60 meses, de acordo com cada empreendimento, sendo baixados por ocasião do término da construção ou da venda total de unidades do referido projeto. Caso a vida útil estimada seja inferior a 12 meses, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto os reconhecem diretamente ao resultado como "Despesas de vendas".

Além disso, a Brookfield divulgou como foi reconhecida a despesa com depreciação de diferentes classes de imobilizados que compõem o seu patrimônio.

Demonstração Financeira da Brookfield, Nota Explicativa nº 9

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de depreciação do imobilizado no resultado representava R\$ 42.707 (R\$ 29.546 em 31 de dezembro de 2011). Desse saldo, R\$ 34.641 são despesas com estandes de vendas e, conforme determinado pelo OCPC 01 (R1), é contabilizado na rubrica de despesas com marketing e vendas (R\$ 24.179 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 8.066 são despesas com depreciação dos outros ativos do imobilizado (R\$ 5.367 em 31 de dezembro de 2011).

A CCR divulgou o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (agregada das perdas acumuladas por *impairment*) no começo e no final do período.

Demonstração Financeira da CCR, Nota Explicativa nº 16

16. Ativo Imobilizado - Consolidado

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	34.499	(14.675)	19.824	26.514	(11.709)	14.805
Máquinas e equipamentos	15	266.953	(137.996)	128.957	215.989	(109.916)	106.073
Veículos	20	86.679	(53.746)	32.933	82.239	(48.956)	33.283
Instalações e edificações	6	66.944	(22.480)	44.464	47.070	(15.457)	31.613
Sistemas operacionais	12	381.702	(212.614)	169.088	294.031	(190.217)	103.814
Imobilizações em andamento		165.640		165.640	138.728		138.728
Adiantamento para imobilizado					2.757		2.757
		1.002.417	(441.511)	560.906	807.328	(376.255)	431.073

A Eletrobras alterou a base de mensuração de seus ativos imobilizados da concessão, como podemos observar em sua nota sobre políticas contábeis. Isso acabou sendo uma prática comum em algumas companhias de energia elétrica.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 3.10

3.10. Imobilizado

A Companhia avaliou que parte dos ativos de geração, incluindo a geração nuclear e determinados ativos de uso corporativo não são qualificáveis como estando no escopo do ICPC 01 - Contratos de Concessão (Nota 3.13). Até 31 de dezembro de 2011, esses ativos foram demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e pela perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A partir de 31 de dezembro de 2012, amparada pelos seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Lei 12.783/2013 (vide nota 2.1) a Companhia considerou a reversão ao Poder Concedente do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de geração de energia elétrica. Dessa forma, para os ativos não prorrogados, passou a adotar a premissa de que serão indenizadas pelo Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado, calculado com base na metodologia, nos parâmetros e nos critérios básicos utilizados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE no cálculo das indenizações das concessionárias diretamente afetadas pela Medida Provisória nº 591/2012 e subsequente Lei nº 12.783/2013, mantendo o menor valor entre o valor residual contábil e o VNR estimado. São registrados no caso de ativos qualificáveis os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.



A Cemig e a Hering também divulgaram a revisão da vida útil de seus ativos imobilizados durante o período analisado.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 15

Revisão de Vida Útil

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

A Companhia processou as alterações das taxas e recalculou o valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão, Cemig Distribuição 2016 e Light 2026, e do montante atribuível ao Ativo Intangível. Este recálculo resultou na transferência de R\$437.720 da conta de Ativo Intangível para o Ativo Financeiro.

Demonstração Financeira da Cia. Hering, Nota Explicativa nº 14 c

c) Revisão de vida útil

Em virtude da revisão de vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2012, a vida útil média dos ativos imobilizados sofreram alterações em relação ao exercício anterior. Devido a ampla faixa de taxas de depreciação, calculamos a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo imobilizado:

Descrição	Vida útil média (em anos) - nova	Vida útil média (em anos) - anterior
Edifícios e benfeitorias	30,26	31,95
Instalações e equipamentos de produção	10,02	10,95
Móveis e utensílios	9,07	9,92
Bens de informática	5,38	6,04
Veículos	4,39	6,11
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17,18	16,35

Em 2011 não houve necessidade de alteração da vida útil dos ativos imobilizados, mantendo a avaliação efetuada no ano de 2010. Em 2012, houve nova avaliação da vida útil em decorrência da nova definição da vida útil para os ativos da Companhia, o montante de R\$ 5.458 foi acrescido na despesa de depreciação no custo dos produtos vendidos e nas demais despesas no exercício de 2012.

Não foi possível estimar o efeito da alteração da nova vida útil para os períodos subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do imobilizado, e que nos períodos subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos imobilizados.

A CSN classifica os direitos de exploração mineral no seu ativo imobilizado e capitaliza nele outros gastos relacionados, conforme divulgado em nota explicativa.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 2 j

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de imobilizado.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- ▶ Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- ▶ Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- ▶ Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- ▶ Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- ▶ Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infra-estrutura;
- ▶ Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- ▶ Perfurações para definir o corpo do minério;
- ▶ Planos de acessos e drenagem;
- ▶ Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos



custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e pares do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

Além disso, a CSN divulgou como foram apropriadas as despesas com depreciação no exercício.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 10 b

b) As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo de Produção	1.178.884	892.297	892.505	730.030
Despesa Vendas	8.046	7.130	6.212	5.501
Despesa Gerais e Administrativas	28.924	29.941	8.240	7.352
	1.215.854	929.368	906.957	742.883
Outras operacionais (*)	14.797	18.883	13.590	18.177
	1.230.651	948.251	920.547	761.060

(*) Refere-se a depreciação de equipamentos paralisados (vide nota 24).



A CSN também divulgou em detalhes a movimentação e o saldo dos ativos imobilizados, bem como o detalhamento dos ativos imobilizados em andamento, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 10

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.213.608
Efeito de variação cambial	1.234	3.640
Aquisição por meio de combinação de negócios	3.325	10.805
Aquisições		
Baixas		(6.719)
Depreciação		(39.364)
Reversão de perdas estimadas na baixa de ativos		
Transferência para outras categorias de ativos	14.233	273.320
Transferências para intangível		
Outros		(170)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.584	1.455.120
Custo	194.584	1.700.245
Depreciação acumulada		(245.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.584	1.455.120
Efeito de variação cambial	5.656	22.322
Aquisição por meio de combinação de negócios	22.852	103.739
Aquisições		
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)		
Baixas	(1.375)	(255)
Depreciação		(70.509)
Perdas estimadas na baixa de ativos		
Transferência para outras categorias de ativos	(32.855)	101.572
Transferências para intangível		
Outros		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	188.862	1.611.989
Custo	188.862	1.917.814
Depreciação acumulada		(305.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	188.862	1.611.989

Consolidado

Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
6.974.024	28.427	4.515.806	868.910	13.776.567
16.377	135	(157)	2.162	23.391
14.050	562	4.204	90.572	123.518
		4.400.825		4.400.825
(30.059)	(17)		19.097	(17.698)
(821.672)	(4.931)		(65.441)	(931.408)
			4.774	4.774
1.477.118	9.172	(1.848.785)	74.942	
		(11.104)	(383)	(11.487)
(4.883)	54	(4.470)	18.063	8.594
7.624.955	33.402	7.056.319	1.012.696	17.377.076
11.138.198	139.679	7.056.319	1.459.659	21.688.684
(3.513.243)	(106.277)		(446.963)	(4.311.608)
7.624.955	33.402	7.056.319	1.012.696	17.377.076
246.204	379	471	(148.244)	126.788
419.787	1.202	1.079	33.819	582.478
		3.142.634		3.142.634
		409.498		409.498
(10.135)	(159)	(769)	7.447	(5.246)
(1.058.081)	(13.474)		(75.464)	(1.217.528)
			(6.676)	(6.676)
1.001.977	17.076	(1.123.481)	35.711	
		(8.808)	(787)	(9.595)
(74.552)		62.787	21.083	9.318
8.150.155	38.426	9.539.730	879.585	20.408.747
12.758.762	151.008	9.539.730	1.397.841	25.954.017
(4.608.607)	(112.582)		(518.256)	(5.545.270)
8.150.155	38.426	9.539.730	879.585	20.408.747

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 10

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

			Consolidado	
Descrição do projeto	Data de início	Data de conclusão	31/12/2012	31/12/2011
Logística				
Expansão de 1.728 km da Transnordestina para transporte, principalmente de minério de ferro, calcário, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis.	2009	2016	4.642.102	3.489.871
Obras de expansão da capacidade da MRS e investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			232.818	290.410
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			37.589	15.479
			4.912.509	3.795.760
Mineração				
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra para 42 Mtpa.	2007	2015 ⁽¹⁾	1.613.130	1.322.433
Expansão do TECAR para permitir uma exportação anual de 60 Mtpa.	2009	2016	714.986	425.134
Expansão da capacidade produtiva da Namisa.	2008	2016 ⁽²⁾	131.408	137.059
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			13.080	46.421
			2.472.604	1.931.047
Siderurgia				
Implementação da fábrica de aços longos nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para a produção de vergalhão e fio máquina	2008	2013 ⁽³⁾	1.460.694	907.521
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			416.855	256.718
			1.877.549	1.164.239
Cimentos				
Construção de unidade integrada de cimento em Arcos/MG.	2011	2014/2015 ⁽⁴⁾	241.412	132.986
Construção de fábrica para produção de clínquer em Arcos/MG.	2007	2013 ⁽⁵⁾	10.109	27.536
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			25.547	4.751
			277.068	165.273
Total Obras em andamento			9.539.730	7.056.319

⁽¹⁾ Data prevista para conclusão das fases 40 Mtpa e 42 Mtpa

⁽²⁾ Data prevista para conclusão dos projetos de concentradores magnéticos Pires e B4/B5

⁽³⁾ Data prevista para conclusão da unidade do Rio de Janeiro

⁽⁴⁾ Data prevista para conclusão de novas unidades de moagem em Arcos/MG e novo forno de clínquer

⁽⁵⁾ Start-up em março de 2011, data prevista para finalização do ramp-up

Os custos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços, compra de partes e peças a serem aplicados como investimentos para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para suas respectivas contas e depreciados a partir do momento que estiverem disponíveis para uso.

Ademais, a CSN divulgou os gastos com manutenção do imobilizado que foram capitalizados no período analisado.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 10

Os gastos incorridos para renovação e substituição de partes do ativo imobilizado totalizaram R\$ 273.339 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 654.865 em 31 de dezembro de 2011), que foram capitalizados e serão depreciados obedecendo ao período até o próximo evento de manutenção.

As demais despesas com reparo e manutenção são registradas aos custos e as despesas operacionais, quando incorridas.

A Copel divulgou o seu ativo imobilizado por empresa que compõe o grupo.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 17.2

17.2 Imobilizado por empresa

	Consolidado					
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
	31.12.2012			31.12.2011		
Em serviço						
Copel Geração e Transmissão	11.491.186	(7.101.472)	4.389.714	11.463.046	(6.848.147)	4.614.899
Copel Telecomunicações	498.571	(294.255)	204.316	451.466	(276.901)	174.565
Bejor	591.738	(122.685)	469.053	590.092	(103.598)	486.494
UEG Araucária	666.750	(229.920)	436.830	664.878	(196.784)	468.094
Centrais Eólicas do Paraná	-	-	-	4.129	(3.047)	1.082
Dominó Holdings	4	-	4	-	-	-
Cutia	10	(6)	4	10	(4)	6
Costa Oeste	11	(1)	10	-	-	-
Marumbi	8	-	8	-	-	-
Transmissora Sul Brasileira	4	-	4	-	-	-
Guaraciaba	30	-	30	-	-	-
	13.248.312	(7.748.339)	5.499.973	13.173.621	(7.428.481)	5.745.140
Em curso						
Copel Geração e Transmissão	2.245.507	-	2.245.507	1.354.363	-	1.354.363
Copel Telecomunicações	114.825	-	114.825	99.222	-	99.222
Bejor	11.386	-	11.386	9.916	-	9.916
UEG Araucária	137	-	137	482	-	482
Caiuá	34	-	34	-	-	-
Integração Maranhense	2	-	2	-	-	-
	2.371.891	-	2.371.891	1.463.983	-	1.463.983
Obrigações especiais						
Copel Geração e Transmissão	(15)	-	(15)	-	-	-
	(15)	-	(15)	-	-	-
	15.620.188	(7.748.339)	7.871.849	14.637.604	(7.428.481)	7.209.123

Vale destacar que a CPFL fez a revisão de suas provisões para restauração ambiental e fez a reversão contra o ativo imobilizado.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 13

Em consequência da prática de revisão e atualização de provisões, a controlada indireta CPFL Renováveis revisou suas estimativas de gastos com custos sócio-ambientais e, em decorrência disso, efetuou a reversão de provisão no período no montante de R\$ 66.773, em contrapartida ao ativo imobilizado, onde havia sido inicialmente registrada.

A Eletrobras divulgou as informações da depreciação do seu imobilizado agrupadas por segmento do negócio.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 16

CONSOLIDADO				
		31/12/2012		31/12/2011
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Geração				
Hidráulica	2,39%	11.728.578	2,44%	19.856.370
Nuclear	3,32%	3.080.265	3,30%	2.501.816
Térmica	2,61%	2.245.169	5,77%	2.027.301
Eólica	2,29%	21.749		
Comercialização	7,85%	54.170		
		17.129.931		24.385.487
Administração	6,92%	1.129.866	7,46%	1.353.630
		1.129.866		1.353.630
Total		18.259.797		25.739.117

Algumas companhias de energia sofreram impactos com o advento da Lei 12.783/13. Nesse sentido, a Eletrobras se antecipou e divulgou o fato em nota explicativa relativa ao exercício de 2012.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 16

Efeitos da Lei 12.783/ 2013 na mutação do imobilizado de 2012

Geração	
Reclassificação para indenizações a receber (projeto básico)	(5.954.768)
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	(2.825.060)
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(1.802.402)
Reclassificação para ativo financeiro (modernizações e melhorias)	(1.483.540)
Parcela não recuperável de ativos - impairment	(1.119.198)
Efeito total no imobilizado	(13.184.968)

A Eletropaulo, diferentemente de outras companhias (em sua maioria, elétricas), preferiu divulgar no ativo imobilizado apenas o que está fora do contrato de concessão.

Demonstração Financeira da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 12

12 Imobilizado - arrendamento mercantil financeiro

No grupo do ativo imobilizado são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

	Taxa média de depreciação	2012	2011
Em serviço			
Custo histórico			
Arrendamento Financeiro		21.149	26.075
Depreciação e amortização			
Arrendamento financeiro	23,45%	(15.040)	(16.611)
Total do imobilizado		6.109	9.464

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos e equipamentos de informática

Na nota de políticas contábeis, a Embraer faz uma descrição detalhada da composição dos seus ativos imobilizados, conforme demonstrado a seguir.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 2.2.15

Segue abaixo resumo da descrição dos itens que compõem o ativo imobilizado:

- a)** Terrenos - compreendem áreas onde estão principalmente os edifícios industriais, de engenharia e administrativos.
- b)** Edifícios e benfeitorias em terrenos - Edifícios compreendem principalmente fábricas, departamentos de engenharia, escritórios e benfeitorias compreendem estacionamentos, arruamentos, rede de água e esgoto.
- c)** Instalações - compreendem as instalações industriais auxiliares que direta ou indiretamente suportam as operações industriais da Companhia, assim instalações como de engenharia e administrativa.
- d)** Máquinas e equipamentos- compreendem máquinas e outros equipamentos utilizados direta ou indiretamente no processo de fabricação.
- e)** Móveis e utensílios - compreendem principalmente mobiliários e utensílios utilizados nas áreas produtivas, engenharia e administrativa.
- g)** Aeronaves - compreendem principalmente aeronaves que são arrendadas às companhias aéreas, além daquelas utilizadas pela Companhia para auxiliar nos ensaios de novos projetos.
- h)** Computadores e periféricos - compreendem equipamentos de informática utilizados principalmente no processo produtivo, engenharia e administrativo.
- i)** Ferramental - compreendem ferramentas utilizadas no processo produtivo da Companhia.
- j)** Imobilizações em andamento - compreendem principalmente obras para ampliação do parque fabril e centros de manutenção de aeronaves.
- k)** Pool de peças reparáveis - compreende peças reparáveis para uso dos clientes que contrataram o Programa Exchange pool e atendimento de aeronaves que permanecem em garantia. Estas peças reparáveis são utilizadas para atendimento a clientes, onde eles podem trocar um componente danificado por outro em condições de funcionamento, conforme definido em contrato. Essas peças são depreciadas com base na estimativa de vida de sete a dez anos e um valor residual médio de 35%, que a Companhia acredita ser aproximadamente o tempo de utilização e valor de realização, respectivamente.

A Embraer também divulgou as taxas de depreciação em anos - algumas companhias utilizam percentual. Além disso, divulgou o saldo acumulado e as variações do ativo imobilizado na mesma nota.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 16

Não houve alteração na vida útil para os ativos imobilizado sem relação ao exercício anterior. A vida útil por classe de imobilizado em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

Classes de ativo	Vida útil média ponderada (anos)
Edifícios e benfeitorias em terrenos	29
Instalações	20,5
Máquinas e equipamentos	11
Móveis e utensílios	7,5
Veículos	9,5
Aeronaves	12,5
Computadores e periféricos	5
Ferramental	10
Outros bens	5
"Pool" de peças reparáveis	8,5

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 16.2

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios
Custo do imobilizado bruto					
Saldo em 31.12.2011	20.682	803.604	235.222	900.677	89.690
Adições	33	8.616	405	79.121	4.168
Adições - Aquisição em participações	-	-	-	139	41
Baixas	-	(2.306)	(396)	(22.050)	(3.437)
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	-
Reclassificação*	73	30.895	5.002	6.481	11.252
Efeito de conversão	1.894	64.317	21.007	82.183	9.430
Saldo em 31.12.2012	22.682	905.126	261.240	1.046.551	111.144
Depreciação acumulada					
Saldo em 31.12.2011	-	(239.431)	(159.324)	(564.843)	(51.938)
Depreciação	-	(21.059)	(4.952)	46.365	(5.721)
Baixas	-	1.400	326	20.418	3.271
Reclassificação*	-	384	(103)	(9.569)	30
Efeito de conversão	-	(23.266)	(14.183)	(32.936)	(5.095)
Saldo em 31.12.2012	-	(281.972)	(178.236)	(633.295)	(59.453)
Imobilizado líquido					
Saldo em 31.12.2011	20.682	564.173	75.898	335.834	37.752
Saldo em 31.12.2012	22.682	623.154	83.004	413.256	51.691



Veículos	Aeronaves (I)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças reparáveis (II)	Imobilizações em andamento (III)	Total
26.189	895.104	226.581	573.257	14.651	659.207	175.068	4.619.932
1.306	291.655	38.069	32.531	122.051	127.478	124.906	830.339
-	-	109	86	-	-	-	375
(346)	-	(5.402)	(74)	674	(7.243)	(399)	(40.979)
-	(18.372)	-	-	-	-	-	(18.372)
1.911	(40.148)	(19.430)	10.611	(15.782)	90.236	(31.013)	50.115
2.582	73.553	21.799	53.005	16.702	71.302	10.553	428.327
31.462	1.201.792	261.726	669.416	138.296	941.007	279.115	5.869.737
(19.649)	(227.183)	(191.601)	(273.797)	(2.217)	(169.288)	-	(1.899.271)
(1.558)	(70.077)	(9.988)	(39.025)	(249)	(76.278)	-	(275.272)
237	-	5.227	35	-	3.348	-	34.262
-	(3.301)	-	9.256	2	-	-	(3.301)
(1.967)	(17.017)	(18.117)	(43.577)	(190)	(17.138)	-	(173.486)
(22.937)	(317.578)	(214.479)	(347.108)	(2.654)	(259.356)	-	(2.317.068)
6.540	667.921	34.980	299.460	12.434	489.919	175.068	2.720.661
8.705	884.214	47.247	322.308	135.642	681.651	279.115	3.352.669

A Fibria divulgou que não existem obrigações acessórias relacionadas com os gastos de desativação de seus ativos.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 19 e

e) Obrigações de desmontagem e retirada de ativo imobilizado e restauração de local

A Companhia não tem ativos de longo prazo significativos que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos, conforme requer o item 16(c) do CPC27/IAS 16 - "Obrigações de desmontagem e retirada de ativo imobilizado e restauração de local".

A Gerdau divulga, entre outras informações, as coberturas por seguros que seus ativos imobilizados possuem, conforme destacado a seguir.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 10 b - e

b) Valores segurados - os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia e as usinas das controladas na América do Norte, Espanha e América Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açominas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.

c) Capitalização de juros e encargos financeiros - Durante o exercício de 2012, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 177 (R\$ 61 em 31/12/2011) na controladora e R\$ 94.532 (R\$ 49.551 em 31/12/2011) no consolidado.

d) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.668 (R\$ 1.538 em 31/12/2011) na controladora e R\$ 525.220 em 31/12/2012 (R\$ 119.289 em 31/12/2011) no consolidado.

e) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado - Em 31/12/2012, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 35.270 para o grupo de "terrenos, prédios e construções" (R\$ 32.147 em 31/12/2011) e R\$ 12.979 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 11.986 em 31/12/2011).

A Gol explica quais custos com manutenção são capitalizados no valor do seu imobilizado.

Demonstração Financeira da Gol, Nota Explicativa nº 2.2 j

A companhia segue o CPC 27 e o IAS 16 - "Imobilizado", e realiza a capitalização de gastos com grandes manutenções de motores. Tal prática estabelece que os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) devem ser capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Os gastos reconhecidos diretamente no resultado referem-se a custos de manutenção de outros componentes de aeronaves ou, ainda, de manutenção de motores que não prolongam a vida útil dos mesmos.

A JBS traz informações a respeito da última reavaliação realizada no seu ativo imobilizado.

Demonstração Financeira da JBS, Nota Explicativa nº 11

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado e de R\$ 194.344, a reserva de reavaliação é de R\$ 96.847 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R\$ 45.318. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 52.179.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada, onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009. A partir de 1 de janeiro de 2010 as novas aquisições são registradas com vida útil estimada dos ativos e anualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados são devidamente revisadas e, quando aplicável alteradas.

As companhias Klabin e Localiza ainda relatam sobre o *deemed cost*, ou custo atribuído ao ativo imobilizado em decorrência da adoção inicial do IFRS.

Demonstração Financeira da Klabin, Nota Explicativa nº 2.1 h)

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial do IFRS, foram avaliados a valor justo (*deemed cost*) os custos da classe de imobilizado de terras, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 2.7.7

2.7.7 Imobilizado - carros, terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Na data de transição para o IFRS, em 1º de janeiro de 2009, os carros existentes na frota, àquela época, foram avaliados ao valor justo, com base no custo atribuído (*deemed cost*), conforme mencionado na Nota 8 (a).

A Localiza detalhou em notas explicativas de 2012 a movimentação do custo atribuído.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 8 a

(a) Adoção do Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

Os carros e acessórios da frota da Localiza e da Total Fleet em 1º de janeiro de 2009, data de transição para o IFRS e adoção do CPC 27, foram mensurados pelos seus valores justos, com base na adoção do custo atribuído (*deemed cost*). Adicionalmente, foi efetuada a revisão da vida útil estimada e do valor residual desses bens.

Em 31 de dezembro de 2012 não havia mais saldos de Ajuste de Avaliação Patrimonial decorrente dos carros avaliados pelo custo atribuído e a movimentação da realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido da Companhia foi como segue:

	Consolidado
	(IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	11.111
Realização do ajuste de avaliação patrimonial em 2011 (*)	(10.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	116
Realiza ao do ajuste de avaliação patrimonial em 2012 (*)	(116)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

(*) A realização do ajuste na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia, se dá pela depreciação e baixa dos carros e acessórios que foram mensurados pelos seus valores justos em 1º de janeiro de 2009.

Vale destacar que a Localiza divulgou, em 2012, o efeito da redução do IPI sobre o valor residual dos seus ativos imobilizados.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 8 a

(b) Efeito da Redução do IPI em 2012

Valor depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Valor residual de um ativo é o valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Em 21 de maio de 2012 o Governo anunciou a redução do IPI para carros novos de até 7 p.p., tendo sua duração prevista inicialmente para finalizar em 31 de agosto de 2012, esta redução foi prorrogada sucessivamente sendo a previsão atual de término em junho de 2013 com retorno gradativo da alíquota no primeiro semestre de 2013.

Conforme Pronunciamento Técnico "CPC 27" aplicável ao imobilizado, parágrafo 51, o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23.

Diante do exposto, a Companhia revisou o valor residual e a vida útil de sua frota e concluiu que a redução do IPI para carros novos refletiu na redução do valor residual estimado da frota em cerca de R\$180,5 milhões, sendo aproximadamente R\$116,0 milhões na Divisão de Aluguel de Carros e R\$64,5 milhões na Divisão de Aluguel de Frotas.

Após o anúncio da redução do IPI pelo Governo, a Companhia ajustou a depreciação da sua frota para refletir a queda esperada no valor de mercado dos carros. A depreciação adicional dos carros que estão na frota no final de cada período esta sendo contabilizada como segue:

Divisão	R\$ milhões					Frota			
	9M12	4T12	Subtotal	Estimada a partir de 2013 (*)	Total estimado	Carros por ano de vencimento da vida útil			Total
						2013	2014	2015	
Aluguel de Carros	105,0 90,6 %	6,2 5,3%	111,2 95,9%	4,8 4,1%	116,0 100,0%	(^c) 25.454 99,5%	129 0,5%	4 0,0%	25.587 100,0%
Aluguel de Frotas	25,7 39,8%	7,6 11,8%	33,3 51,6%	31,2 48,4%	64,5 100,0%	(^c) 10.138 41,8%	10.598 43,7%	3.512 14,5%	24.248 100,0%
Consolidado	130,7	13,8	114,5	36,0	180,5	(^c) 35.592	10.727	3.516	49.835

(*) A depreciação adicional estimada de R\$36 milhões será registrada prospectivamente a partir de 2013, e poderá ser revisada em função de futuras alterações no valor residual estimado de mercado, inclusive em função do término da redução do IPI sobre carros novos.

(**) Esta quantidade contempla 17.558 carros da Divisão Aluguel de Carros e 2.576 carros da Divisão de Aluguel de Frotas que completaram sua vida estimada em 2012 e revisada com previsão de término para o primeiro trimestre de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, 61% da frota da Divisão de Aluguel de Carros era composta por carros comprados após a redução do IPI.

A Marfrig, além de divulgar os ativos totalmente depreciados e ainda em operação, também informou os ativos imobilizados temporariamente ociosos e os que foram retirados de uso, conforme podemos observar a seguir.

Demonstração Financeira da Marfrig, Nota Explicativa nº 13

Descrição	Consolidado 31/12/12		
	Ativo Imobilizado Temporariamente Ocioso	Valor Bruto ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação	Ativo Imobilizado Retirado de Uso Ativo e não Classificados como mantidos para venda
Edificações e prédios	17.961	157.880	16
Máquinas e equipamentos	28.895	658.796	767
Móveis e utensílios	69	15.213	
Instalações	59	32.843	
Veículos	283	11.841	
Equipamentos de informática	297	62.997	12
Aeronaves		343	
Arrendamento- veículos		3	
Outras imobilizações	1.962	4.077	
	49.526	943.993	795

A MMX Mineradora registra, como ativo imobilizado, os adiantamentos a fornecedores referentes à construção do Porto Sudeste.

Demonstração Financeira da MMX Mineradora, Nota Explicativa nº 12

Adiantamentos a fornecedores

Sistema	Atribuição	Consolidado	
		2012	2011
Sudeste	Expansão de Serra Azul	370.630	55.035
Superporto Sudeste	Porto Sudeste	458.234	366.179
Corporativo	Terrenos	34.543	38.394
		863.407	459.608

Os adiantamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente à construção do Porto Sudeste, ao projeto de expansão da usina de Serra Azul.

A OGX Petróleo divulga as políticas contábeis relacionadas à contabilização no imobilizado dos gastos com exploração e abandono das áreas de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural.

Demonstração Financeira da OGX Petróleo, Nota Explicativa nº 3 g

g) Imobilizado-Continuação

Successful efforts

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos (successful efforts). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas de exercício. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Gastos com abandono

Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural são registrados como ativo imobilizado em contrapartida de uma provisão no passivo. Vide Notas Explicativas nº3 (j) e 17.

A OGX Petróleo desmembrou os gastos de exploração capitalizados no imobilizado por bacia de exploração.

Demonstração Financeira da OGX Petróleo, Nota Explicativa nº 10

10. Imobilizado e despesas com exploração (Consolidado) - Continuação

Imobilizado de E&P e despesas com exploração e produção

Apresentação por bacia

Consolidado 31/12/2012					
Movimento do imobilizado da E&P					
Bacia	Nº de Blocos	Adições (a)	Depreciação	Baixa poços secos/ áreas subcomerciais E outros afundados	Despesas com exploração
Campos	7	2.857.447	(43.341)	(163.251)	208.359
Pará- Maranhão	6	48.902	-	(44.530)	45.141
Santos	6	739.282	-	(324.722)	331.488
Espírito Santo	4	49.649	-	(103.828)	141.963
Parnaíba	8	535.178	-	(35.042)	126.564
Colômbia	6	-	-	-	38.108
Corporativo (d)	-	141.888	-	-	-
Total	34	4.370.326	(43.341)	(671.373)	891.623

Além disso, a OGX Petróleo baixou os poços considerados sem viabilidade econômica.

Demonstração Financeira da OGX Petróleo, Nota Explicativa nº 10

Baixas

Em 2012 foram baixados os custos associados a poços dados como secos e a áreas não comerciais perfazendo um total de R\$ 671.373 (R\$ 236.055 em 2011). Desse total, R\$ 211.787 referem-se ao Bloco BM-S-29 devolvido à ANP em agosto de 2012 e R\$ 55.031 referem-se ao Bloco BM-ES-38, também devolvido a ANP em outubro de 2012.

Vale destacar ainda que a OGX Petróleo apresentou outro método de depreciação que não o linear.

Demonstração Financeira da OGX Petróleo, Nota Explicativa nº 10

10. Imobilizado e despesas com exploração (Consolidado) - Continuação

Imobilizado de E&P e despesas com exploração e produção - Continuação

Depreciação

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 3 (g), o imobilizado de exploração e produção é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas. No segundo trimestre de 2012, com a declaração de comercialidade no mês de maio, os ativos vinculados ao campo de Tubarão Azul, que já vinha produzindo desde 31 de janeiro de 2012, passaram a ser depreciados.

Os ativos relacionados aos demais campos com comercialidade declarada, Tubarão Martelo, Atlanta, Oliva, Gavião Real, Gavião Azul e Gavião Branco, ainda não estão sendo depreciados, pois a produção não foi iniciada antes do encerramento do exercício.

A Petrobras divulgou seu imobilizado por vida útil. Essa informação é importante pois mostra, para o investidor, a necessidade de investimento que a companhia deverá fazer para manter o atual nível de produção, em relação ao tamanho do seu ativo imobilizado.

Demonstração Financeira da Petrobras, Nota Explicativa nº 11.2

11.2. Abertura por tempo de vida útil estimada- Consolidado

Vida útil estimada	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2012
até 5 anos	10.953	(6.474)	4.479
6 - 10 anos	41.172	(18.703)	22.469
11 - 15 anos	4.033	(1.709)	2.324
16 - 20 anos	69.204	(18.037)	51.167
21- 25 anos	50.961	(13.760)	37.201
25 - 30 anos	48.107	(7.542)	40.565
30 anos em diante	5.598	(3.229)	2.369
Método da Unidade Produzida	41.104	(19.660)	21.444
	271.132	(89.114)	182.018
Edificações e benfeitorias	20.502	(5.456)	15.046
Equipamentos e outros bens	250.630	(83.658)	166.972

A movimentação do saldo do imobilizado da Petrobras trouxe algumas novidades como, por exemplo, a variação da provisão de desmantelamento de áreas e o teste de *impairment*.

Demonstração Financeira da Petrobras, Nota Explicativa nº 11.1

Saldo em 31 de dezembro 2011	12.359	124.481	158.559	47.718	343.117	227.479
Adições	100	4.058	63.844	3.358	71.360	56.108
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas				10.719	10.719	10.481
Juros capitalizados			7.400		7.400	5.348
Combinação de negócios	169	370	4		543	
Baixas	(11)	(119)	(5.232)	(215)	(5.577)	(5.151)
Transferências	4.946	48.679	(59.531)	13.550	7.644	879
Depreciação, amortização e depleção	(933)	(12.985)		(7.360)	(21.278)	(15.250)
Impairment - constituição	(42)	(366)	(77)	(307)	(792)	(294)
Impairment - reversão		91	276	133	500	224
Ajuste acumulado de conversão	96	2.763	1.635	586	5.080	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.684	166.972	166.878	68.182	418.716	279.824
Custo	22.140	250.630	166.878	127.408	567.056	390.436
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(5.456)	(83.658)		(59.226)	(148.340)	(110.612)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.684	166.972	166.878	68.182	418.716	279.824

A Sabesp divulgou a taxa média de depreciação no período.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 12 c

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente: edificações 2%; equipamentos 5%, equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação foi de 9,8%, no ano de 2012 e 9,9% no ano de 2011.



A Souza Cruz divulgou duas taxas - a percentual e por ano - e descreve os seus casos de depreciação acelerada.

Demonstração Financeira da Souza Cruz, Nota Explicativa nº 3.9

3.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados, considerando um turno de 08 horas através das seguintes taxas:

	Taxas anuais de depreciação - %	Vida útil (em anos)
Edifícios	4	25
Máquinas e Equipamentos (a)	10-20	10-5
Instalações	10	10
Móveis e Utensílios	10	10
Veículos	20	5
Equipamento de Processamento de Dados	20	5

(a) As taxas de depreciação podem ser aceleradas visto a necessidade de operar em tempo superior a um turno de oito horas diárias, principalmente na época de processamento da safra de fumo e aumento na demanda de produção de cigarros, podendo com isso chegar até 20% em determinadas máquinas. Para estas situações são aplicados os coeficientes 1,0 - um turno, coeficiente 1,5 - dois turnos e coeficiente 2,0 - três turnos.

A TIM registra em nota que fez a revisão das vidas úteis de seus ativos imobilizados e não encontrou diferenças significativas, no ano de 2012, para fazer ajustes.

Demonstração Financeira da Tim, Nota Explicativa nº 17 b)

(b) Taxas de depreciação	Taxa média anual %
Equipamentos de comutação/transmissão	8 à 14,29
Cabos de fibra ótica	4 à 10
Aparelhos em comodato	50
Infraestrutura	4 à 10
Bens de informática	20
Bens de uso geral	4 à 10

Em 2012, em conformidade com o CPC 27, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

A Tractebel divulgou diferentes formas de depreciar o seu imobilizado.

Demonstração Financeira da Tractebel, Nota Explicativa nº 3 e 2

O método de depreciação adotado durante a fase de implantação das usinas, cujas operações comerciais das unidades geradoras são iniciadas ao longo de muitos meses, é o das “unidades produzidas”. Por esse método, os custos com os reservatórios, barragens, casa de força e maquinários incorridos até o início da operação comercial de cada unidade gerada, são depreciados de forma proporcional à energia assegurada que cada unidade geradora agrega à capacidade comercial. Após a entrada em operação da última unidade, o total do custo do ativo em operação passa a ser depreciado pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela Aneel. A Administração da Companhia entende que esse método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração de receita decorrente da operação dos ativos.

A Tractebel contabiliza as suas concessões dentro do ativo imobilizado.

Demonstração Financeira da Tractebel, Nota Explicativa nº 12 i

i) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

Concessões para a geração de energia hidrelétrica

Concessões	Detentor (a) da concessão	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
UHE Salto Santiago	Tractebel Energia	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Tractebel Energia	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Tractebel Energia	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Tractebel Energia/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Tractebel Energia	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Tractebel Energia	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	Tractebel Energia	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	Ceste	1.087	26.11.2002	26.11.2037

A Companhia possui, direta e indiretamente, nas usinas Itá, Machadinho e Estreito, o equivalente a 1.126,9 MW, 403,9 MW e 435,6 MW, respectivamente, das capacidades instaladas das usinas, que correspondem às suas participações acionárias e/ou em consórcio.



Além disso, a Tractebel divulgou seu imobilizado separado por usinas de geração de energia elétrica.

Demonstração Financeira da Tractebel, Nota Explicativa nº 12 c

c) Composição do imobilizado em serviço consolidado, por grupo de usinas

	31.12.2012				Consolidado
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	31.12.2011 Valor líquido
Em serviço					
Hidrelétricas	3,16	12.740.803	(4.997.670)	7.743.133	7.978.593
Termelétricas	5,62	2.671.071	(1.999.880)	671.191	678.471
Biomassa	5,20	180.046	(44.080)	135.966	142.366
PCH	4,31	300.507	(52.278)	248.229	259.640
Eólica	4,55	231.166	(45.597)	185.569	195.978
		16.123.593	(7.139.505)	8.984.088	9.255.048

A Usiminas divulgou detalhadamente o saldo dos itens incluídos nos custos dos ativos imobilizados, ainda em fase de construção.

Demonstração Financeira da Usiminas, Nota Explicativa nº 17

Em obras

Obras em andamento	1.536.712	1.536.712	4.327.391	4.327.391
Imobilizado em processamento	71.146	71.146	120.836	120.836
Importações em andamento	362.272	362.272	277.585	277.585
Adiantamentos a fornecedores	49.137	49.137	144.423	144.423
Variação monetária/cambial e juros capitalizados	103.097	103.097	197.263	197.263
Outros	87.432	87.432	363.854	363.854
Total em obras	2.209.796	2.209.796	5.431.352	5.431.352



CPC 28

Propriedade para
Investimento (IAS 40)

Propriedade para investimento, segundo o CPC 28, é o imóvel (terreno ou edifício) mantido para obtenção de renda de aluguel ou valorização do capital, ou ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As companhias podem optar por registrar as propriedades para investimento pelo método de custo, com sua respectiva depreciação, ou pelo método do valor de mercado (exceto no caso de arrendatário que utiliza o imóvel como propriedade para investimento, quando o valor justo é obrigatório). Caso a companhia escolha o método de custo, ela também deve divulgar o valor justo das suas propriedades para investimento, obtido, preferencialmente, por um avaliador independente.

As companhias que possuem propriedades para investimento devem, segundo as exigências do CPC 28 (IAS 40), divulgar o método de avaliação e os critérios que levaram à classificação como esse tipo de propriedade; os métodos e os pressupostos utilizados na determinação do valor justo, inclusive se é utilizado ou não avaliador independente; os valores reconhecidos no resultado como receitas de aluguel; os gastos operacionais diretos com essas propriedades, segregando os gastos incorridos com propriedades que não estejam gerando receitas; a diferença acumulada do custo ao valor justo quando adotado contabilmente o primeiro; a existência de restrições sobre tais propriedades e suas receitas, e as obrigações contratuais para comprar, construir e reparar, entre outras.

Nesta seção, analisamos o impacto das exigências presentes no CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40) nas demonstrações consolidadas publicadas em 2012 pelas companhias que compõem nossa amostra. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

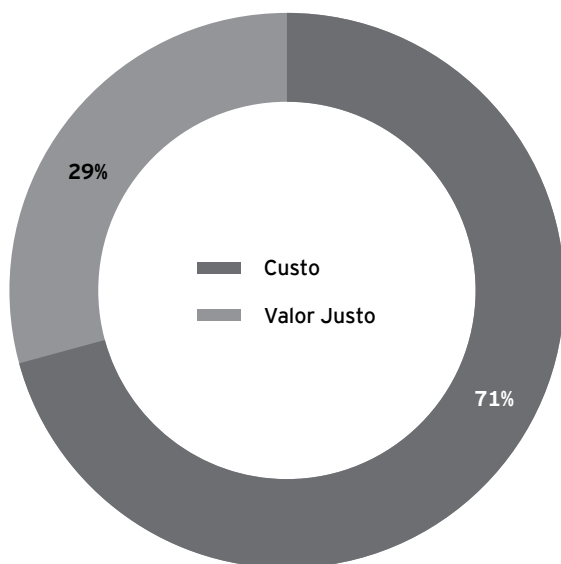
- ▶ Propriedades para investimento divulgadas pelas empresas analisadas;
- ▶ Exemplos práticos da aplicação do CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40).

Propriedades para investimento divulgadas pelas empresas analisadas

Dentre as 60 companhias da amostra, apenas 7 (11,7% da amostra) apresentaram nota explicativa sobre propriedade para investimento: BM&FBovespa, BR Malls, BR Properties, EcoRodovias, MRV Engenharia, Multiplan e Sabesp.

Uma companhia apresentou nota sobre propriedade para investimento dentro da nota de investimentos, outra apresentou nota de política contábil sem abertura posterior e 5 apresentaram nota específica e política contábil sobre o tratamento das propriedades para investimento.

De acordo com nossas análises, no que se refere às bases de mensuração utilizadas pelas companhias da amostra, verificamos que, das 7 companhias que apresentaram propriedade para investimento, 5 mensuraram as propriedades pelo método de custo (BM&FBovespa, EcoRodovias, MRV Engenharia, Multiplan e Sabesp) e 2 pelo método de valor justo (BR Malls e BR Properties).



As companhias que avaliam as propriedades pelo método de custo devem divulgar os métodos, as vidas úteis e as taxas de depreciação, os valores brutos e líquidos contábeis e a conciliação entre os saldos iniciais e finais do período, com a movimentação por novas aquisições, baixas, perdas por redução ao valor recuperável, depreciações, diferenças cambiais, transferências, alienações etc. Além disso, deve ser divulgado o valor justo dessas propriedades avaliadas pelo método de custo.

Dentre as 5 companhias que optaram pelo método de custo para mensurar as propriedades para investimento, apenas 3 demonstraram seu valor justo. Nos casos excepcionais, quando uma entidade não puder determinar o valor justo da propriedade para investimento de forma confiável, ela divulgará: a) uma descrição da propriedade para investimento; b) uma explicação de por que o valor justo não pode ser determinado de forma confiável; c) se possível, a escala de estimativas dentro da qual o valor justo provavelmente se enquadrará.

Para mostrar os impactos das escolhas contábeis feitas pelas companhias, apresentamos os resultados que deixaram de ser apropriados no período de 2012 pela MRV Engenharia e pela Multiplan

por terem escolhido o método de custo como método de avaliação de suas propriedades para investimento. Nesse caso, podemos observar que, caso as companhias MRV Engenharia e Multiplan tivessem escolhido o valor justo, o ganho de fair value, respectivamente, representaria 56,97% e 487% de seus resultados em 2012.

Impacto das escolhas contábeis (em milhares de R\$)

Companhia	Valor Contábil	Resultado do período	Ganho de Fair Value	Ganho FV em relação ao resultado do período
MRV Engenharia	402.991	574.837	327.490	56,97%
Multiplan	4.030.575	389.362	1.894.807	486,64%

Nos casos analisados, observamos que 1 companhia (BR Properties) utilizou avaliador externo para calcular o valor justo das propriedades para investimento, 2 (BR Malls e Multiplan) utilizaram avaliadores internos e as demais não informaram sobre o tipo de avaliador.

Exemplos práticos da aplicação do CPC 28 - Propriedades para Investimento (IAS 40)

A BM&FBovespa divulgou informações sobre suas propriedades para investimento dentro da nota sobre investimentos.

Demonstração Financeira da BM&FBovespa, Nota Explicativa nº 7 b

b. Propriedade para investimento

São representados por imóveis alugados, de propriedade da controlada BVRJ - Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, apresentados no subgrupo propriedades para investimento e depreciados de acordo com a vida útil estimada do bem.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	38.212
Depreciação	(1.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	36.700
Depreciação	(1.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	35.188



Em nota de políticas contábeis, a BR Malls informou como mensura suas propriedades para investimento.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 2.15

2.15. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital, conforme divulgado na Nota 14.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, exceto pelas propriedades em construção ("greenfields"), que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento em construção ("Greenfields") são reconhecidas pelo custo de construção até o momento em que entrem em operação ou quando a Companhia consiga mensurar com confiabilidade o valor justo do ativo.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

Além disso, a BR Malls divulgou, em nota de estimativas contábeis, como faz para precificar as propriedades para investimento a valor justo.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 3 1

(I) Valor das propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante modelo proprietário de avaliação de fluxo de caixa a valor presente de cada propriedade, que utiliza premissas de mercado, calculados semestralmente. Trimestralmente, a Companhia possui um processo de monitoramento de eventos que indiquem que as estimativas de valor justo devam ser revistas, tais como, inauguração de projetos greenfields, aquisição de participação adicional ou alienação de parte de participação em shoppings, variações significativas nas performances dos shoppings em comparação aos orçamentos, modificações no cenário macroeconômico, entre outras. Se identificados tais indicativos, a Companhia ajusta suas estimativas refletindo as eventuais variações no resultado de cada período.

Nota sobre a movimentação do saldo das propriedades para investimento da BR Malls.

A companhia mantém as propriedades para investimento em construção pelo seu valor de custo. Isto foi divulgado nas notas de políticas contábeis e apresentado, separadamente, na nota sobre a movimentação dos saldos, conforme recomendação do CPC 28: se a companhia optar pelo método de valor justo e tiver alguma propriedade mantida ao custo, nos casos excepcionais, quando mensurar a propriedade para investimento usando o modelo de custo, a reconciliação divulgará os valores relativos a essa propriedade para investimento, separadamente dos valores relativos a outra propriedade para investimento, conforme observado a seguir.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa no 12

12. Propriedades para investimento

	Consolidado		
	Em operação	Projetos "Greenfield" em construção (ii)	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	9.454.483	221.632	9.676.115
Aquisições (i)/adições	1.693.777	446.948	2.140.725
Transferências	327.091	(327.091)	-
Alienação	(10.131)	-	(10.131)
Ajuste para valor justo (iv)	776.215	-	776.215
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12.241.435	341.489	12.582.924
Aquisições (i)/adições	1.006.620	549.208	1.555.828
Alienação (iii)	(325.191)	-	(325.191)
Baixa por cisão (iii)	(230.931)	-	(230.931)
Ajuste para valor justo (iv)	2.518.035	-	2.518.035
Transferências (v)	525.551	(525.551)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.735.519	365.146	16.100.665

12. Propriedades para investimento - Continuação

- (i) Em 2011, as aquisições de propriedade para investimento em operação referem-se, basicamente, à aquisição dos Shoppings Paralela, Jardim Sul e do Grupo Catuaí e, basicamente, ao aumento de participações imobiliárias nos Shoppings Curitiba, Maceió e Piracicaba. Em 2012, as aquisições referem-se, principalmente ao aumento da participação no Rio Anil, Villa Lobos e LGR - Plaza Macaé e da participação no Shopping Itaú Power, aquisição do Shopping Capim Dourado e do aumento da participação nos shoppings Maceió e Amazonas.
- (ii) Os projetos "Greenfield" em construção em 31 de dezembro de 2012 referem-se aos gastos com a construção do Cascavel, Contagem, Vila Velha, Guarujá e Outlet Premium.
- (iii) Alienação do total de participação na Cuiabá Participações S.A. (Shopping Pantanal) por R\$ 45.000 gerando um lucro de R\$ 14.554 e diluição na participação societária da empresa GS Shopping (Shopping Goiânia), que passou a ser consolidada proporcionalmente, gerando uma baixa de propriedade para investimento equivalente à participação em minoritários. Adicionalmente, em 16 de janeiro de 2012 houve uma cisão de 40% da participação da SPE Mooca Empreendimento Imobiliário S/A no Shopping Mooca, passando esta a participar em apenas 60% do mesmo. Em agosto de 2012, a alienação reconhecida foi proveniente da venda de 40% da participação imobiliária do Shopping Jardim Sul ao Fundo Imobiliário Jardim Sul. O ganho líquido da venda foi de R\$ 3.136 registrado em "Outras Receitas (Despesas) Operacionais".
- (iv) Montantes reconhecidos no resultado do exercício. ▶

(v) Durante o 2º semestre de 2012, os projetos "Greenfield" São Bernardo e Londrina Norte foram concluídos, e a partir desta conclusão foram transferidos para a rubrica propriedades para investimento em operação e foi realizada a avaliação a valor justo.

A BR Malls também evidenciou a movimentação da conta propriedades para investimento apenas na controladora.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº12

			Controladora
	Em operação	Projetos "Greenfield" em construção	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	323.565	-	323.565
Aquisições (i)	544.381	-	544.381
Ajuste para valor justo (ii)	998	-	998
Saldos em 31 de dezembro de 2011	868.944	-	868.944
Aquisições (iii) / Adições	324.639	-	324.639
Ajuste para valor justo (ii)	366.028	-	366.028
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.559.611	-	1.559.611

(i) As aquisições de 2011 referem-se basicamente aos Shoppings Paralela, Jardim Sul e Crystal Plaza.

(ii) Montantes reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Aquisições 2012: refere-se basicamente à aquisição dos Shoppings Itaú Power, Rio Anil, empresa VL 100 Empreendimentos Imobiliários, proprietária de 18,59% do Shopping Villa-Lobos e compras de imobilizado para shoppings em operações, além do aumento de participação nos Shoppings Maceió e Amazonas.

A Administração da Companhia adotou o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que seus pares também utilizam a mesma prática contábil.

A avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada por método proprietário, suportado por taxas e evidências do mercado. Dessa forma, o valor justo das propriedades para investimento baseou-se em avaliação interna realizada por profissionais que possuem experiência nas propriedades que foram avaliadas.



As principais premissas utilizadas na precificação a valor justo das propriedades para investimento da BR Malls estão expostas na Nota Explicativa abaixo.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 12

As premissas utilizadas em 2012 e 2011 para avaliação do valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado dessas propriedades encontram-se descritas a seguir:

Premissas da avaliação do valor justo	2012	2011
Inflação anual	4,50%	4,50%
Crescimento na perpetuidade (real)	1,50%	1,50%
CAPEX - manutenção/receita bruta	3%	3%
Número de anos considerando o fluxo de caixa	10 anos	10 anos
Taxa real de crescimento dos fluxos de caixa anterior a perpetuidade	2%	2%
Taxa de desconto real - Shoppings administrados	8,5%	9%
Taxa de desconto real - Shoppings não administrados	10,5%	11%

A companhia mantém as taxas de descontos utilizando o mesmo critério de avaliação histórica de investimentos. Propriedades para investimento dadas em garantia de empréstimos e financiamentos estão descritas na Nota 16.

Exemplos das propriedades para investimento da BR Malls, dadas em garantia de suas operações creditícias estão a seguir.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 16

16. Empréstimos e financiamentos - Continuação

Garantias - Continuação

(xiv) BTG Pactual - CRI Plaza Macaé

Com a aquisição do Plaza Macaé, a Companhia assumiu com ela um CRI de R\$ 21,46 milhões. O shopping foi dado como garantia para a dívida.

(xv) Itaú - CCB Ecisa Engenharia

Em outubro de 2012, captamos os recursos para os financiamentos da expansão do shopping Plaza Niterói e Shopping Contagem. Para tal captação demos como garantia 100% dos Shoppings Ilha Plaza, Fashion Mall e Campinas Shopping. Além disso, foi dado como garantia a cessão fiduciária de 100% dos recebíveis destes shoppings e mais 20% dos recebíveis do Plaza Niterói.



Na Demonstração do Resultado do Exercício, a BR Malls reconhece a maior parte do ganho a valor justo das propriedades para investimento por meio de suas subsidiárias e apropria, posteriormente, na controladora, pelo resultado de equivalência patrimonial.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 16

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita líquida de aluguéis e serviços (Nota 23)	86.730	39.531	1.123.612	861.475
Custos de aluguéis e serviços (Nota 24)	(2.736)	(4.142)	(96.937)	(84.144)
Lucro bruto de aluguéis e serviços	83.994	35.389	1.026.675	777.331
Receitas/(despesas) operacionais				
Despesas comerciais	(12.985)	(6.039)	(30.916)	(12.862)
Despesas administrativas (Nota 25)	(26.973)	(20.872)	(133.923)	(101.756)
Variação do valor justo de propriedades para investimento (Nota 12)	366.028	998	2.518.035	776.215
Outras receitas operacionais	9.842	1.024	29.532	6.446
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	1.665.596	631.044	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	2.085.502	641.544	3.409.403	1.445.374
Resultado financeiro (Nota 26)				
Receitas financeiras	350.632	209.373	936.549	541.949
Despesas financeiras	(552.275)	(362.401)	(1.370.513)	(847.642)
	(201.643)	(153.028)	(433.964)	(305.693)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.883.859	488.516	2.975.439	1.139.681
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)				
Correntes	-	-	(100.944)	(58.934)
Diferidos	(141.864)	(17.497)	(948.971)	(291.092)
	(141.864)	(17.497)	(1.049.915)	(350.026)
Lucro líquido do exercício	1.741.995	471.019	1.925.524	789.655
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	1.741.995	471.019	1.742.097	470.915
Participação dos não controladores	-	-	183.427	318.740
Lucro líquido do exercício	1.741.995	471.019	1.925.524	789.655
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 22)				
Lucro básico por ação	3,84	1,05		
Lucro diluído por ação	3,66	1,02		

Nota explicativa da BR Properties sobre suas políticas contábeis para as propriedades para investimento está a seguir.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 2.11

2.11 Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. O ajuste a valor justo é apurado considerando o valor justo do imóvel, menos o custo atribuído do imóvel (custo histórico líquido do imóvel mais o valor líquido da reavaliação prévia mantida), sendo que nos casos em que é identificada uma variação positiva ou negativa (ganho ou perda) no valor justo das propriedades para investimento o ajuste é reconhecido integralmente no resultado do período.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

A metodologia para a mensuração do valor justo está descrita detalhadamente na Nota Explicativa nº 3, sendo que quanto às premissas estão descritas na Nota Explicativa nº 9.

A BR Properties, em nota sobre estimativas contábeis, menciona quem avalia suas propriedades para investimento e quais são as metodologias aplicadas nessa avaliação.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 3

Valor justo das propriedades para investimento

Uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avalia a carteira de propriedade para investimento da Companhia anualmente. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

Metodologias para mensuração do valor justo das propriedades para investimento

Para a mensuração do valor justo das propriedades, a empresa de avaliação considerou uma combinação das metodologias abaixo, sendo que em determinados empreendimentos foi considerado somente uma das metodologias apresentadas, dependendo de suas circunstâncias:

- ▶ **Comparativos diretos de dados de mercado** - Por este método, o valor de mercado aplicável a um imóvel é definido com base em evidências de mercado comparáveis, ou seja, imóveis semelhantes em oferta ou transacionados recentemente. Estas evidências de mercado foram homogeneizadas através de ponderação de fatores, de forma a subsidiar a definição de uma faixa de valor. Na falta de elementos comparáveis, adotaram-se também os demais métodos para a definição do valor.
- ▶ **Método da renda | Capitalização direta** - Por essa metodologia, pressupõe-se a expectativa de retorno, ou rentabilidade esperada (yield), por um investidor em um determinado imóvel, ou seja, baseia-se no retorno pontual proporcionado sobre o investimento efetuado. Toma-se como parâmetro a receita potencial anual do imóvel, sobre a qual é aplicada taxa de atratividade (capitalização) coerentes com o mercado, refletindo o risco do investimento, e que resulta no valor disponível para a aquisição do mesmo.
- ▶ **Método da renda / Fluxo de caixa descontado** - Por essa metodologia é projetado a receita de aluguel atual, com base no desempenho atual e histórico, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação incidente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, são consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisionais de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas.

Para refletir a perpetuidade das operações, ao final do 10º ano, a receita é capitalizada, sendo que o fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com taxas de desconto adequadas à percepção de risco ▶

do mercado, levando em conta o risco/desempenho provável de cada cenário. Para efeitos de análise, é considerada a continuidade dos contratos vigentes, havendo renovação automática dos mesmos e foram desconsideradas perdas de receita por inadimplência.

Propriedade para investimento em construção é avaliada pela estimativa do valor justo do investimento completo e deduzido do montante estimado dos custos para completar a construção, custo dos financiamentos e uma razoável margem de lucro.

As principais premissas adotadas para determinar o valor justo da propriedade para investimento estão detalhadas na Nota Explicativa nº 9.

A BR Properties apresentou a movimentação da conta de propriedades para investimento com a descrição das alterações presentes.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 9

9. Propriedades para investimento

	Controladora		Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	-	5.253.543	4.770.625
+ Aquisições (a)	107.671	852.096	-
+ Custos de construção (b)	88.765	391.411	166.029
+ Baixas (c)	(372.551)	(136.092)	(90.954)
- Transferências IDV	-	(4.000)	(36.019)
+ Ajuste a valor justo	(55.248)	1.746.275	443.862
- Aquisições de incorporação	1.399.537	5.736.296	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.168.174	13.839.531	5.253.543

i. Informações sobre as movimentações das propriedades para investimento

(a) No consolidado, refere-se basicamente à aquisição da Torre Leste do edifício Ventura (RJ). Na controladora, em 23 de novembro de 2012, a Companhia celebrou uma Escritura de Compromisso de Venda e Compra com Pacto Adjetivo de Hipoteca ("Compromisso") com Colorado Imóveis e Participações Ltda., visando a aquisição da totalidade do centro logístico e de distribuição, com área bruta locável de 45.242,27 m².

(b) Incluem principalmente gastos com retrofit nos edifícios Manchete (RJ), Castelo Branco Office Park (SP), BOMI (CD Castelo) (SP), expansão do galpão DP Louveira I (SP), construção do galpão DP Louveira VII (SP), Bloco B (Complexo JK) e na construção dos edifícios Cidade Jardim (SP), CES (RJ) e TNUIII (SP).

(c) Corresponde à venda do CESP Paulista para BRPR XXV na controladora e ao valor das vendas de unidades autônomas de escritório do Edifício Cetenco Plaza (Conjuntos 175 a 188 e 205 a 248) e a venda do Edifício Paço do Ouvidor, no consolidado.

Além disso, complementarmente, a BR Properties divulgou as premissas e os principais modelos utilizados na avaliação a valor justo das suas propriedades para investimento.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 9

ii. Informações sobre as propriedades para investimento

O valor justo dos imóveis foi calculado por meio do método de Fluxo de Caixa Descontado (DCF), sendo calculado o valor presente com uma taxa de desconto seguindo o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model).

A taxa de desconto foi elaborada por avaliadores independentes do mercado imobiliário, os quais calcularam a taxa partindo de uma taxa de juros em uma aplicação livre de risco, mais prêmios de risco de mercado (localidade, valor de aluguel, rating do locatário do imóvel, entre outros).

Adicionalmente as taxas de capitalização também foram fornecidas pelos avaliadores imobiliários, os quais consideraram a perpetuidade de cada imóvel.

O modelo de fluxo de caixa descontado foi estimado com base nos fluxos de caixa individuais de cada imóvel, sendo considerado o valor atual do aluguel até o final do contrato e o valor do aluguel de mercado atual projetado até o final do período que a Companhia estima manter a propriedade em seu portfólio. Após isso, estão descontadas do fluxo o orçamento de custos a incorrer - Capex, para os imóveis que estão em construção. As taxas de desconto utilizadas no cálculo do Fluxo de caixa (DCF) para os imóveis construídos e em construção foram:

	31/12/2012	31/12/2011
Crescimento de longo prazo em taxas reais de aluguel (%)	De acordo com a condição específica do imóvel	De acordo com a condição específica do imóvel
Taxa de desconto	8,25% a.a. - 13,5% a.a.	10% a.a. - 15% a.a.
Cap Rate	7,5% a.a. - 11% a.a.	8,5% a.a. - 11% a.a.

As premissas de receitas de locações com recebimentos mensais foram consideradas nos fluxos de caixa pelo seu último valor de recebimento e para as receitas de locações com recebimentos anuais foi considerado o último recebimento mais a atualização do índice do contrato até 31 de dezembro de 2012. Essas receitas foram consideradas no fluxo de caixa até o final do contrato de locação vigente, sendo que nos casos em que período do contrato vigente seja inferior ao "Hold period" as receitas de locações foram reajustadas no fluxo de caixa pelo valor de mercado atual disponibilizado por avaliadores especialistas no mercado imobiliário.

Em Nota Explicativa, a EcoRodovias divulgou que vendeu todas as suas propriedades para investimento mantidas pelo custo.

Demonstração Financeira da EcoRodovias, Nota Explicativa nº 14

14. Propriedade para investimento - consolidado (IFRS e BR GAAP)

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

Ao custo	Terrenos e edificações
Saldo em 31 de dezembro de 2010	43.599
Adições	9.042
Baixas	(65)
Depreciação	(973)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603
Adições	2.066
Baixas	(15)
Depreciação	(882)
Venda da participação (*)	(52.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

(*) Vide Nota explicativa nº 4.d).

Em 31 de dezembro de 2012, com referência a essa operação, foram contabilizados na rubrica "Receita líquida" o valor de R\$ 7.273 e na rubrica "Custos e despesas" o valor de R\$ 5.633.

A propriedade para investimento é mantida sob direito e propriedade plena até a data da venda.

Descrição da EcoRodovias sobre suas propriedades para investimento, na nota de políticas contábeis.

Demonstração Financeira da EcoRodovias, Nota Explicativa nº 2.11

2.11. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 14. ▶

A Companhia calculou os fluxos de caixas pelo método de Taxa Real e com isso não foram considerados premissas de inflação nos cálculos.

iii. Informações sobre a mensuração do valor justo das propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas pela empresa CB Richard Ellis Ltda. ("CBRE"), avaliadores independentes, em 31 de dezembro de 2012. As metodologias para a determinação do valor justo dos imóveis está divulgada na Nota Explicativa nº 3.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores de locação apresentam os seguintes percentuais de crescimento real:

Segmento	31/12/2012	31/12/2011
Escritório	26,77%	27,73%
Galpões	12,27%	18,12%
Varejo	-	15,75%

Com base nas análises da carteira de imóveis elaboradas pela Administração da Companhia, o saldo das propriedades para investimento de R\$ 13.839.531 em 31 de dezembro de 2012 reflete as condições de mercado naquela data.

Propriedades para investimento dadas em garantia de empréstimos estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

Demonstração Financeira da EcoRodovias, Nota Explicativa nº 2.11 - Continuação

A propriedade para investimento é registrada pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do exercício a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

Nota da MRV Engenharia sobre suas políticas contábeis relacionadas às propriedades para investimento.

Demonstração Financeira da MRV Engenharia, Nota Explicativa nº 2.7.9

2.7.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis ou para valorização do capital (incluindo construções em andamento para tal propósito) e são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. Os encargos financeiros incorridos com empréstimos atrelados ao desenvolvimento dos empreendimentos são capitalizados até o momento de conclusão do empreendimento e reconhecidos no resultado mediante a realização dos referidos ativos.

Em conformidade com o CPC 28 sobre propriedades de investimento, a Companhia optou pelo método de custo para mensuração de suas propriedades para investimento.

O valor justo das propriedades para investimento da Companhia, utilizado apenas para divulgação na nota explicativa 9, foi mensurado conforme segue:

- ▶ Terrenos: avaliação de especialistas internos com base em transações de propriedades comparáveis (tipo de propriedade, localização, perfil de ocupação e qualidade do imóvel) observadas no mercado.
- ▶ Projetos em construção: fluxo de caixa descontado dos projetos, considerando taxas de vacância estimadas entre 3% e 5%. Não foi considerada correção de inflação ou reajustes de aluguel durante o período. A taxa utilizada para desconto dos fluxos foi 7,03% ao ano.
- ▶ Projetos concluídos: capitalização direta. As taxas utilizadas oscilaram entre 8,5% e 9,0%.

Eventuais gastos incorridos com manutenção e reparo das propriedades para investimento são contabilizados no ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando ocorridos.

Nota Explicativa da MRV Engenharia, uma das companhias da amostra que mantêm as propriedades para investimento pelo custo mas divulga seu valor justo, conforme recomendado pelo CPC 28. As premissas do valor justo são divulgadas de maneira superficial em nota sobre políticas contábeis.

Demonstração Financeira da MRV Engenharia, Nota Explicativa nº 9

9. Propriedades para investimento (consolidado)

As propriedades para investimento referem-se aos ativos mantidos pela controlada em conjunto LOG Commercial Properties e Participações S.A., com a finalidade de obter renda com aluguéis ou para valorização de capital, e são demonstrados conforme abaixo:

				31/12/12	31/12/11
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Edificações	25	114.714	(2.790)	111.924	29.290
Terrenos	-	207.599	-	207.599	135.842
Obras em andamento	-	83.468	-	83.468	57.771
Total	-	405.781	(2.790)	402.991	222.903

A movimentação do saldo de propriedades para investimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	222.903	155.705
Adições	182.878	167.317
Transferências para estoque de terreno destinado a loteamento e venda	-	(1.151)
Ajuste por mudança de percentual na participação societária (Nota explicativa 8)	-	(98.179)
Depreciação	(2.790)	(789)
Saldo final	402.991	222.903

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui também capitalização de encargos financeiros, no valor total de R\$ 15.288 (R\$ 16.742 em 31 de dezembro de 2011).

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, não foram identificados indicativos de perda, e, desta forma, não houve a necessidade de registrar provisão para redução dos valores dos ativos.

Segue abaixo quadro comparativo dos custos e valores justos das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2012, sendo que estes últimos foram estimados conforme com o descrito na nota explicativa 2.7.10.

Descrição do empreendimento	Consolidado	
	Valor residual	Valor justo
Galpões industriais	351.075	575.691
Lojas comerciais/escritórios	33.273	63.953
Shopping Center	13.348	23.248
Centros de conveniência (Strip mall)	5.295	12.769
Total	402.991	675.661

Em 31 de dezembro de 2012, propriedades para investimento no montante estimado de R\$ 150.657 (R\$ 52.900 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado foram dadas em garantia na obtenção de empréstimos.

As receitas geradas pelas propriedades para investimento são demonstradas na nota explicativa 24.

Políticas contábeis para as propriedades para investimento da companhia Multiplan, avaliadas pelo método de custo, foram divulgadas em Nota Explicativa.

Demonstração Financeira da Multiplan, Nota Explicativa nº 2.11

2.11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridas. A recuperação das propriedades para investimento por meio das operações futuras, as vidas úteis e o valor residual destes são acompanhados periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário. O valor justo das propriedades para investimento é determinado anualmente em dezembro, somente para fins de divulgação.

A Multiplan deu uma descrição bem detalhada de como fez para precificar suas propriedades para investimento pelo método de valor justo. No entanto, ainda assim, a companhia optou pela adoção do método de custo.

Demonstração Financeira da Multiplan, Nota Explicativa nº 10

10. Propriedades para investimento

A Multiplan avaliou internamente suas propriedades para investimento a valor justo seguindo a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado - DCF. A Companhia calculou o valor presente utilizando uma taxa de desconto seguindo o modelo - CAPM. Foram consideradas premissas de risco e retorno com base em estudos efetuados por Damodaran (professor da New York University), de desempenho do mercado acionário de shopping centers no Brasil (beta ajustado), além de perspectivas de mercado (Relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN) e dados sobre o prêmio de risco do mercado nacional (risco País). Baseada nessas premissas, a Companhia estimou uma taxa de desconto nominal desalavancada de 13,05% em 31 de dezembro de 2012 e com base em avaliações internas, adicionou a essa taxa um spread entre 0 e 200 pontos base na avaliação de cada shopping center e projeto, levando a uma taxa de desconto entre 13,03% e 15,09%.

Custo de capital próprio	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Taxa Livre de Risco (Risk Free Rate)	3,57%	3,61%
Prêmio de risco de mercado	5,74%	5,62%
Beta ajustado	0,74	0,76
Risco país	184 p.b	192 p.b
Spread adicional	0 a 200 p.b	0 a 200 p.b
Custo de capital próprio - US\$	9,63% a 11,63%	9,81% a 11,81%
Premissas de inflação	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Inflação (BR)	5,47%	5,32%
Inflação (USA)	2,30%	2,30%
Custo de capital próprio - R\$	13,03% a 15,09%	13,05% a 15,11%

A avaliação das propriedades para investimento referente a 31 de dezembro de 2011, apresentada para fins de comparação, está sendo reapresentada, conforme demonstrado a seguir, em decorrência de alterações realizadas nas premissas utilizadas para refletir o conceito de participantes de mercado (market participant). Assim, a Companhia desconsiderou para cálculo dos fluxos de caixa descontados impostos e contribuições e receitas e despesas decorrentes da prestação de serviços de administração e comercialização.

O fluxo de caixa futuro do modelo foi estimado com base nos fluxos de caixa individuais de shopping centers, expansões e torres comerciais incluindo Resultado Líquido Operacional (NOI), Cessão de Direito recorrente (baseada somente na troca de mix, salvo projetos futuros), Receitas com Taxas de Transferência e investimentos em revitalização e em obras em andamento. Para o cálculo da perpetuidade foi considerada uma taxa de crescimento real de 2,0% para shoppings e 0,0% para torres comerciais.

Demonstração Financeira da Multiplan, Nota Explicativa nº 2.11 - Continuação

A Companhia categorizou suas propriedades para investimento de acordo com o seu status. A seguir uma tabela com a descrição do valor identificado para cada categoria de propriedade e o valor dos ativos na participação da Companhia:

Avaliação de propriedades para Investimento	Controladora	
	dez/12	dez/11
Shopping Centers e torres comerciais em operação (*)	11.651.125	10.439.689
Projetos em desenvolvimento (anunciados) (*)	274.578	1.440.184
Projetos em desenvolvimento (não anunciados)	456.673	733.808
Total	12.382.376	12.613.681

Avaliação de propriedades para Investimento	Consolidado	
	dez/12	dez/11
Shopping Centers e torres comerciais em operação (*)	13.517.667	10.725.027
Projetos em desenvolvimento (anunciados) (*)	852.131	1.585.264
Projetos em desenvolvimento (não anunciados)	569.108	733.808
Total	14.938.906	13.044.099

(*) No quarto trimestre de 2012, os projetos Jundiaí Shopping, Parkshopping Campo Grande, Village Mall, Parkshopping Corporate e a Expansão VI do Ribeirão Shopping foram concluídos (inaugurados) e seus ativos foram transferidos de projetos anunciados para projetos em operação.

As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Dentre as empresas analisadas, a Multiplan apresentou uma descrição bem detalhada sobre a movimentação de suas propriedades para investimento, como segue.

Demonstração Financeira da Multiplan, Nota Explicativa nº 10

Custo	Taxas anuais de Depreciação (%)	31 de dezembro de 2011	Adições
Terrenos		742.395	52.790
Edificações e benfeitorias	2 a 4	1.917.337	42.970
Depreciação acumulada		(245.757)	
Valor líquido		1.671.580	42.970
Instalações	2 a 10	228.240	15.436
Depreciação acumulada		(67.489)	
Valor líquido		160.751	15.436
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	10	19.370	1.885
Depreciação acumulada		(5.684)	
Valor líquido		13.686	1.885
Outros	20	5.776	1.855
Depreciação acumulada		(1.670)	
Valor líquido		4.106	1.855
Obras em andamento		395.239	1.019.920
		2.987.757	1.134.856

(1) As baixas referem-se, principalmente, a: (i) baixa pela saída de um quotista da MPH Empreendimentos Imobiliários Ltda. no montante de R\$ 32.960; (ii) mudança de percentual de participação da Companhia na Expansão VII do Barrashopping no montante de R\$ 21.198; e (iii) Ribeirão Shopping no montante de R\$ 2.479 pela entrada de um novo empreendedor.

Nota de políticas contábeis a respeito das propriedades para investimento da Sabesp.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 3.6

3.6 Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso corrente indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

Além disso, destacamos a divulgação que a Sabesp fez sobre propriedade para investimento, em nota explicativa sobre intangíveis.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 11 m

(m) Propriedade para investimento

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos de "Propriedade para investimentos" são de R\$ 54.046 (dezembro/2011 - R\$ 52.585). Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado destas propriedades é de R\$ 295.538 (dezembro/2011 - R\$ 284.670).

					Consolidado
Baixas (*)	Juros Capitalizados	Depreciação	Transferências	31 de dezembro de 2012	
(25.262)	808	-	(17.916)	752.815	
(18.989)	-	-	860.080	2.801.398	
882	-	(43.844)	7.162	(281.557)	
(18.107)	-	(43.844)	867.242	2.519.841	
(5.666)	-	-	146.170	384.180	
1.237	-	(20.211)	1.671	(84.792)	
(4.429)	-	(20.211)	147.841	299.388	
(240)	-	-	11.388	32.403	
46	-	(2.151)	159	(7.630)	
(194)	-	(2.151)	11.547	24.773	
(690)	-	-	292	7.233	
34	-	(1.666)	(329)	(3.631)	
(656)	-	(1.666)	(37)	3.602	
(8.822)	32.496	-	(1.008.677)	430.156	
(57.470)	33.304	(67.872)	-	4.030.575	

CPC 29

Ativo Biológico (IAS 41)

Nesta seção, analisamos como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências presentes no CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41), que prescreve o tratamento contábil para as empresas que possuem atividades agrícolas. Tais atividades envolvem, basicamente, o gerenciamento do processo de transformação de ativos biológicos, que são animais e plantas vivas, em produtos agrícolas para fins de comercialização. Os produtos resultantes do processamento após a colheita não são objeto do CPC 29.

Em junho de 2013, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou um Exposure Draft com propostas para incluir ativos biológicos agrícolas para produção (*bearer plants*) dentro do escopo do IAS 16 (CPC 27) - Ativo Imobilizado. Com essa alteração, as companhias poderão utilizar o modelo de custo para essa classe de ativos biológicos. Exemplos incluem videiras, seringueiras e palmeiras produtoras de óleo.

Os aspectos acerca de ativos biológicos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Quais empresas da nossa amostra estão sob o escopo do CPC 29?;
- ▶ Bases de mensuração utilizadas pelas empresas de nossa amostra para mensurar os ativos biológicos;
- ▶ Evidenciação do ganho ou perda com ativos biológicos;
- ▶ Divulgações sobre ativos biológicos realizadas pelas empresas da nossa amostra.

Quais empresas da nossa amostra estão sob o escopo do CPC 29?

Das 60 empresas analisadas, 9 estão sujeitas à aplicação do CPC 29 no tratamento contábil dos seus ativos biológicos e produtos agrícolas. O quadro a seguir apresenta essas empresas e os respectivos ativos biológicos:

	Tipo Ativo
BRFoods	Aves, suínos e bovinos
Cosan	Cana-de-açúcar
Duratex	Florestas de eucalipto e pinus
Fibria	Florestas de eucalipto
JBS	Aves, ovinos, suínos e bovinos. Culturas temporárias em formação
Klabin S.A.	Florestas de eucalipto e pinus
Marfrig	Aves, suínos e bovinos
Suzano	Florestas de eucalipto
Vanguarda Agro	Culturas temporárias com destaque para algodão, soja e milho



Bases de mensuração utilizadas pelas empresas de nossa amostra para mensurar os ativos biológicos

O CPC 29 afirma que os ativos biológicos deverão ser mensurados a valor justo menos despesa de venda, utilizando para tanto o preço cotado em mercado ativo ou, na ausência de mercado ativo, transações recentes, preços de ativos similares ou padrões do setor.

Quando não existe cotação de mercado para o ativo nas condições atuais, o CPC 29 sugere a utilização de fluxo de caixa descontado, com o objetivo de determinar o valor justo do ativo biológico no local e nas condições atuais.

Dentre as empresas pesquisadas, o uso do fluxo de caixa descontado é o método mais comum entre aquelas que possuem plantações entre seus ativos biológicos, enquanto o valor de mercado é mais utilizado por empresas que têm bovinos como ativos biológicos:

Empresa	Estratégia de mensuração para apuração do valor justo	
	Valor de Mercado	VP dos fluxos de caixa líquidos estimados
Cosan		Plantação de cana-de-açúcar
Duratex	Madeira em ponto de colheita	Florestas em formação
Fibria		Florestas de eucalipto
JBS	Bovinos (Brasil)	
Klabin		Florestas de eucalipto - após o 3º ano de plantio Florestas de pinus - após o 5º ano de plantio
Marfrig	Bovinos	
Suzano		Florestas de eucalipto
Vanguarda Agro		Culturas de algodão, soja e milho

Quando o preço de mercado não está disponível e as alternativas para mensurá-lo não são confiáveis, o CPC 29 estabelece que o ativo biológico seja avaliado ao custo. O pronunciamento também esclarece que algumas vezes o valor justo se aproxima do custo, particularmente quando houve pouca transformação biológica desde o reconhecimento inicial, ou não se espera que o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço seja material.

Os tipos de ativos avaliados ao custo e respectivas justificativas apresentadas pelas empresas foram os seguintes.

	Ativos avaliados ao Custo	Justificativa
BRFoods	Aves, suínos e bovinos	Valor justo substancialmente representado pelo custo, em função do curto ciclo de vida dos animais. Existe laudo de especialista demonstrando que a diferença entre custo x valor justo é imaterial
Duratex	Florestas até um ano de vida	Custo aproxima-se do valor justo
JBS	Suínos, bovinos (USA) e ovinos	Ausência de mercado ativo
	Aves	Curto ciclo de vida, custo aproxima-se do valor justo calculado pelo Fluxo de Caixa Descontado
	Culturas em formação	Imaterialidade dos saldos
Klabin	Eucalipto - até o 3º ano de plantio Pinus - até o 5º ano de plantio	Custo aproxima-se do valor justo
Marfrig	Aves e suínos	Curto ciclo de vida, custo aproxima-se do valor justo calculado pelo Fluxo de Caixa Descontado
Vanguarda Agro	Lavouras plantadas em data próxima ao encerramento do exercício	Pequena transformação biológica

Considerando-se o somatório do valor dos ativos biológicos evidenciados nos Balanços consolidados das empresas da amostra, nas empresas cujos ativos biológicos são representados por plantações, o percentual de ativos avaliados ao custo é de apenas 0,003%, sendo a quase totalidade dos ativos avaliada ao fluxo de caixa descontado. Nas empresas cujos ativos biológicos são representados por animais, os ativos avaliados ao custo representam 91,18% dos ativos biológicos, e apenas 8,82% são avaliados a valor de mercado.

	Plantações	Animais
Custo	0,003%	91,18%
Fluxo de Caixa Descontado	99,997%	
Valor de Mercado		8,82%

Dentre as empresas pesquisadas, apenas a BR Foods avaliou todos os seus ativos biológicos ao custo. Em nota explicativa, a BR Foods apresenta as justificativas para avaliar os ativos ao custo.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 11

Na opinião da Administração, o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo seu custo de formação principalmente devido ao curto ciclo de vida dos animais e pelo fato de que parte significativa da rentabilidade dos produtos da Companhia deriva do processo de industrialização e não da obtenção de carne in-natura (matéria-prima no ponto de abate). Essa opinião está suportada por um laudo de avaliação de valor justo elaborado no último trimestre de 2012, por um especialista independente, onde se apurou uma diferença imaterial entre as duas metodologias, dessa forma a Administração manteve o registro dos ativos biológicos por seu custo de formação.

Na mensuração dos ativos biológicos ao valor justo a Companhia adotou o modelo do fluxo de caixa descontado. Primeiramente, a taxa de desconto utilizada foi o custo médio ponderado de capital ("WACC") que em seguida esta foi ajustada para refletir o risco específico do ativo em questão, através do modelo matemático retorno médio sobre ativos ("WARA"), conforme apresentado abaixo:

	31.12.2012	31.12.2011
Custo do capital próprio nominal	9,59	10,31
Taxa de inflação projetada EUA	2,28	2,26
Custo do capital próprio real	7,15	7,88
WACC real	5,06	5,80
Taxa de desconto WARA:		
Animais para abate	4,29	5,50
Animais para produção	4,79	5,75

Evidenciação do ganho ou perda com ativos biológicos

Dentre as oito empresas que avaliaram ativos biológicos a valor justo, seis evidenciaram ganhos no período e duas evidenciaram perdas. Destas, apenas três empresas destacaram o valor do ganho na demonstração do resultado, enquanto as demais divulgaram tal valor apenas em notas explicativas. Dada a importância do impacto de tais números - evidenciados como estimativas críticas por todas as empresas detentoras de ativos biológicos constantes na amostra -, seria importante que tal informação estivesse segregada na Demonstração de Resultados, e não apenas nas notas explicativas.

A V-Agro foi uma das empresas que evidenciaram tal informação na Demonstração de Resultados.

Demonstração Financeira da V-Agro, Demonstração de Resultados

Vanguarda Agro S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações continuadas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita líquida de vendas	28			809.493	315.623
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	30			132.067	91.508
Custo dos produtos vendidos	29 e 30			(770.514)	(353.843)
Lucro bruto				171.046	53.288

A Fibria detalhou a composição do ganho no período.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 18

	Consolidado	
	2012	2011
Valor justo da renovação de florestas no período	144.729	152.405
Crescimento de plantios existentes (IMA, área e idade)	9.197	(95.143)
Variação de preço e taxa de desconto	143.760	67.791
	297.686	125.053



Divulgações sobre ativos biológicos realizadas pelas empresas da nossa amostra

As empresas são encorajadas pelo CPC 29 a fornecer uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, conforme apropriado. Essas distinções podem ser úteis na determinação da influência do tempo no fluxo de caixa futuro. Apenas a BRFoods e a Marfrig apresentaram tal detalhamento.

A BRFoods apresenta a descrição dessa distinção conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da BRFoods, Nota Explicativa nº 11

BR GAAP e IFRS
Consolidado

	31.12.2012		31.12.2011	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Ativos biológicos consumíveis:				
Aves imaturas	208.695	596.561	209.732	485.359
Suíños imaturos	3.461	627.790	3.803	581.546
Bovinos imaturos	139	146.648	75	89.176
Total circulante	212.295	1.370.999	213.610	1.156.081
Ativos biológicos de produção:				
Aves imaturas	7.759	110.422	7.643	97.458
Aves maduras	11.022	139.428	12.006	132.043
Suíños imaturos	162	32.441	125	18.370
Suíños maduros	374	145.899	409	139.512
Total não circulante	19.317	428.190	20.183	387.383
	231.612	1.799.189	233.793	1.543.464

Outra informação importante que deve ser evidenciada em notas explicativas diz respeito aos métodos e premissas significativas aplicadas na determinação do valor justo dos ativos. A esse respeito, a Duratex informou o que segue.

Demonstração Financeira da Duratex, Nota Explicativa nº 13

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado - volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).
- Preços - são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

Demonstração Financeira da Duratex, Nota Explicativa nº 13 - Continuação

- iii. Diferenciação - os volumes de colheitas foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.
- iv. Volumes - estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.
- v. Periodicidade - as expectativas em relação ao preço e volumes futuros de madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

Além da informação descritiva a respeito das premissas, é importante fornecer informações numéricas, tal como fez a Fibria, que informou inclusive a taxa de desconto utilizada.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 18

Na tabela a seguir apresentamos as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	2012	2011
Área de efetivo plantio (hectare)	446.168	551.959
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare	41	41
Preço líquido médio de venda - reais/m ³	53,86	50,70
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	5,6	5,6
Taxa de desconto - %	6,5	7,9

A Suzano também fez uma descrição quantitativa das premissas adotadas para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos.

Demonstração Financeira da Suzano, Nota Explicativa nº 11

No fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, as projeções dos fluxos esperados pela expectativa de produção de madeira em pé com casca, existente na data-base dos balanços, consideraram um ciclo médio de formação da floresta de 7 anos, produtividade média obtida pelo Incremento Médio Anual ("IMA") de 36,8 m³ / hectare (31 de dezembro de 2011, 41,6 m³ / hectare) e os custos de formação florestal até o momento apropriado de corte da madeira em pé (ponto de colheita, ou seja, ativos maduros). O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$ 50,20 / m³ (31 de dezembro de 2011, R\$ 58,72 / m³). A taxa de desconto utilizada foi de 8,5%. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha 30.021 hectares de área plantada considerados ativos maduros e 298.127 hectares considerados imaturos, perfazendo um total de 328.148 mil hectares plantados elegíveis ao cálculo.

A reconciliação entre os saldos no início e no final do período, demonstrando a evolução detalhada do saldo por tipo de ocorrência, é outra informação que deve ser divulgada.

A Klabin apresentou a conciliação evidenciando de maneira segregada as parcelas na variação do valor justo dos ativos biológicos que são referentes ao crescimento e às alterações de preços.

Demonstração Financeira da Klabin, Nota Explicativa nº 13

b) Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.394.938	2.762.879
Plantio	62.997	117.747
Exaustão:		
. Custo histórico	(17.891)	(39.381)
. Ajuste ao valor justo	(172.086)	(272.427)
Variação de valor justo por:		
. Preço	64.138	102.999
. Crescimento	45.672	167.578
Alienação de ativos	-	(3.122)
Desconsolidação de controladas em conjunto (i)	-	(86.937)
Transferências	(16.017)	(33.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.361.751	2.715.769
Plantio	67.221	114.332
Exaustão:		
. Custo histórico	(20.028)	(45.289)
. Ajuste ao valor justo	(152.515)	(318.876)
Variação de valor justo por:		
. Preço	105.313	290.705
. Crescimento	248.481	595.283
Consolidação de controlada (ii)	-	86.921
Incorporação por dissolução de SCP (iii)	1.398.065	-
Aporte de capital em nova SCP (iv)	(64.029)	-
Transferências	(72)	2.650
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.944.187	3.441.495

(i) Correspondendo a deconsolidação da Centaurus Holdings S.A. mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(ii) Correspondente a consolidação a partir de junho/12 da controlada Centaurus Holdings S.A., mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(iii) Correspondente a dissolução da Sociedade em Conta de Participação Leal, mencionada nas notas explicativas 1 e 3

(iv) Correspondente a criação de nova controlada denominada Sociedade em Conta de Participação CG Forest, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

Na movimentação do saldo, a Duratex, assim como a Fibria, destacam a variação do valor justo e a exaustão, informação que é importante para esta atividade.

Demonstração Financeira da Duratex, Nota Explicativa nº 13

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	1.094.220	1.030.717
Variação do valor justo		
Preço volume	144.574	154.009
Exaustão	(162.778)	(137.898)
Variação do valor histórico		
Formação	114.811	97.455
Exaustão	(88.490)	(57.197)
Aquisições	-	7.134
Saldo final	1.102.337	1.094.220
Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico		
Variação do valor justo	144.574	154.009
Exaustão do valor justo	(162.778)	(137.898)

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 18

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No início do período	1.970.870	2.376.015	3.264.210	3.550.636
Adições (manejo e compra de madeira em pé)	505.215	476.995	755.531	761.502
Exaustão				
Custo histórico	(412.255)	(436.491)	(502.691)	(569.813)
Valor justo	(202.321)	(211.140)	(365.726)	(405.617)
Variação de valor justo	55.703	(19.509)	297.686	125.053
Baixa	(125.650)		(129.745)	
Reclassificação para ativos mantidos para venda				
Losango		(241.595)		(241.595)
Transferências	142	26.595	6.339	44.044
	1.791.704	1.970.870	3.325.604	3.264.210

Em razão dos riscos inerentes à atividade, o CPC 29 requer também que sejam divulgadas as estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola. A esse respeito, a Suzano fez a seguinte divulgação.

Demonstração Financeira da Suzano, Nota Explicativa nº 11

A Companhia administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Nos casos de riscos relacionados a sinistros decorrentes de incêndios é feito o monitoramento constante através de torres de observação estrategicamente posicionadas, com utilização de sistemas de alarmes de incêndios e brigadas de incêndio treinadas para combater os focos nas áreas florestais.

Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Companhia, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

Em relação à existência de ativos biológicos cuja titularidade seja restrita, ou tenham sido dados em garantia, três das empresas declararam explicitamente não haver esse tipo de situação, e as demais não informaram.



CPC 32

Tributos sobre
o Lucro (IAS 12)

O CPC 32 prescreve o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro, termo que inclui todos os impostos e contribuições nacionais e estrangeiros que são baseados em lucros tributáveis.

Além de tratar dos aspectos relacionados ao reconhecimento e mensuração dos tributos devidos ou recuperáveis relacionados com o lucro tributável do período corrente, o CPC 32 trata do reconhecimento e mensuração dos efeitos fiscais futuros dos ativos e passivos, bem como da possibilidade de reconhecimento de ativos decorrentes da possibilidade de compensação de prejuízos fiscais.

A legislação tributária tem regras próprias para apuração do resultado tributável que diferem das regras contábeis. As diferenças entre a base de cálculo dos tributos sobre o lucro e o resultado contábil podem ser de natureza permanente ou temporária. As diferenças permanentes alteram a alíquota efetiva de tributos, enquanto que as temporárias dão margem ao registro de ativos e passivos fiscais diferidos, os quais estão relacionados a diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis.

Com a adoção das normas internacionais no Brasil, aumentaram as diferenças entre lucro contábil e lucro tributável, uma vez que a Lei 11.638 garantia a neutralidade tributária das alterações introduzidas nas normas contábeis brasileiras a partir daquela data. O dispositivo legal que permitiu essa chamada neutralidade tributária foi a instituição do regime tributário de transição (RTT) pela MP 449/08, posteriormente transformada na Lei nº 11.941/09, sendo opcional nos anos de 2008 e 2009, e obrigatório a partir de 2010. A aplicação do RTT dá margem ao surgimento de diversas diferenças temporárias e, portanto, ao registro de ativos e passivos fiscais diferidos.

O objetivo desta seção é analisar a aplicação do CPC 32 pelas empresas da nossa amostra. Os pontos abordados nas nossas análises foram:

- ▶ Explicação do relacionamento entre a despesa (receita) tributária e o lucro contábil e alíquota efetiva;
- ▶ Divulgações sobre a despesa (receita) tributária;
- ▶ Divulgações sobre ativos e passivos fiscais diferidos.

Explicação do relacionamento entre a despesa (receita) tributária e o lucro contábil e alíquota efetiva

O CPC 32 exige a divulgação da explicação do relacionamento entre a despesa (receita) tributária e o lucro contábil. Esta reconciliação é de extrema importância para que o usuário compreenda os principais itens que impactam a tributação do lucro de cada empresa.

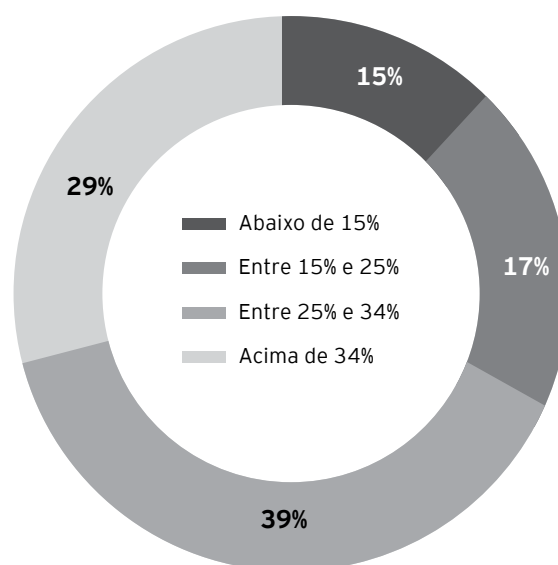
Apesar de efetuarem a reconciliação, nem todas as empresas informaram a alíquota efetiva, divulgada por apenas 35% das empresas da amostra.

Para as instituições tributadas no Brasil, o somatório das alíquotas nominais, considerando a tributação pelo Lucro Real, é de 34% (25% relativamente à alíquota mais adicional de imposto de renda, mais 9% relativamente à contribuição social) para as empresas não financeiras e de 40% (25% relativamente à alíquota mais adicional de imposto de renda, mais 15% relativamente à contribuição social).

Calculamos a alíquota efetiva para aquelas que não a informaram explicitamente, com o objetivo de apurar a alíquota efetiva média para as empresas da amostra. Excluindo-se as empresas com prejuízo ou alíquota negativa e aquelas cujos dados não nos permitiram calcular (8 empresas), encontramos uma alíquota média de 26,7% para as 52 empresas restantes. A menor alíquota efetiva é de 0,3% e a maior 46,8%, demonstrando uma grande variabilidade em função das especificidades de cada empresa.

Dividindo-se a amostra em grupos por taxa efetiva, observamos que a maior parcela das empresas apresenta alíquotas efetivas entre 25% e 34%, conforme gráfico ao lado.

**Alíquota efetiva
- subamostra de 52 empresas**



Verificamos nas reconciliações apresentadas os itens mais significativos em termos de redução ou aumento da alíquota efetiva nas empresas da amostra. Os itens com maior impacto em termos de redução da alíquota efetiva encontrados em nossa pesquisa foram:

- ▶ Amortização de ágio;
- ▶ Diferenças de alíquotas de controladas tributadas no exterior;
- ▶ Juros sobre Capital Próprio;
- ▶ Receita de Equivalência Patrimonial;
- ▶ Subvenções Governamentais;
- ▶ Tributação de controladas com base no lucro presumido;
- ▶ Variação cambial de investimentos no exterior.

A respeito de incentivos fiscais, a Gerdau comentou o que segue.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 8

As controladas da Companhia no Brasil usufruíram R\$ 28.447 em 31/12/2012 (R\$ 8.371 em 31/12/2011) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo à inovação tecnológica, fundos dos direitos da criança e do adolescente, PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador e operações de caráter cultural e artístico. As unidades da controlada Gerdau Aços Longos S.A., instaladas na região nordeste do Brasil, são beneficiárias, até 2013, de incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração daqueles estabelecimentos, sendo que estes representaram R\$ 10.002 em 31/12/2012 (R\$ 0 em 31/12/2011). Os respectivos incentivos fiscais foram registrados, retificando, diretamente, as contas de imposto de renda na demonstração do resultado.

O impacto de diferença de alíquotas é notado tanto em relação à existência de controladas tributadas pelo lucro presumido quanto de controladas tributadas no exterior. A respeito da tributação de controladas no exterior, a Gerdau evidenciou o seguinte.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 8

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda federal (IR) e a contribuição social (CS), que representa um imposto federal adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 20% e 38,5%. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

É importante ressaltar que algumas empresas utilizaram termos pouco explicativos - que não ajudam o usuário das demonstrações contábeis a entender a carga tributária da empresa - para se referir a valores significativos expostos na reconciliação. Foram encontrados termos como: "receitas não tributáveis", "resultados não tributados", "despesas não dedutíveis" e "outros efeitos".

O CPC 32 esclarece que a explicação do relacionamento entre lucro contábil e a despesa ou receita tributária pode ser feita em uma ou ambas as seguintes formas:

- a) Conciliação numérica entre despesa (receita) tributária e o produto do lucro contábil multiplicado pelas alíquotas aplicáveis de tributos, evidenciando também as bases sobre as quais as alíquotas aplicáveis de tributos estão sendo computadas; ou
- b) Conciliação numérica entre a alíquota média efetiva de tributo e a alíquota aplicável, divulgando também a base sobre a qual a alíquota aplicável de tributo é computada.

As empresas da amostra optaram pela modalidade descrita em "a", algumas delas acrescentando ao final a informação da alíquota efetiva. Uma das empresas que apresentaram uma reconciliação detalhada, com a evidenciação da alíquota efetiva, foi a Cemig.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 10

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes dos impostos	5.334.926	3.333.041	4.459.039	2.434.225
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(1.813.875)	(1.133.234)	(1.516.073)	(827.637)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	(1.112)	(253)	762.118	701.157
Contribuições e Doações Indedutíveis	(8.836)	(8.227)	(406)	(1.153)
Incentivo Fiscal	33.383	28.585	983	2.330
Créditos Fiscais Não Reconhecidos	33.859	(1.638)	(89)	(13)
Ganho na Emissão de Ações	89.928	-	-	-
Amortização de Ágio	-	-	(12.177)	(12.235)
Ajuste no IR e Contribuição Social de Exercício Anterior	11.609	(2.769)	1.095	123
Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	119.850	-	119.850
Juros sobre capital próprio	578.000	-	578.000	-
Baixa ICMS TUSD Termo compromisso CEMIG e Estado	(2.881)	-	-	-
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	31.907	32.407	-	-
Outros	(15.223)	47.688	(805)	(1.197)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Receita (Despesa) Efetiva	(1.063.241)	(917.591)	(187.354)	(18.775)
Alíquota Efetiva	19,93%	27,53%	4,20%	0,77%
Imposto Corrente	(1.504.093)	(1.111.451)	(119.019)	(143.287)
Imposto Diferido	440.852	193.860	(68.335)	124.512



A Embraer também demonstrou a alíquota efetiva, mas de forma discursiva, logo abaixo da tabela de conciliação entre o lucro contábil e a despesa tributária, a qual sofreu impacto significativo provocado pelo efeito da moeda funcional sobre a base dos itens não monetários.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 24

24.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	1.119.119	273.695	653.015	1.222.857	382.028	715.055
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas aplicáveis no Brasil - 34%	(380.500)	(93.056)	(222.025)	(415.771)	(129.890)	(243.119)
Tributação do lucro das controladas no exterior	37.372	(72.876)	(2.420)	37.372	(72.876)	(2.420)
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(112.295)	(225.132)	(20.135)	(120.925)	(233.981)	(16.947)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	96.337	93.556	109.991	97.249	94.537	109.991
Juros sobre capital próprio	51.814	76.899	52.947	51.814	76.899	52.947
Variação cambial sobre investimento	89.155	74.808	(73.944)	89.155	74.808	(73.944)
Efeito de conversão do resultado	(99.420)	39.164	30.342	(99.371)	29.170	24.049
Equivalência patrimonial	(75.926)	11.751	10.149	-	-	-
Ganho ou perda na participação acionária	(985)	-	-	(985)	-	-
Créditos fiscais (reconhecidos e não reconhecidos) e diferença de alíquota	-	-	-	(118.908)	(31.166)	(15.601)
Outras diferenças entre base societária e fiscal	(18.080)	223	63.467	(31.761)	1.943	81.260
Outros	(8.799)	(22.735)	(27.795)	(11.718)	(20.218)	(31.093)
	(40.827)	(24.342)	142.602	(108.078)	(80.884)	128.242
Despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(421.327)	(117.398)	(79.423)	(523.849)	(210.774)	(114.877)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(287.644)	(1.405)	(5.453)	(385.094)	(70.843)	(59.824)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(133.683)	(115.993)	(73.970)	(138.755)	(139.931)	(55.053)

O reconhecimento dos valores acima mencionados resultou em uma alíquota efetiva de 37,6% na Controladora e 42,8% no Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (42,9% na Controladora e 55,2% no Consolidado em 31 de dezembro de 2011).

Assim como nos anos anteriores, nenhuma das empresas da amostra efetuou a conciliação entre alíquota nominal e efetiva conforme modelo sugerido nos exemplos ilustrativos anexos ao IAS 12 (Anexo C, exemplo 2).

IFRS 2012 - Livro Vermelho - Tradução Ibracon

(ii) uma conciliação numérica entre a alíquota fiscal efetiva média e a alíquota fiscal aplicável, divulgando também a base sobre a qual a alíquota fiscal aplicável é computada.

	X5	X6
	%	%
Alíquota fiscal aplicável	40,0	35,0
Efeito fiscal de despesas não dedutíveis para propósitos fiscais:		
Doações a instituições de caridade	2,3	1,4
Multas por poluição ambiental	3,2	-
Efeitos sobre os impostos diferidos de abertura da redução na alíquota fiscal	-	(12,9)
Alíquota fiscal efetiva média (despesa de imposto dividida pelo lucro antes de impostos)	45,5	23,5

Divulgações sobre a despesa (receita) tributária

Segundo o CPC 32, os principais componentes da despesa (receita) tributária devem ser divulgados separadamente, evidenciando, por exemplo, o valor de:

- ▶ Despesa (receita) tributária corrente;
- ▶ Despesa (receita) com tributo diferido relacionado com a origem e reversão de diferenças temporárias;
- ▶ Benefícios que surgem de um prejuízo fiscal não reconhecido previamente, crédito fiscal ou diferença temporária de um período anterior que é usado para reduzir a despesa tributária corrente;
- ▶ Despesa com tributo diferido advinda da baixa, ou reversão de uma baixa anterior, de um ativo fiscal diferido.

O Bradesco foi uma das empresas que publicaram o detalhamento das despesas.

Demonstração Financeira do Bradesco, Nota Explicativa nº 17

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(6.628.903)	(5.268.788)	(6.052.588)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização sobre adições temporárias	2.548.562	1.894.882	1.034.023
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(151.777)	(120.505)	(72.954)
Prejuízo fiscal	(178.052)	(264.594)	(301.294)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	150.424	147.875	62.034
Prejuízo fiscal	109.208	17.103	58.855
Total dos impostos diferidos	2.478.365	1.674.761	780.664
Imposto de renda e contribuição social	(4.150.538)	(3.594.027)	(5.271.924)

Divulgações sobre ativos e passivos fiscais diferidos

Dentre as empresas da amostra, 98% registraram ativos fiscais diferidos, e 83% registraram passivos diferidos. Para melhor compreensão dos usuários das demonstrações contábeis, é importante divulgar a composição desses itens.

A Braskem foi uma das empresas que publicaram a composição dos ativos e passivos fiscais diferidos. Ao mesmo tempo em que detalhou os principais valores ativos e passivos, a Braskem também demonstrou a variação ocorrida do período, indicando se a contrapartida do impacto foi no resultado do período (dividido entre operações continuadas e em descontinuidade) ou em outras contas.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 22

Imposto diferido ativo	Em 31 de dezembro de 2011	Impacto no resultado / (despesa) receita	
		Operações em continuidade	Operações descontinuadas
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	545.147	693.162	(138.964)
Ágios amortizados	63.821	(32.389)	
Variações cambiais	11.979	203.566	
Provisões temporárias	243.806	129.900	
Combinação de negócios	238.314	5.203	
Plano de pensão	45.604	4.308	
Baixa do diferido	82.952	(22.892)	
Outros	5.521		
Total do ativo	1.237.144	980.858	(138.964)

Imposto diferido passivo	Em 31 de dezembro de 2011	Impacto no resultado / (despesa) receita	
		Operações em continuidade	Operações descontinuadas
Amortização de ágios fundamentos em rentabilidade futura	474.985	111.872	
Depreciação fiscal	213.684	177.540	
Variações cambiais	54.275	(54.275)	
Provisões temporárias	321.033	(21.500)	
Combinação de negócios	667.040	(42.223)	
Baixa do deságio da empresa incorporada	2.375	(594)	
Indexação adicional ao imobilizado	168.220	(14.031)	
Outros	51.741	13.424	
Total do passivo	1.953.353	170.213	-

Consolidado

Impacto no patrimônio / aumento (redução)	Baixa de investimento por alienação	Transferência para ativo mantido para venda	Em 31 de dezembro de 2012
			1.099.345
			31.432
			215.545
(399)	(15.006)	(2.491)	355.810
			243.517
			49.912
			60.060
(5.521)			-
(5.920)	(15.006)	(2.491)	2.055.621

Consolidado

Impacto no patrimônio / aumento (redução)	Baixa de investimento por alienação	Transferência para ativo mantido para venda	Em 31 de dezembro de 2012
			586.857
			391.224
			-
27.967			327.500
			624.817
			1.781
			154.189
(12.911)			52.254
15.056	-	-	2.138.622



Outro exemplo de divulgação da composição de ativos e passivos fiscais diferidos foi o quadro divulgado pela Copel.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 13

13.2.1 Mutações do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 01/01/2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.170	(1.170)	-
Outras adições temporárias			
Provisões para litígios	101.477	(1.056)	-
PCLD	1.478	-	-
Amortização do direito de concessão	17.573	256	-
Provisão Finam	4.726	69	-
Juros sobre o capital próprio	17.966	(1.300)	-
Outros	367	83	-
	144.757	(3.118)	-
(-) Passivo não circulante			
Regime tributário de transição - RTT			
Efeitos da aplicação do CPC 38 instrumentos financeiros	-	6.042	1.920
Exclusões temporárias			
Provisão para deságio	25.297	-	-
	25.297	6.042	1.920
Líquido	119.460	(9.160)	(1.920)



Saldo em 31/12/2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2012
-	-	-	-
100.421	2.359	-	102.780
1.478	-	-	1.478
17.829	256	-	18.085
4.795	-	-	4.795
16.666	5.043	-	21.709
450	(19)	-	431
141.639	7.639	-	149.278
7.962	(1.314)	139	6.787
25.297	-	-	25.297
33.259	(1.314)	139	32.084
108.380	8.953	(139)	117.194

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 13 - Continuação

Consolidado	Saldo em 1º.01.2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	10.966	(1.170)	-
Planos previdenciário e assistencial	135.384	18.724	-
Regime tributário de transição - RTT			
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	7.774	8.368	-
Outras adições temporárias			
Provisões para litígios	245.125	42.095	-
PSDV	107	12.248	-
Provisão para P&D e PEE	13.486	15.305	-
PCLD	24.478	17.738	-
Amortização do direito de concessão	35.917	256	-
Provisão para perdas de investimentos	355	-	-
Provisão para perdas tributárias	52	15.861	-
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-
Provisão Finam	4.726	69	-
Provisão para compra de energia	-	99.568	-
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	-	15.980	-
Juros sobre capital próprio	17.966	(1.300)	-
Outros	4.452	1.038	-
	507.710	244.780	-
(-) Passivo não circulante			
Regime tributário de transição - RTT			
Efeitos do CPC 27 custo atribuído	793.691	(52.496)	-
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	56.527	84.661	(2.476)
Efeitos do CPC 38 instrumentos financeiros	-	9.050	2.927
Outras exclusões temporárias			
Capitalização encargos financeiros	4.540	817	-
Diferimento de ganho de capital	-	-	-
Provisão para deságio	25.297	-	-
Fornecimento de gás	7.163	(1.791)	-
Outros	-	-	-
	887.218	40.241	451
Líquido	(379.508)	204.539	(451)
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	346.315		
(-) Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	725.823		
Líquido	(379.508)		

Compensados com parcelamento da dívida Lei nº 11.941	Saldo em 31.12.2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.12.2012
(7.310)	2.486	-	-	2.486
-	154.108	24.204	-	178.312
-	16.142	71.157	-	87.299
-	287.220	50.808	-	338.028
-	12.355	41.631	-	53.986
-	28.791	17.999	-	46.790
-	42.216	(764)	-	41.452
-	36.173	256	-	36.429
-	355	-	-	355
-	15.913	(1.066)	-	14.847
-	6.922	-	-	6.922
-	4.795	-	-	4.795
-	99.568	(2.535)	-	97.033
-	15.980	(6.309)	-	9.671
-	16.666	5.043	-	21.709
-	5.490	1.354	-	6.844
(7.310)	745.180	201.778	-	946.958
-	741.195	(52.035)	-	689.160
-	138.712	(134.138)	(4.459)	115
-	11.977	2.158	907	15.042
-	5.357	-	-	5.357
-	-	175.450	-	175.450
-	25.297	-	-	25.297
-	5.372	(1.791)	-	3.581
-	-	-	1.076	1.076
-	927.910	(10.356)	(2.476)	915.078
(7.310)	(182.730)	212.134	2.476	31.880
	465.536			647.804
	648.266			615.924
	(182.730)			31.880

As empresas deverão divulgar o valor do ativo fiscal diferido e a natureza da evidência que comprova o seu reconhecimento, quando:

- ▶ A utilização do ativo fiscal diferido depende de lucros futuros tributáveis superiores aos lucros advindos da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes; e
- ▶ A entidade tenha sofrido prejuízo quer no período corrente quer no período precedente na jurisdição fiscal com o qual o ativo fiscal diferido está relacionado.

A Braskem fez uma descrição detalhada dos fundamentos para realização dos ativos fiscais diferidos.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 22

(b) Realização do IR e CSL diferidos

						Controladora
Imposto diferido ativo	Nota	2012	2013	2014 e 2015	2016 e 2017	2018 em diante
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	2.19	444.332	4.926	426.105	13.301	
Ágios amortizados	(i)	28.126	18.937	3.172	2.101	3.916
Variações cambiais	(ii)	205.725				205.725
Provisões temporárias	(iii)	277.549	145.717	9.819	9.819	112.194
Combinação de negócios	(iv)	89.770				89.770
Plano de pensão	(v)	49.912	49.912			
Baixa do diferido	(vi)	5.197	5.197			
Total do ativo		1.100.611	224.689	439.096	25.221	411.605

						Consolidado
Imposto diferido ativo	Nota	2012	2013	2014 e 2015	2016 e 2017	2018 em diante
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	2.19	1.099.345	4.926	573.375	324.115	196.929
Ágios amortizados	(i)	31.432	19.368	4.035	2.963	5.066
Variações cambiais	(ii)	215.545				215.545
Provisões temporárias	(iii)	355.810	161.071	19.291	13.580	161.868
Combinação de negócios	(iv)	243.517				243.517
Plano de pensão	(v)	49.912	49.912			
Baixa do diferido	(vi)	60.060	22.087	33.780	4.193	
Total do ativo		2.055.621	257.364	630.481	344.851	822.925



Controladora

Imposto diferido passivo	Nota	2012	2013	2014 e 2015	2016 e 2017	2018 em diante
Amortização de ágios fundamentos em rentabilidade futura	(vii)	510.308				510.308
Depreciação fiscal	(viii)	208.849				208.849
Provisões temporárias	(ix)	8.014	590	1.180	3.184	3.060
Combinação de negócios	(x)	85.746	2.201	4.401	4.401	74.743
Baixa do deságio da empresa incorporada	(xi)	1.781	594	1.187		
Indexação adicional ao imobilizado	(xii)	154.188	16.232	32.463	32.463	73.030
Outros		46.857				46.857
Total do passivo		1.015.743	19.617	39.231	40.048	916.847

Consolidado

Imposto diferido passivo	Nota	2012	2013	2014 e 2015	2016 e 2017	2018 em diante
Amortização de ágios fundamentos em rentabilidade futura	(vii)	586.857				586.857
Depreciação fiscal	(viii)	391.224				391.224
Provisões temporárias	(ix)	327.500	32.957	65.914	67.534	161.095
Combinação de negócios	(x)	624.817	40.469	80.938	80.938	422.472
Baixa do deságio da empresa incorporada	(xi)	1.781	594	1.187		
Indexação adicional ao imobilizado	(xii)	154.189	16.232	32.463	32.463	73.031
Outros		52.254				52.254
Total do passivo		2.138.622	90.252	180.502	180.935	1.686.933

Fundamentação para constituição e realização:

- (i) Ágios contábeis de investimentos incorporados, amortizados antes da Lei 11.638/07 que estão controlados no LALUR. A realização fiscal é feita com base na regra fiscal de amortização.
- (ii) Variação cambial de ativos e passivos em moeda estrangeira cuja realização fiscal se dará pelo recebimento ou pagamento dos títulos.
- (iii) Despesas contábeis ainda não dedutíveis para apuração do IR e CSL cujo aproveitamento fiscal ocorrerá em períodos seguintes.
- (iv) Refere-se a: (i) ágio fiscal gerado na aquisição da Quattor; e (ii) contingências reconhecidas na combinação de negócios da Quattor. A realização fiscal dos ágios se dará quando da incorporação do investimento e das contingências a partir das baixas por liquidação ou reversão dos processos envolvidos.
- (v) Provisão do plano de benefício da Petros Copesul, com realização prevista para 2013.
- (vi) Valores constituídos sobre os ativos diferidos baixados pela aplicação da Lei 11.638/07. A realização fiscal é feita conforme aplicação da taxa de amortização utilizada antes da aplicação dessa lei.
- (vii) Ágios de rentabilidade futura de empresas incorporadas que não são amortizados contabilmente desde a aplicação da Lei 11.638/07. A realização fiscal está associada ao impairment ou realização dos ativos relacionados ao ágio.
- (viii) Diferença entre as taxas de depreciação contábil e fiscal conforme Parecer Normativo nº 1 de 29 de julho de 2011.
- (ix) Receitas contábeis ainda não tributáveis para apuração do IR e CSL cuja tributação ocorrerá em períodos seguintes.
- (x) Valores de mais valia de imobilizado e intangíveis identificados nas combinações de negócios da Quattor, Unipar e Petroquímica Triunfo, cuja realização fiscal se dá pela depreciação e amortização desses ativos.
- (xi) Baixa do deságio contábil da incorporada Cinal, oferecido à tributação com base na amortização fiscal.
- (xii) Ajuste da indexação adicional do imobilizado, cuja realização fiscal se dá pela depreciação dos ativos.

O Itaú, ao informar as projeções para realização dos ativos fiscais diferidos, teve a preocupação de esclarecer que o lucro contábil não tem relação direta com o lucro tributável e que, portanto, os valores utilizados como base para estimar a realização dos ativos fiscais diferidos não devem ser tomados como estimativa do lucro contábil.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 27

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2012, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos		
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%			Líquidos	%
2013	11.203	36%	572	14%	11.775	34%	(2.302)	24%	9.473	37%
2014	3.663	12%	571	14%	4.234	12%	(1.615)	17%	2.619	10%
2015	5.357	17%	405	10%	5.762	16%	(2.052)	21%	3.710	15%
2016	2.420	8%	1.164	29%	3.584	10%	(1.002)	10%	2.582	10%
2017	1.424	5%	1.141	29%	2.565	7%	(631)	7%	1.934	8%
Acima de 2017	6.981	22%	102	4%	7.083	21%	(2.058)	21%	5.025	20%
Total	31.048	100%	3.955	100%	35.003	100%	(9.660)	100%	25.343	100%
Valor Presente (*)	27.151		3.514		30.665		(8.480)		22.185	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Os ativos fiscais diferidos só devem ser reconhecidos na medida em que for possível compensá-los com resultados tributáveis no futuro. O CPC 32 exige a divulgação do valor (e a data de expiração, se houver) das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados para os quais nenhum ativo fiscal diferido está sendo reconhecido no balanço patrimonial.

O CPC 32 ainda expõe que os saldos de ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes devem ser compensados quando "a entidade tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

A norma também aborda que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos também devem ser compensados quando a "entidade tiver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes" e quando os "ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:

- (a) na mesma entidade tributável; ou
- (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados".

A Gerdau apresentou tais informações de forma discursiva. Nos parágrafos iniciais da nota, a empresa informa os valores dos ativos fiscais reconhecidos e não reconhecidos, bem como a data de expiração do direito de compensação.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 19

Em 31/12/2012, a Companhia possuía um total de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Brasil de R\$ 539.676 de imposto de renda (R\$ 606.139 em 31/12/2011) e R\$ 1.252.564 de base negativa de contribuição social (R\$ 1.291.616 em 31/12/2011), representando um ativo fiscal diferido de R\$ 247.650 (R\$ 267.780 em 31/12/2011). A Companhia acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Além destes ativos fiscais diferidos, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 195.280 (R\$ 172.556 em 31/12/2011), devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em subsidiárias. Não obstante, estes prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não estão sujeitos a prazos de prescrição.

Em 31/12/2012, a controlada Gerdau Ameristeel possuía um ativo fiscal diferido de imposto de renda, oriundo de prejuízos fiscais decorrentes das suas operações no Canadá, de R\$ 151.920 (R\$ 123.572 em 31/12/2011). Estes créditos expiram em várias datas entre 2025 e 2032. A controlada acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros, e historicamente a controlada tem gerado lucros tributários suficientes para a utilização destes ativos.

Em 31/12/2012, a controlada Gerdau Ameristeel possuía R\$ 142.673 (R\$ 133.881 em 31/12/2011) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos nos Balanços Patrimoniais Consolidados.

Essas perdas se referem primariamente à baixa de investimentos de longo prazo da Gerdau Ameristeel e atualmente não têm uma data final para expirar, exceto por montantes de R\$ 69.786 e R\$ 1.667 incluídos no balanço patrimonial em 31/12/2012 que expiram em 2015 e 2016, respectivamente (R\$ 61.836 e R\$ 1.713 em 31/12/2011). A controlada possuía várias perdas fiscais estaduais totalizando R\$ 144.982 (R\$ 208.060 em 31/12/2011), as quais não foram reconhecidas no balanço da controlada, que expiram em várias datas entre 2013 e 2032.

A controlada também tinha R\$ 92.485 em 31/12/2012 (R\$ 76.771 em 31/12/2011) de créditos fiscais estaduais que não foram reconhecidos nos Balanços Patrimoniais do consolidado. Estes créditos expiram em várias datas entre 2015 e 2018, com exceção de uma parcela de R\$ 6.372 (R\$ 13.147 em 31/12/2011), a qual não tem uma data final para expirar.



A MMX apresentou o seguinte detalhamento dos itens não reconhecidos.

Demonstração Financeira da MMX, Nota Explicativa nº 19

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízos fiscais	92.623	85.740	282.399	221.513
Base negativa de contribuição social	33.345	30.867	101.664	79.744
Provisão para contingências	1	19	1.346	1.498
Ajustes Lei nº 11.638/07 - Ajuste a Valor Presente (AVP)	110.431	-	110.425	12.485
Variação cambial	31.841	-	31.841	-
Outros ajustes	-	-	2.874	2.517
	268.241	116.626	530.549	317.757

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos decorrem dos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias que a Companhia não espera realizar na controladora.

A CSN também divulgou a respeito de ativos fiscais não reconhecidos com a respectiva data para expiração.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 8

Algumas empresas do Grupo possuem créditos fiscais no montante de R\$ 789.704 e R\$ 259.933 de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, para as quais não foram constituídos impostos diferidos, dos quais R\$ 10.769 expiram em 2013, R\$ 771 em 2014, R\$ 30.978 em 2015 e R\$ 50.225 em 2025. Demais créditos fiscais referem-se a empresas nacionais, portanto, não possuem prazo de expiração.



CPC 33

Benefícios a Empregados (IAS 19)

Os gastos com pessoal representam uma parte relevante dos custos das empresas. Isso porque, além dos salários propriamente ditos, grande parte das empresas opta por conceder benefícios adicionais a seus funcionários, como, por exemplo, plano de saúde, vale-alimentação, licenças remuneradas, previdência complementar, etc. Para fins de normas internacionais, as formas de remuneração concedidas pelas empresas aos seus funcionários em troca dos serviços prestados são denominadas de benefícios a empregados.

A contabilização de alguns tipos de benefícios a empregados é relativamente simples, como é o caso, por exemplo, de salários e férias. Por outro lado, os critérios contábeis relacionados a itens como benefícios de aposentadoria são mais específicos e levantam diversas questões acerca do respectivo passivo que deve ser reconhecido pela entidade patrocinadora ao longo do tempo.

A norma internacional que aborda a contabilização dos benefícios a empregados é a CPC 33 - Benefícios a Empregados (IAS 19). Para fins dessa norma internacional, os benefícios são divididos em quatro grupos: I) benefícios de curto prazo, que é o caso de salários, férias, plano de saúde, vale-alimentação etc.; II) benefícios pós-emprego, que são os benefícios de aposentadoria em forma de previdência complementar; III) outros benefícios de longo prazo, que é o caso de licenças remuneradas, dentre outras; e IV) benefícios por desligamento.

Nesta seção, analisamos como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências do CPC 33 nos seus balanços consolidados de 2012. A respeito disso, buscamos focar nos aspectos considerados mais polêmicos, que são justamente os benefícios pós-emprego, os quais abrangem os planos de aposentadoria e pensão.

Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Benefícios a empregados concedidos pelas empresas da nossa amostra, especialmente os benefícios pós-emprego sob a forma de planos de aposentadoria e pensão [Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD)];
- ▶ Formas de reconhecimento, mensuração e divulgação de itens dos planos de Benefício Definido (BD) para as empresas da nossa amostra, tais como:
 - ▶ Informações sobre os ativos dos planos;
 - ▶ Premissas atuariais e econômicas, dentre elas, Tábuas de mortalidade e expectativas de vida média dos participantes do grupo;
 - ▶ Reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais;
 - ▶ Análises de sensibilidade acerca das premissas.



Benefícios a empregados concedidos pelas empresas da nossa amostra

Os usuários das demonstrações contábeis têm particular interesse em saber quais são as principais despesas consumidoras dos recursos da empresa, para fins de tomada de decisão econômica sobre a empresa. Para que o usuário consiga efetivamente analisar a relevância dos valores referentes aos salários e benefícios, é importante que as empresas apresentem, em nota explicativa, o referido detalhamento dessas despesas, conforme realizado pela AmBev.

Demonstração Financeira da AmBev, Nota Explicativa nº 24

24. Folha de pagamento e benefícios relacionados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e encargos	778.865	627.779	2.159.313	1.719.853
Contribuições previdenciárias	237.075	247.285	479.724	421.873
Outros custos com pessoal	177.236	187.964	459.654	393.742
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	(50.458)	(50.616)	3.263	(13.203)
Remuneração baseada em ações	92.462	84.863	144.644	122.305
Contribuição para planos de contribuição definida	0	0	9.377	8.844
	1.235.180	1.097.275	3.255.975	2.653.414
Média de funcionários em tempo integral	16.976	19.941	51.299	46.503

A empresa Vale detalhou ainda a composição dos benefícios concedidos aos empregados, bem como explicitou sua forma de contabilização em nota explicativa.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 2

2 - Sumário das Principais Práticas e Estimativas Contábeis

v) Benefícios a empregados

i. Benefício de curto prazo - salários, férias e encargos incidentes.

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

ii. Benefício de curto prazo - participação no resultado

A Companhia adota a política de participação nos resultados tendo como base, o cumprimento de metas de desempenho individual e da Companhia. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A contrapartida da provisão é registrada como custo de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

iii. Benefício de longo prazo - incentivo de longo prazo

A Companhia estabeleceu mecanismos de premiação para seus executivos, elegíveis seguindo critérios internos (plano Matching e plano de incentivo de longo prazo - ILP), com o objetivo de incentivar a permanência e o desempenho dos mesmos. O plano Matching estabelece que estes executivos elegíveis possam vincular ao plano uma quantidade determinada de ações preferenciais classe A da Vale, de sua propriedade, e farão jus, ao final de três anos, a um prêmio em dinheiro correspondente ao valor de mercado do lote de ações vinculadas pelos executivos, desde que mantidas em sua integridade sob propriedade dos executivos em todo o decorrer do período. Assim como o plano Matching, o ILP prevê ao final de três anos o pagamento em espécie do valor equivalente a um determinado número de ações baseado na avaliação de carreira dos executivos e fatores de desempenho da Companhia em relação a um grupo de empresas de porte similar. As obrigações são medidas, em cada data de divulgação, a valor justo, baseado em cotações de mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos no resultado durante os três anos definidos como período aquisitivo. ►

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 2 - Continuação

iv Benefício de longo prazo - fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia mantém diversos planos de aposentadoria para seus funcionários.

Para os planos de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe à contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a estes planos.

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício na data, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. Os ganhos e perdas atuariais são apontados e controlados pelo método do corredor. Este método consiste em diferir os valores que ultrapassam os limites de 10% do montante de ativos ou passivos, dentre os dois, o maior, amortizando com base na expectativa de vida remanescente dos participantes ativos do plano. Para planos sem participantes ativos, o excedente é reconhecido integralmente no resultado. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit. Para os planos com posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos no resultado do exercício, segundo o método do corredor.

Benefícios pós-emprego concedidos pelas empresas da nossa amostra

Buscamos verificar quais das empresas da nossa amostra concediam benefícios pós-emprego a seus funcionários. Das 60 empresas analisadas, 42 (70%) delas informaram conceder planos de benefício, de aposentadoria e pensão, e 20 (33%) delas mostraram oferecer outros tipos de benefícios pós-emprego, tais como plano de saúde, odontológico, reembolso de medicamento etc.

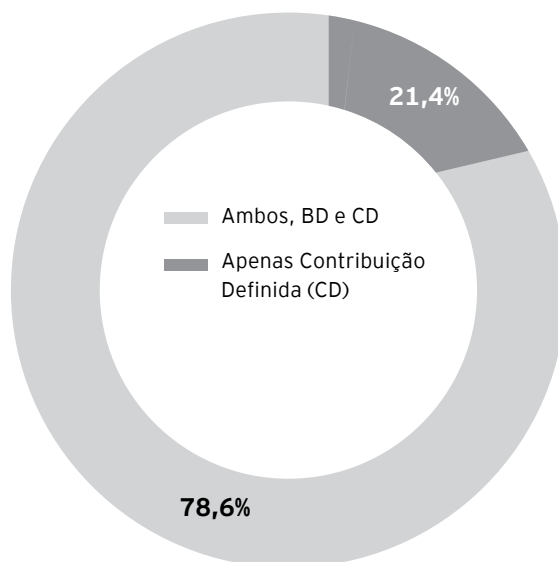
Para fins de IFRS, os planos de benefícios pós-emprego são divididos em dois grupos: Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD), dependendo da substância econômica do plano, o qual decorre dos seus termos e condições.

O fator determinante que diferencia esses dois tipos de planos é justamente o risco da empresa patrocinadora na operação. Nos planos de CD, a empresa paga a quantia que aceita contribuir a uma entidade separada, um fundo de previdência, não necessitando efetuar contribuições adicionais caso esse fundo não conte com os recursos necessários para a garantia de benefícios ou rentabilidades. Já nos planos de BD, a obrigação da empresa é prover os benefícios acordados com os empregados. Logo, a empresa incorre parcial ou integralmente tanto no risco atuarial, risco associado ao descasamento das premissas de que o custo dos benefícios seja maior que o esperado, como no risco de investimento.

Assim, em um plano de BD, caso o fundo de previdência não possua os recursos necessários para a garantia desses benefícios, a empresa patrocinadora deve reconhecer a eventual insuficiência apontada.

Das empresas da nossa amostra que afirmaram conceder benefício pós-emprego, 9 possuem apenas planos de contribuição definida (CD) e 33 possuem ambos os planos, conforme evidenciado ao lado.

Distribuição dos tipos de planos de previdência na amostra



A Localiza foi uma das empresas que informaram possuir apenas planos de contribuição definida (CD), conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 25

25. Plano de previdência complementar

Em agosto de 2011, a Companhia iniciou o patrocínio de um plano de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado por uma gestora independente de grande porte.

O plano de previdência complementar foi estabelecido sob a forma de "contribuição definida", não havendo, portanto, riscos atuariais e de investimento a serem assumidos pela Companhia como patrocinadora. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais e não há possibilidade de ganho ou perda atuarial. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, sendo a parcela da Companhia equivalente àquela efetuada pelo colaborador, que varia de acordo com uma escala de contribuição baseada em faixas salariais de 1% ou 5% da remuneração dos colaboradores.

Em julho de 2012, a Companhia assinou o Termo Aditivo ao Contrato Coletivo de Plano de Previdência Complementar aberta PGBL, no qual serão realizados aportes adicionais para Diretores Executivos que sejam ou tenham sido Diretores Estatutários que tenham trabalhado por mais de 20 anos consecutivos na Companhia, a quem faltam poucos anos para se aposentar. Estes aportes têm como objetivo contribuir para continuidade dos serviços prestados por estes Diretores, visando que os mesmos permaneçam e se aposentem na Companhia condicionados à não competição após a aposentadoria.

A adesão é optativa para Diretor Elegível que aceitar as condições estabelecidas, sobretudo a permanência de tais executivos na Companhia até a sua aposentadoria, a não concorrência por parte destes Diretores, durante o prazo de 5 anos contados do seu desligamento. Isto é: por este prazo, os Diretores elegíveis se obrigam a não concorrer, direta ou indiretamente, com a Localiza ou demais empresas do grupo, nem contribuir para que terceiros o façam, seja no Brasil ou no exterior, abstendo-se de, entre outras atividades: (i) prestar serviços como diretor, empregado, administrador, consultor, ou (ii) financiar, apoiar tecnicamente, incentivar ou pôr à disposição meios técnicos.

Após o seu desligamento da Companhia, e havendo respeitado as condições contratadas, o Diretor Elegível que aderir receberá os valores a que terá direito em 4 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira realizada imediatamente após o seu desligamento. Adicionalmente, vale esclarecer que o Diretor Elegível se declara ciente de que o descumprimento de qualquer obrigação ora estabelecida ocasionará a imediata interrupção de crédito e liberação das parcelas restantes da Previdência Complementar, bem como ensejará a imediata restituição de todas as parcelas da Previdência Complementar já creditadas, liberadas ou recebidas, devidamente reajustadas com base na variação do IPCA, sem prejuízo de outras penalidades legais ou de responsabilidade civil indenizatória pelos danos causados.

Em 31 de dezembro de 2012, as contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$ 3.615 na controladora e R\$ 5.213 no consolidado, sendo alocadas na rubrica de "Custo", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais, administrativas e outras", na demonstração do resultado do exercício, conforme alocação funcional dos respectivos colaboradores.



Entre as empresas que possuem tanto planos de BD quanto planos de CD, encontra-se a Telefônica, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Financeira da Telefônica, Nota Explicativa nº 35

35. Planos de benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo ⁽¹⁾	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás.
PAMA-PCE	Assistência médica	Sistel	Telefônica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás.
CTB	BD	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Vivo
PREV	Híbrido	VisãoPrev ⁽²⁾	Vivo
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom, Telefônica Data, Telefônica Brasil, Vivo e Visão Prev Companhia de Previdência Complementar

⁽¹⁾ BD=Plano de benefício definido; CD=Plano de contribuição definida; Híbrido= Plano de benefícios que oferece tanto benefício estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

⁽²⁾ Exceto o plano CelPrev, administração pela Sistel.

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinaram planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) Pama; iii) CTB; iv) PBS-Telefônica, PBS_Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular - Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (Pama) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sispel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

Plano	%
PBS Telesp	6,82
PBS Telesp Celular	7,16
PBS Tele Sudeste Celular	6,64
PBS Telemig Celular	6,11
Pama	1,5

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida - o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições individuais dos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da companhia e suas coligadas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev de sua controlada Vivo, em função do percentual escolhido pelo participante.

Tendo em vista os riscos assumidos pelas empresas nos planos de BD, as empresas têm promovido alterações nos seus planos beneficiários. Um reflexo disso é que algumas empresas não aceitam novas adesões, como é o caso da Brasil Telecom.

Demonstração Financeira da Brasil Telecom, Nota Explicativa nº 26

26. Benefícios a empregados

(a) Fundos de pensão

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Além disso, dentro da estratégia de mudança nos seus planos beneficiários, algumas empresas estão ampliando os incentivos para os empregados que se dispuserem a migrar da modalidade BD para CD. Exemplo disso foi adotado pelo Banco Bradesco, conforme nota a seguir.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 37

37) Planos fechados de previdência complementar

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

Além do plano (PGBL) anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes que optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano. Para os participantes do plano de benefício definido, migrados ou não para PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

As contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e suas controladas são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário, exceto para os participantes que, em 2001, optaram por migrar do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida (PGBL), cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando sempre o mínimo de 4% do salário.

Das empresas da amostra, 20 (33%) delas mostraram que oferecem outros tipos de benefícios pós-emprego, tais como plano de saúde, odontológico, reembolso de medicamento, como é o caso da Gerdau a seguir.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 19

Nota 19 - Benefícios a empregados

c) Plano de benefício de saúde - pós-emprego

O plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. As subsidiárias nos Estados Unidos e Canadá têm o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	4.430	3.574
Custo dos juros	17.321	15.542
Custo líquido com plano de saúde	21.751	19.116

Divulgação sobre aspectos dos planos de benefício definido (BD) pelas empresas da nossa amostra

Dada a inerente complexidade da contabilização de planos de BD, sendo necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, diversas são as informações que devem ser divulgadas pelas empresas. No nosso estudo, identificamos que das 33 empresas que têm plano de BD, 31 (94%) divulgam informações sobre política contábil e descrição geral da característica do plano.

Informações sobre os ativos dos planos

Uma dessas evidenciações requeridas refere-se a informações sobre os ativos do plano, especialmente sua composição, que foi informada por 25 empresas (76% das com BD). Entre as empresas que realizaram essa divulgação, segue exemplo de nota explicativa da Copel.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 23

23 Benefícios Pós-Emprego

23.4.6 Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 01/01/2011	3.939.606	128.560
Retorno esperado dos ativos	441.922	13.556
Contribuições e aportes	24.121	0
Benefícios pagos	(243.185)	(100.235)
Ganhos / (perdas) atuariais	(178.321)	78.909
Valor justo do ativo do plano em 31/12/2011	3.984.143	120.790
Retorno esperado dos ativos	421.581	13.867
Contribuições e aportes	27.027	0
Benefícios pagos	(264.676)	(13.277)
Benefícios concedidos	244	0
Ganhos / (perdas) atuariais	973.555	27.316
Valor justo do ativo do plano em 31/12/2012	5.141.874	148.696

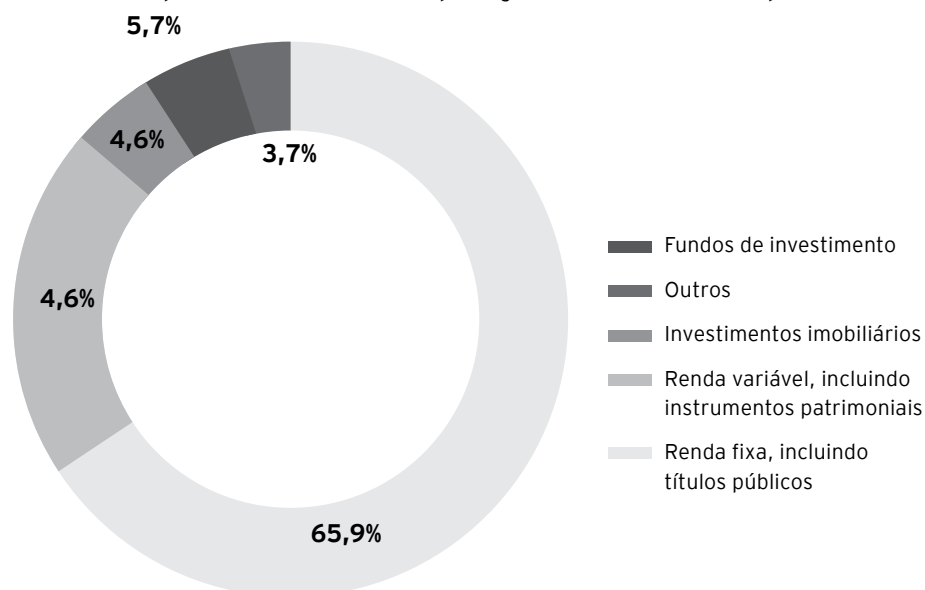
23.4.10 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2012 e a alocação-meta para 2013, por categoria de ativos, são as seguintes:

Consolidado	Meta para 2013	2012
Renda fixa	85,80%	87,40%
Renda variável	10,30%	9,4%
Empréstimos	1,5%	1,5%
Imóveis	1,7%	1,6%
Investimentos estruturados	0,7%	0,1%
	100,00%	100,00%

Por meio da tabulação dos dados das empresas que publicaram a composição dos ativos, conseguimos identificar que os ativos das empresas estão concentrados especialmente em títulos de renda fixa (66%), refletindo o perfil de aplicação da Copel, conforme mostrado no gráfico ao lado.

Média dos percentuais de composição dos ativos dos planos de BD



Outra importante informação sobre os ativos dos planos é a descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada do retorno dos seus ativos. Apenas 17 (52%) das 33 empresas que possuem planos de BD cumpriram essa exigência de divulgação: uma delas foi a empresa Telefônica Brasil, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da Telefônica Brasil, Nota Explicativa nº 35

35. Planos de benefícios pós-emprego

i) Rendimento esperado de longo prazo dos investimentos

	2012	2011
Percentual de alocação dos ativos dos planos		
Instrumento de capital	11,52%	5,87%
Instrumento de dívida	88,30%	92,87%
Outros	0,18%	1,26%
Total	100,00%	100,00%

	2012	2011
Retorno esperado dos ativos dos planos		
Instrumento de capital	8,5% a 11,4%	16,36%
Instrumento de dívida	8,5% a 9,06%	12,46%
Outros	8,5% a 10,57%	11,67%

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo, com base nas projeções de longo prazo fornecidas pela Tendências Consultoria e dados da Anbima, entre outros, conforme segue:

- ▶ Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco apurado pelo atuário consultor;
- ▶ Títulos pré-fixados; taxa média, ponderada pelas LTNs disponíveis e portfólio do mercado de NTN-Fs;
- ▶ Ativos atrelados à inflação: taxa média, ponderada pela carteira das NTN-Bs e NTN-Cs disponíveis no mercado;
- ▶ Títulos cambiais: taxa ponderada da Selic pela taxa da variação cambial projetada para os próximos 10 anos;
- ▶ Ativos de renda fixa: variação da taxa média de juros nominais internos, projetada para os próximos 10 anos;
- ▶ Empréstimos a participantes: é considerada a maior taxa entre o CDI e a meta atuarial do plano;
- ▶ Imóveis: foi utilizada a meta atuarial do plano utilizada por seu administrador.

Deve ser publicado ainda o retorno real dos ativos do plano. Essa informação foi detalhada apenas por 13 (39%) empresas, dentre elas o Banco do Brasil, que comparou o retorno esperado com o retorno real.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 42

42 - Benefícios a Empregados

c) Avaliações atuariais

Comparativo evidenciando o retorno esperado e o retorno real

Taxa nominal de rendimentos esperados sobre os ativos do plano

Rendimento esperado dos ativos para o período (R\$ mil)⁽¹⁾

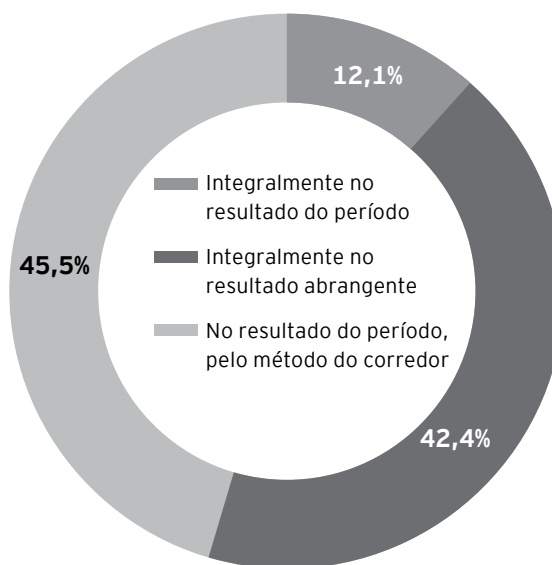
Rendimento efetivo (R\$ mil)⁽²⁾

Política de reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais

Os valores reconhecidos como resultado com benefícios dos planos de BD incluem o custo do serviço, o rendimento esperado dos ativos dos planos e o custo de juros líquido. Outra parcela, os ganhos ou perdas atuariais, gerada pelas mudanças nas estimativas atuariais, pode ser registrada como (i) integralmente no resultado; (ii) integralmente no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial (Resultados Abrangente), ou (iii) no Resultado pelo método do corredor.

De acordo com o CPC 33, as empresas devem ainda evidenciar a política contábil adotada no reconhecimento desses ganhos ou perdas atuariais. Entre as empresas da nossa amostra que possuíam planos de benefício definido, não houve uma uniformidade no reconhecimento desses valores: das 33 empresas, 4 (12%) optaram por reconhecer os ganhos ou perdas atuariais de forma integral no resultado do período, 14 (42%) optaram por reconhecê-los integralmente no patrimônio líquido (Resultado Abrangente) e 15 (45%) optaram por reconhecer tais valores pelo método do "corredor" no resultado do período. Ressalta-se ainda, que todas as empresas divulgaram essa informação, conforme mostrado no gráfico ao lado:

Critérios de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos planos BD



Plano 1 - Prev		Plano informal - Prev		Plano de associados - Cassi		Outros planos	
Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
10,56% a.a.	10,96% a.a.	0	0	0	0	10,56% a.a.	10,96% a.a.
13.460.271	14.934.610	0	0	0	0	474.934	478.661
24.930.026	(2.264.406)	0	0	0	0	689.777	354.792

Vale salientar que está prevista uma alteração para o IAS 19, que entrará em vigor em 2013, que prevê a eliminação do método do corredor, devendo os ganhos ou perdas atuariais serem reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão, e no resultado para os demais benefícios de longo prazo, entre outras alterações. Essa mudança está explicitada nas notas explicativas da Copel, que apresenta o efeito estimado dessa alteração nos seus números.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 23

23 Benefícios Pós-Emprego

23.4.4 Avaliação atuarial

Até o final deste exercício, os ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais foram reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente foram reconhecidos na extensão que superassem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado. A partir de 01 de janeiro de 2013, com as alterações introduzidas através do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionado à Norma Internacional de Contabilidade - IAS 19 Employee Benefits (IASB - BV 2012), aprovado pela Deliberação CVM n 695, os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente (vide nota 3.27).

O efeito estimado da revisão do CPC 33/IAS 19, com a eliminação do diferimento das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor), resultará no aumento do passivo atuarial em R\$ 172.807, tendo como contrapartida um aumento do ativo fiscal diferido em R\$ 58.754 e uma redução de R\$ 114.053 no patrimônio líquido da Companhia.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos significantes em suas demonstrações financeiras.





Uma das empresas que apresentaram o ganho ou perda atuarial no resultado do período foi o Itaú Unibanco, mostrado na nota a seguir.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Notas Explicativas nºs 2.4 e 29

2.4 Resumo das principais políticas contábeis

q) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado do período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas - Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- ▶ O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- ▶ Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- ▶ Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- ▶ Custo de serviço passado - é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- ▶ Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

Nota 29 - Benefícios a empregados

V) Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total das Despesas reconhecidas nos Planos de Benefícios Definidos inclui os seguintes componentes para:

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Custo do Serviço Corrente	(85)	(91)
Custo de Juros	(985)	(930)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	1.303	1.342
Efeitos Cisão Parcial Redecard	0	(1)
Efeito na restrição do Ativo	(874)	(154)
Ganho/(Perda) no Exercício	501	(367)
Contribuições de Participantes	15	9
Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período	(125)	(192)



Por outro lado, uma das empresas que apresentaram o ganho ou perda atuarial no PL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros resultados abrangentes foi a Telefônica Brasil, mostrada na nota a seguir.

Demonstração Financeira da Telefônica Brasil, Nota Explicativa nº 35

35. Planos de benefícios Pós-emprego

b) Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado

2012						
	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	Total
Custo do serviço prestado	-	165	853	4.601	3.872	9.491
Custo dos juros	3.164	35.026	22.780	3.085	4.260	68.315
Rendimento esperado dos ativos	-	(10.847)	(35.944)	(13.392)	(9.001)	(69.184)
Total	3.164	24.344	(12.311)	(5.706)	(869)	8.622

2011						
	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	Total
Custo do serviço prestado	-	252	821	3.971	2.482	7.526
Custo dos juros	1.978	29.173	17.838	3.062	3.487	55.538
Rendimento esperado dos ativos	-	(8.163)	(25.654)	(6.940)	(5.795)	(46.552)
Total	1.978	21.262	(6.995)	93	174	16.512

c) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

2012						
	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	Total
(Ganhos) e perdas atuariais	17.216	43.940	(48.381)	57.611	(20.559)	49.827
Efeito limitador	-	-	59.051	(35.690)	(3.406)	19.955
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	17.216	43.940	10.670	21.921	(23.965)	69.782

Premissas atuariais e econômicas

É igualmente importante que as empresas informem as premissas utilizadas nos seus cálculos atuariais, tais como taxas de juros e inflação, tábua de mortalidade e rotatividade, dentre outras, a exemplo da divulgação feita também pela Light.

Demonstração Financeira da Light, Nota Explicativa nº 21

21. Benefícios Pós-emprego

a) Descrição dos planos

Premissas Atuariais

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,26%	10,56%	10,66%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	8,26%	10,96%	10,96%
Taxa anual de inflação	4,50%	4,50%	4,40%
Taxa de crescimento salarial	7,01%	6,59%	6,49%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%	4,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade	AT-83 ⁽¹⁾	AT-83 ⁽¹⁾	AT-83 ⁽¹⁾
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	Light - Forte	Light - Forte	Light - Forte
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	Light - Forte	Light - Forte	Light - Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57
Participantes ativos	2.802	3.452	3.454
Participantes aposentados e pensionistas	5.754	5.671	5.679

⁽¹⁾ Tábua sem agravamento

A Copel, de modo diferente da maioria das empresas da amostra, apresentou de forma mais descritiva as expectativas de vida média dos participantes do grupo, ao contrário de grande parte das empresas, que apenas mencionou as tábuas de mortalidade. Esse aspecto está evidenciado a seguir.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 23

23 Benefícios Pós-Emprego

23.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09

23.4.3 Expectativa de vida a partir da idade média - Tábua AT - 2000 (em anos)

Consolidado	Plano BD	Plano CD
Em 31/12/2012		
Participantes aposentados	18,00	25,30
Participantes pensionistas	21,30	33,80
Em 31/12/2011		
Participantes aposentados	21,50	26,19
Participantes pensionistas	23,06	31,46

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64,0 anos

Análises de sensibilidade acerca das premissas e reconciliações feitas

A empresa deve fazer ainda análise de sensibilidade, mostrando, entre outros itens, o efeito do aumento/decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos. Das 33 empresas com plano de BD, 9 (27%) fizeram essa divulgação, como foi o caso da Copel.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 23

23 Benefícios Pós-Emprego

23.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09

23.4.8 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviços e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	3,30%	-7,09%	11,95%
Impactos em milhares de reais - R\$		(323.601)	545.214
Impactos nas obrigações do programa de saúde	3,84%	-12,52%	17,95%
Impactos em milhares de reais - R\$		(79.547)	114.034
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	10,99%	-9,63%
Impactos no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		82.561	(72.341)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,18%	2,12%
Impactos em milhares de reais - R\$		(8.397)	96.615
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-1,22%	1,00%
Impactos em milhares de reais - R\$		(7.736)	6.348

Conforme o CPC 33, as empresas devem também conciliar a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, demonstrando, separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos itens: Custos do Serviço, Contribuições dos Participantes, Ganhos e Perdas Atuariais etc. Sobre esse aspecto, o Banco do Brasil apresentou a referida reconciliação.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 42

c) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31/12/2012 e 31/12/2011

Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ	
	Exerc. 2012	Exerc. 2011
Saldo inicial	(98.849.541)	(90.805.477)
Custo dos juros	(10.235.720)	(9.798.080)
Custo do serviço corrente	(514.081)	(517.332)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	7.502.104	6.718.424
Passivos transferidos de outros planos	-	-
Reduções/Liquidações ⁽¹⁾	-	-
Ganho/(perda) atuarial sobre a obrigação atuarial ⁽²⁾	(26.316.202)	(4.447.076)
Saldo final	(128.413.440)	(98.849.541)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(128.413.440)	(98.849.541)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-

⁽¹⁾ No Plano Informal, refere-se substancialmente à migração do Grupo Especial para o Plano 1 da Previ (Notas 42.e e 42.f).

⁽²⁾ A perda atuarial no exercício de 2012 decorre substancialmente da redução da taxa de desconto, quem em 31/12/2011 era de 10,56% a.a. e em 31/12/2012 passou a ser 8,71% a.a.

Outra conciliação requerida é a mudança do valor justo dos ativos do plano e de quaisquer direitos de reembolso reconhecidos, conforme informado também pelo Banco do Brasil.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 42

c) Avaliações atuariais

Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ	
	Exerc/2012	Exerc/2011
Saldo inicial	133.079.396	141.566.322
Rendimento estimado dos ativos do plano	13.460.271	14.934.610
Contribuições recebidas	1.521.818	495.904
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(7.502.104)	(6.718.424)
Transferência de patrimônio	-	-
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	11.469.755	(17.199.016)
Saldo final	152.029.136	133.079.396

R\$ mil

Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
Exerc. 2012	Exerc. 2011	Exerc. 2012	Exerc. 2011	Exerc. 2012	Exerc. 2011
(1.905.370)	(1.994.759)	(6.046.932)	(5.297.173)	(5.622.610)	(5.189.411)
(177.875)	(204.672)	(625.078)	(577.040)	(573.868)	(540.832)
-	-	(95.589)	(84.607)	(38.113)	(49.031)
297.318	297.618	487.418	503.816	403.496	371.864
-	-	-	-	-	(6.576)
1.217.263	-	-	-	130.640	-
(522.353)	(3.557)	(1.437.674)	(591.928)	(1.249.223)	(208.624)
(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(6.949.678)	(5.622.610)
-	-	-	-	(4.921.429)	(4.477.749)
(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(2.028.249)	(1.144.861)

R\$ mil

Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
-	-	-	-	4.477.749	4.339.122
-	-	-	-	474.934	478.661
297.318	297.618	487.418	503.816	157.399	155.699
(297.318)	(297.618)	(487.418)	(503.816)	(403.496)	(371.864)
-	-	-	-	0	6.576
-	-	-	-	214.843	(130.445)
-	-	-	-	4.921.429	4.477.749

Outras informações requeridas

Outra informação requerida é a estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício que se inicia. Na nossa pesquisa, 21 (64%) das empresas com plano de BD apresentaram a informação, dentre elas a Cemig.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 21

21. Obrigações Pós-emprego

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2013 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria Forluz	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	566.992	51.295	1.454	17.348

Devem ser ainda publicados os montantes para o exercício corrente e para os quatro exercícios anteriores do valor presente da obrigação de benefícios definidos; valor justo dos ativos do plano; superávit ou déficit do plano; e os ajustes de experiência resultantes de histórico dos ganhos e perdas atuariais. Nesse caso, 12 empresas apresentaram a informação, o que representa 36% das empresas que declararam pagar esse benefício.

Em suma, com base nos resultados apresentados, percebe-se que uma parte significativa das empresas analisadas não apresenta as divulgações completas exigidas pelo CPC 33. Nesse sentido, ressaltamos que existem oportunidades de melhoria sobre as evidenciações relativas a essa norma.



CPCs 38, 39 e 40

Instrumentos Financeiros
(IAS 32, IAS 39 e IFRS 7)
- Instituições Financeiras

Nesta seção, analisamos o impacto das exigências presentes nas normas de Instrumentos Financeiros (CPC 38, 39 e 40), nas demonstrações consolidadas publicadas em 2012 pelas instituições financeiras que compõem a amostra do trabalho, que são os bancos do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander.

As normas relativas a instrumentos financeiros são de fundamental importância na contabilização das operações efetuadas pelas instituições financeiras, especialmente devido ao nível de significância dos instrumentos financeiros ativos e passivos em relação ao total do ativo e passivo dos bancos. Pela definição, um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. E essa é essência do negócio das instituições financeiras, no desempenho do seu papel de intermediador de recursos financeiros, captando e aplicando recursos.

Publicação das demonstrações contábeis das instituições financeiras em IFRS e Cosif

A contabilidade das instituições financeiras tem peculiaridades a serem seguidas que diferem das exigências feitas às empresas não financeiras, no Brasil. As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil (Bacen) e a leis e regulamentos específicos. A Lei 4.595/64 dá competência ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para expedir normas gerais de contabilidade para o setor, e a Lei 6.385/76 reforça essa competência. Essa estrutura legal tem permitido ao Bacen impedir a adoção plena dos CPCs por parte das instituições financeiras, a não ser nas demonstrações consolidadas das grandes instituições, que as elaboram adicionalmente às feitas sob os critérios brasileiros mas não as divulgam em conjunto com estas. Isso apesar de o Bacen elaborar e divulgar suas próprias demonstrações em IFRS há já muitos anos.

As companhias abertas não financeiras, reguladas pela CVM, são obrigadas a seguir, tanto para o balanço individual como para o consolidado, todas as determinações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que seguem as normas do IFRS. No entanto, o uso do IFRS não vale para os balanços individuais das instituições financeiras nem para suas demonstrações consolidadas divulgadas junto com as individuais, que continuam a seguir as normas do órgão regulador, Bacen (Cosif), que por sua vez não tem previsão de alinhamento ao IFRS. Assim, o Bacen exige a divulgação de duas demonstrações financeiras a partir do exercício de 2010, o balanço consolidado em IFRS (para os grandes) e os balanços individual e consolidado (para todos) conforme a regra contábil do Bacen, devendo ser publicados separadamente.

Evidenciações sobre instrumentos financeiros

Para que a necessidade dos usuários da informação contábil seja atendida, os bancos devem apresentar diversas informações acerca da natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros aos quais estão expostos. Neste estudo, foram analisados os seguintes aspectos sobre instrumentos financeiros em bancos:

a) Segregação, definição e efeito dos instrumentos financeiros

1. Segregação e classificação para fins de mensuração e apresentação
2. Categorias de instrumentos financeiros
3. Efeito no resultado e no resultado abrangente do exercício

b) Mensuração dos instrumentos financeiros: valor justo e custo amortizado

1. Valor justo
2. Custo amortizado

c) *Impairment*: redução ao valor recuperável de ativos financeiros

1. Empréstimos a clientes
2. Ativos financeiros disponíveis para venda
3. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

d) Derivativos e aplicação do *hedge accounting*

1. Derivativos para negociação
2. Derivativos qualificados para o *hedge accounting*

e) Divulgações sobre riscos

1. Risco de crédito
2. Risco de liquidez
3. Risco de mercado

f) Reconciliação com Cosif

a) Segregação, definição e efeito dos instrumentos financeiros

1. Segregação e classificação para fins de mensuração e apresentação

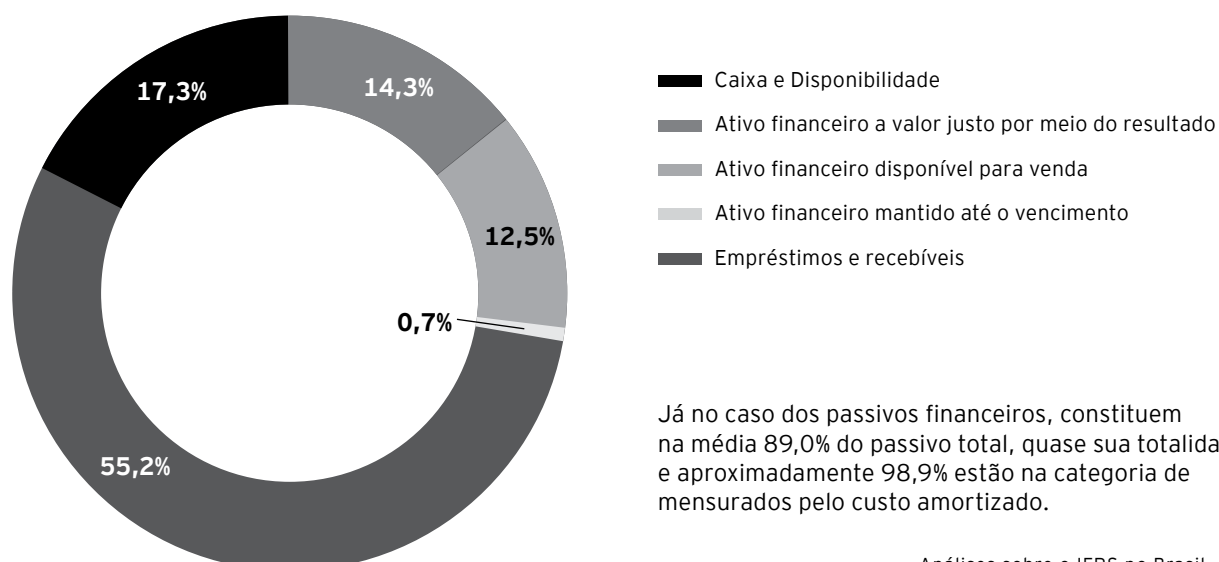
Os bancos segregam os instrumentos financeiros por base de mensuração, conforme sugerido pela norma IFRS, e por categoria para fins de apresentação desses instrumentos no Balanço Patrimonial. O Itaú Unibanco, por exemplo, adota a seguinte classificação dos ativos e passivos financeiros.

Ativos Financeiros	
Para Fins de Mensuração	Para Fins de Apresentação
i. Disponibilidade	i. Disponibilidades
ii. Ativos Financeiros pelo valor justo por meio do resultado;	ii. Depósitos Compulsórios no Banco Central
a. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (inclusive derivativos)	iii. Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
b. Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	iv. Aplicações no Mercado Aberto
iii. Ativos Financeiros disponíveis para venda;	v. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação
iv. Ativos Financeiros mantidos até o vencimento;	vi. Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado
a. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	vii. Derivativos
b. Outros Ativos Financeiros	viii. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda
v. Empréstimos e recebíveis;	ix. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento
a. Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	x. Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquidas
b. Depósitos Compulsórios no Banco Central	a. Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro
c. Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	b. (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
d. Aplicações no Mercado Aberto	xi. Outros Ativos Financeiros
vi. Outros Ativos Financeiros	
a. Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	
Passivos Financeiros	
Para Fins de Mensuração	Para Fins de Apresentação
i. Passivos Financeiros pelo valor justo por meio do resultado	i. Depósitos
a. Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	ii. Captações no Mercado Aberto
ii. Passivos Financeiros mensurados pelo custo amortizado	iii. Passivos Financeiros Mantidos para Negociação
a. Depósitos	iv. Derivativos
b. Captações no Mercado Aberto	v. Recursos de Mercados Interbancários
c. Recursos de Mercados Interbancários	vi. Recursos de Mercados Institucionais
d. Recursos de Mercados Institucionais	vii. Outros Passivos Financeiros
iii. Outros Passivos Financeiros	

Fonte: Demonstração Financeira do Itaú Unibanco

Nos bancos, os ativos financeiros representam, na média, 78,1% do ativo total. Os empréstimos e recebíveis são o ativo financeiro mais significativo e, na amostra estudada, representam aproximadamente 55,2% dos ativos financeiros, conforme composição apresentada a seguir.

Composição dos Ativos Financeiros dos Bancos



2. Categorias de instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros correspondem a: caixa, títulos patrimoniais de outras empresas (ações), direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra empresa (títulos da dívida, operações de crédito e outras contas a receber), direito contratual de trocar instrumentos financeiros com outra entidade sob condições favoráveis (derivativos).

Caixa e disponibilidade em bancos

Encontramos nomes distintos para esse item nas demonstrações pesquisadas: "Caixa e Depósitos bancários", "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil", "Caixa e Disponibilidades em bancos" ou ainda somente o termo "Disponibilidades". No Bradesco, por exemplo, "Caixa e Disponibilidades em bancos" representa caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central sem restrições, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Já no Banco do Brasil, esse item representa o "Caixa e depósitos bancários" e inclui, além do caixa do banco, os empréstimos a instituições financeiras (depósitos interfinanceiros de alta liquidez) e aplicações em operações compromissadas.

Os instrumentos financeiros registrados como caixa e disponibilidade são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. São periodicamente mensurados ao custo amortizado, com seus rendimentos apropriados no resultado como receita de juros e rendimentos.

Os itens caixa e disponibilidades correspondem de 10,8% a 30,8%, numa média de 17,3% do ativo financeiro dos bancos da nossa amostra que divulgaram esses valores.

Segue o exemplo do Bradesco sobre o item.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 19

19) Caixa e disponibilidades em bancos

a) Caixa e disponibilidades em bancos

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	8.893.652	16.123.156
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.146.593	6.443.564
Depósitos compulsórios no Banco Central ⁽¹⁾	47.952.417	71.210.757
Outros	115	100
Total	59.992.777	93.777.577

⁽¹⁾ Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são aqueles: (i) mantidos para negociação na data de aquisição; e, (ii) designados no reconhecimento inicial. Todos os derivativos devem ser classificados nesta categoria, exceto quando são designados como instrumentos de hedge contábil (*hedge accounting*). Somente em raras circunstâncias é possível realizar transferências de ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos e mensurados pelo valor justo, devendo seus rendimentos (juros e dividendos) e as atualizações ao valor justo serem contabilizados em contrapartida à conta do resultado.

No Santander, por exemplo, esses itens correspondem a instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio, derivativos (não utilizados como *hedge*) e outros ativos financeiros ao valor justo no resultado.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria representam entre 9,1% e 20,2%, numa média de 14,3% do ativo financeiro dos bancos da nossa amostra.

Segue o exemplo do Bradesco sobre o item.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 20

20) Ativos e passivos financeiros para negociação

a) Ativos financeiros para negociação

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Títulos e valores mobiliários		
Títulos públicos brasileiros	46.015.587	53.506.040
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	36.221.243	24.451.335
Títulos emitidos por instituições financeiras	18.485.686	10.823.463
Aplicações em cotas de fundos	7.650.252	6.791.968
Títulos públicos de governos estrangeiros	244.168	50.092
Títulos brasileiros emitidos no exterior	-	18.267
Instrumentos financeiros derivativos	3.222.631	955.912
Total	111.839.567	96.597.077

Vencimento

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Vencimento em até um ano	36.067.001	41.467.436
Vencimento de um até cinco anos	40.735.254	32.801.491
Vencimento de cinco até dez anos	22.517.238	12.015.342
Vencimento acima de dez anos	1.108.947	867.421
Prazo indeterminado	11.411.127	9.445.387
Total	111.839.567	96.597.077

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias classificados como para "Ativos financeiros para negociação", que totalizaram R\$ 8.609.468 mil e R\$ 59.224.886 mil em 2012 e 2011, respectivamente, estão demonstrados na Nota 23 - "Ativos cedidos em garantia".

A Organização mantinha em 2012 R\$ 10.044.456 mil (2011 - R\$ 2.187,031 mil) penhorado como garantia por passivos.

Os ganhos/(perdas) líquidos, não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação somam R\$ 392.100 mil (2011 - R\$ 31.025 mil e 2010 - R\$ 56.386 mil). A variação líquida em ganhos/(perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários de negociação totalizou R\$ 361.075 mil em 2012 (2011 - R\$ (25.361) mil).

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os bancos classificam como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, não sejam classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou designados como disponíveis para venda no momento inicial.

Esses títulos e valores mobiliários são mensurados pelo seu valor justo. Seus rendimentos (juros e dividendos) são apropriados no resultado, e as variações no seu valor justo são registradas em contrapartida ao patrimônio líquido, na conta de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros disponíveis para venda representam entre 10,6% e 14,7%, numa média de 14,4% do ativo financeiro dos bancos da nossa amostra.

Como exemplo, seguem a composição dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes do Banco do Brasil.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 19

19 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida	95.822.600	83.099.480
Títulos públicos federais brasileiros	48.005.060	48.668.493
Títulos emitidos por empresas não financeiras	34.395.824	24.057.820
Títulos de governos estrangeiros	4.593.520	3.698.358
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	4.392.999	3.312.925
Fundos mútuos de investimento	2.305.386	1.674.564
Títulos emitidos por empresas financeiras	2.124.542	1.655.912
Títulos estaduais e municipais	5.269	31.408
Instrumentos de patrimônio	882.060	1.228.709
Ações negociáveis	882.060	1.228.709
Total	96.704.660	84.328.189

Ganhos/(perdas) Líquidos não Realizados sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Reconhecidos no Balanço Patrimonial

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de dívida	1.407.067	712.028
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	870.518	572.535
Fundos mútuos de investimento	177.870	(63.339)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	95.300	70.342
Títulos públicos federais brasileiros	89.775	29.063
Títulos emitidos por empresas financeiras	26.431	4.197
Títulos estaduais e municipais	-	(100)
Títulos de governos estrangeiros	147.173	99.330
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de patrimônio	(26.149)	(17.270)
Ações negociáveis	(26.149)	(17.270)
Total	1.380.918	694.758

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros para os quais os bancos tenham intenção e capacidade financeira comprovada para mantê-los até o vencimento são classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento. Conforme a IAS 39, não se pode classificar um ativo financeiro como mantido até o vencimento se tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante dessa categoria. Sempre que isso acontecer, o ativo financeiro deve ser reclassificado como disponível para venda.

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente ao valor justo. São periodicamente mensurados ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros, com seus rendimentos apropriados no resultado. Em adição, eles são sujeitos ao teste de *impairment*.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento pelos bancos representam entre 0% e 1,6%, numa média de 0,7% do ativo financeiro dos bancos. O Santander não enquadra nenhum ativo como mantido até o vencimento.



O Itaú Unibanco divulgou as seguintes informações referentes aos seus ativos mantidos até o vencimento.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 11

Nota 11 - Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3.013	2.812
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1a)	118	196
Títulos Públicos - Outros Países	20	-
Títulos de Dívida de Empresas ^(1b)	51	97
Debêntures	-	30
Euro Bonds e Assemelhados	51	65
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	2
Total	3.202	3.105

⁽¹⁾ Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeiras e Clientes eram: a) R\$ 76 (R\$ 189 em 31/12/2011) e b) R\$ 44 (R\$ 41 em 31/12/2011), totalizando R\$ 120 (R\$ 230 em 31/12/2011).

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 471 (R\$ 360 de 01/01 a 31/12/2011).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	188	120
Até um ano	188	120
Não Circulante	3.014	2.985
De um a cinco anos	147	242
De cinco a dez anos	1.087	1.077
Após dez anos	1.780	1.666
Total	3.202	3.105

Durante o período findo em 31/12/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria inclui os ativos financeiros não cotados em mercado ativo com pagamentos fixos ou determináveis. Aqui se qualificam os financiamentos concedidos a terceiros, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, na qual o banco tenha a intenção de mantê-los até o vencimento final.

Esses instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros, da mesma forma que os ativos mantidos até o vencimento. Estão sujeitos ao teste de *impairment* (Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa).

Os valores de Empréstimos e Recebíveis representam a maior parcela dos ativos financeiros publicados pelos bancos, variando entre 39,8% e 53,6%, numa média de 55,2% do ativo financeiro dos bancos.

O Santander apresentou a seguinte abertura para seus empréstimos.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 9

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Classificação:			
Empréstimos e recebíveis ⁽¹⁾	196.774.297	183.066.268	151.366.561
Sendo:			
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	210.740.669	194.184.437	160.558.323
Previsão para perdas por não recuperação (impairment)	(13.966.372)	(11.118.169)	(9.191.762)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	196.774.297	183.066.268	151.366.561
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	210.740.669	194.184.437	160.558.323

⁽¹⁾ Durante o exercício de 2012, o Banco Santander, por meio da sua subsidiária integral na Espanha, adquiriu do Banco Santander S.A. - Agência de Nova Iorque e Agência de Londres em condições comutativas, carteira composta por contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante total de US\$ 29 milhões e US\$ 90 milhões equivalentes a R\$ 60 milhões e R\$ 121 milhões respectivamente, ao câmbio dos dias em que houve as operações. Referidas operações foram celebradas, observando a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco, incluindo a aprovação pelo Conselho de Administração.

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Tipo:			
Operações de crédito ⁽¹⁾	208.636.512	192.681.804	159.184.714
Operações compromissadas	407.694	337.986	167.163
Outros recebíveis	1.696.463	1.164.647	1.206.446
Total	210.740.669	194.184.437	160.558.323

⁽¹⁾ Inclui empréstimos, financiamentos, leasing e outros créditos com característica de crédito.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Por setor devedor:			
Comercial de instituições financeiras e industrial	103.208.796	94.921.748	78.101.177
Crédito imobiliário - construção	7.788.750	6.280.168	5.392.015
Crédito imobiliário - hipotecário	12.318.212	10.017.772	6.698.125
Empréstimos a pessoas físicas	83.243.281	76.458.873	60.250.581
Leasing	4.181.630	6.505.876	10.116.425
Total ⁽¹⁾	210.740.669	194.184.437	160.558.323

⁽¹⁾ Inclui crédito comercial, créditos garantidos, operações compromissadas, arrendamento mercantil - financeiro, outros créditos a prazo e ativos não recuperáveis.

Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	153.505.996	133.503.436	98.669.915
Juros pós-fixados	57.234.673	60.681.001	61.888.408
Total	210.740.669	194.184.437	160.558.323

Ainda, é necessária a abertura por outros critérios, como vencimento, concentração e ramos de atividade da contraparte. Seguem alguns exemplos apresentados pelo Itaú Unibanco.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 12.a

Por vencimento	31/12/2012	31/12/2011
Vencidas a partir de 1 dia	13.234	14.879
A vencer até 3 meses	101.273	95.449
A vencer de 3 a 12 meses	94.350	85.438
A vencer acima de um ano	158.127	150.498
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	366.984	346.264

Por concentração	31/12/2012	31/12/2011
Principal Devedor	4.186	2.331
10 Maiores Devedores	18.429	13.613
20 Maiores Devedores	26.751	21.603
50 Maiores Devedores	41.798	35.504
100 Maiores Devedores	57.034	48.280

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Setor Público	877	0,2%	1.990	0,6%
Indústria e Comércio	107.405	29,3%	99.859	28,9%
Serviços	77.922	21,2%	70.642	20,4%
Setor Primário	16.649	4,5 %	16.109	4,7%
Outros Setores	2.194	0,6%	1.497	0,4%
Pessoa Física	161.937	44,2%	156.167	45,1%
Total	366.984	100,0%	346.264	100,0%

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros correspondem a obrigações contratuais cuja liquidação deve ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal, bem como direito contratual de trocar ativos financeiros sob condições desfavoráveis.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Estes passivos financeiros são subdivididos em duas classificações distintas: (i) passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial e (ii) passivos financeiros para negociação, que inclui os derivativos passivos não destinados como instrumento de *hedge*.

No Santander, por exemplo, essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro no curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas").

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos e mensurados pelo valor justo, devendo seus encargos (juros) e as atualizações ao valor justo serem contabilizados em contrapartida à conta do resultado.

Os itens de passivos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado são insignificantes, e variam entre 0,4% e 1,7%, numa média de 1,1% dos passivos financeiros dos bancos da amostra.

Segue a nota explicativa do Itaú Unibanco sobre esses passivos financeiros.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 18

Nota 18 - passivos financeiros mantidos para negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	642	2.815
Notas Estruturadas		
Total	642	2.815

O resultado com os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 2 (R\$ (49) de 01/01 a 31/12/2011).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2012 e 31/12/2011.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 298 (R\$ 1.666 em 31/12/2011) e títulos de dívida no montante de R\$ 344 (R\$ 1.149 em 31/12/2011). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos da dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
	Custo/Valor Justo	Custo/Valor Justo
Circulante	79	1.803
Até um ano	79	1.803
Não Circulante	563	1.012
De um a cinco anos	522	909
De cinco a dez anos	36	89
Após dez anos	5	14
Total	642	2.815

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Incluem, entre outros, recursos de instituições financeiras e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

No Santander esses itens correspondem a depósitos de clientes, depósitos do Banco Central do Brasil e de instituições de crédito, obrigações por títulos e valores mobiliários, dívidas subordinadas e outros passivos financeiros.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, sendo periodicamente mensurados ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros, com contrapartida no resultado como despesa de juros e rendimentos.

Os itens classificados como passivos ao custo amortizado representam quase a totalidade do passivo financeiro dos bancos, na média de 98,9%.

Segue a composição desses passivos financeiros do Santander.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 18

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Obrigações por títulos e valores mobiliários" é a seguinte:

Em milhares de Reais

Classificação:	2012	2011	2010
Passivos financeiros ao custo amortizado	54.012.018	38.590.423	20.086.645
Total	54.012.018	38.590.423	20.086.645
Tipo:			
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	11.236.843	8.550.108	7.614.891
Eurobonds e outros títulos	13.049.920	6.539.765	3.351.137
Letras financeiras ⁽²⁾	25.320.186	19.926.031	6.638.936
Notas de securitização - MT 100 ⁽³⁾	2.236.089	2.152.543	1.577.181
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.008.472	1.341.232	904.500
Debêntures ⁽⁴⁾	160.508	80.744	-
Total	54.012.018	38.590.423	20.086.645

⁽¹⁾ LCIs são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel.

Em 31 de dezembro de 2012, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2017.

⁽²⁾ As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro 2012, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2018.

⁽³⁾ Emissão de títulos vinculados ao Direito de Recebimento do Fluxo Futuro de ordens de pagamento a receber de bancos correspondentes no exterior.

⁽⁴⁾ Debêntures emitidas pela controlada MS Participações Societárias S.A. em três séries (novembro de 2011 - R\$ 82.122, março de 2012 - R\$ 47.592 e maio de 2012 - R\$ 33.732) com remuneração indexada ao CDI + 1,77% a.a. e vencimento em 21 de agosto de 2013

Devem ainda ser apresentadas as moedas dos passivos financeiros, conforme apresentado pelo Santander.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 18 - item 2

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Moeda:	Em milhares de Reais			Juros médios (%)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Real	39.267.849	32.681.252	16.174.057	8,6%	10,2%	10,5%
Dólar norte-americano	13.920.498	5.608.368	3.905.890	3,9%	3,8%	2,4%
Franco Suíço	679.024	300.803	-	3,2%	3,0%	-
Euro	144.647	-	6.698	0,6%	-	0,3%
Total	54.012.018	38.590.423	20.086.645	7,3%	8,8%	10,4%

3. Efeito no resultado e no resultado abrangente do exercício

Com relação ao resultado, é mandatória a apresentação do efeito no exercício de cada categoria do resultado do exercício, conforme apresentado pelo Banco do Brasil.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 8

8 - Receita Líquida de Juros

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Receita de juros	107.931.378	106.919.760	85.143.206
Empréstimos a clientes	63.915.475	58.910.365	48.339.289
Aplicações em operações compromissadas	14.736.104	14.482.276	11.978.802
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽¹⁾	6.171.427	8.110.185	6.354.163
Depósitos compulsórios em banco centrais	5.792.202	7.067.594	3.389.012
Empréstimos a instituições financeiras	3.820.058	6.081.465	4.211.211
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ⁽²⁾	3.163.786	3.336.951	2.876.280
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	814.072	1.260.825	1.252.413
Outras receitas de juros	9.518.254	7.670.100	6.742.037
Despesas de juros	(59.355.538)	(61.403.710)	(43.061.187)
Depósitos de clientes	(29.146.456)	(29.612.943)	(21.545.020)
Obrigações por operações compromissadas	(16.876.340)	(19.694.992)	(15.360.763)
Obrigações de longo prazo	(10.791.824)	(7.471.160)	(4.069.091)
Obrigações de curto prazo	(218.627)	(2.405.223)	(376.983)
Valores a pagar a instituições financeiras	(893.915)	(1.458.004)	(1.246.705)
Outras despesas de juros	(1.428.375)	(761.388)	(462.624)
Receita líquida de juros	48.575.840	45.516.050	42.082.019

(1) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 129 mil (R\$ 430 mil em 2011 e R\$ 559 mil em 2010).

(2) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 38 mil (R\$ 10 mil em 2011 e R\$ 19 mil em 2010).



A norma prevê ainda que seja divulgado, na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas, ganhos líquidos ou perdas líquidas em ativos financeiros disponíveis para venda, mostrando separadamente a quantia de ganho ou perda reconhecida como outros resultados abrangentes durante o período e a quantia reclassificada de outros resultados abrangentes para a demonstração do resultado do período - conforme o exemplo da Demonstração de Resultado Abrangente do Itaú Unibanco.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Demonstração do Resultado Abrangente

Itaú Banco Holding S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente.

Períodos Findos em

(Em milhões de Reais)

	NOTA	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido		13.191	14.610
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		1.231	(226)
Variação de Valor Justo		2.760	39
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	10	(705)	(444)
Efeito Fiscal	18	(824)	179
Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(465)	(445)
Variação de Valor Justo		(778)	(735)
Efeito Fiscal		313	290
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		530	392
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Empresas não Consolidadas - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Alienação do Banco BPI S.A.)	26	413	(189)
Variação de Valor Justo		-	(286)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação		626	-
Efeito Fiscal		(213)	97
Total do Resultado Abrangente		14.900	14.142
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		557	773
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		14.343	13.369

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

B) Mensuração dos instrumentos financeiros: valor justo e custo amortizado

Todos os instrumentos financeiros devem ser mensurados inicialmente pelo valor justo. Conforme sua classificação, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo.

Os custos de transação devem ser reconhecidos, juntamente com o valor justo inicial. Assim, quando de sua ocorrência, a taxa contratual do instrumento financeiro é diferente de sua taxa efetiva de juros. A única exceção é para aqueles instrumentos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado.

Na nossa amostra, somente cerca de 26,9% dos ativos financeiros e 1,1% dos passivos financeiros são mensurados pelo valor justo.

Como regra geral, podemos sintetizar a contabilização dos instrumentos financeiros no seguinte quadro.

Instrumentos Financeiros - Resumo dos critérios de avaliação e contabilização

ITEM	Forma de avaliação	Registro dos encargos (juros e similares)	Registro do ajuste ao valor justo (mercado)
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado pela taxa interna de retorno	Receita de juros e similares	NÃO É FEITO
Ativo financeiro mantido até o vencimento	Custo amortizado	Receita de juros e similares	NÃO É FEITO
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Valor justo (além do custo amortizado)	Receita de juros e similares	Resultado - ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo (além do custo amortizado)	Receita de juros e similares	PL - ajuste ao valor de mercado
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Receita de juros e similares	NÃO É FEITO
Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Valor justo (além do custo amortizado)	Despesa de juros e similares	Resultado - ganhos/(perdas) líquidos sobre passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Custo amortizado	Despesa de juros e similares	NÃO É FEITO

Fonte: Elaborado a partir da norma contábil IAS 39

1. Valor justo

Pelas normas vigentes até o final do exercício de 2012, valor justo era definido como sendo:

“O montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.”

Com a emissão da IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46), a definição de valor justo passa a ser:

“O preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.”

Os bancos devem divulgar diversas informações sobre o valor justo, tais como o valor justo dos ativos e passivos financeiros, hierarquia de determinação do valor justo (níveis 1, 2 e 3) e política de mensuração do valor justo, incluindo as técnicas e premissas, conforme veremos a seguir.

O que é valor justo para os bancos?

Para o Bradesco, a determinação dos valores justos da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ie. nível 1). Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, o Banco do Brasil estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Como exemplo ilustrativo, o Santander apresentou a forma de reconhecimento do valor justo em nota explicativa.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 2 d.i e d.ii

d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixas futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data de mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo da aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionados ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii) Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

Valor justo dos ativos e passivos financeiros divulgados pelos bancos

Sobre a divulgação dos aspectos relacionados ao valor justo, é exigido que, para cada classe de ativo/passivo financeiro, o banco divulgue seu valor justo, de forma que permita ser comparado com o seu valor contábil.

Divulgação por nível da hierarquia - Níveis 1, 2 e 3

As técnicas de mensuração do valor justo estão classificadas e segregadas de acordo com os níveis I, II e III, definidos como:

- ▶ Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos.
- ▶ Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.
- ▶ Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, os bancos estabelecem o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.



Os bancos divulgam os valores justos de seus instrumentos por nível de mensuração, como os apresentados pelo Santander a seguir.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 2 d.iii

Em milhares de Reais	2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros para negociação	29.693.009	1.939.296	5.963	31.638.268
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	724.552	124.186	379.580	1.228.318
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.148.387	10.874.055	126.178	44.148.620
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	80.257	75.907	-	156.164
Passivos financeiros para negociação	3.178.163	2.169.437	4.136	5.351.736
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	158.899	122.646	-	281.545

O Santander divulga ainda maiores informações sobre os instrumentos financeiros de cada nível, bem como sua avaliação.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 2 d.iii

Nível 1: Os títulos e valores de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C, e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares, ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercados observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Títulos da Dívida Agrária (TDA e Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

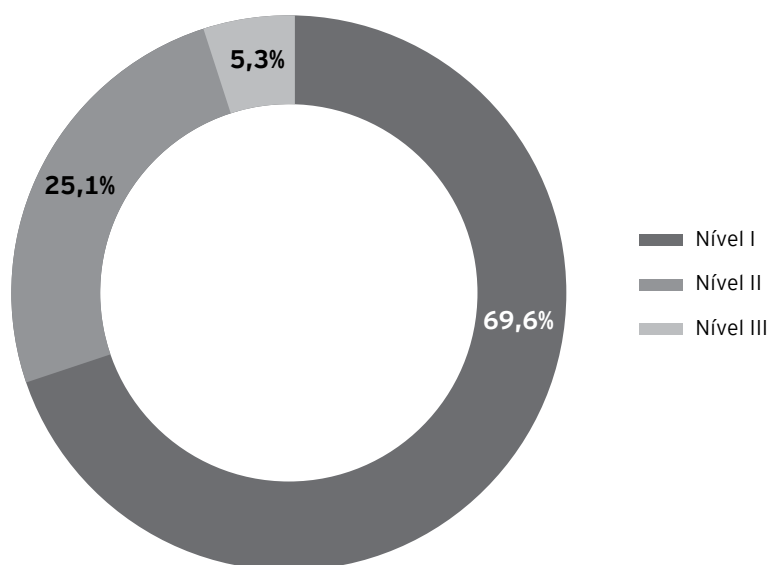
Nível 3: Quando não houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, Ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.



2011		
Nível 1	Nível 2	Total
448.210	29.453.285	29.901.495
374.519	290.850	665.369
608.901	43.999.300	44.608.201
-	80.708	80.708
337.628	4.709.660	5.047.288
-	36.071	36.071

Analizamos ainda a hierarquia utilizada pelos bancos da amostra na mensuração de valor justo. Como resultado da análise, os bancos avaliam a maioria dos seus ativos pelo nível I (69,6%) e, em poucos casos, pelo nível III (5,3%).

Mensuração a Valor Justos dos Ativos e Passivos - Níveis de Hierarquia



Os bancos devem divulgar, ainda, um detalhamento da movimentação dos instrumentos financeiros enquadrados no "nível 3", demonstrando a ocorrência de transferência entre níveis. Conforme publicado pelo Itaú Unibanco.



Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 31

Mensurações de Valor Justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

	Valor Justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/ não realizado)	Compras e emissões
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	(238)	71
Títulos de empresas	290	(238)	71
Notas promissórias	290	(238)	71
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	234	3.028
Títulos públicos do governo brasileiro	259	75	364
Títulos de empresas	1.337	159	2.664
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	123	684
Notas Promissórias	646	37	1.941
Euro Bonds e Assemelhados	-	(3)	8
Outros	-	2	31

	Valor Justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/ não realizado)	Compras e emissões
Derivativos - Ativo	905	20	243
Opções	688	25	218
Swaps - Diferencial a Receber	18	(6)	13
Termo	3	-	6
Forwards	1	-	-
Outros Derivativos	195	1	6
Derivativos - Passivo	(700)	19	(238)
Opções	(676)	21	(228)
Termo	(7)	-	(7)
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	(2)	-
Forwards	(1)	-	(3)

Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
(103)	-	20	-
(103)	-	20	-
(103)	-	20	-
(2.369)	-	2.489	638
(392)	-	306	17
(1.977)	-	2.183	621
(130)	-	1.368	623
(1.847)	-	777	-
-	-	5	(3)
-	-	33	1

Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
(855)	-	313	12
(784)	-	147	17
-	-	25	4
(7)	-	2	1
(1)	-	-	-
(63)	-	139	(10)
750	-	(169)	(30)
734	-	(149)	(17)
12	-	(2)	1
3	-	(15)	(14)
1	-	(3)	



Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 31 - Continuação

	Valor Justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/ não realizado)	Compras e emissões
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	89	1.422
Títulos de empresas	159	89	1.422
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562
Notas Promissórias	-	3	697
Outros	2	1	163
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	767	3.217
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38
Títulos de empresas	1.327	767	3.179
Ações Negociáveis	-	-	227
Certificados de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125
Notas Promissórias	1.265	78	1.666
Outros	-	3	161

	Valor Justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/ não realizado)	Compras e emissões
Derivativos - Ativo	485	811	835
Opções	56	89	690
Swaps - Diferencial a Receber	5	(15)	28
Termo	-	-	3
Derivativos de Crédito	261	57	104
Forwards	-	-	1
Outros Derivativos	163	680	9
Derivativos - Passivo	(335)	130	(166)
Opções	(188)	82	(110)
Termo	-	-	(7)
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)
Forwards	-	-	(1)
Futuros	(9)	6	(27)
Outros Derivativos	(13)	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
(1.391)	11	290	-
(1.391)	11	290	-
(804)	-	-	-
(410)	-	290	-
(177)	11	-	-
(3.530)	(505)	1.596	266
(64)	(35)	259	(100)
(3.466)	(470)	1.337	366
-	(227)	-	-
(1.103)	(79)	691	366
(2.363)	-	646	-
-	(164)	-	-

Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
(1.226)	-	905	(93)
(147)	-	688	(63)
-	-	18	3
-	-	3	-
(422)	-	-	-
-	-	1	-
(657)	-	195	(33)
(329)	-	(700)	(316)
(460)	-	(676)	(302)
-	-	(7)	-
19	-	(16)	(14)
69	-	-	-
-	-	(1)	-
30	-	-	-
13	-	-	-

O Itaú Unibanco publica ainda um teste de sensibilidade dos instrumentos mensurados pelo nível 3.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 31

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se de técnicas que avaliam premissas não diretamente observadas nos preços de transações correntes em mercados ativos. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes de ausência da linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objetos):

(Valores em milhões de R\$)

Sensibilidade - Operações Nível III		31/12/2012	
Grupo de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(1,1)
	II	(0,4)	(27,5)
	III	(0,9)	(54,3)
Moedas, Commodities e Índices	I	(0,4)	-
	II	(0,8)	-
Não Lineares	I	(3,6)	-
	II	(8,3)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, Commodities e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, commodities e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Política de mensuração de valor justo: técnicas e pressupostos

Os bancos devem divulgar, para cada classe de instrumentos financeiros, a técnica de avaliação que foi utilizada e as principais premissas aplicáveis. O Banco do Brasil divulgou as seguintes informações.

Banco do Brasil - Políticas de mensuração de valor justo dos Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro	Forma de Mensuração do Valor justo
a) Caixa e depósitos bancários	Equivalem aos ativos de alta liquidez dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.
b) Depósitos compulsórios em bancos centrais	Equivalem aproximadamente a seus valores justos.
c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações/ obrigações em operações compromissadas; Empréstimos a clientes, Depósitos de clientes,	Taxas pré-fixadas: mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Taxas pós-fixadas: os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.
d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento	Caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente aceitas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (a valor presente considerando as condições normais de mercado, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, utilizando-se das taxas de juros disponíveis no mercado) e o modelo Black-Scholes (utilizado para avaliar as opções europeias.) As fontes primárias, bases de origem das informações de mercado que proporcionam a alimentação dos modelos desenvolvidos são: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (BM&FBovespa, SND - Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (BM&FBovespa, Broadcast e Reuters). Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg.

Fonte: Elaborada a partir do texto da nota explicativa da empresa



2. Custo amortizado

Por fim, uma última informação a ser divulgada é o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, bem como a forma de determinação desses valores justos. Seguem as informações apresentadas pelo Bradesco.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 3.4

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo:

	R\$ mil			
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros				
Mantidos até o vencimento	3.715.673	4.110.987	6.330.812	5.655.248
Empréstimos e adiantamentos				
a instituições financeiras ⁽¹⁾	92.821.233	72.663.890	92.821.233	72.663.890
a clientes ⁽¹⁾	269.652.428	245.874.949	271.323.195	245.804.979
Passivos financeiros				
Recursos de instituições financeiras	220.826.288	204.290.176	220.691.784	204.226.676
Recursos de clientes	210.771.310	216.320.938	210.577.909	216.112.246
Recursos de emissão de títulos	51.552.093	41.630.969	51.746.171	41.880.541
Dívidas Subordinadas	34.851.714	26.910.091	36.349.149	27.709.424

(1) os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Empréstimos e adiantamentos

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos em que a cotação de mercado estava disponível, o preço de mercado foi usado como estimativa do valor justo. Para a maioria das operações, a taxas variáveis, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 2(e). Veja Nota 22 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos mantidos até o vencimento.

Recursos de instituições financeiras e de clientes

O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e às taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos

Os valores contábeis de recursos de emissão de títulos equivalem, aproximadamente, aos valores justos desses instrumentos.

Dívidas subordinadas

Os valores justos de dívidas subordinadas foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

Segundo o método do custo amortizado, muito utilizado pelos bancos na mensuração da carteira de crédito e de seus passivos financeiros, o valor contábil de um instrumento financeiro é o seu valor inicial, mais os juros, menos os pagamentos, sempre utilizando a taxa efetiva de juros. A taxa efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa. Para o caso dos ativos financeiros, ainda devem ser consideradas as perdas por *impairment*.

Segue a composição dos Eurobonds emitidos pelo Santander.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 18

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2012	2011	2010
Eurobonds	março - 11	março-14	R\$	Libor + 2,1%	2.452.473	2.252.536	-
Eurobonds	abril e novembro -10	abril -15	U\$\$	4,5%	1.740.005	1.617.341	1.447.210
Eurobonds	janeiro e junho -11	janeiro-16	U\$\$	4,3%	1.741.878	1.608.424	-
Eurobonds	novembro - 05	novembro-13	R\$	17,1%	333.182	333.182	471.849
Eurobonds	junho - 11	dezembro -14	CHF	3,1%	335.749	300.803	-
Eurobonds	dezembro - 10	dezembro-11	U\$\$	Zero Cupom	-	-	730.948
Eurobonds	fevereiro e setembro -12	fevereiro-17	U\$\$	4,6 %	2.806.547	-	-
Eurobonds	outubro - 12	janeiro-13	U\$\$	Zero Cupom	630.533	-	-
Eurobonds	dezembro - 12	junho-13	U\$\$	Zero Cupom	591.958	-	-
Eurobonds	abril - 12	abril-16	CHF	3,3%	343.275	-	-
Eurobonds	outubro - 12	abril-13	U\$\$	Zero Cupom	217.196	-	-
Eurobonds	novembro - 12	novembro-13	U\$\$	Zero Cupom	214.794	-	-
Outras					1.642.330	427.479	701.130
Total					13.049.920	6.539.765	3.351.137



Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 18 - Continuação

C) *impairment*: redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro é considerado desvalorizado (*impaired*) quando existir evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e esse evento tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. Assim, tem-se um modelo de perdas incorridas, e pelo IFRS não podem ser consideradas as perdas estimadas. A análise deve ser individual para ativos individualmente significativos e coletivamente, por risco de crédito semelhante, para os demais.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperabilidade inclui dados observáveis que são avaliados pelos bancos, principalmente em relação aos seguintes eventos de perda:

- (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- (iii) probabilidade significativa de que o mutuário entrará em falência ou passará por uma reorganização financeira; e
- (iv) desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras.

Todos os ativos financeiros, exceto os mensurados pelo valor justo por meio do resultado, estão sujeitos ao teste de *impairment*.

1. Empréstimos a clientes

O valor recuperável, independentemente de ser avaliado individualmente ou coletivamente, deve ser o fluxo de caixa estimado pela taxa efetiva de juros original. Caso o valor recuperável se mostre inferior ao valor contábil, uma perda deve ser reconhecida. Posteriormente, o rendimento de juros é a partir de então reconhecido usando a taxa de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Segue a movimentação das perdas do Banco do Brasil, bem como o efeito do resultado.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nºs 22 a e 22 b

22 - Provisão para perdas em Empréstimos a Clientes

a) Movimentação

	Saldo inicial	Constituição da provisão
Operações de crédito	11.976.137	14.654.961
Empréstimos e títulos descontados	6.473.736	7.937.404
Financiamentos	2.100.249	3.159.575
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.370.565	3.373.242
Financiamentos imobiliários	31.587	180.806
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	147
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	3.787
Outros créditos com características de concessão de crédito	146.784	685.685
Operações com cartão de crédito	32.072	141.827
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	91.507	389.524
Avais e fianças honrados	6.133	154.152
Outras	17.072	182
Operações de arrendamento mercantil	175.768	103.683
Total	12.298.689	15.444.329



				R\$mil
				31.12.2012
Saldos baixados	Outras movimentações	Variação cambial	Saldo final	
(11.292.271)	266.973	12.486	15.618.286	
(5.833.150)	226.801	12.486	8.817.277	
(2.458.213)	40.172	-	2.841.783	
(2.875.624)	-	-	3.868.183	
(124.061)	-	-	88.332	
(79)	-	-	68	
(1.144)	-	-	2.643	
(405.491)	-	-	426.978	
(136.566)	-	-	37.333	
(204.700)	-	-	276.331	
(56.185)	-	-	104.100	
(8.040)	-	-	9.214	
(135.978)	(12.907)	-	130.566	
(11.833.740)	254.066	12.486	16.175.830	

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 22 a e 22 b - Continuação

b) Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Constituição de provisão	15.444.329	11.381.892
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	(2.598.252)	(2.809.527)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	12.846.077	8.572.365

Podemos observar que, no Banco do Brasil, o valor das perdas em operações avaliadas coletivamente é significativamente maior do que o das avaliadas individualmente, conforme divulgado em nota explicativa.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 22 c

c) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades

	Individual ⁽¹⁾	
	Valor do Crédito	Provisão
Operações de crédito	4.509.323	1.090.031
Empréstimos e títulos descontados	1.390.246	655.085
Financiamentos	1.124.443	282.629
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.979.162	149.511
Financiamentos imobiliários	15.472	2.806
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	-
Outros créditos com características de concessão de crédito	467.836	218.052
Operações com cartão de crédito	1.161	12
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	366.691	121.275
Avais e fianças honrados	96.765	96.765
Outras	3.219	-
Operações de arrendamento mercantil	655	291
Total	4.977.814	1.308.374

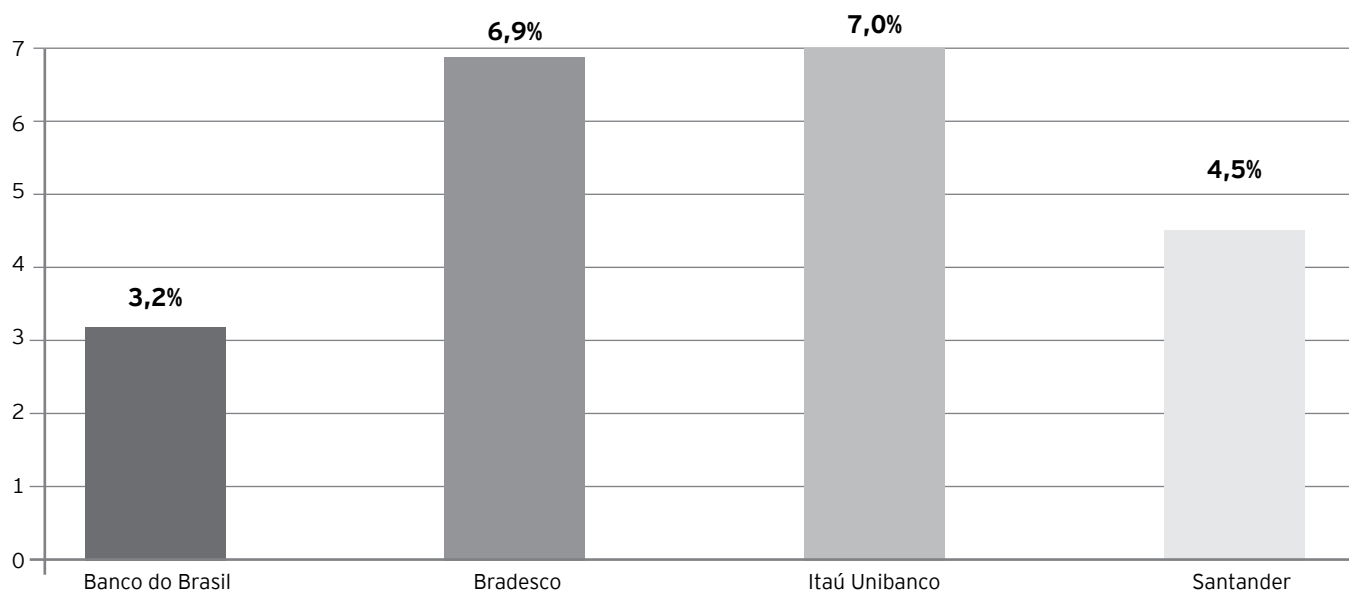
(1) Inclui os saldos de operações de crédito dos Bancos Votorantim e Patagonia avaliados individualmente para fins de imparidade.



					R\$ mil
					31/12/2012
Coletivo		Total			
Valor do Crédito	Provisão	Valor do Crédito	Provisão	Crédito líquido da provisão	
479.908.723	14.528.255	484.418.046	15.618.286	468.799.760	
219.054.289	8.162.192	220.444.535	8.817.277	211.627.258	
137.323.009	2.559.154	138.447.452	2.841.783	135.605.669	
110.284.037	3.718.672	112.263.199	3.868.183	108.395.016	
13.141.908	85.526	13.157.380	88.332	13.069.048	
16.067	68	16.067	68	15.999	
89.413	2.643	89.413	2.643	86.770	
27.305.496	208.926	27.773.332	426.978	27.346.354	
16.086.207	37.321	16.087.368	37.333	16.050.035	
10.984.866	155.056	11.351.557	276.331	11.075.226	
10.595	7.335	107.360	104.100	3.260	
223.828	9.214	227.047	9.214	217.833	
2.054.581	130.275	2.055.236	130.566	1.924.670	
509.268.800	14.867.456	514.246.614	16.175.830	498.070.784	

Podemos apurar que as perdas provisionadas representam na média 5,4% do valor bruto da carteira dos bancos da amostra, conforme apresentado a seguir.

Perdas provisionadas pelos bancos como % do total de empréstimos



O Banco do Brasil ainda divulga que 3% da carteira está vencida sem nenhum provisionamento, conforme nota a seguir. A nota explicativa segrega a carteira entre créditos não vencidos e vencidos com algum nível de provisão e sem provisionamento.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 43 d

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	473.846.949	379.129.703
Vencidos e não sujeitos a perdas por redução de valor recuperável	15.534.789	10.663.824
Sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	24.864.876	21.537.656
Total de empréstimos a clientes	514.246.614	411.331.183
Perdas por redução do valor recuperável	(16.175.830)	(12.298.689)
Total líquido	498.070.784	399.032.494

2. Ativos financeiros disponíveis para venda

Para ativos financeiros disponíveis para venda, deve-se constituir uma perda quando o ativo estiver desvalorizado por um período prolongado. Nesse caso, a perda no valor justo mantida no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, deve ser baixada contra o resultado do exercício.

No Bradesco, no caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos incorrem em perda de seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo acumulado - mensurado como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - será baixado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos de capital reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas, diferentemente de instrumentos de dívida, que podem ser revertidos.

3. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os procedimentos são iguais aos empréstimos. Conforme divulgado pelo Santander, ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- ▶ Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- ▶ As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

O Bradesco reconheceu perdas não temporárias, ou seja, perdas por *impairment* nos exercícios de 2011 e 2012. Ainda, são demonstrados os ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 21

Ativos financeiros disponíveis para venda

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos públicos brasileiros	55.637.691	8.328.123	(348)	63.965.466
Títulos emitidos por empresas não financeiras	10.162.602	985.321	(240.794)	10.907.129
Títulos emitidos por instituições financeiras	820.744	133.296	(64.026)	890.014
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	239.105	76.362	(41.691)	273.776
Ações de companhias abertas e outras ações	5.270.528	790.624	(536.689)	5.524.463
Saldos em 31 de dezembro de 2012	72.130.670	10.313.726	(883.548)	81.560.848
Títulos públicos brasileiros	27.536.935	3.797.932	(278)	31.334.589
Títulos emitidos por empresas não financeiras	7.331.006	289.320	(170.253)	7.450.073
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.460.574	65.404	(43.113)	1.482.865
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	22.684	119.406	(117.766)	24.324
Ações de companhias abertas e outras ações	6.295.340	427.172	(1.765.965)	4.956.547
Saldos em 31 de dezembro de 2011	42.646.539	4.699.234	(2.097.375)	45.248.398

Durante 2012, aplicamos nossa política e *impairment* descrita na Nota 2.e.viii.b e reconhecemos perdas não temporárias em nossa carteira de ações no valor de R\$ 1.170.038 mil (2011 - R\$ 515 mil e 2010 - R\$ 429 mil).

d) derivativos e aplicação do *hedge accounting*

Derivativos são instrumentos financeiros que atendem concomitantemente às três condições a seguir:

- ▶ Investimento inicial nulo ou pequeno;
- ▶ Um ou mais ativos subjacentes (*underlyings*);
- ▶ Liquidação em uma data futura.

Os derivativos podem ter duas finalidades: proteção ou negociação. Nas operações com derivativos para proteção, eles podem ser qualificados como instrumentos de *hedge*, tendo uma contabilização específica, o *Hedge Accounting*. Logo, não são classificados como instrumentos financeiros para negociação, conforme veremos a seguir.

1. Derivativos para negociação

Os bancos utilizam esses instrumentos financeiros derivativos para negociação, ou seja, para uma finalidade que não seja proteção, principalmente assunção de riscos de mercado (ie. moeda, juros e preço de *commodities*) e de crédito. Esses derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, podem ser um ativo ou um passivo, conforme seu valor justo positivo (ativo) ou negativo (passivo).

O Banco do Brasil, por exemplo, possui derivativos destinados à negociação, tais como *swaps*, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e *commodities* e risco de crédito. Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Os bancos informam a composição da carteira de derivativos por instrumento, tipo de risco, valor nominal e valor justo, impacto no resultado e prazo de vencimento.

Composição da carteira de derivativos para negociação por instrumento e risco

Os bancos devem apresentar a carteira de derivativos por tipo de instrumento e risco. Segue o exemplo extraído das notas explicativas do Bradesco.



Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 20 c

R\$ mil

	Valores referenciais		Ativo/ (Passivo)	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Contratos futuros				
À taxa de juros futuros				
Compras	130.181.209	38.265.325	10.494	569
Vendas	441.870.992	167.790.622	(26.986)	(12.554)
Em moeda estrangeira				
Compras	3.804.690	1.533.988	-	-
Vendas	30.645.872	23.057.379	-	-
Outros				
Compras	25.963	3.981	-	-
Vendas	1.336.588	1.111.109	-	-
Opções				
À taxa de juros				
Compras	61.765.403	11.169.630	184.358	18.504
Vendas	79.976.227	11.288.350	(139.680)	(93)
Em moeda estrangeira				
Compras	536.505	577.532	2.555	6.987
Vendas	347.040	1.031.848	(3.743)	(17.261)
Outros				
Compras	695.710	501.207	15.283	2.092
Vendas	662.970	778.119	(15.322)	(19.593)
Operações a termo				
Em moeda estrangeira				
Compras	20.068.292	12.559.145	290.016	330.143
Vendas	8.314.349	9.365.155	(847.890)	(162.197)
Outros				
Compras	411.994	7.012	1.768.413	22.984
Vendas	1.396.530	85.827	(1.762.143)	(81.918)
Contratos de swaps				
Posição de Ativos				
Swaps de taxa de juros	15.140.812	9.555.701	356.414	202.551
Swaps de moeda	21.030.812	16.220.132	595.098	372.082
Posição de Passivo				
Swaps de taxa de juros	14.946.865	10.461.799	(773.255)	(274.317)
Swaps de moeda	21.527.465	15.192.994	(480.963)	(179.277)

Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Por outro lado, os bancos informam ainda a composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento, como é o caso do Itaú Unibanco, que tem a maior parte dos seus instrumentos derivativos ativos com vencimentos entre 31-90 dias (22,4%) e acima de 720 dias (25,2%).

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 8

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	3.686	31,7	275	215	171	519	568	1.938
BM&F Bovespa	471	4,1	5	10	13	17	145	281
Instituições Financeiras	420	3,6	86	137	19	27	32	119
Empresas	2.746	23,6	180	68	136	463	389	1.510
Pessoas Físicas	49	0,4	4	-	3	12	2	28
Contrato de Opções	1.906	16,4	936	176	83	295	358	58
BM&F Bovespa	1.396	12,0	853	31	14	220	278	-
Instituições Financeiras	118	1,0	26	32	20	17	16	7
Empresas	392	3,4	57	113	49	58	64	51
Contratos a Termo	3.530	30,5	547	652	677	427	718	509
BM&F Bovespa	961	8,3	285	502	149	25	-	-
Instituições Financeiras	172	1,5	171	1	-	-	-	-
Empresas	2.396	20,7	91	149	528	402	718	508
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	728	6,3	119	564	1	1	2	41
Forwards	379	3,3	66	86	56	58	49	64
Instituições Financeiras	126	1,1	38	45	26	14	2	1
Empresas	253	2,2	28	41	30	44	47	63
Verificação de Swap - Empresas	35	0,3	-	-	-	-	1	34
Outros	1.333	11,5	-	900	-	90	60	283
Instituições Financeiras	786	6,8	-	576	-	71	6	133
Empresas	547	4,7	-	324	-	19	54	150
Total (*)	11.597	100,00	1.943	2.593	988	1.390	1.756	2.927
% por prazo de vencimento			16,8	22,4	8,5	12,0	15,1	25,2

(*) Do total de carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 6.914 referem-se ao circulante e R\$ 4.683 ao não circulante.

Derivativos de crédito

Os bancos negociam ainda derivativos de crédito. O Itaú Unibanco compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando atender à necessidades de seus clientes. Os derivativos de crédito negociados pelo banco são normalmente os *Credit Default Swaps (CDS)* e *Total Return Swaps (TRS)*, conforme apresentado na nota a seguir.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 8 a

31/12/2012

	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.847	858	1.983	-	-	(72)
TRS	1.285	1.275	10	1.006	-	672
Total por Instrumento	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Total por Risco	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Total por Entidade	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600

31/12/2011

	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.427	1.302	1.106	925	94	(92)
TRS	982	973	-	9	-	511
Total por Instrumento (*)	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Total por Risco (*)	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Total por Entidade (*)	4.409	2.275	1.106	934	94	419

(*) No período tivemos um alinhamento dos procedimentos de divulgação das informações de derivativos de crédito visando demonstrar a posição no mesmo padrão da divulgação de Gerenciamento de Riscos (www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos - Circular 3.477).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (notional). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 8 a - Continuação

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/12/2012			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.847)	1 066	(2.781)
TRS	(1.285)	-	(1.285)
Total	(5.132)	1.066	(4.066)

31/12/2011			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.427)	1.001	(2.426)
TRS	(982)	1.188	206
Total (*)	(4.409)	2.189	(2.220)

(*) No período tivemos um alinhamento dos procedimentos de divulgação das informações de derivativos de crédito visando demonstrar a posição no mesmo padrão da divulgação de Gerenciamento de Riscos (www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos-Circular 3.477).

Além dos derivativos para negociação, os bancos têm a escolha de designar os derivativos para *hedge*, caso atendidas algumas exigências, o que levará a um tratamento diferenciado, conforme veremos a seguir.

2. Derivativos qualificados para o *hedge accounting*

Hedge accounting é designação de instrumentos financeiros cuja alteração em seu valor justo compense, em parte ou inteiramente, as alterações no valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*. O *hedge accounting* leva ao reconhecimento simétrico da compensação no resultado das variações no valor justo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

Existem três tipos de relações de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido.

Os Bancos do Brasil, Santander e Itaú Unibanco utilizam *hedge accounting*, enquanto o Bradesco não designa instrumentos derivativos como instrumento de *hedge*, conforme mostrado na tabela a seguir.

Derivativos de *hedge* - utilização pelos bancos da amostra

	Banco do Brasil	Santander	Bradesco	Itaú Unibanco
<i>Hedge</i> de valor justo	Sim	Sim	Não	Sim
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	Não	Sim	Não	Sim
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: Elaborado a partir da análise das notas explicativas

i. Hedge de valor justo

Quando aplicado o *hedge* de valor justo, tanto a variação do valor justo do derivativo (instrumento de *hedge*) como a variação do item *hedgeado* (que pode ser um ativo ou um passivo reconhecido, por exemplo) são reconhecidas no resultado no mesmo período. Somente o Bradesco não se utiliza dessa relação de *hedge*. Quando esse procedimento é aplicado, o objeto de *hedge* é mensurado pelo valor justo com contrapartida do resultado, e o derivativo continua sendo contabilizado normalmente, ou seja, pelo valor justo por meio do resultado.

O Banco do Brasil optou por utilizar o *hedge* de valor justo com o objetivo de se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. O instrumento de *hedge* neste caso é o *swap*, com o objetivo de proteger uma captação externa (objeto de *hedge*) contra oscilações de taxa de juros e de variação cambial.

Segue um resumo da aplicação de *hedge accounting* pelo Banco do Brasil.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 39 d Derivativos de hedge - Instrumentos e Objetos de Hedge

R\$ mil

	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de hedge de valor justo		
Ativo	5.663.119	10.776.038
Futuro	3.811.931	6.991.760
Swap	1.851.188	2.068.382
Opções	-	1.715.896
Passivo	23.334.672	26.580.744
Futuro	21.277.102	24.451.844
Swap	2.057.570	1.195.548
Opções	-	933.352
Itens objeto de hedge de valor justo		
Ativo	25.125.015	22.368.654
Empréstimos a clientes	22.951.419	21.186.999
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.173.596	222.674
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.530
Investimentos externos	-	360.021
Outros ativos	-	597.430
Passivo	5.014.884	4.040.513
Outros passivos	5.014.884	4.040.513
Instrumentos de hedge de investimentos líquidos no exterior		
Passivo	(275.376)	-
Swap	(275.376)	-
Itens objeto de hedge de investimentos líquidos no exterior		
Ativo	181.780	-
Investimentos externos	181.760	-

Segue também a evidenciação de *hedge accounting* no lucro do Banco do Brasil.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 39 d

Para os exercícios de 2012, 2011 e 2010, foram reconhecidos ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos itens objetos de hedge.

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Perdas dos itens objeto de hedge	(2.682.508)	(499.978)	(100.566)
Ganhos dos instrumentos de hedge	2.659.181	550.872	112.370
Efeito líquido	(23.327)	50.894	11.804
Ganhos dos itens objeto de hedge	2.991.250	589.055	199.621
Perdas dos instrumentos de hedge	(2.947.269)	(587.577)	(188.104)
Efeito líquido	43.980	1.478	11.517

ii. Hedge de fluxo de caixa

No *hedge* de fluxo de caixa, o derivativo continua sendo reconhecido pelo valor justo, mas a porção efetiva da relação deve ser reconhecida temporariamente em outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido. Esse valor deve ser direcionado para o resultado, quando o objeto de *hedge* afetar o resultado.

Os bancos Santander e Itaú Unibanco se utilizam desse tipo de *hedge*.

No caso do Itaú Unibanco, a operação consiste em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a passivos. Desta forma, corresponde a:

- ▶ *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- ▶ *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na Libor;
- ▶ *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Essas operações do Itaú Unibanco são referentes a contratos futuros e *swaps*, conforme demonstrado na nota explicativa a seguir.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa no 9

31/12/2012

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva) (*)
Futuros de taxa de juros	(316)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
Swap de taxa de juros	(10)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
Total	(326)		



31/12/2011

Ganho ou (Perda) acumulado reconhecido em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)

Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado

Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva) (*)

(282)

Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos

1

(30)

Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos

-

(312)

1

Teste de efetividade

Para a relação de *hedge* ser válida, a efetividade (retroativa e prospectiva) dessa relação deve estar entre 85% e 120%. O Itaú Unibanco avalia a eficácia dos *hedges* de fluxo de caixa pelo *Dollar Offset Method*. Esse método é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o objeto de *hedge*.

iii. Hedge de investimentos líquidos em operações no exterior

O *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa.

No Itaú Unibanco foram negociadas operações utilizando contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBovespa e contratos de *forward* ou contratos de NDF (*Non Deliverable Forwards*) contratados por suas subsidiárias no exterior, conforme nota explicativa apresentada a seguir.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 9

31/12/2012

Insav	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros resultados abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(1.473)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	66
Forward	67	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	(6)
NDF (2)	207	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	4
Ativos Financeiros	-	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
Total	(1.199)		64

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato de Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.



31/12/2011

Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
(890)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	42
130	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	19
335	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	2
(10)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
(435)		63

Outras divulgações

Algumas informações adicionais são de divulgação obrigatória, tais como estratégia e prazo de vencimento dos contratos. Seguem divulgações feitas pelo Itaú Unibanco.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 9

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto hedge:

Estratégias			31/12/2012
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	50.057	1	50.193
Hedge de ações preferências resgatáveis	803	(20)	803
Hedge de CDB subordinado	87	-	129
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	8.593	30	5.156
Hedge de Valor Justo de recebimento de juros	470	4	470
Total	60.010	15	56.751

Prazo de Vencimento	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado
2013	41.170	-	-
2014	7.559	-	87
2015	515	803	-
2017	813	-	-
2020	-	-	-
2022	-	-	-
2025	-	-	-
2027	-	-	-
Total	50.057	803	87



31/12/2011

Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
19.113	(4)	19.083
737	(37)	737
87	-	118
6.886	31	4.131
-	-	-
26.823	(10)	24.069

Estratégias

Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	Hedge de Valor Justo	Total
8.593	-	49.763
-	-	7.646
-	-	1.318
-	-	813
-	46	46
-	210	210
-	47	47
-	167	167
8.593	470	60.010

E. Divulgações sobre riscos

A IFRS 7 exige uma série de divulgações qualitativas e quantitativas sobre o risco de crédito, liquidez e de mercado (cambial, juros, ações e *commodities*).

1. Risco de crédito

Representa o risco de uma das partes contratantes do instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação. Segundo o Banco do Brasil, o risco de crédito é composto pelos seguintes riscos:

- ▶ Risco de Contraparte: entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- ▶ Risco País: entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

- ▶ Risco de *Commitment*: a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- ▶ Risco do Interveniante: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;
- ▶ Risco de Concentração: a possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a um tomador ou contraparte, a um fator de risco ou a grupos tomadores ou contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

Os bancos também divulgam suas tabelas de avaliação do risco de crédito da contraparte, como na divulgação apresentada pelo Santander.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 45 b 2

Escala mestre de ratings

Para obter ratings internos equivalentes nos diferentes modelos disponíveis - corporativo, risco soberano, instituições financeiras e outros segmentos - e permitir a sua comparação com ratings externos de agências de classificação de risco, o Banco possui a chamada escala mestre de ratings.

A equivalência é estabelecida através da probabilidade de inadimplência associada a cada rating. As PDs calibradas internamente são comparadas com as taxas de inadimplência associadas aos ratings externos periodicamente publicados pelas agências de classificação de risco.

Rating interno	Probabilidade de Inadimplência	Equivalência com:	
		Standard & Poor's	Moody's
9,3	0,017%	AAA	Aaa
9,2	0,018%	AA+	Aa1
9,0	0,022%	AA	Aa2
8,5	0,035%	AA-	Aa3
8,0	0,06%	A+	A1
7,5	0,09%	A	A2
7,0	0,14%	A-	A3
6,5	0,23%	BBB+	Baa1
6,0	0,36%	BBB+	Baa2
5,5	0,57%	BBB-	Baa3
5,0	0,92%	BB+	Ba1
4,5	1,46%	BB	Ba2
4,0	2,33%	BB/BB-	Ba2/Ba3
3,5	3,71%	BB-/BB+	Ba3/B1
3,0	5,92%	B+/B	B1/B2
2,5	9,44%	B	B2
2,0	15,05%	B-	B3
1,5	24,00%	CCC	Caa1
1,0	38,26%	CC/C	Caa1/Caa2



Em linha com as disposições da IFRS 7, o Itaú Unibanco divulga diversas exposições sobre seu risco de crédito, como a exposição máxima e concentração por setor, entre outras. Segue a divulgação sobre a exposição ao risco de crédito (desconsiderando as garantias) e a respeito da qualidade da carteira.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 45

5. Exposição ao risco de crédito

	31/12/2012			31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.254	14.572	23.826	9.820	18.001	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	162.235	502	162.737	91.643	605	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	139.699	5.817	145.516	116.615	5.274	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	4	216	220		186	186
Derivativos	7.615	3.982	11.597	5.864	2.890	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	36.214	54.655	90.869	7.323	40.187	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.656	546	3.202	2.500	605	3.105
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	259.540	81.731	341.271	251.034	71.357	322.391
Outros Ativos Financeiros	41.284	3.208	44.492	38.199	2.055	40.254
Off Balance	274.822	14.653	289.475	254.711	14.830	269.541
Avais e Fianças	56.470	3.840	60.310	48.908	2.622	51.530
Cartas de Crédito	14.605		14.605	11.172		11.172
Compromissos a Liberar	203.747	10.813	214.560	194.631	12.208	206.839
Crédito Imobiliário	13.004		13.004	14.308		14.308
Cheque Especial	96.935		96.935	91.904		91.904
Cartão de Crédito	82.478	669	83.147	83.767	489	84.256
Outros Limites Pré-Aprovados	11.330	10.144	21.474	4.652	11.719	16.371
Total	933.323	179.882	1.113.205	777.709	155.990	933.699

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 45 - Continuação

31/12/2012

	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	85.044	40.741	12.459	12.056	150.300
Cartão de Crédito	24.557	11.692	1.993	2.289	40.531
Crédito Pessoal	13.823	13.540	7.713	5.000	40.076
Veículos	29.887	14.468	2.722	4.569	51.646
Crédito Imobiliário	16.777	1.041	31	198	18.047
Grandes Empresas	98.234	4.648	1	1.467	104.350
Micros/Pequenas e Médias Empresas	47.825	22.124	8.868	6.368	85.185
Unidades Externas América Latina	23.623	2.954	456	116	27.149
Total	254.726	70.467	21.784	20.007	366.984
	69,4%	19,2%	5,9%	5,5%	100,0%

Em consonância com os requisitos da IFRS 7, o Itaú Unibanco apresenta ainda informações sobre as garantias obtidas.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 36

6.1.3 - Garantias de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

Efeito financeiro da garantia	(I) Ativos com excesso de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Pessoas Físicas	60.635	140.466
Crédito Pessoal	329	946
Veículos	42.610	73.709
Crédito Imobiliário	17.695	65.812
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	127.655	439.665
Unidades Externas América Latina	5.441	8.695
Total	193.731	588.827

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerado por empréstimos não garantidos R\$ 109.607 (R\$ 74.553 em 31/12/2011).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

► Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

31/12/2011

Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
74.484	49.320	14.467	11.006	149.277
19.332	13.061	3.485	3.083	38.961
8.895	15.985	8.048	3.475	36.403
33.934	19.357	2.843	4.329	60.463
12.323	917	91	119	13.450
87.223	3.500	343	1.013	92.079
51.548	17.444	9.887	6.770	85.649
13.860	4.420	916	63	19.259
227.115	74.684	25.613	18.852	346.264
65,6%	21,6%	7,4%	5,4%	100,0%

31/12/2012

31/12/2011

(II) Ativos com insuficiência de garantia

(I) Ativos com excesso de garantia

(II) Ativos com insuficiência de garantia

Valor contábil
do ativoValor justo
da garantiaValor contábil
do ativoValor justo
da garantiaValor contábil
do ativoValor justo
da garantia

8.021

6.933

67.786

146.078

7.608

6.924

17

12

635

1.607

88

70

7.809

6.813

54.062

82.309

7.216

6.638

196

108

13.089

62.162

304

216

33.917

14.408

115.349

238.458

61.710

42.887

21.708

12.053

-

-

19.259

13.497

63.646

33.394

183.135

384.536

88.577

63.308

► Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

► Crédito imobiliário- Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

As duas principais divulgações referentes ao risco se referem a sua gestão e análise dos vencimentos (*aging*). A análise não deve utilizar valores descontados, assim, diferem do valor líquido contabilizado.

Seguem notas explicativas sobre o assunto apresentadas pelo Bradesco.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 3.3

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas esperadas de caixa não descontadas.

R\$ mil

	31 de dezembro					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Recursos de instituições financeiras	100.654.888	19.270.027	61.332.024	46.647.675	6.535.820	234.440.434
Recursos de clientes	120.999.436	7.339.298	17.794.436	73.168.644	1.183.150	220.484.964
Recursos de emissão de títulos	6.166.986	4.839.452	23.097.132	23.456.455	781.037	58.341.062
Dívidas subordinadas	331.407	500.173	1.888.804	19.588.044	29.659.710	51.968.138
Total do passivo	228.152.717	31.948.950	104.112.396	162.860.818	38.159.717	585.234.598

O Bradesco também divulga informações sobre risco de liquidez dos seus derivativos.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 3.3

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- ▶ derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- ▶ derivativos de taxas de juros - swaps de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa o passivo financeiro em derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data do balanço patrimonial até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados. ▶

R\$ mil

	31 de dezembro de 2012					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Diferencial de swap a pagar	219.816	28.204	196.946	606.202	801.822	1.852.990
Termo de moedas	2.448.427	45.998	114.156	6.593	-	2.615.714
Comprado	439.417	43.314	45.978	6.370	-	535.079
Vendido	2.009.010	2.684	68.178	223	-	2.080.095
Prêmio de opções lançadas	122.177	1.192	11.637	1.996	-	137.002
Total de derivativos passivos	2.790.420	75.394	322.739	614.791	801.822	4.605.166



Por fim, o Bradesco também divulga o balanço patrimonial por prazos, para fins de informação do risco de liquidez, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 3

Balanço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização, segregados por prazo e utilizados para a gestão de riscos de liquidez, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das demonstrações contábeis:

	Circulante		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	59.992.777	-	-
Ativos financeiros para negociação	28.613.415	5.238.445	2.215.141
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.411.205	706.356	517.265
Investimentos mantidos até o vencimento	2.003	9.239	-
Ativos cedidos em garantia	14.472.932	60.287.471	1.019.023
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	50.283.971	26.825.756	5.088.339
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.725.170	71.775.553	43.464.674
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	20.699.966	178.997	211.486
Total dos ativos financeiros	230.201.439	165.021.817	52.515.928
Passivo			
Recursos de instituições financeiras	98.782.462	62.974.342	14.122.292
Recursos de clientes ⁽²⁾	122.542.557	14.323.104	10.054.554
Passivos financeiros para negociação	2.790.513	182.250	202.157
Recursos de emissão de títulos	3.460.972	14.697.409	12.119.875
Dívidas subordinadas	195.661	549.640	1.396.680
Provisões técnicas de seguros e previdência ⁽²⁾	91.388.794	2.011.060	491.703
Outros passivos financeiros ⁽³⁾	29.568.300	4.903.276	2.987.675
Total dos passivos financeiros	348.729.259	99.641.081	41.374.936

R\$ mil

31 de dezembro de 2012

Não circulante			Total
1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
-	-	-	59.992.777
40.735.254	23.626.185	11.411.127	111.839.567
11.011.326	45.390.233	5.524.463	81.560.848
220.643	3.483.788	-	3.715.673
19.656.101	10.697.772	-	106.133.299
10.621.724	1.443	-	92.821.233
98.750.891	17.936.140	-	269.652.428
8.796.320	343.539	-	30.230.308
189.792.259	101.479.100	16.935.590	755.946.133
40.917.101	4.030.091	-	220.826.288
63.126.416	724.679	-	210.771.310
486.821	388.241	-	4.049.982
20.669.467	604.370	-	51.552.093
13.523.640	19.186.093	-	34.851.714
24.877.163	-	-	118.768.720
600.633	-	-	38.059.884
164.201.241	24.933.474	-	678.879.991

3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de moeda, risco de taxa de juro e outros riscos de preços. Para cada um dos riscos de mercado, os bancos devem divulgar sua exposição e um teste de sensibilidade e/ou o Value-at-Risk (VaR). Em adição, devem ser divulgadas a metodologia e as principais premissas utilizadas.

Risco de moeda

Risco de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nas taxas de câmbio de moeda estrangeira. Segue a abertura dos instrumentos financeiros por moeda realizada pelo Banco do Brasil.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 43

Balanco em moedas estrangeiras

Moeda	R\$ mil			
	Contas patrimoniais			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar dos EUA	4.609.685	8.129.434	4.162.416	7.497.750
Euro	33.412	287.131	19.738	263.981
Franco Suíço	1.940	287.549	5.360	261.386
Iene	149	-	6.228	-
Libra Esterlina	230	-	-	-
Demais moedas	2.890	-	4.397	-
Total	4.648.306	8.704.114	4.198.139	8.023.117
Posição líquida- contas patrimoniais		(4.055.808)		(3.824.973)

Moeda	R\$ mil			
	Derivativos			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Dólar dos EUA	5.310.084	1.805.493	4.033.441	920.594
Euro	270.642	38.956	257.707	34.590
Franco Suíço	288.905	-	263.798	-
Iene	-	425	-	-
Libra Esterlina	-	-	-	-
Demais moedas	-	-	180.141	-
Total	5.869.631	1.844.874	4.735.087	955.184
Posição líquida - derivativos	4.024.757		3.779.903	



Risco de taxa de juros

Risco de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nas taxas de juros de mercado. Segue a abertura realizada pelo Itaú Unibanco para as posições sujeitas a risco de taxa de juros abertas por vencimento.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 36

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos diversos instrumentos financeiros, apurando a sensibilidade às variações de juros, aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados, bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos
Ativos Remunerados	255.232	191.194	78.496	246.502
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.321	3.274	4.835	395
Aplicações de Mercado Aberto	87.829	71.539	3.190	179
Depósitos Compulsórios no Banco Central	63.701	-	-	-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	17.163	7.251	7.920	85.581
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do Resultado	220	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	13.120	7.914	5.481	29.470
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	118	70	147
Derivativos	1.943	3.581	1.390	3.742
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	55.935	97.517	55.610	126.988
Passivos Remunerados	233.991	78.742	59.229	210.743
Depósitos de Poupança	83.451	-	-	-
Depósitos a Prazo	12.369	20.861	16.667	62.226
Depósitos Interfinanceiros	2.643	3.550	1.201	207
Mercado Aberto	123.001	17.838	16.281	82.424
Mercado Interbancário	5.606	26.871	21.065	38.802
Mercado Institucional	2.299	7.018	2.753	22.062
Derivativos	1.724	2.582	1.211	4.500
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	6	22	51	522
Passivos de Planos de Capitalização	2.892	-	-	-
Diferença ativo/passivo ⁽²⁾	21.241	112.452	19.267	35.759
Diferença Acumulada	21.241	133.693	152.960	188.719
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	2,4%	15,4%	17,6%	21,7%

⁽¹⁾ Prazos contratuais remanescentes;

⁽²⁾ As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição da taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros ⁽¹⁾

31/12/2012		31/12/2011					
Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
97.228	868.652	236.921	142.241	90.272	221.692	54.704	745.830
1	23.826	18.911	3.226	3.247	2.177	260	27.821
-	162.737	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248
-	63.701	98.053	-	-	-	-	98.053
27.601	145.516	7.188	3.369	27.149	72.088	12.095	121.889
-	220	186	-	-	-	-	186
34.884	90.869	6.139	3.997	3.768	17.042	16.564	47.510
2.867	3.202	87	-	33	242	2.743	3.105
941	11.597	2.277	2.199	1.473	2.315	490	8.754
30.934	366.984	53.949	88.988	52.947	127.828	22.552	346.264
76.688	659.393	167.707	69.188	47.978	220.434	51.515	556.822
-	83.451	67.170	-	-	-	-	67.170
5.109	117.232	30.918	19.167	11.475	79.542	3.367	144.469
-	7.601	665	683	445	272	-	2.065
27.861	267.405	55.866	11.403	11.139	89.261	17.744	185.413
4.729	97.073	5.904	24.588	16.773	38.781	4.452	90.498
37.896	72.028	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807
1.052	11.069	1.526	1.245	1.364	2.104	508	6.747
41	642	48	854	901	909	103	2.815
-	2.892	2.838	-	-	-	-	2.838
20.540	209.259	69.214	73.053	42.294	1.258	3.189	189.008
209.259		69.214	142.267	184.561	185.819	189.008	
24,1%		9,3%	19,1%	24,7%	24,9%	25,3%	

Risco de preço

São os riscos de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado (excluindo os decorrentes do risco de taxa de juros ou riscos cambiais). Podem ser mensurados através da metodologia do VaR.

VaR - Value at Risk

O VaR - Value at Risk é uma medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança. Os bancos usualmente monitoram o VaR diariamente.

O Itaú Unibanco monitora o VaR com horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Segue o VaR do Itaú Unibanco.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Nota Explicativa nº 36

(em milhões de R\$)

					VaR Global (*)			
	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2012	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2011
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	191,2	71,8	427,6	348,7	100,9	24,6	222,6	104,8
Cupons Cambiais	20,4	7,3	49,6	11,4	29,5	12,6	59,0	23,6
Moedas Estrangeiras	25,7	4,6	53,9	8,8	19,1	5,2	38,8	18,0
Índices de Preços	110,3	14,8	325,0	51,2	17,7	2,5	41,6	21,1
Renda Variável	24,2	13,6	43,5	16,8	36,9	17,4	57,1	25,2
Unidades Externas(**)								
Itaú BBA International	1,7	0,7	5,1	1,1	2,9	0,4	6,5	1,5
Itaú Argentina	3,0	1,7	5,6	5,5	4,0	1,6	9,4	3,7
Itaú Chile	5,5	3,2	9,6	4,4	5,3	1,9	10,3	5,3
Itaú Uruguai	1,7	0,3	3,4	2,0	0,5	0,2	1,1	0,7
Itaú Paraguai	0,4	0,2	1,4	1,0	0,6	0,2	1,7	0,2
Itaú BBA Colômbia	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de diversificação				(77,1)				(53,4)
Risco Global	289,7	118,0	601,4	373,7	142,0	74,0	278,5	150,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal individuais de ativos

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.



Por meio da divulgação do Bradesco, podemos notar que houve uma ampliação na exposição ao fator de risco “prefixado” e ao IPCA/IGP-M por parte desse banco.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 3

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Prefixado	94.956	34.963
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	116.608	82.986
Cupom cambial	11.553	18.352
Moedas estrangeiras	23.641	38.360
Renda variável	9.209	47.040
Soberanos/eurobonds e treasuries	19.760	21.902
Outros	4.245	48
Efeito correlação/diversificação	(79.700)	(114.819)
VaR no final do ano	200.272	128.832
VaR médio no ano	189.445	81.133
VaR mínimo no ano	82.476	19.749
VaR máximo no ano	540.027	241.081

Teste de sensibilidade

O Bradesco também divulga um teste de sensibilidade de sua exposição. Para realização do teste são definidos três cenários:

- ▶ Cenário 1: com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012, a cotação Real/Dólar foi de R\$ 2,06 (31.12.2011 - R\$ 1,88). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 7,15% a.a. (31.12.2011 - 10,06% a.a.).
- ▶ Cenário 2: foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012, a cotação Real/Dólar foi de R\$ 2,55 (31.12.2011 - R\$ 2,33). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 8,92% a.a. (31.12.2011 - 12,56% a.a.). Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.
- ▶ Cenário 3: foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012, a cotação Real/Dólar foi de R\$ 3,06 (31.12.2011 - R\$ 2,80). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 10,71% a.a. (31.12.2011 - 15,07% a.a.). Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O Bradesco apresenta o seguinte teste de sensibilidade.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 3

Fatores de Riscos	Definição
Taxa de juros em Reais	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações
Soberanos/eurobonds e treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores
Total sem correlação ⁽²⁾	
Total com correlação ⁽²⁾	

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais; e

⁽²⁾ "Com correlação" considera os impactos que cada variável tem em outra variável.

F. Reconciliação com Cosif

Devido às diferenças entre o BR GAAP (Cosif) e as IFRS, os bancos divulgam a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquidos entre os GAAPs. Segue a reconciliação apresentada pelo Santander.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 46

46. Informações complementares - Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota Explicativa
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP	
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:	
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	d
Reversão da amortização do ágio	e
Realização dos ajustes do preço de compra	f
Pagamento baseado de ações	g
Outros	
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS	
Participações não-controladoras em IFRS	
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS	

Carteiras Trading e Banking ⁽¹⁾

31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
(11.099)	(2.128.929)	(4.115.092)	(6.277)	(1.568.110)	(2.971.275)
(22.273)	(1.902.223)	(3.448.019)	(11.480)	(1.422.256)	(2.590.408)
(661)	(58.363)	(109.978)	(438)	(40.667)	(79.234)
(11.347)	(164.807)	(305.127)	(11.171)	(279.274)	(558.549)
(19.079)	(469.601)	(934.884)	(19.096)	(477.394)	(954.788)
(1.115)	(44.355)	(87.136)	(1.989)	(27.072)	(54.338)
(82)	(2.056)	(4.112)	(66)	(1.644)	(3.288)
(65.656)	(4.770.334)	(9.004.348)	(50.517)	(3.816.417)	(7.211.880)
(36.642)	(3.712.361)	(6.979.548)	(31.594)	(2.773.835)	(5.210.427)

2012	2011	2010
65.869.363	65.578.565	64.850.978
7.032	13.840	(251)
460.340	303.686	558.032
80.413	1.128.106	220.590
394.823	545.763	300.000
13.423.171	9.786.227	6.682.775
1.068.715	708.533	639.520
-	34.132	20.976
12.994	(85.820)	52.698
81.316.851	78.013.032	73.325.318
249.260	18.960	8.076
81.566.111	78.031.992	73.333.394

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 46 - Continuação

Em milhares de Reais	Nota Explicativa
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP	
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:	
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	d
Reversão da amortização do ágio	e
Realização dos ajustes do preço de compra	f
Taxa de desconto de planos de previdência privada	h
Outros	
Lucro líquido atribuível à Controladora em IFRS	
Participações não-controladoras em IFRS	
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS	



2012	2011	2010
2.691.802	3.557.203	3.863.298
(20.797)	18.918	(17.887)
(118.847)	18.402	(16.300)
(628.474)	907.516	219.630
(150.940)	245.763	82.795
3.636.944	3.103.452	3.241.146
(59.037)	69.013	(87.581)
-	-	(1.082)
98.009	(172.342)	98.074
5.448.660	7.747.925	7.382.093
10.618	7.928	481
5.459.278	7.755.853	7.382.574



CPCs 38, 39 e 40

Instrumentos Financeiros
(IAS 32, IAS 39
e IFRS 7) - Instituições
Não Financeiras

Nesta seção, analisamos o impacto das exigências presentes nas normas de Instrumentos Financeiros (CPC 38, 39 e 40), nas demonstrações consolidadas publicadas em 2012 pelas 56 empresas (instituições não financeiras) que compõem a amostra do trabalho.

Evidenciações sobre instrumentos financeiros

Para que a necessidade dos usuários da informação contábil seja atendida, as empresas devem apresentar diversas informações acerca da natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros aos quais estão expostos. Neste estudo foram analisados os seguintes aspectos sobre instrumentos financeiros nas instituições não financeiras:

a) Segregação, definição e efeito dos instrumentos financeiros

1. Segregação e classificação para fins de mensuração e apresentação
2. Categorias de instrumentos financeiros
3. Efeito no resultado do exercício

b) Mensuração dos instrumentos financeiros: valor justo e custo amortizado

1. Valor justo
2. Custo amortizado

c) *Impairment*: redução ao valor recuperável de ativos financeiros

1. Empréstimos a clientes
2. Ativos financeiros disponíveis para venda

d) Derivativos e aplicação do *hedge accounting*

1. Derivativos para negociação
2. Derivativos qualificados para o *hedge accounting*

e) Divulgações sobre riscos

1. Risco de crédito
2. Risco de liquidez
3. Risco de mercado
 - 3.1. Risco de moeda
 - 3.2. Risco de taxa de juros
 - 3.3. Risco de preço



a) Segregação, definição e efeito dos instrumentos financeiros

1. Segregação e classificação para fins de mensuração e apresentação

As empresas em geral segregam os instrumentos financeiros por categoria, para fins de apresentação e de mensuração, e para tal utilizam as categorias da IAS 39 (CPC 38). A Cemig, por exemplo, adota a seguinte classificação dos ativos e passivos financeiros.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 28

28. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2012	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros		
Empréstimos e Recebíveis		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2.328.910	2.328.910
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.661.808	2.661.808
Concessionários - Transporte de Energia	515.896	515.896
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	2.422.099	2.422.099
Ativos Financeiros da Concessão	6.621.961	6.621.961
	14.550.674	14.550.674
Disponíveis para venda		
Ativos Financeiros da Concessão	5.585.254	5.585.254
Mantidos até o Vencimento		
Títulos e Valores Mobiliários	646.987	646.987
Valor justo por meio do resultado:		
Mantidos para negociação		
Títulos e Valores Mobiliários	1.072.567	1.072.567
Instrumentos Derivativos - Contrato Swap	31.734	31.734
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado		
Fornecedores	1.735.462	1.735.462
Dívida pactuada c/ fundo de Pensão (FORLUZ)	814.870	814.870
Concessões a Pagar	209.817	209.817
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.170.310	16.799.296
	18.930.459	19.559.445
Valor justo por meio de resultado:		
Instrumentos Derivativos - Contrato Swap	1.319	1.319

	2011		1/1/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
	2.704.600	2.704.600	2.885.088	2.885.088
	2.708.316	2.708.316	2.358.292	2.358.292
	438.991	438.991	400.556	400.556
	1.830.075	1.830.075	1.837.088	1.837.088
	10.206.286	10.206.286	8.297.168	8.297.168
	17.888.268	17.888.268	15.778.192	15.778.192
	-	-	-	-
	-	-	-	-
	358.987	358.987	321.858	321.858
	-	-	-	-
	1.189.848	1.189.848	1.121.009	1.121.009
	846.581	846.581	868.178	868.178
	137.686	137.686	117.802	117.802
	15.779.069	15.767.142	13.226.490	13.226.490
	17.953.184	17.941.257	15.333.479	15.333.479
	23.501	39.410	66.892	61.987

28. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

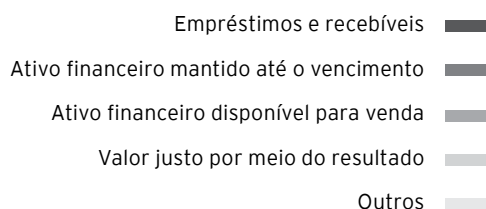
Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjuntos estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e derivativos, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

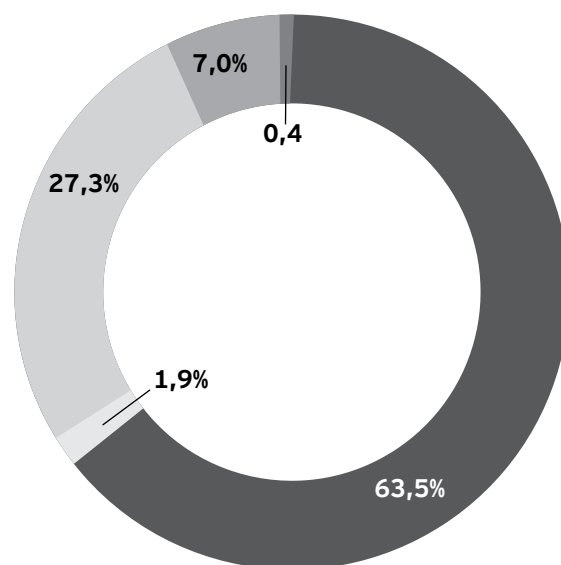
- ▶ **Empréstimos e Recebíveis:** encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- ▶ **Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado:** encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item "b"). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- ▶ **Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento:** encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- ▶ **Instrumentos Financeiros disponíveis para venda:** a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis.
- ▶ **Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- ▶ **Instrumentos Financeiros Derivativos.** São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado, exceto quanto ao hedge de fluxo de caixa da controlada em conjunto Madeira Energia S.A. cuja parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos com esta qualificação foi reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. Estes instrumentos financeiros da Madeira Energia foram integralmente liquidados em 2012.

Na nossa amostra, os ativos financeiros representam entre 69,5% e 1,7%, numa média de 30,3% do ativo total.

Quanto à representatividade de cada categoria de ativo financeiro, os empréstimos e recebíveis são o ativo financeiro mais significativo e, na amostra estudada, representam aproximadamente 63,5% dos ativos financeiros, conforme composição apresentada a seguir.



Ativos financeiros por categoria



Já no caso dos passivos financeiros, eles representam entre 99,4% e 31,4%, numa média de 77,2% do passivo total. As empresas costumam segregar em (i) Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado e (ii) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A quase totalidade, aproximadamente 96,5% dos passivos, está na categoria de mensurados pelo custo amortizado.

2. Categorias de instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são aqueles: (i) mantidos para negociação na data de aquisição; e (ii) assim designados no reconhecimento inicial. Todos os derivativos devem ser classificados nesta categoria, exceto quando são designados como instrumentos de *hedge* contábil (*hedge accounting*). Somente em raras circunstâncias é possível realizar transferências de ativos financeiros classificados como mensurados anteriormente ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos e mensurados pelo valor justo, devendo seus rendimentos (juros e dividendos) e as atualizações ao valor justo serem contabilizados em contrapartida à conta do resultado.

Esses ativos financeiros representam entre 0% e 96,0%, numa média de 27,3% do ativo financeiro das empresas da nossa amostra. Das 56 empresas da amostra, 46 (82%) possuem ativos classificados nesta categoria.

Como exemplo, segue a política contábil adotada pela OGX.

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 3

3. Resumo das principais práticas contábeis

b) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- ▶ São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting*, que atualmente não é adotado;
- ▶ São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- ▶ Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor;
- ▶ Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa;
- ▶ Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia do cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM).
- ▶ Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- ▶ Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, não sejam classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Esses ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo. Seus rendimentos (juros e dividendos) são apropriados no resultado, e as variações no seu valor justo registradas em contrapartida ao patrimônio líquido, na conta de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros disponíveis para venda representam entre 0% e 54,0%, numa média de 6,8% do ativo financeiro da nossa amostra. Das 56 empresas da amostra, 26 (46%) possuem ativos classificados nesta categoria.

Como exemplo, segue a política contábil adotada pelas Lojas Americanas.

Demonstração Financeira das Lojas Americanas, Nota Explicativa nº 2

2 Resumo das principais políticas contábeis

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros para os quais a entidade tenha intenção e capacidade financeira comprovada para mantê-los até o vencimento são classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento. Conforme a IAS 39, não se pode classificar um ativo financeiro como mantido até o vencimento se a entidade tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante dessa categoria. Sempre que isso acontecer, o ativo financeiro deve ser reclassificado como disponível para venda.

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente ao valor justo. São periodicamente mensurados ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros, com seus rendimentos apropriados no resultado. Em adição, eles são sujeitos ao teste de *impairment*.

Esses ativos financeiros representam entre 0% e 6,1%, numa média de 0,4% do ativo financeiro das empresas da amostra. Das 56 empresas da amostra, somente 17 (30%) possuem ativos classificados nesta categoria.

d) Empréstimos e recebíveis

Essa categoria inclui os ativos financeiros não cotados em mercado ativo com pagamentos fixos ou determináveis. Esses instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros, da mesma forma que os ativos mantidos até o vencimento. Estão sujeitos ao teste de *impairment* (Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa).

Os valores de Empréstimos e Recebíveis representam a maior parcela dos ativos financeiros publicados pelas entidades da amostra, variando entre 100% e 0%, numa média de 63,5% do ativo financeiro.

A Localiza apresenta a seguinte abertura para as contas a receber, que contempla as faixas de atraso.



Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 5

5. Contas a receber

A composição do saldo das contas a receber de clientes é como segue:

	Individual (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aluguel de Carros	239.101	209.038	241.176	211.226
Aluguel de Frotas	-	-	56.418	49.002
Venda dos carros desativados	62.249	77.941	72.788	98.023
Franchising	891	973	10.035	7.531
	302.241	287.952	380.417	365.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.827)	(9.039)	(15.279)	(12.342)
Total	291.414	278.913	365.138	353.440

A posição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	Individual (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	260.144	245.330	299.867	291.449
Vencidos até 30 dias	15.801	18.163	43.837	41.174
Vencidos de 31 a 60 dias	3.935	4.206	5.539	5.756
Vencidos de 61 a 90 dias	2.677	2.875	3.485	3.427
Vencidos de 91 a 180 dias	6.047	6.098	7.443	7.695
Vencidos há mais de 181 dias	13.637	11.280	20.246	16.281
Total	302.241	287.952	380.417	365.782



Já a Copel apresenta a composição dos ativos financeiros pertencentes a cada categoria, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 5

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível		Consolidado	
	NE nº 35.2	Indexador	31.12.2012	31.12.2011
Títulos disponíveis para venda				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	39.845	98.898
Operação Compromissada	2	CDI	175.792	43.233
Operação Compromissada	2	Selic	-	4.430
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	-	46.322
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	86	111
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	-	31.451
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	1	IPCA	-	1.956
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	162.517	209.942
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	167.917	103.520
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB	2	CDI	13.661	19.296
Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa	2	CDI	9.004	8.270
			568.822	567.429
Títulos para negociação				
Cotas fundos de investimentos	2	CDI	24.742	11.003
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	16.373	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	3.147	-
Letras Financeiras	2	CDI	12.591	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	9.526	39.039
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Selic	48.216	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	2	CDI	61.475	9.979
Ações	1	Ibovespa	93	-
Debêntures	2	CDI	3.668	-
Notas Promissórias	2	CDI	3.127	-
Renda Fixa Term 3	1	Pré-Fixada	56	-
Derivativos	1	DI Futuro BMF	-	1
			183.014	60.022
Títulos mantidos até o vencimento				
LFT		Selic	-	5.920
Cotas fundos de investimentos		CDI	-	48
LF Caixa		CDI	12.180	11.189
			12.180	17.157
			764.016	644.608
		Circulante	635.501	582.019
		Não circulante	128.515	62.589

e) Passivos financeiros

Passivos financeiros correspondem a obrigações contratuais cuja liquidação deve ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal, bem como direito contratual de trocar ativos financeiros sob condições desfavoráveis. As empresas costumam segregar em (i) Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado e (ii) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Estes passivos financeiros são subdivididos em duas classificações distintas: (i) passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial e (ii) passivos financeiros para negociação, que inclui os derivativos passivos não destinados como instrumento de *hedge*.

Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria são reconhecidos e mensurados pelo valor justo, devendo seus encargos (juros) e as atualizações ao valor justo serem contabilizados em contrapartida à conta do resultado.

Os itens de passivos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado são insignificantes, e variam entre 0% e 31,4%, numa média de somente 3,2% dos passivos financeiros das empresas da amostra.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, e incluem, dentre outros, recursos de instituições financeiras e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

Em geral, são classificados nesta categoria os empréstimos tomados, financiamentos, arrendamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, sendo periodicamente mensurados ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros, com contrapartida no resultado como despesa de juros e rendimentos.

Os itens classificados como passivos ao custo amortizado representam quase a totalidade do passivo financeiro das empresas, na média de 96,5%.

Seguem a divulgação das condições contratuais e a mutação dos passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado da Tractebel.



Demonstração Financeira da Tractebel, Nota Explicativa nº 15

15. Empréstimos e financiamentos

Condições Contratadas

Empresas / Bancos	Juros	Vencimento	Condições de pagamento	
			Principal e juros	Saldo em 31/12/2012
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014	435.372
Controladas				
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. ^(a)	09.2013	Mensais	9.130
Bancos (Repassse BNDES) ^(b)	TJLP + 3,85% a.a. ^(a)	09.2013	Mensais	11.324
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	892.353
BNDES - Crédito Social ^(e)	TJLP	06.2018	Mensais	20.755
Bancos (Repassse BNDES) ^(b)	TJLP + 2,95% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	605.447
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	173.893
Bancos (Repassse BNDES) ^(b)	TJLP + 3,25% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	351.212
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. ^(c)	10.2017	Mensais	19.335
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. ^(a)	06.2024	Mensais	54.522
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. ^(a)	01.2021	Mensais	28.985
BNDES (Subcrédito B) ^(d)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	29.857
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	91.381
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	61.974
Mundaú (BNDES)	TJLP + 2,51% ^(a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 ^(f)	45.387
Guajiru (BNDES)	TJLP + 2,51% ^(a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 ^(f)	55.714
Fleixeiras I (BNDES)	TJLP + 2,51% ^(a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 ^(f)	56.223
Trairi (BNDES)	TJLP + 2,51% ^(a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 ^(f)	47.485
Moeda estrangeira				
STN	Libor + 1,075% a.a.	04.2024	Semestrais	104.260
BNP Paribas (Floating Rate Note)	Euribor + 2,75% a.a.	11.2015	Anuais	111.346

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2010	49.577	213.417	262.994	189.414	2.567.145	2.756.559
Ingressos	-	430.000	430.000	-	502.799	502.799
Transferências	26.001	(26.001)	-	256.485	(256.485)	-
Juros no resultado	36.489	-	36.489	150.186	879	151.065
Juros capitalizados	-	-	-	-	97.279	97.279
Remuneração de garantia	-	(3.996)	(3.996)	-	(3.996)	(3.996)
Variações cambiais	1.915	16.261	18.176	1.915	16.261	18.176
Amortização de principal	(44.557)	-	(44.557)	(222.615)	-	(222.615)
Amortização de juros	(28.061)	-	(28.061)	(141.461)	-	(141.461)
Saldo em 31/12/2011	41.364	629.681	671.045	233.924	2.923.882	3.157.806
Ingressos	-	-	-	-	244.262	244.262
Transferências	156.761	(156.761)	-	366.997	(366.997)	-
Juros no resultado	49.043	-	49.043	211.730	312	212.042
Juros capitalizados	-	-	-	-	32.401	32.401
Remuneração de garantia	-	(4.992)	(4.992)	-	(4.992)	(4.992)
Variações cambiais	1.427	20.044	21.471	1.427	20.044	21.471
Amortização de principal	(32.706)	-	(32.706)	(218.414)	-	(218.414)
Amortização de juros	(52.883)	-	(52.883)	(238.621)	-	(238.621)
Saldo em 31/12/2012	163.006	487.972	650.978	357.043	2.848.912	3.205.955



Por fim, a Tractebel divulga ainda os principais *covenants* atrelados aos seus passivos financeiros.

Demonstração Financeira da Tractebel, Nota Explicativa nº 15

15. Empréstimos e financiamentos

h) Compromissos contratuais (covenants)

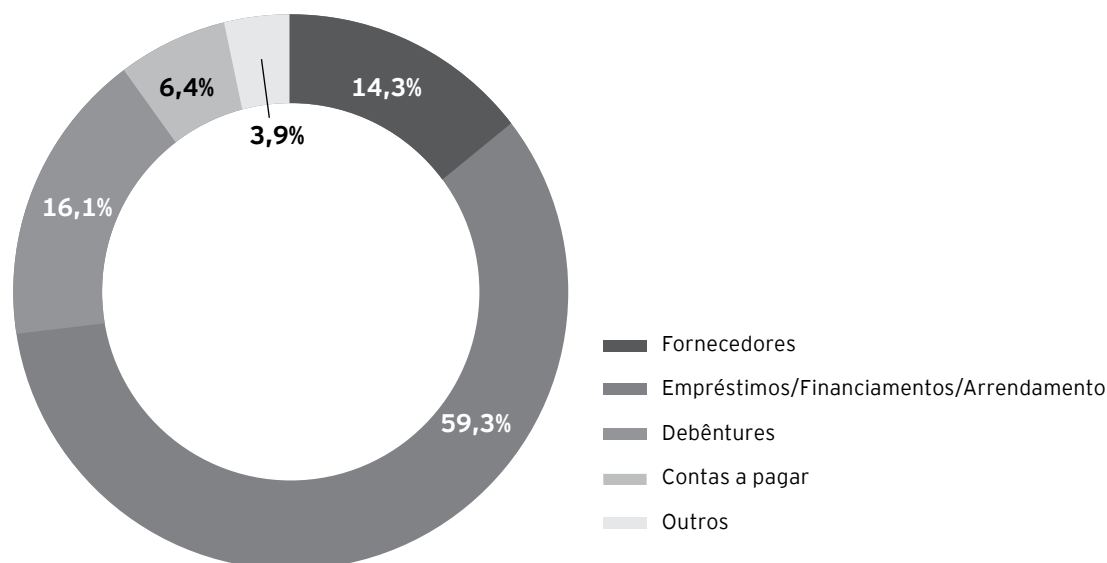
A Companhia possui os seguintes compromissos contratuais estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	Covenants
Controladora Bank of America Merrill Lynch	EBITDA ¹⁵ /despesas financeiras consolidadas $\geq 2,0$ Dívida consolidada/EBITDA $\leq 3,5$
Controladas BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - Itasa BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CEE e Areia Branca BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CESS, Beberibe e Pedra do Sal BNDES - Ibitiúva Banco do Brasil - Hidropower	Patrimônio líquido / ativo total $\geq 40\%$ Índice de cobertura do serviço da dívida ¹⁶ $\geq 1,2$ Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$ (i) Índice de Endividamento Geral $\leq 0,80$ (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$ (i) Patrimônio líquido / ativo total $\geq 0,35$ (ii) Margem EBITDA ¹⁷ (EBITDA/ROL) $\geq 0,80$ (iii) EBITDA/ despesas financeiras $\geq 2,70$ (iv) Dívida financeira total / EBITDA $\leq 4,0$ (v) Ativo circulante / passivo circulante $\geq 1,2$ (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$

Passivos financeiros por classe

A maioria das empresas da amostra divulga em seus balanços patrimoniais seus passivos financeiros segregados por classe. Segue a participação média de cada classe de passivo financeiro dessas empresas.

Passivos financeiros por categoria





O passivo financeiro mais significativo se refere aos empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos, com uma média de 59,3% do passivo financeiro, oscilando entre 0% e 99,2%.

A Embraer divulga os valores registrados a título de fornecedores, segregando entre fornecedores nacionais, internacionais, bem como aqueles de risco, ou seja, que fornecem produtos considerados essenciais.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 19

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores exterior	472.965	527.546	785.989	919.119
Parceiros de risco ⁽ⁱ⁾	544.319	485.634	544.320	485.634
Fornecedores no país	136.933	100.159	220.448	151.952
Sociedades controladas	118.381	61.945	-	-
	1.272.598	1.175.284	1.550.757	1.556.705
Circulante	1.272.598	1.175.284	1.550.757	1.556.705

(i) Os parceiros de risco da Companhia desenvolvem e produzem componentes significativos das aeronaves, incluindo motores, componentes hidráulicos, aviônicos, asas, cauda, interior, partes da fuselagem, dentre outros. Determinados contratos firmados entre a Companhia e esses parceiros de risco caracterizam-se parcerias de longo prazo e incluem o diferimento de pagamentos para componentes e sistemas por um prazo negociado após a entrega desses. Uma vez selecionados os parceiros de risco e iniciado o programa de desenvolvimento e produção de aeronaves, é difícil substituí-los. Em alguns casos, como os motores, a aeronave é projetada especialmente para acomodar um determinado componente, o qual não pode ser substituído por outro fornecedor sem incorrer em atrasos e despesas adicionais significativas. Essa dependência torna a Companhia suscetível ao desempenho, qualidade e condições financeiras de seus parceiros de risco.

Outros passivos financeiros também presentes em empresas da amostra são debêntures, direitos de outorga e ações preferenciais resgatáveis, conforme divulgado pela Cyrella a seguir.

Demonstração Financeira da Cyrella, Nota Explicativa nº 11

11. Debêntures (controladora e consolidado)

a) Abaixo segue resumo das características e saldos das debêntures:

Características	CYRE 11	CYRE 12	CYRE 22
Série Emitida	Primeira	Segunda	Segunda
Tipo de Emissão	Simple	Simple	Simple
Natureza Emissão	Pública	Pública	Pública
Data da Emissão	01/04/2007	05/01/2008	05/01/2008
Data de Vencimento	01/04/2014	05/01/2018	05/01/2018
Espécie da Debêntures	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Condição de Remuneração	100% DI + 0,48% a.a.	100% DI + 0,65% a.a.	100% DI + 0,65% a.a.
Valor Nominal (unitário)	10	10	10
Títulos Emitidos (unidade)	50.000	24.975	24.975
Títulos em Circulação (unidade)	33.333	10	4.253
Títulos Resgatados (unidade)	(16.667)	(24.965)	(20.722)
Forma de Pagamento do Juros	Semestral	Semestral	Semestral
Forma de Amortização (Parcelas)	Anual	Anual	Anual
Parcelas de Amortização	3	1	1

Características	CYRE 11	CYRE 12	CYRE 22	CYRE 13
Saldos:				
Debêntures a Pagar	333.350	100	42.530	175.000
Gastos com Emissão	(2.033)	(857)	(857)	(5.240)
(-) Amortização dos Gastos	1.774	856	781	4.434
Gastos com Emissão a Amortizar	(259)	(1)	(76)	(806)
Juros sobre Debêntures a Pagar	5.954	4	1.632	996
	339.045	103	44.086	175.190
(-) Não Circulante	166.619	100	42.454	87.480
Circulante	172.426	3	1.632	87.710

CYRE 13	CYRE 14	CYRE 15	CYRE 16	CYRE 25
Única	Única	Única	Única	Única
Simple	Simple	Simple	Simple	Simple
Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
01/09/2009	29/09/2010	03/07/2011	21/08/2012	03/07/2011
01/09/2014	29/09/2014	03/07/2015	21/08/2017	03/07/2016
Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
100% DI + 0,81% a.a.	115% do CDI	100% DI + 1,35% a.a.	100% DI + 1,20% a.a.	100% DI + 1,55% a.a.
10	1.000	10.000	1.000.000	10.000
35.000	300	12.000	400	28.000
17.500	-	12.000	400	28.000
(17.500)	(300)	-	-	-
Trimestralmente	Mensalmente	Semestral	Semestral	Semestral
Anual	Anual	Semestral	Anual	Semestral
4	3	3	2	5

CYRE 14	CYRE 15	CYRE 16	CYRE 25	2012	2011
-	120.000	400.000	280.000	1.350.980	1.376.130
-	(1.068)	(1.099)	(2.493)	(13.647)	(15.895)
-	319	76	748	8.988	9.027
-	(749)	(1.023)	(1.745)	(4.659)	(6.868)
-	5.117	11.676	12.223	37.602	44.315
-	124.368	410.653	290.478	1.383.923	1.413.577
-	119.465	399.196	278.753	1.094.067	1.117.098
-	4.903	11.457	11.725	289.856	296.479

Outros passivos assumidos pelas empresas são as ações preferenciais resgatáveis, conforme descrito pela PDG.

Demonstração Financeira da PDG, Nota Explicativa nº 13

13. Ações preferenciais resgatáveis e usufruto de ações

13.1 Ações preferenciais

Em 14 de junho de 2010, foi realizada a emissão de 52.434.457 ações preferenciais resgatáveis pela Goldfarb Investimentos S.A. (anteriormente denominada ZMF 22), subsidiária da PDG, pelo preço de emissão de R\$ 2,67 por cada Ação Preferencial Resgatável. O valor total da emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis foi de R\$ 140.000.

Em setembro de 2010, foi realizada nova emissão de 59.925.094 ações preferenciais resgatáveis pela Goldfarb Investimentos S.A., subsidiária da PDG, pelo preço de emissão de R\$ 2,67 por cada Ação Preferencial Resgatável. O valor total da emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis foi de R\$ 160.000.

As ações preferenciais resgatáveis têm direito a voto restrito e fazem jus às seguintes vantagens patrimoniais:

- a) Dividendos fixos, prioritários e cumulativos a serem pagos anualmente (“Dividendos Fixos Cumulativos”), nas seguintes datas: 15 de junho de 2011; 15 de junho de 2012; 15 de junho de 2013; 15 de junho de 2014 e 15 de junho de 2015, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de levantamento de balancete especial para tanto;
- b) O Dividendo Fixo Cumulativo, a ser pago em cada Data de Pagamento de Dividendo Fixo, vinculado ao valor de investimento aportado pelo investidor detentor das ações preferenciais;
- c) Serão resgatáveis, nos termos previstos no Estatuto Social da Goldfarb Investimentos S.A.; e
- d) Outros direitos relacionados à condição de investidor preferencialista.

As Ações Preferenciais Resgatáveis emitidas pela Goldfarb Investimentos S.A., em função de suas características foram classificadas como instrumentos financeiros e os dividendos classificados no resultado na conta “Outras Despesas Operacionais”.

O valor encontra-se registrado na rubrica outras contas a pagar e os saldos em aberto são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Curto prazo	13.778	17.007
Longo prazo	300.000	300.000
	313.778	317.008

Em 15 de junho de 2012, Goldfarb Investimentos S.A. pagou R\$ 35.654 de dividendos preferenciais.

Em 15 de junho de 2011, foram pagos R\$ 29.830 a título de dividendos destas ações preferenciais, os quais foram contabilizados no resultado na rubrica ganhos e perdas com controladas.

Garantias cedidas

Uma informação de divulgação obrigatória são as garantias cedidas e detidas. Segue como exemplo a descrição das garantias cedidas pela Marfrig.

Demonstração Financeira da Marfrig, Nota Explicativa nº 17

17. Empréstimos e financiamentos

17.18 . Garantias dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo de financiamentos	4.789.595	5.106.327	11.641.398	10.603.078
Garantias:				
Nota Promissória	1.787.422	2.155.087	1.979.125	2.301.707
Duplicatas	190.976	42.532	206.561	101.591
Fiança Bancária	1.524	5.394	34.763	43.520
Contrato de Fornecimento	-	-	2.121	1.833
Aval	1.950.432	1.673.858	3.742.579	2.746.919
Bem Financiado	996	1.233	4.795	10.815
Documentos de exportação	-	-	62.447	26.489
Instalações	22.564	33.520	22.564	33.520
Hipoteca	-	-	69.879	47.074
Aplicação Financeira	54.400	237.099	54.400	259.956
Crédito de Exportação	-	-	19.815	45.421
Sem Garantias	781.281	957.604	5.442.349	4.984.233



3. Efeito no resultado do exercício

É mandatória a apresentação do efeito no exercício de cada categoria do resultado do exercício. Nas empresas da amostra, 84,5% das empresas apresentaram a informação. Segue nota apresentada pela Copel.

Demonstração Financeira da Copel, Nota Explicativa nº 32

32 Resultado Financeiro

Receitas financeiras

Renda e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)

Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão

Acréscimos moratórios sobre faturas de energia

Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação

Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda

Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Juros e comissões sobre contratos de mútuo

Outras receitas financeiras

(-) Despesas financeiras

Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.2)

Encargos de dívidas

Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio

Juros sobre P&D e PEE

Variações monetárias e cambiais

Outras despesas financeiras

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2012 totalizaram R\$ 70.304 à taxa média de 10,22% a.a.

		Controladora			Consolidado
	31.12.2012	31.12.2011		31.12.2012	31.12.2011
	-	-		188.688	148.950
	-	-		165.574	100.381
	-	-		127.041	63.652
	1.911	3.461		75.027	210.253
	12	17		38.938	15.660
	-	-		109	2.808
	98.722	108.163		-	-
	9.672	9.818		53.561	35.828
	110.317	121.459		648.938	577.532
	-	-		401.104	-
	84.994	114.339		133.396	141.327
	-	-		74.984	71.383
	22.837	42.043		24.581	43.740
	-	-		14.745	18.666
	10	2		13.819	17.821
	1.425	20.809		14.130	59.827
	109.266	177.193		676.759	352.764
	1.051	(55.734)		(27.821)	224.768

Exposição cambial

A maior parte do passivo financeiro é contratado em reais (R\$), com uma média de 64,7% do passivo financeiro, seguida pelo dólar americano com 34,3%.

b) Mensuração dos instrumentos financeiros: valor justo e custo amortizado

Inicialmente, todos os instrumentos financeiros devem ser mensurados pelo valor justo. Conforme sua classificação, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo.

Os custos de transação devem ser reconhecidos, juntamente com o valor justo inicial; assim, quando de sua ocorrência, a taxa contratual do instrumento financeiro é diferente de sua taxa efetiva de juros. A única exceção é para aqueles instrumentos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para esses instrumentos financeiros, os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado.

Na nossa amostra, aproximadamente 34,2% dos ativos financeiros e somente 3,2% dos passivos financeiros são mensurados pelo valor justo.



Como regra geral, podemos sintetizar a contabilização dos instrumentos financeiros no seguinte quadro:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Resumo dos critérios de avaliação e contabilização

Item	Forma de avaliação	Registro dos encargos (juros e similares)	Registro do ajuste ao valor justo (mercado)
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado pela taxa interna de retorno	Receita de juros e similares	NÃO É FEITO
Ativo financeiro mantido até o vencimento	Custo amortizado	Receita de juros e similares	NÃO É FEITO
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Valor justo (além do custo amortizado)	Receita de juros e similares	Resultado - Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo (além do custo amortizado)	Receita de juros e similares	PL - Ajuste ao valor de mercado
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Receita de juros e similares	NÃO É FEITO
Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Valor justo (além do custo amortizado)	Despesa de juros e similares	Resultado - Ganhos/(perdas) líquidos sobre passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Custo amortizado	Despesa de juros e similares	NÃO É FEITO

Fonte: Elaborado a partir da norma contábil IAS 39

1. Valor Justo

Pelas normas vigentes até o final do exercício de 2012, valor justo era definido como sendo:

“O montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.”

Com a emissão da IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46), a definição de valor justo passa a ser:

“O preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.”

As empresas devem divulgar diversas informações sobre o valor justo, tais como o valor justo dos ativos e passivos financeiros, hierarquia de determinação do valor justo (níveis 1, 2 e 3) e política de mensuração do valor justo, incluindo as técnicas e premissas. Segue divulgação realizada pela Eletropaulo.

Demonstração Financeira da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 34

34 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

34.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

2012

	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	114.142	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	699.899	699.899	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.594.016	1.594.016	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	314.055	314.055	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	461.485	461.485	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.181.937	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.365.534	4.365.534	

PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.382.369	1.382.369	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.802.219	2.829.455	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	3.498	3.498	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	84.510	84.510	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	64.920	64.920	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	4.337.516	4.364.752	

2011

	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	162.952	162.952	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.227.520	1.227.520	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.520.600	1.520.600	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	352.298	352.298	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	475.991	475.991	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	1.041.813	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.781.174	4.781.174	

PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.063.084	1.063.084	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.495.985	2.508.686	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	129.166	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	211.072	211.072	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	3.899.307	3.912.008	



Demonstração Financeira da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 34 - Continuação

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e títulos públicos. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro de concessão, vide nota explicativa nº 3.3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Hierarquia de mensuração do valor justo

As técnicas de mensuração do valor justo estão classificadas e segregadas de acordo com os níveis I, II e III, definidos como:

- ▶ Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos.
- ▶ Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.
- ▶ Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, as empresas estabelecem o valor justo usando uma técnica de valoração que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

As entidades da amostra divulgam os valores justos de seus instrumentos por nível de mensuração. Segue a nota apresentada pela Petrobras.

Demonstração Financeira da Petrobras, Nota Explicativa nº 31

31 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 191.478 calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 180.818.

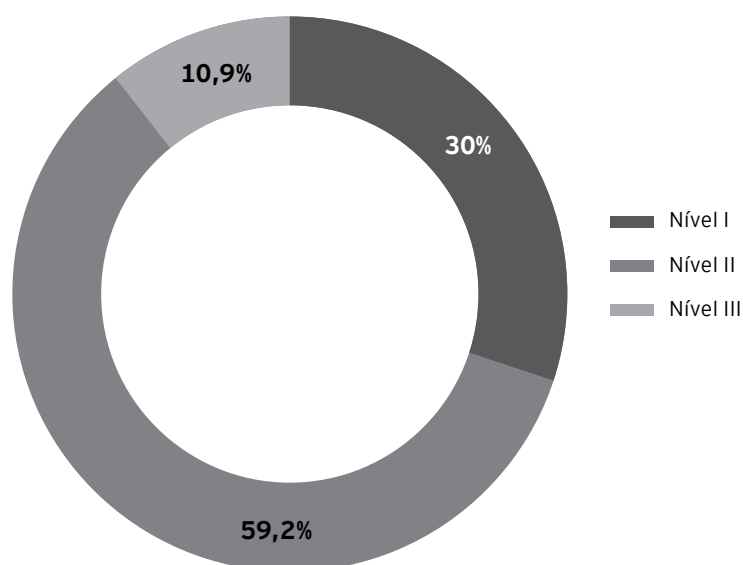
A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:



Valor justo medido com base em				
	Preços cotados em mercado ativo (Nível I)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível II)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível III)	Total do valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	21.376	-	-	21.376
Derivativos de commodities	-	-	74	74
Derivativos de Moeda Estrangeira	1	156	-	157
Derivativos (Aplicações Financeiras)	4	-	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.381	156	74	21.611
Saldo em 31 de dezembro de 2011	22.362	243	49	22.654
Passivos				
Derivativos de commodities	(39)	-	-	(39)
Derivativos de Juros	(87)	-	-	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(126)	-	-	(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(106)	(3)	-	(109)

Analizamos a hierarquia utilizada pelas empresas integrantes da amostra na mensuração de valor justo. Como resultado da análise, as empresas avaliam a maioria dos seus ativos pelo nível II (59,2%) e, raramente, pelo nível III (10,9%).

Valor Justo - Nível de Hierarquia



2. Custo amortizado

Segundo o método do custo amortizado, um instrumento financeiro é mensurado pelo seu valor inicial, acrescidos periodicamente os juros e subtraídos os pagamentos, sempre utilizando a taxa efetiva de juros. A taxa efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa. Para o caso dos ativos financeiros, ainda devem ser consideradas as perdas por *impairment*.

Segue a discriminação das taxas de juros das dívidas de longo prazo apresentada pela Vale.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 17

17 - Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, as taxas de juros anuais sobre os empréstimos e financiamentos a longo prazo foram como segue:

	Consolidado	Controladora
Até 3%	11.123	8.376
3,1% até 5% (i)	11.630	4.864
5,1% até 7%	25.329	9.209
7,1% até 9% (ii)	10.056	7.207
9,1% até 11% (ii)	2.734	2.539
Acima de 11% (ii)	983	-
Variáveis	1	-
	61.856	32.195

(i) Inclui a operação de *eurobonds*, para qual foi contratado instrumento financeiro derivativo a um custo de 4,51% a.a. em dólares norte-americanos.

(ii) Inclui debêntures não conversíveis e outros empréstimos em reais (R\$), cuja remuneração é igual à variação acumulada da taxa do CDI e da TJLP mais *spread*. Para estas operações, foram contratados instrumentos financeiros derivativos a fim de proteger a exposição da Companhia às variações da dívida flutuante em reais. O total contratado para estas operações é de R\$ 16.812 (US\$ 8.227 milhões), dos quais R\$ 16.123 (US\$ 7.890 milhões) têm taxas de juros originais acima de 5,1% a.a. Após a contratação dos derivativos o custo médio das dívidas não denominadas em dólares norte-americanos é de 3,16% a.a. em dólares norte-americanos.

c) *Impairment*: redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro é considerado desvalorizado (*impaired*) quando existir evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial do ativo e esse evento tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. Assim, tem-se um modelo de perdas incorridas, conforme previsto na IAS 39; em outras palavras, não podem ser consideradas as perdas estimadas. A análise deve ser individual para ativos individualmente significativos e, coletivamente, por risco de crédito semelhante para os demais.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperabilidade inclui dados observáveis que são avaliados pelas empresas, principalmente em relação aos seguintes eventos de perda:

- (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- (iii) probabilidade significativa de que o mutuário entrará em falência ou passará por uma reorganização financeira; e
- (iv) desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras.

Todos os ativos financeiros, exceto os mensurados pelo valor justo por meio do resultado, estão sujeitos ao teste de *impairment*.

1. Empréstimos a clientes

O valor recuperável, independentemente se avaliado individualmente ou coletivamente, deve ser o fluxo de caixa estimado pela taxa efetiva de juros original. Caso o valor recuperável se mostre inferior ao valor contábil, uma perda deve ser reconhecida. Posteriormente, o rendimento de juros é a partir de então reconhecido usando-se a taxa de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. Seguem as informações fornecidas pela Braskem.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 9

Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cientes:				
no Brasil	790.518	660.289	1.038.673	866.168
no exterior	1.283.605	676.122	1.582.433	1.282.251
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(203.922)	(189.071)	(256.884)	(253.607)
Total	1.870.201	1.147.340	2.364.222	1.894.812
No ativo circulante	1.834.491	1.097.482	2.326.480	1.843.756
No ativo não circulante	35.710	49.858	37.742	51.056
Total	1.870.201	1.147.340	2.364.222	1.894.812

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos a vencer				
Títulos vencidos :	1.397.535	743.951	2.051.353	1.708.877
Até 90 dias	429.715	290.244	350.476	223.649
De 91 a 180 dias	28.654	113.157	5.814	6.754
A partir de 180 dias	218.219	189.059	213.463	209.139
	2.074.123	1.336.411	2.621.106	2.148.419
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(203.922)	(189.071)	(256.884)	(253.607)
Total da carteira de clientes	1.870.201	1.147.340	2.364.222	1.894.812

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo da provisão no início do exercício	(189.071)	(212.363)	(253.607)	(269.159)
(Provisões) reversões do exercício	(30.650)	8.392	(53.255)	4.612
Baixa de títulos considerados incobráveis	15.799	14.900	27.374	18.671
Aquisição de empresas				(7.731)
Baixa por alienação de investimentos			818	
Valores transferidos para ativo mantido para venda			21.786	
Saldo da provisão no final do exercício	(203.922)	(189.071)	(256.884)	(253.607)

A Localiza também divulga o valor provisionado para cada faixa de atraso, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 5

5. Contas a receber

O saldo a receber de clientes inclui valores vencidos no final do exercício, para os quais não se constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito, sendo tais valores ainda considerados recuperáveis. A composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/12	31/12/11
Vencidos até 60 dias	48.656	46.827
Vencidos de 61 a 180 dias	8.509	9.467
Vencidos há mais de 181 dias	8.338	6.170
Total	65.503	62.464

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Individual (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(9.039)	(12.342)
Constituição	(4.791)	(11.221)
Reversão	3.003	8.284
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(10.827)	(15.279)

A composição por vencimento dos valores vencidos e a vencer, incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/12	31/12/11
A vencer (*)	232	473
Vencidos até 60 dias	720	103
Vencidos de 61 a 180 dias	2.419	1.655
Vencidos há mais de 181 dias	11.908	10.111
Total	15.279	12.342

(*) A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com a classificação interna de risco do cliente, que pode levar, inclusive, ao provisionamento de títulos a vencer. Maiores detalhes sobre a política de gerenciamento do risco de crédito estão descritos na Nota 22(a), item (ii).


2. Ativos financeiros disponíveis para venda

A CSN reconheceu um *impairment* nas ações da Usiminas, conforme divulgado a seguir.

Demonstração Financeira da CSN, Nota Explicativa nº 13

13. Instrumentos financeiros

II - Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Perda (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda 

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (fair value), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BM&FBOVESPA).

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações Usiminas, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras, existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da CSN, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Para determinação do prazo de duração do declínio no valor de mercado das Ações Usiminas abaixo do seu custo, a CSN compara o seu custo médio de aquisição na data base da demonstração financeira com a última data em que a cotação máxima estava acima desta média ponderada. Na avaliação da administração esta análise demonstrou que nem as ações USIM3 nem as USIM5 apresentaram um declínio prolongado em sua cotação, conforme critérios definidos na política da Companhia.

Para determinação do percentual de declínio, analisa-se a volatilidade, que representa uma medida de dispersão dos retornos de uma ação ou índice de mercado. Quanto mais o preço de uma ação varia num período curto de tempo, maior o risco de ganho ou perda financeira negociando esta ação, e, por isso a volatilidade é uma medida de risco. A volatilidade histórica da ação é calculada e considerada para identificar a flutuação esperada para o respectivo instrumento, mensurar a expectativa de volatilidade futura do instrumento patrimonial avaliado e concluir se um declínio de valor de mercado de um instrumento abaixo do seu custo deve ou não ser considerado significativo.

A tabela a seguir ilustra este índice no período de 12 anos (considerando a data-base 31/12/2011), período suficientemente longo para eliminar picos de volatilidade causados por crises econômicas nacionais e internacionais:

Período	Volatilidade	
	USIM3	USIM5
03/01/2000 a 31/12/2011	50,42%	48,57%

Com base nessas informações, nos critérios adotados pela administração e nas regras contábeis e legais pertinentes, a administração concluiu que a queda no valor de mercado em relação ao custo de aquisição das ações da USIM3 e USIM5 em 30 de junho de 2012, de 66,3% e 59,0%, respectivamente, foi considerada como um declínio significativo no valor de mercado desses instrumentos patrimoniais.

Com base nos elementos qualitativos e quantitativos apresentados acima, a administração, no exercício de seu julgamento, concluiu que houve evidência de uma redução significativa no valor recuperável do investimento nas Ações da Usiminas em 30 de junho de 2012, e, conseqüentemente, reclassificou as perdas acumuladas registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 1.599.485, líquido de imposto de renda e contribuição social, para o resultado do exercício, sendo registrado o montante de R\$ 2.022.793 em outras despesas operacionais e R\$ 423.308 em impostos diferidos.

A partir daquela data, de acordo com a política da Companhia, os ganhos decorrentes da variação positiva da cotação das ações durante o segundo semestre findo em 31/12/2012 no montante de R\$ 730.812, líquido de imposto de renda e contribuição social, foram registrados em outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda.

Em dezembro de 2012 houve um registro adicional de R\$ 264.441 de impostos diferidos sobre as perdas acumuladas em função da análise anual da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social que considerou as diferenças temporárias geradas por este investimento nas subsidiárias da CSN, em decorrência da reclassificação das perdas acumuladas.

A Companhia continuará avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na Usiminas. Estas iniciativas podem, por exemplo, impactar na forma de registro do investimento nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Derivativos e aplicação do *hedge accounting*

Derivativos são instrumentos financeiros que atendem concomitantemente às três condições a seguir:

- ▶ Investimento inicial nulo ou pequeno;
- ▶ Um ou mais ativos subjacentes (*underlyings*);
- ▶ Liquidação em uma data futura.

Os derivativos podem ter duas finalidades: proteção ou negociação. Nas operações com derivativos para proteção, eles podem ser qualificados como instrumentos de *hedge*, tendo uma contabilização específica. Logo, não são classificados como instrumentos financeiros para negociação, conforme veremos a seguir.

1. Derivativos para negociação

As entidades da amostra utilizam esses instrumentos financeiros derivativos para negociação, ou seja, para uma finalidade que não seja proteção, principalmente assunção de riscos de mercado (ie. moeda, juros e preço de *commodities*) e de crédito. Esses derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e podem ser um ativo ou um passivo, conforme seu valor justo.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 4

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

4.3.2 Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

Instrumento	Objeto de proteção	Vencimentos
Designados como <i>hedge accounting</i>		
NDF	Tx. câmbio	De 01.2013 a 11.2013
NDF	Tx. câmbio	De 01.2013 a 11.2013
NDF	Tx. câmbio	De 01.2013 a 11.2013
Trava de câmbio	Tx. câmbio	De 01.2013 a 04.2013
Swap	Tx. câmbio	Até 03.2014
Swap	Tx. câmbio	Até 07.2013
Swap	Tx. câmbio	De 01.2013 a 12.2013
Swap	Tx. juros	De 01.2013 a 06.2018
Swap	Tx. juros	De 01.2013 a 02.2019
Não designados como <i>hedge accounting</i>		
NDF	Tx. câmbio	Até 03.2013
Swap	Tx. câmbio	Até 03.2015
Opções	Boi gordo	De 01.2013 a 07.2013
NDF	Boi gordo	Até 01.2013
Futuros	Tx. câmbio	Até 02.2013
Futuros	Boi gordo	Até 10.2013

Na nossa amostra de 56 empresas, 47 (83,9%) utilizam instrumentos derivativos. Das empresas que utilizam, segue o tipo de derivativo utilizado:

Swap	NDF (Termo)	Futuro	Opções
41 (87,2%)	23 (48,9%)	10 (21,3%)	9 (19,1%)

Fonte: Elaborado a partir da análise das notas explicativas

Composição da carteira de derivativos para negociação por instrumento e risco

É obrigatória a divulgação da carteira de derivativos por tipo de instrumento e risco. Segue o exemplo extraído das notas explicativas da BR Foods.

BR GAAP e IFRS			
Controladora e Consolidado			
31.12.12			
A receber	A pagar	Valor de referência (notional)	Valor de mercado ⁽¹⁾
R\$ (Pré de 6,53%)	US\$	2.057.804	(20.044)
R\$ (Pré de 7,13%)	EUR	530.994	(11.268)
R\$ (Pré de 6,22%)	GBP	176.385	(6.425)
R\$ (Pré de 7,66%)	US\$	132.828	2.080
R\$ (Pré de 9,75%)	US\$ + 1,58%	408.700	(76.934)
US\$ + 7%	R\$ (76% do CDI)	56.112	2.119
US\$ + LIBOR 3M + 3,83%	R\$ (97,50% do CDI)	330.750	(2.165)
US\$ + LIBOR 3M + 2,48%	US\$ + 4,27%	408.700	(23.033)
US\$ + LIBOR 6M + 2,37%	US\$ + 5,60%	728.362	(78.615)
		4.830.635	(214.285)
US\$ (Pré de 0,28%)	EUR	134.770	396
R\$ (Pré de 8,41%)	US\$ - 0,20%	31.652	(5.609)
R\$	R\$	28.784	10
R\$	R\$	854	57
US\$	R\$	204.350	(782)
R\$	R\$	20.309	(7)
		420.719	(5.935)
		5.251.354	(220.220)

Além dos derivativos para negociação, as empresas têm a escolha de designar os derivativos para *hedge*, caso sejam atendidas algumas exigências, o que levará a um tratamento diferenciado, conforme veremos a seguir.

2. Derivativos qualificados para o *hedge accounting*

Hedge accounting é designação de instrumentos financeiros cuja alteração em seu valor justo compense, em parte ou inteiramente, as alterações no valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*. O *hedge accounting* leva ao reconhecimento simétrico da compensação no resultado das variações no valor justo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

Existem três tipos de relações de *hedges*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido. Das 56 empresas da amostra, apenas 26 (46,4%) empresas utilizam *hedge accounting*. A distribuição dos tipos de *hedge* utilizados (uma empresa pode usar mais do que um) é a seguinte:

	Número de empresas	% das empresas que utilizam <i>hedge accounting</i>
<i>Hedge</i> de valor justo	12	46,2%
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17	65,4%
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	3	11,5%

Fonte: Elaborado a partir da análise das notas explicativas

Hedge de valor justo

Quando aplicado o *hedge* de valor justo, tanto a variação do valor justo do derivativo (instrumento de *hedge*) como a variação do item hedgeado (que pode ser um ativo ou um passivo reconhecido, por exemplo) são reconhecidas no resultado no mesmo período. Quando esse procedimento é aplicado, o objeto de *hedge* é mensurado pelo valor justo com contrapartida do resultado, e o derivativo continua sendo contabilizado normalmente, ou seja, pelo valor justo por meio do resultado.

A BR Properties utiliza *hedge* de valor justo para fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Segue um resumo sobre a política contábil das operações de *hedge accounting* de valor justo utilizadas pela BR Properties.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 2

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.19 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 02 (para instrumento de *hedge* não derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

A mudança no valor justo de um derivativo de taxa de juros designado numa relação de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* relacionado ao risco objeto de *hedge* é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de *hedge*, sendo também reconhecida no resultado financeiro.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial, decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto, será transferido para o saldo

do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

A Companhia tem *swap* de taxa de juros para proteção contra a exposição a mudanças no valor justo dos seus empréstimos. Vide Nota Explicativa nº 20 para maiores detalhes.

A BR Properties se utiliza do *hedge accounting* de valor justo para a variação cambial de um bônus perpétuo, conforme a Nota 21.

Demonstração Financeira da BR Properties, Nota Explicativa nº 21

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Objeto de Hedge	Valor de Referência	Juros	Valor de Curva (em R\$)	Ajuste a mercado do fluxo de Juros	Saldo Contábil (em R\$)
Bonus Perpétuos					
Passivo	US\$ mil 285.000	10,17% a 10,29% a.a	(596.375)	643	(595.732)
Swap					
Swap	Valor de Referência	Juros	Valor de Curva (em R\$)	Ajuste a mercado do fluxo de Juros	Saldo Contábil (em R\$)
Receber	US\$ mil 285.000	10,17% a 10,29% a.a. + var. US\$ s/ juros	13.837	124.202	
Pagar	R\$ mil 477.369	108,9% a 116,4% do CDI	(8.284)	(72.676)	
		Saldo	5.553	51.526	57.078

Em 31 de dezembro de 2012, os contratos em aberto possuem vencimentos até 07 de outubro de 2015.



Hedge de fluxo de caixa

No *hedge* de fluxo de caixa, o derivativo continua sendo reconhecido pelo valor justo, mas a porção efetiva da relação deve ser reconhecida temporariamente em outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido. Esse valor deve ser reciclado para o resultado, quando o objeto de *hedge* afetar o resultado.

A Vale se utiliza de diversos *hedges* de fluxo de caixa, apresentado o efeito da contabilização no resultado e no patrimônio líquido.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 25

25 - Derivativos

d) Efeitos dos derivativos designados como hedge

i) Hedge de fluxo de caixa

Os efeitos do hedge de fluxo de caixa impactam o patrimônio líquido e estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	Exercícios findos em					
	Controladora				Consolidado	
	Moeda	Níquel	Outras	Total	Acionista não Controlador	Total
Atualização do valor justo	(46)	437	6	397	1	398
Transf. para o resultado por realização	(65)	(93)	-	(158)	-	(158)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2011	(111)	344	6	239	1	240
Atualização do valor justo	(7)	45	1	39	-	39
Transf. para o resultado por realização	58	(336)	(3)	(281)	-	(281)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2012	51	(291)	(2)	(242)	-	(242)

Um dos casos em que a Vale aplica o *hedge accounting* de fluxo de caixa é para proteger o preço de aquisição de níquel, conforme nota a seguir.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 25

25 - Derivativos

d) Efeitos dos derivativos designados como hedge

i. Hedge de fluxo de caixa

Programa de proteção para operações de compra de níquel

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de precificação da compra de Níquel (concentrado, catodo, sínter e outros tipos) e o período da revenda do produto processado, foram realizadas operações de proteção. Os itens comprados são matérias-primas utilizadas no processo de produção de níquel refinado. As operações usualmente realizadas neste caso são vendas de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Futuros	210	228	V	17.045

Tipo de contrato: contratos negociados na London Metal Exchange
Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel.

iii. Hedge de investimentos líquidos em operações no exterior

Os *hedges* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa.

A Ambev aplica o *hedge accounting* de investimento líquido em operações no exterior, tendo seu tratamento divulgado em suas notas explicativas.

Demonstração Financeira da Ambev, Notas Explicativas nºs 3 e 27

3. Sumário das principais políticas contábeis

ii) Contabilização do hedge de investimento líquido

Hedges de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive *hedge* de item monetário que são contabilizados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte eficaz do *hedge* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte ineficaz são reconhecidos no resultado. No caso de alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Para mais detalhes, veja nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

27. Instrumentos financeiros e riscos

Risco de moeda estrangeira sobre investimentos líquidos em operações no exterior

A Companhia realiza operações de *hedge* para mitigar a exposição relacionada com parte de seus investimentos em operações estrangeiras. Estes derivativos foram devidamente classificados como *hedge* de investimento líquido e registrados na demonstração do resultado abrangente na rubrica Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior.

Em milhões de R\$

Valor justo		Perda/Ganho Realizado		Valor em Risco	Valor justo por ano
31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2012		2013
0	0	0,36		0,2	0

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

e) Divulgações sobre riscos

A IFRS 7 exige uma série de divulgações qualitativas e quantitativas sobre o risco de crédito, liquidez e de mercado (cambial, juros, ações e *commodities*).

1. Risco de crédito

Representa o risco de uma das partes contratantes do instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação. A Braskem divulga que sua exposição a risco de crédito se concentra nas contas-correntes e aplicações financeiras, bem como em contas a receber. A fim de gerenciar o risco, ela mantém as contas-correntes e aplicações financeiras junto a instituições de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o *rating*, preço de mercado do *Credit Default Swap*, bem como contratos de compensação (*netting*), que somente é possível em casos de *default*.

Com relação aos clientes, a Braskem tem como mecanismo de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais, se necessário.

A Embraer faz uma divulgação muito ampla de sua exposição a risco de crédito, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 28

28 Instrumentos financeiros

28.3.2. Risco de crédito dos investimentos financeiros

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre as contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros com instituições financeiras.

► Investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros que é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia está de acordo com a política estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é revisado diariamente com objetivo de minimizar a concentração de riscos mitigando assim prejuízos financeiros numa eventual falência de contraparte. O Comitê de Gestão Financeira auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar as operações realizadas com contrapartes.

► Contas a receber

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Quanto às contas a receber oriundas de faturamento de aeronaves, a Companhia pode incorrer em risco de crédito, enquanto a estruturação de financiamento não for finalizada. Para minimizar esse risco de crédito, a Companhia atua com instituições financeiras com o objetivo de agilizar a estruturação dos financiamentos.

Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela Administração, para a cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

As tabelas a seguir demonstram a classificação do risco de crédito da respectiva contraparte dos instrumentos financeiros (inclusive caixa) e demais ativos financeiros mantidos pela Companhia.



a) Risco de crédito para contraparte com avaliação externa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa	2.587.748	1.609.030	3.680.733	2.532.671
Investimentos em operações financeiras	1.081.035	1.250.803	1.286.420	1.516.195
Instrumentos financeiros derivativos	3.711	4.041	73.711	58.035
	3.672.494	2.863.874	5.040.864	4.106.901
Contraparte com avaliação externa:				
AAA	2.604.753	2.520.779	3.088.693	3.510.344
AA	455.254	170.405	455.256	236.356
A	226.666	162.666	351.611	349.502
BBB	385.821	10.024	1.092.811	10.699
N/D (*)	-	-	52.493	-
	3.672.494	2.863.874	5.040.864	4.106.901

N/D - Não disponível: sem fonte observável para avaliação de crédito.

b) Risco de crédito para contraparte sem avaliação externa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contas a receber de clientes, líquidas	394.868	330.225	1.101.643	949.187
Contas a receber vinculadas	-	-	870.427	914.689
Financiamento a clientes	141.684	136.135	224.022	191.875
Contas a receber de sociedades controladas	1.740.480	1.300.287	-	-
	2.277.032	1.766.647	2.196.092	2.055.751
Contraparte sem avaliação externa:				
Grupo 1	48.966	1.929	48.314	2.246
Grupo 2	63.703	52.093	198.215	194.287
Grupo 3	2.164.363	1.712.625	1.949.563	1.859.218
	2.277.032	1.766.647	2.196.092	2.055.751

Grupo 1 : Novos clientes (menos de um ano)

Grupo 2 : Clientes (mais de um ano) inadimplentes

Grupo 3 : Clientes (mais de um ano) adimplentes

2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

As duas principais divulgações referentes ao risco se referem à sua gestão e análise dos vencimentos (*aging*). A análise não deve utilizar valores descontados; assim, diferem do valor líquido contabilizado.

A Cemig faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimento e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de assegurar o adequado gerenciamento de riscos.

Segue a análise de liquidez divulgada pela Cemig.

Demonstração Financeira da Cemig, Nota Explicativa nº 28

28. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros previstos nos contratos, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	615.520	350.589	3.514.146	9.199.228	5.508.202	19.187.685
Concessões a pagar	1.692	5.003	13.075	66.952	163.453	250.175
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	8.186	16.487	75.743	458.533	948.509	1.507.458
	625.398	372.079	3.602.964	9.724.713	6.620.164	20.945.318
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.393	8.587	876.252	129.163	233.135	1.250.530
Fornecedores	1.735.462	-	-	-	-	1.735.462
	1.738.855	8.587	876.252	129.163	233.135	2.985.992
	2.364.253	380.666	4.479.216	9.853.876	6.853.299	23.931.310



A Cosan apresenta sua análise de liquidez de maneira mais detalhada.

Demonstração Financeira da COSAN - Nota Explicativa nº 15

15. Empréstimos e financiamentos

As parcelas vencíveis a longo prazo, deduzidas as amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
13 a 24 meses	337.733	223.578	1.046.326	745.454
25 a 36 meses	-	363.953	702.633	762.649
37 a 48 meses	-	60.926	1.249.602	1.010.797
49 a 60 meses	-	60.992	545.982	777.963
61 a 72 meses	-	8	179.137	878.092
73 a 84 meses	-	8	300.921	222.289
85 a 96 meses	-	19.443	220.893	453.711
A partir de 97 meses	-	822.328	231.448	1.423.940
	337.733	1.551.236	4.476.942	6.274.895

3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de moeda, risco de taxa de juro e outros riscos de preços. Para cada um dos riscos de mercado, as empresas devem divulgar sua exposição e um teste de sensibilidade e/ou o *Value-at-Risk* (VaR). Em adição, deve ser divulgada a metodologia e as principais premissas utilizadas.

3.1. Risco de moeda

É o risco de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nas taxas de câmbio de moeda estrangeira. Segue a composição dos empréstimos por moeda de origem da Gerdau.

Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 13

Nota 13 - Empréstimos e financiamentos

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	Consolidado	
	2012	2011
Real (R\$)	2.273.308	2.417.719
Dólar Norte-Americano (US\$)	10.837.966	10.000.035
Euro (€)	120.344	121.785
Peso Colombiano (Cop\$)	421.029	270.718
Peso Argentino (PA\$)	38.720	23.014
Peso Chileno (Clp\$)	2.096	2.710
Peso Mexicano (Mxn\$)	208.370	61.614
Rúpias (INR)	148.409	-
	14.050.242	12.897.595

Já a Vale apresenta a seguinte política de proteção dos riscos advindos de cotações de moedas estrangeiras.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 5

5 Gestão de Riscos

Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade de diversas moedas, uma vez que os preços de seus produtos são indexados predominantemente ao dólar norte-americano, enquanto a parte significativa dos custos, despesas e investimentos são denominados em outras moedas, principalmente reais e dólares canadenses.

Para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas, instrumentos derivativos podem ser utilizados como estratégia de mitigação de risco.

No caso de proteção cambial dos fluxos de caixa envolvendo receitas, custos, despesas e investimentos, as principais estratégias de mitigação de risco utilizadas são operações de moeda a termo e swaps.

A Vale implementou operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado proveniente das suas dívidas - principalmente o risco cambial. As operações de swap cambial utilizadas para converter as dívidas em reais e euros para dólares norte-americanos têm vencimentos semelhantes - ou, em alguns casos, inferiores - ao vencimento final das dívidas. Seus valores são similares aos pagamentos de juros e principal, de acordo com as restrições de liquidez de mercado.

Swaps com vencimento inferior ao vencimento final das dívidas são renegociados ao longo do tempo de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final da dívida. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap compensará parte do impacto da variação cambial sobre as obrigações da Vale, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

No caso de instrumentos de dívidas denominados em reais, caso ocorra apreciação (depreciação) do real contra o dólar norte-americano, o impacto negativo (positivo) no serviço da dívida da Vale (juros e/ou pagamento de principal) medido em dólares norte-americanos será parcialmente anulado pelo efeito positivo (negativo) das operações de swap, independentemente da taxa de câmbio US\$/R\$ na data de pagamento. O mesmo racional se aplica às dívidas denominadas em outras moedas e seus respectivos swaps.

A Vale também apresenta uma análise de sensibilidade para suas diversas exposições cambiais, definindo quatro cenários.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 25

25 - Derivativos

Análise de Sensibilidade - Dívida e Investimentos de caixa

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais estão sujeitos à variação da taxa de câmbio.

Programa	Instrumento	Risco
Financiamento	Dívida denominada em BRL	Sem flutuação
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em BRL	Sem flutuação
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em USD	Flutuação do BRL/USD
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em EUR	Flutuação do BRL/EUR
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em CAD	Flutuação do BRL/CAD
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em GBP	Flutuação do BRL/GBP
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em AUD	Flutuação do BRL/AUD



- ▶ Valor Justo: cálculo do valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2012;
- ▶ Cenário I: deterioração de 25% - perdas potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- ▶ Cenário II: evolução de 25% - ganhos potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- ▶ Cenário III: deterioração de 50% - perdas potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- ▶ Cenário IV: evolução de 50% - ganhos potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da Vale.

Valores em R\$ milhões

Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
-	-	-	-
(9.828)	9.828	(19.656)	19.656
-	-	-	-
(2.507)	2.507	(5.013)	5.013
(35)	35	(70)	70
(36)	36	(72)	72
(6)	6	(12)	12
(54)	54	(108)	108

3.2. Risco de taxa de juros

É o risco de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nas taxas de juros de mercado. Segundo a Usiminas, seus empréstimos e financiamentos com taxas variáveis criam uma exposição à taxa de juros no fluxo de caixa, e àqueles com taxas préfixadas, um risco em seu valor justo. Ela também utiliza instrumentos derivativos de *swap* para trocar taxas de juros flutuantes por taxas fixas, e taxas internacionais por nacionais.

Segue a exposição às diversas taxas nos empréstimos e financiamentos da Usiminas.

Demonstração Financeira da Usiminas, Nota Explicativa nº 5

5 Gestão de risco financeiro

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012	%	31/12/2011	%	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Empréstimos e financiamentos								
Préfixada	1.731.391	21	1.686.101	20	1.497.319	18	1.282.411	15
TJLP	923.052	11	1.057.603	6	959.700	12	1.120.181	13
Libor	2.343.751	29	2.798.469	36	2.501.209	31	2.966.956	34
CDI	2.869.615	36	2.789.071	30	2.947.977	36	2.823.255	32
Outras	(10.535)		81.151	1	(9.209)		45.420	1
	7.857.274	97	8.412.395	93	7.896.996	97	8.238.223	94
Debêntures								
CDI	257.664	3	524.419	7	257.664	3	524.419	6
	8.114.938	100	8.936.814	100	8.154.660	100	8.762.642	100

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da Libor em alguns casos. O objetivo é minimizar os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, em alguns casos, em moeda nacional. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos ISDAs e, quando as operações são contratadas localmente, essas são amparadas por contratos CGDs.



3.3. Risco de preço

São os riscos de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado (excluindo os decorrentes do risco de taxa de juros ou riscos cambiais). Segue a exposição divulgada pela Ambev, bem como a sensibilidade da exposição.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 27

27. Instrumentos financeiros e riscos

1) Fatores de riscos

1.3) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de commodities, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza o preço fixo de compra de contratos e instrumentos derivativos sobre mercadorias para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das commodities. A Companhia tem posições importantes para os seguintes produtos: alumínio, açúcar, trigo e milho. Estes instrumentos derivativos foram designados como *hedge* de fluxo de caixa.

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Total Exposição	Total de Derivativos	Posição Aberta	Total Exposição	Total de Derivativos	Posição Aberta
Alumínio	(563.389)	563.389	-	-	-	-
Açúcar	(329.704)	329.704	-	-	-	-
Trigo	(249.943)	249.943	-	-	-	-
Óleo Cru	(20.377)	20.377	-	-	-	-
Milho	(319.901)	319.901	-	(26.208)	26.208	-
Total	(1.483.315)	1.483.315	-	(26.208)	26.208	-

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Total Exposição	Total de Derivativos	Posição Aberta	Total Exposição	Total de Derivativos	Posição Aberta
Alumínio	(667.598)	667.598	-	(732.839)	732.839	-
Açúcar	(334.755)	334.755	-	(192.343)	192.343	-
Trigo	(249.943)	249.943	-	(121.698)	121.698	-
Óleo de Calefação	(29.682)	29.682	-	(17.338)	17.338	-
Óleo Cru	(20.377)	20.377	-	(8.711)	8.711	-
Gás Natural	(6.805)	6.805	-	-	-	-
Suco de Laranja	-	-	-	(903)	903	-
Milho	(319.901)	319.901	-	(147.916)	147.916	-
Total	(1.629.061)	1.629.061	-	(1.221.748)	1.221.748	-

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 27 - Continuação

O quadro abaixo demonstra o impacto estimado no Patrimônio Líquido proveniente das oscilações nos preços das *commodities*. Como são operações de hedge, todo o possível impacto no patrimônio líquido será inversamente proporcionalmente ao impacto futuro no custo de aquisição das *commodities*.

	Controladora			
	Impacto no Patrimônio Líquido			
	2012		2011	
	Cenário Adverso 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Adverso 25%	Cenário Remoto 50%
Alumínio	(140.847)	(281.693)	-	-
Açúcar	(82.426)	(164.852)	-	-
Trigo	(62.486)	(124.971)	-	-
Óleo Cru	(5.094)	(10.189)	-	-
Milho	(79.975)	(159.951)	(3.493)	(6.986)
Total	(370.828)	(741.656)	(3.493)	(6.986)

	Controladora			
	Impacto no Patrimônio Líquido			
	2012		2011	
	Cenário Adverso 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Adverso 25%	Cenário Remoto 50%
Alumínio	(165.146)	(330.291)	(158.284)	(316.569)
Açúcar	(83.689)	(167.378)	(48.086)	(96.172)
Trigo	(62.486)	(124.971)	(57.132)	(114.264)
Óleo de Calefação	(7.249)	(14.499)	(2.311)	(4.621)
Óleo Cru	(5.094)	(10.189)	(2.178)	(4.356)
Gás Natural	(1.584)	(3.167)	-	-
Suco de Laranja	-	-	(226)	(452)
Milho	(79.975)	(159.951)	(33.920)	(67.840)
Total	(405.223)	(810.446)	(302.137)	(604.274)

Teste de sensibilidade

A Gol divulga um teste de sensibilidade de sua exposição, de acordo com a IFRS 7, em relação ao aumento e redução em 10 pontos percentuais no preço do combustível, cotação do dólar e Libor.

Demonstração Financeira da Gol, Nota Explicativa nº 30

30. Instrumentos financeiros

IFRS

Além da análise de sensibilidade de acordo com os padrões acima descritos, é realizada também a análise do impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da Companhia e suas controladas e sobre o seu patrimônio líquido considerando:



- ▶ Aumento e queda de 10 pontos percentuais no preço do combustível, mantendo-se constantes todas as demais variáveis;
- ▶ Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constantes todas as demais variáveis;
- ▶ Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de juros Libor, mantendo-se constante todas as demais variáveis;

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários relevantes aos riscos acima citados e em aberto. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o risco é valorizado em 10%.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com base nos cenários acima descritos:

Combustível:	Posição em 31 de dezembro de 2012		Posição em 31 de dezembro de 2011	
Aumento / (redução) no preço de combustível (porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(368)	(217)	(295)	(186)
(10)	368	240	295	181
Câmbio - Dólar:	Posição em 31 de dezembro de 2012		Posição em 31 de dezembro de 2011	
Valorização / (desvalorização) em dólar US/R\$ (taxa porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(479)	(316)	(386)	(255)
(10)	479	316	386	255
Taxa de Juros - Libor:	Posição em 31 de dezembro de 2012		Posição em 31 de dezembro de 2011	
Aumento / (redução) na taxa Libor (porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(1)	5	(0,5)	9
(10)	1	(5)	0,5	(9)

Gestão de capital

Outra informação essencial sobre o risco é a política de gestão de capital, conforme apresentado pela Sabesp.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 4

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial da controladora, com a dívida líquida.

Demonstração Financeira da Sabesp, Nota Explicativa nº 4 - Continuação**CONTROLADORA**

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total de empréstimos e financiamentos	8.875.255	8.423.332
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.915.974)	(2.142.079)
Dívida líquida	6.959.281	6.281.253
Total do Patrimônio Líquido	11.715.577	10.545.896
Capital total	18.674.858	16.827.149
Índice de alavancagem	37%	37%

CONSOLIDADO

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total de empréstimos e financiamentos	9.069.320	8.596.295
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.921.178)	(2.149.989)
Dívida líquida	7.148.142	6.446.306
Total do Patrimônio Líquido	11.715.577	10.545.896
Capital total	18.863.719	16.992.202
Índice de alavancagem	38%	38%

Em 31 de dezembro de 2012 o índice de alavancagem não sofreu variação em comparação com 31 de dezembro de 2011.



CPC 41
Resultado por Ação
(IAS 33)

Um dos principais indicadores contábeis utilizados pelos analistas e investidores de mercado é o lucro ou resultado por ação (*earnings per share*). Eles utilizam esse número buscando fazer projeções do desempenho futuro da empresa a partir dos dados presentes.

No primeiro momento, o cálculo desse indicador pode parecer relativamente simples, pois para encontrá-lo bastaria dividir o resultado (lucro ou prejuízo) do período pelo número de ações em circulação. Contudo, esse cálculo se torna um pouco mais complicado devido à existência de ações ordinárias e preferenciais, e ainda de opções de ações concedidas pela empresa, instrumentos de dívidas conversíveis e outros instrumentos que afetam o número de ações em circulação, conhecidos como instrumentos diluidores.

Com o objetivo de aumentar a consistência dos referidos cálculos e igualmente permitir a comparabilidade entre diferentes empresas ao longo do tempo, o IASB emitiu a IAS 33 - Lucro por Ação (CPC 41). O objetivo dessa norma internacional é justamente estabelecer os princípios para o cálculo e a divulgação do lucro por ação.

Nesta seção, analisamos como as 60 empresas da nossa amostra aplicaram as exigências do CPC 41 em 2012. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Diferença entre o valor do lucro por ação básico e do lucro por ação diluído;
- ▶ Divulgações adicionais realizadas pelas empresas da nossa amostra sobre lucro por ação.

De acordo com o CPC 41, as empresas devem divulgar tanto o lucro ou prejuízo por ação básico do período quanto o lucro ou prejuízo por ação diluído. O primeiro é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício (trimestral ou anual).

Já o segundo é calculado ajustando-se o numerador (o lucro ou prejuízo) e/ou o denominador (a média ponderada da quantidade de ações), levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são todos os instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis, incluindo igualmente as opções de compra de ações concedidas a colaboradores da empresa.

Algumas empresas da nossa amostra, como por exemplo a Cia. MRV, ressaltaram em nota explicativa essa nova forma de contabilização do lucro por ação, conforme as exigências do IAS 33/CPC 41.

Demonstração Financeira da Cia. MRV, Nota Explicativa nº 22

22. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido ajustado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com o valor de exercício inferior ao valor de mercado.

Buscamos analisar se havia diferenças entre esses dois indicadores nas empresas da nossa amostra. Das 60 empresas analisadas, 26 delas, o que corresponde a 43% da nossa amostra, apresentaram o mesmo valor tanto para o lucro por ação básico quanto para o lucro por ação diluído no ano de 2012.

Um dos motivos do lucro por ação básico ser igual ao diluído é o fato de a empresa não possuir instrumentos potenciais diluidores, como é o caso do Banco Bradesco, mostrado na nota explicativa a seguir.

Demonstração Financeira do Banco Bradesco, Nota Explicativa nº 18

18) Lucro por ação

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, respectivamente, conforme quadro a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	5.408.752	5.221.168	4.732.423
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	5.942.942	5.736.886	5.207.152
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.909.848	1.908.949	1.880.830
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	1.907.702	1.906.822	1.881.367
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	2,83	2,74	2,52
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	3,12	3,01	2,77

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

Outro fator que contribui para que o lucro por ação básico seja igual ao diferido é o fato de a empresa apresentar prejuízo, o que acontece com 29 empresas, correspondendo a 48% da amostra. Neste caso, o CPC 41 enfatiza que, no cálculo do resultado (prejuízo) por ação diluído, não se devem levar em conta os instrumentos com potencial efeito dilutivo, que passam, neste caso, a possuir potencial efeito antidilutivo.

Tal aspecto é ressaltado na nota divulgada pela empresa OGX conforme apresentado a seguir.

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 29

29. Lucro (prejuízo) por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

Básico e diluído	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Numerador básico e diluído				
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(1.138.665)	(482.165)	(1.138.665)	(482.165)
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações	3.235.575.984	3.233.565.690	3.235.575.984	3.233.565.690
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,35192)	(0,14911)	(0,35192)	(0,14911)

Em 31 de dezembro de 2012, 25.981.410 opções de ações outorgadas pela Companhia (vide Nota Explicativa nº 19) não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 não há diferenças entre o prejuízo por ação básico e o diluído.

Por outro lado, nossas análises evidenciaram que 34 empresas, 57% da nossa amostra, apresentaram valores distintos para os referidos indicadores no exercício findo em 2012, indicando que a empresa tem resultado positivo e detém instrumentos com potencial efeito diluidor. Esse é o caso da Cia. Hering, conforme exemplo apresentado.

Demonstração Financeira da Cia. Hering, Nota Explicativa nº 35

35. Lucro líquido por ação

(a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	311.014	297.274
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	163.910	163.145
Lucro básico por ação - R\$	1,8975	1,8221

(b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se à opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	311.014	297.274
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	163.910	163.145
Ajuste por opção de compra de ações - milhares	956	1.504
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.866	164.649
Lucro básico por ação - R\$	1,8865	1,8055

Buscamos igualmente analisar a magnitude das diferenças entre o lucro por ação básico e o diluído para as empresas da nossa amostra. Conforme nossas análises, a diferença média entre o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído no ano de 2012 foi de 0,4%. Destaca-se que 16 (62%) das 26 empresas que declararam diferenças entre o lucro básico e o diluído apresentaram diferenças menores que 1%, e 10 (38%) das empresas declararam diferenças maiores que 1%.

Conforme nossas análises, as empresas com as maiores diferenças entre resultado básico e diluído foram a BR Malls, TOTVS, Duratex e Lojas Renner.

Analisamos ainda quais foram os principais fatores que ocasionaram diferenças entre o lucro por ação básico e o diluído. O principal motivo, mencionado pela quase totalidade das empresas que apresentaram essa diferença, foram as opções de ações (stock options) concedidas aos administradores das empresas sob a forma de pagamento baseado em ações. É o caso, por exemplo, da BR Malls, que apresenta um lucro por ação básico de 3,84 e diluído de 3,66, com diferença de 4,9% entre os indicadores causada por essas opções de ações.

Demonstração Financeira da BR Malls, Nota Explicativa nº 22

22. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 21 (h)).

	Consolidado	
	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.742.097	471.019
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (pós-desdobramento menos ações em tesouraria)	453.363.704	449.539.371
Lucro básico por ação	3,84	1,05

22. Lucro por ação - continuação

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações, para as quais é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Consolidado	
	2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	1.742.097	471.019
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (a)	453.363.704	449.910.447
Ajustes de opções de compra de ações não exercidas (b) (Nota 29)	10.986.606	10.371.076
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (a) + (b)	464.350.310	459.910.447
Lucro diluído por ação	3,75	1,02



Vale salientar que se o preço de exercício da opção exceder o valor de mercado, os valores relacionados a essas opções não são consideradas no cálculo de LPA diluído, por não ocasionarem o efeito diluidor. Isso pode ser ilustrado através do exemplo a seguir da BR Foods.

Demonstração Financeira da BR Foods, Nota Explicativa nº 28

28. Lucro por ação

	31.12.12	31.12.11
Numerador básico		
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da BR Foods	813.227	1.367.409
Denominador básico		
Ações ordinárias	872.473.246	872.473.246
Número médio ponderado de ações em circulação - básico (exceto ações em tesouraria)	869.534.940	870.507.468
Lucro líquido por ação básico - R\$	0,93524	1,57082
Numerador diluído		
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da BR Foods	813.227	1.367.409
Denominador diluído		
Número médio ponderado de ações em circulação - básico (exceto ações em tesouraria)	869.534.940	870.507.468
Número de ações potenciais (opções de ações)	168.666	38.768
Número médio ponderado de ações em circulação - diluído	869.703.606	870.546.236
Lucro líquido por ação diluído - R\$	0,93506	1,57075

Em 31.12.12, do total de 6.617.581 opções de ações em aberto (4.277.946 em 31.12.11), concedidas aos executivos da Companhia, 3.530.461 opções (2.928.905 em 31.12.11) não foram consideradas no cálculo do lucro por ação diluído, devido ao fato do preço de exercício (R\$ 36,03) ser maior do que o preço médio de mercado de ações ordinárias durante o exercício (R\$ 33,98) e, portanto, não ocasionaram efeito diluidor. A variação na quantidade de opções outorgadas deve-se ao aumento da base de funcionários elegíveis ao plano de opções de ações para 249 funcionários ativos em 31.12.12 (55 funcionários ativos em 31.12.11).



Seis empresas da amostra apresentaram, como instrumento potencial diluidor, debêntures conversíveis atreladas a bônus de subscrição, como por exemplo a CPFL.

Demonstração Financeira da CPFL, Nota Explicativa nº 25

25) Lucro por ação

	2012	2011 ⁽¹⁾
Lucro básico por ação		
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.225.924	1.572.292
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	962.274.260
Lucro por ação básico	1,27	1,63
Lucro diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.225.924	1.572.292
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	(17.537)	-
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.208.386	1.572.292
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	962.274.260
Lucro por ação - diluído	1,26	1,63

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada, de 63%.

(1) Contempla os efeitos descritos na nota explicativa 2.9.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada indireta CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

Temos ainda duas empresas que apresentaram dois tipos de instrumentos potencial diluidor, debêntures conversíveis e opções de compra, conforme mostrado na nota explicativa da Hypermarchas a seguir.

Demonstração Financeira da Hypermarchas, Nota Explicativa nº 30

30. Lucro por ação

	2012	2011
Lucro		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	203.913	(54.651)
Despesa financeira sobre a dívida atrelada a bônus de subscrição (líquida de imposto)	65.352	65.526
Subtotal	269.265	10.875
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	625.634	620.817
Ajuste de:		
Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)	18.657	18.657
Opções de compra de ações (milhares)	26.890	28.644
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	671.181	668.118
Lucro diluído por ação	0,4012	0,0163

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem duas categorias de ações ordinárias potenciais diluídas: debênture simples atrelada a um bônus de subscrição e opções de compra de ações. Pressupõe-se que o bônus de subscrição foi convertido em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações utilizou-se a quantidade total de opções outorgadas, mas ainda não exercidas. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

CPC 46

Mensuração do Valor
Justo (IFRS 13)

O principal objetivo do CPC 46 - que é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 2013 - é definir valor justo e estabelecer em um único pronunciamento a estrutura para a mensuração do valor justo. O CPC 46 não introduz novos usos de valor justo, nem elimina as exceções práticas de mensuração do valor justo que atualmente existem em alguns pronunciamentos. Em geral, as empresas publicaram em sua nota a respeito de políticas contábeis informação a respeito da norma publicada, mencionando a vigência a partir de 2013 e afirmando não haver expectativa de impactos significativos. A esse respeito, a Cia. Hering divulgou o seguinte.

Demonstração Financeira da Cia. Hering, Nota Explicativa nº 3

IFRS 13 - Mensuração do valor justo (CPC 46) - a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Além disso, o CPC 46 estabelece requisitos de divulgações sobre mensurações do valor justo. Os requisitos dizem respeito às técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver essas mensurações. De uma forma geral, as mudanças introduzidas pelo novo pronunciamento trazem:

- ▶ Extensão das divulgações de hierarquia de valor justo aos ativos e passivos não financeiros mensurados a valor justo;
- ▶ Introdução de requisito de informação sobre mensurações não-recorrentes do valor justo, como, por exemplo, os ativos não circulantes destinados à venda;
- ▶ Exigência de informações sobre valores justos divulgados para os itens não mensurados a valor justo, mas para os quais o valor justo é divulgado;
- ▶ Requisitos de divulgação dos efeitos no resultado sobre mensurações recorrentes do valor justo classificadas como Nível 3.

Hierarquia de valor justo aplicado pelas empresas que avaliaram ativos e passivos a valor justo

Verificamos que as empresas não anteciparam os novos requisitos de informação introduzidos pelo CPC 46, em relação às informações sobre níveis hierárquicos das informações utilizadas no cálculo do valor justo. Cabe lembrar que no Brasil a antecipação dos novos pronunciamentos não é permitida pelos órgãos reguladores.

As empresas costumam fazer tal classificação apenas para os instrumentos financeiros, por exigência do CPC 40. A Gerdau publicou o seguinte quadro informativo para os instrumentos financeiros.



Demonstração Financeira da Gerdau, Nota Explicativa nº 15

		Controladora						
		Mensuração ao valor justo						
		Preços cotados em mercado ativos para ativos idênticos		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares		Registros não observáveis		
		(Nível 1)		(Nível 2)		(Nível 3)		
Saldo Contábil								
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Ativo circulante								
Aplicações financeiras								
Títulos para negociação								
		82.035	1.520.582	82.035	1.520.241	-	341	-

		Controladora						
		Mensuração ao valor justo						
		Preços cotados em mercado ativos para ativos idênticos		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares		Registros não observáveis		
		(Nível 1)		(Nível 2)		(Nível 3)		
Saldo Contábil								
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Ativo circulante								
Aplicações Financeiras								
Títulos para negociação								
Disponíveis para venda								
Contratos de swaps e outros								
		1.059.605	3.095.359	985.714	2.825.908	73.891	269.451	-
		-	6.290	-	6.290	-	-	-
		-	140	-	-	140	-	-
		1.059.605	3.101.789	985.714	2.832.198	73.891	269.591	-
Passivo Circulante								
Contratos de swaps e outros								
		1.535	314	-	-	1.535	314	-
Passivo não-circulante								
Contratos de swaps e outros								
		6.664	5.013	-	-	6.664	5.013	-
		8.199	5.327	-	-	8.199	5.327	-
		1.067.804	3.107.116	985.714	2.832.198	82.090	274.918	-

O Santander divulgou os critérios utilizados para enquadramento dos instrumentos financeiros em cada nível.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 2 d iii

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço de transação, a menos

que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos da Dívida Agrária (TDA e Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando não houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificadas, principalmente, Ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociadas em um mercado ativo.

Classificamos, a partir das informações divulgadas, a incidência de itens avaliados em cada nível das Propriedades para Investimentos e Ativos Biológicos, para fins de comparação com a classificação feita pelas empresas, em relação aos instrumentos financeiros. Considerando os valores divulgados, verifica-se que a totalidade das propriedades para investimento e a quase totalidade dos ativos biológicos utilizaram basicamente dados não observáveis (Nível 3), enquanto que a maioria dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo são avaliados com base nos preços de mercado.

	Propriedades para Investimentos	Ativos Biológicos	Instrumentos Financeiros
Nível 1	-	2,8%	62,2%
Nível 2	-	-	30,1%
Nível 3	100%	97,2%	6,9%
Sem informação de Nível	-	-	0,8%

Informações sobre valores justos divulgados para os itens não mensurados a valor justo, mas para os quais esse valor é apenas divulgado

O CPC 46 exige a divulgação de informações sobre valores justos divulgados para os itens não mensurados a valor justo, mas para os quais esse valor é apenas divulgado, como por exemplo:

- ▶ descrição das técnicas de avaliação e as informações (*inputs*) utilizadas na mensuração do valor justo.
- ▶ Se houve mudança na técnica de avaliação (por exemplo, mudança de abordagem de mercado para abordagem de receita, ou o uso de técnica de avaliação adicional), a entidade deve divulgar essa mudança e as razões para adotá-la.
- ▶ Para mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, a entidade deve fornecer informações quantitativas sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do valor justo.



A Multiplan - que avalia as propriedades para investimento ao custo e divulga o valor justo de tais propriedades em nota explicativa - preencheu os três requisitos citados, informando o que segue.

Demonstração Financeira da Multiplan, Nota Explicativa nº 10

A Multiplan avaliou internamente suas propriedades para investimento a valor justo seguindo a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado - DCF. A Companhia calculou o valor presente utilizando uma taxa de desconto seguindo o modelo - CAPM. Foram consideradas premissas de risco e retorno com base em estudos efetuados por Damodaran (professor da New York University), de desempenho do mercado acionário de shopping centers no Brasil (beta ajustado), além de perspectivas de mercado (Relatório Focus do Banco Central do Brasil - Bacen) e dados sobre o prêmio de risco do mercado nacional (risco País). Baseada nessas premissas, a Companhia estimou uma taxa de desconto nominal desalavancada de 13,05% em 31 de dezembro de 2012 e, com base em avaliações internas, adicionou a essa taxa um spread entre 0 e 200 pontos base na avaliação de cada shopping center e projeto, levando a uma taxa de desconto entre 13,03% e 15,09%.

Custo de Capital Próprio	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Taxa Livre de Risco (<i>Risk Free Rate</i>)	3,57%	3,61%
Prêmio de risco de mercado	5,74%	5,62%
Beta ajustado	0,74	0,76
Risco País	184 p.b	192 p.b
Spread Adicional	0 a 200 p.b	0 a 200 p.b
Custo de capital próprio - US\$	9,63% a 11,63%	9,81% a 11,81%
Premissas de Inflação	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Inflação (BR)	5,47%	5,32%
Inflação (USA)	2,30%	2,30%
Custo de capital próprio - R\$	13,03% a 15,09%	13,05% a 15,11%

A avaliação das propriedades para investimento referente a 31 de dezembro de 2011, apresentada para fins de comparação, está sendo rerepresentada, conforme demonstrado a seguir, em decorrência de alterações realizadas nas premissas utilizadas para refletir o conceito de participantes de mercado (*market participant*). Assim, a Companhia desconsiderou para cálculo dos fluxos de caixa descontados impostos e contribuições e receitas e despesas decorrentes da prestação de serviços de administração e comercialização.

O fluxo de caixa futuro do modelo foi estimado com base nos fluxos de caixa individuais de shopping centers, expansões e torres comerciais incluindo Resultado Líquido Operacional (NOI), Cessão de Direito recorrente (baseada somente na troca de mix, salvo projetos futuros), Receitas com Taxas de Transferência e investimentos em revitalização e em obras em andamento. Para o cálculo da perpetuidade foi considerada uma taxa de crescimento real de 2,0% para shoppings e 0,0% para torres comerciais.

A Companhia categorizou suas propriedades para investimento de acordo com o seu status. A seguir uma tabela com a descrição do valor identificado para cada categoria de propriedade e o valor dos ativos na participação da Companhia:

	Controladora	
	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Avaliação de propriedades para Investimento		
Shopping Centers e Torres Comerciais em Operação (*)	11.651.125	10.439.689
Projetos em desenvolvimento (anunciados) (*)	274.578	1.440.184
Projetos em desenvolvimento (não anunciados)	456.673	733.808
Total	12.382.376	12.613.681

	Consolidado	
	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
Avaliação de propriedades para Investimento		
Shopping Centers e Torres Comerciais em Operação (*)	13.517.667	10.725.027
Projetos em desenvolvimento (anunciados) (*)	852.131	1.585.264
Projetos em desenvolvimento (não anunciados)	569.108	733.808
Total	14.938.906	13.044.099

(*) No quarto trimestre de 2012, os projetos JundiaíShopping, Parkshopping Campo Grande, Village Mall, Parkshopping Corporate e a Expansão VI do Ribeirão Shopping foram concluídos (inaugurados) e seus ativos foram transferidos de projetos anunciados para projetos em operação.

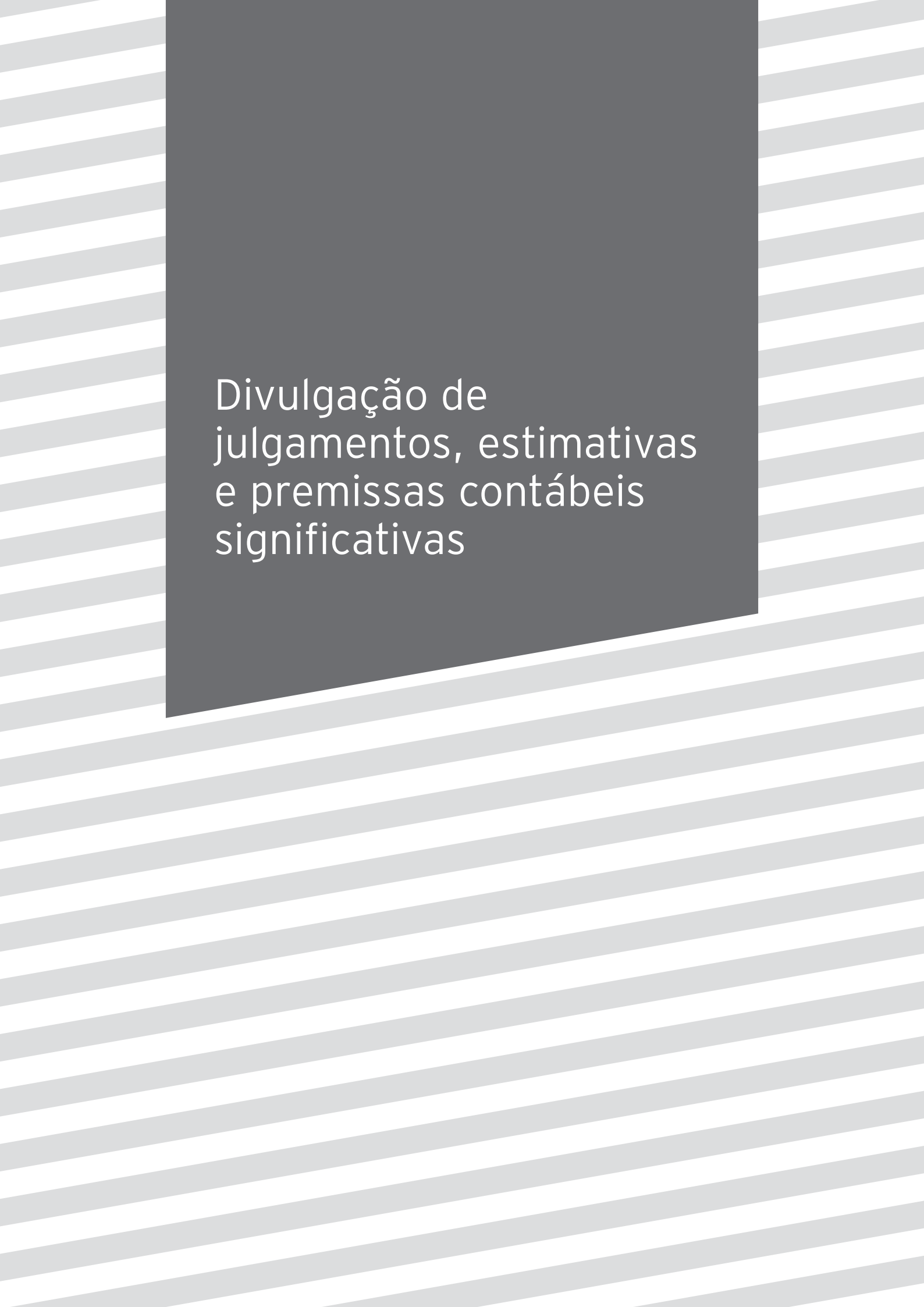
As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Divulgação dos efeitos no resultado sobre mensurações recorrentes do valor justo classificadas como Nível 3

Para mensurações de valor justo recorrentes classificadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, é feita uma conciliação dos saldos iniciais com os saldos finais, divulgando separadamente as mudanças durante o período atribuíveis a ganhos ou perdas totais para o período, e movimentações como compras, vendas, emissões e liquidações (cada um desses tipos de mudanças divulgado separadamente). Em relação aos ativos biológicos, a Fibria demonstrou a seguinte movimentação.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 18

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No início do período	1.970.870	2.376.015	3.264.210	3.550.636
Adições (manejo e compra de madeira em pé)	505.215	476.995	755.531	761.502
Exaustão				
Custo histórico	(412.255)	(436.491)	(502.691)	(569.813)
Valor justo	(202.321)	(211.140)	(365.726)	(405.617)
Variação de valor justo	55.703	(19.509)	297.686	125.053
Baixa	(125.650)		(129.745)	
Reclassificação para ativos mantidos para a venda				
Losango		(241.595)		(241.595)
Transferências	142	26.595	6.339	44.044
	1.791.704	1.970.870	3.325.604	3.264.210



Divulgação de
julgamentos, estimativas
e premissas contábeis
significativas

Nesta seção, nós analisamos como as empresas da nossa amostra divulgaram as premissas adotadas nas estimativas contábeis que envolvem níveis significativos de subjetividade, relativos a itens sobre os quais exista incerteza no julgamento. A divulgação desses aspectos deve complementar, sem duplicar, a descrição das políticas constantes nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Tal divulgação visa aumentar a compreensão sobre a qualidade e variabilidade de itens que influenciem a condição financeira e o desempenho operacional.

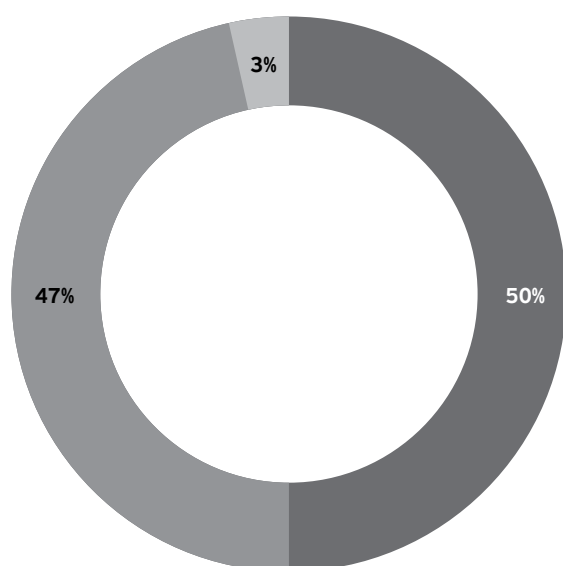
Os aspectos acerca da divulgação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas considerados nas nossas análises foram:

- ▶ De que forma as empresas evidenciaram os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas?;
- ▶ Quais são os principais itens objeto de menção por parte das empresas?

De que forma as empresas evidenciaram os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas?

Dentre as empresas constantes da amostra, apenas duas empresas (3% da amostra) não apresentaram nota a respeito dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Forma de Apresentação



- Apresenta Nota Explicativa com descritivo
- Apresenta Nota Explicativa com lista
- Não apresenta Nota Explicativa específica

Dentre as empresas que divulgaram, dois tipos de estratégia de divulgação foram adotados: 30 empresas divulgaram uma nota com descrição dos julgamentos, estimativas e premissas, e 28 empresas divulgaram uma lista de tais itens com indicação da nota explicativa relativa ao item.

O Banco do Brasil foi uma das empresas que adotaram a estratégia de divulgar em nota descritiva própria os julgamentos, estimativas e premissas significativos em sua nota explicativa número 4, parcialmente reproduzida a seguir.



Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 4

4 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes - Imparidade

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de empréstimos a clientes de forma a avaliar se perdas por imparidade devem ser registradas na demonstração do resultado. O processo de avaliação da carteira de empréstimos para determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco da operação e do cliente e que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação econômico-financeira do cliente. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

Os empréstimos a clientes que são avaliados individualmente e não apresentam perda em seu valor recuperável, assim como todos os empréstimos a clientes que individualmente não são considerados significativos, são avaliados coletivamente em grupos de ativos com características de risco semelhante para determinar se uma provisão deve ser efetuada para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos.

No processo de avaliação de empréstimos a clientes individualmente significativos, o Banco verifica, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, periodicamente, a necessidade de eventual registro de perda por imparidade dos ativos financeiros individualmente considerados.

A avaliação coletiva dos empréstimos a clientes leva em consideração, entre outros fatores, os dados da carteira de crédito, os níveis de inadimplência, utilização de crédito, concentrações de riscos e dados econômicos. As estimativas são baseadas em informações obtidas de forma segmentada por agrupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

O Banco reconhece perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados a valor justo, levando em conta a experiência histórica de perda por imparidade e outras circunstâncias conhecidas na ocasião da avaliação. Com essa finalidade, as perdas inerentes são perdas incorridas que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas, calculadas através de métodos estatísticos. O Banco adota o conceito de perda incorrida para quantificar o custo da provisão para perdas em empréstimos a clientes.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável, em empréstimos a clientes, assim como os valores quantitativos registrados a título de provisão para perdas, podem ser obtidos nas Notas 3 e 22, respectivamente.



c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda - Imparidade

O Banco considera que existe perda por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da perda por imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (mark to market) ou modelos de avaliação (mark to model), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamentos no estabelecimento de estimativas de valor justo.

O Santander foi uma das empresas que divulgaram uma lista dos julgamentos, estimativas e premissas significativas, com a indicação da nota explicativa relativa ao item.

Demonstração Financeira do Banco Santander, Nota Explicativa nº 1 c

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são principalmente as seguintes:

- ▶ Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros é discutida em detalhes na nota 2-d.
- ▶ Provisão para perdas sobre créditos é discutida em detalhes na nota 2-h.
- ▶ Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos tangíveis e intangíveis) são discutidas em detalhes na nota 2-m e 2-n.
- ▶ Mensuração do ágio apurado na combinação de negócios é discutida em detalhes na nota 2-n.
- ▶ A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis é discutida em detalhes na nota 2-m, 2-n e 14.
- ▶ Outros ativos são discutidos em detalhes na nota 2-k e 2-o.
- ▶ Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos em detalhes na nota 2-q.
- ▶ Benefícios dos planos de aposentadoria são discutidos em detalhes na nota 2-w.
- ▶ Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 2-z.

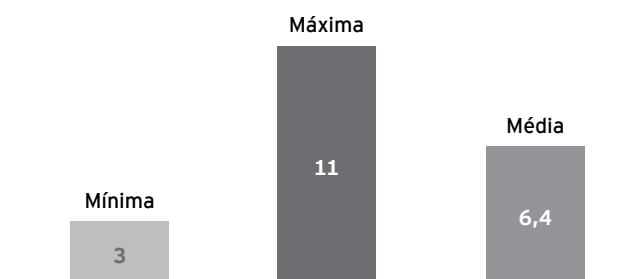
Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- ▶ Mudança nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito;
- ▶ Mudanças nas taxas de juros;
- ▶ Mudanças nos índices de inflação;
- ▶ Regulamentação governamental e questões fiscais;
- ▶ Processos ou disputas judiciais adversas;
- ▶ Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- ▶ Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- ▶ Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Quais são os principais itens objeto de menção por parte das empresas?

As empresas divulgaram, em média, seis diferentes itens para os quais os julgamentos, estimativas e premissas foram considerados significativos. As empresas com menor quantidade divulgaram três itens, e uma das empresas divulgou que 11 itens eram significativos em relação à posição financeira e desempenho operacional.

Quantidade de julgamentos, estimativas e premissas divulgados



Os principais assuntos objeto de menção em notas explicativas foram:

Julgamentos, estimativas e premissas divulgados	Quantidade de empresas que divulgaram	Percentual de empresas em relação ao total da amostra
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49	82%
Provisões	41	68%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	40	67%
Valor justo dos instrumentos financeiros	38	63%
Vidas úteis de ativos	34	57%
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	30	50%
Benefícios a empregados	27	45%
Pagamentos baseados em ações	24	40%
Ajuste a valor presente	12	20%
Reconhecimento de receita	11	18%
Ativos biológicos	9	15%
Combinação de negócios	9	15%
Contratos de concessão	7	12%
Valor recuperável dos estoques	7	12%
Provisão para desmobilização de ativos	6	10%
Valor justo de propriedades para investimento	6	10%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento dos tributos diferidos depende da geração futura de lucros tributáveis, sendo necessário que a empresa adote uma série de premissas relacionadas a seu desempenho futuro. Quarenta e nove empresas (82% da amostra) divulgaram que as estimativas a respeito de imposto de renda e contribuição social diferidos eram significativas. A Braskem foi uma delas.

Demonstração Financeira da Braskem, Nota Explicativa nº 3

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essa informação está contida no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração no final do 2º semestre.

Esse Plano é elaborado pela Diretoria e suas principais variáveis, como o preço dos produtos fabricados pela Companhia, o preço da nafta, a variação cambial, a taxa de juros, a taxa de inflação e a flutuação na oferta e demanda de insumos e produtos acabados, são obtidas de consultores externos especializados.

Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, é feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

Provisões

As provisões foram consideradas como estimativa significativa por 68% das empresas da amostra. Os relatos estão em geral relacionados a provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relacionados a ações judiciais. A esse respeito, a Natura divulgou o que segue.

Demonstração Financeira da Natura, Nota Explicativa nº 3 b

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais e administrativos, incluindo uma arbitragem, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Impairment de ativos não financeiros

O *impairment* de ativos não financeiros foi considerado estimativa crítica por parte de 67% das empresas. A esse respeito, o Grupo Pão de Açúcar divulgou o seguinte.

Demonstração Financeira do Grupo Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 6 b

b) Redução ao valor recuperável - "Impairment"

Conforme método divulgado na nota 4 i), a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às Unidades Geradoras de Caixa - UGC (Lojas). Os passos do teste foram os seguintes:

- ▶ **Passo 1:** comparou-se o valor contábil das UGCs com um múltiplo de venda (30%), representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGCs com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2;
- ▶ **Passo 2:** Preparamos fluxo de caixa descontado da UGC, utilizando crescimento de Vendas entre 5,1% e 6,7% até o 5º ano, e crescimento de 2% acima da inflação para o 6º ano em diante. A taxa de desconto utilizada foi de 10,8%.

Valor justo de instrumentos financeiros

Outro item considerado pela maior parte das empresas (63% da amostra) como estimativa crítica foi o valor justo dos instrumentos financeiros. O Grupo Pão de Açúcar foi uma das empresas a apresentar esse destaque em nota explicativa.

Demonstração Financeira do Grupo Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 6 d

d) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-lo em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos de operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o benchmarking do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, ele é determinado usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos inputs tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil dos ativos

A vida útil dos ativos mereceu destaque por parte de 57% das empresas. A Vale foi uma das empresas que destacaram essa estimativa como significativa.

Demonstração Financeira da Vale, Nota Explicativa nº 3 a

a) Reservas minerais e vida útil das minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas minerais é a base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de impairment.

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados foram listados por 45% das empresas. Uma das empresas que destacaram esse ponto foi a Eletropaulo.

Demonstração Financeira da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 3

a) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto: De acordo com o pronunciamento CPC 33 - Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia utilizou a taxa real de 3,75% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Taxa de mortalidade: A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação Cesp testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial e inflação: Aumentos futuros de salários e benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto ao departamento de economia de diversas instituições financeiras sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos: A taxa esperada de retorno de ativos do plano é determinada com base em um estudo conduzido por empresa de consultoria financeira especializada, que analisa o casamento de longo prazo entre os ativos e as obrigações do plano, dado o cenário econômico.

Com a adoção do novo pronunciamento CPC 33 (RI) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação nº 695/2012 de 13 de dezembro de 2012 e vigente a partir de 01 de janeiro de 2013, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma utilizada para descontar o valor do passivo (taxa de desconto mencionada acima) - vide nota explicativa nº 18.2.

Reconhecimento de Receitas

Onze empresas da amostra evidenciaram julgamentos e estimativas críticas no reconhecimento de receitas. Esse grupo de empresas é formado basicamente de empresas atuando no ramo de geração e/ou distribuição de energia, telefonia e construção civil. As únicas empresas não pertencentes aos segmentos citados são a Gol e a Embraer. A respeito do reconhecimento de receitas, a Embraer divulgou o seguinte.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 3.1

3.1. Receita das vendas e outras receitas operacionais

A companhia reconhece receitas de vendas pelos segmentos de jatos comerciais, jatos executivos, de defesa e segurança, e outros bens e serviços, quando os benefícios e riscos são transferidos aos clientes, o que, no caso de aeronaves, ocorre quando a entrega é realizada e, no caso de serviços de aviação, quando o serviço é prestado ao cliente.

A Companhia reconhece, também, a receita de aluguel de aeronaves arrendadas, mediante contrato de arrendamento segundo seu prazo, sendo registrada a receita como vendas líquidas no seu respectivo segmento operacional. ▶

No segmento de defesa e segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais as receitas são reconhecidas de acordo com o POC, utilizando o custo incorrido como referência para mensuração da receita.

Demonstração Financeira da Embraer, Nota Explicativa nº 3.1 - Continuação

Esses contratos contêm disposições sobre reajuste de preços com base em uma combinação de índices relativos ao custo da matéria-prima e da mão de obra. Periodicamente, é reavaliada a margem prevista de certos contratos de longo prazo, ajustando o reconhecimento da receita com base nos custos projetados para a conclusão. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos totais para a conclusão dos contratos. Se os custos totais fossem 10% menores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida sofreria queda de R\$ 239.196.

As receitas do Programa Exchange Pool são contabilizadas mensalmente em relação ao prazo do contrato e consistem em uma parte referente a uma taxa fixa e outra referente a uma taxa variável diretamente relacionada às horas de voo da aeronave coberta pelo programa.

São efetuadas transações que representam contratos de múltiplos elementos, como treinamento, assistência técnica, peças de reposição e outras concessões, incluídas no preço de venda da aeronave. Contratos de múltiplos elementos são avaliados para determinar se podem ser separados em mais de uma unidade contábil, caso sejam atendidos todos estes critérios:

- ▶ item entregue tem valor para o cliente de maneira independente; e
- ▶ o preço justo do componente pode ser mensurado confiavelmente.

Se esses critérios não forem cumpridos, o contrato será considerado uma única unidade contábil que resulta em receita, sendo diferida até que esses critérios sejam cumpridos ou após a entrega do último elemento que não havia sido entregue. Se esses critérios forem cumpridos para cada elemento e houver evidência objetiva e confiável do valor justo de todas as unidades contábeis de um contrato, a consideração do contrato é alocada em unidades contábeis separadas conforme o valor justo relativo de cada unidade.

Ativos biológicos

Alguns assuntos apresentam um menor percentual de incidência quando se considera o total da amostra, mas são extremamente relevantes quando se considera apenas as empresas às quais esse tipo de estimativa é aplicável. No caso dos ativos biológicos, por exemplo, 100% das empresas que evidenciaram esse tipo de ativo elencaram o ativo biológico entre suas estimativas críticas. A esse respeito, a Fibria informou o que segue.

Demonstração Financeira da Fibria, Nota Explicativa nº 3

e) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por região. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

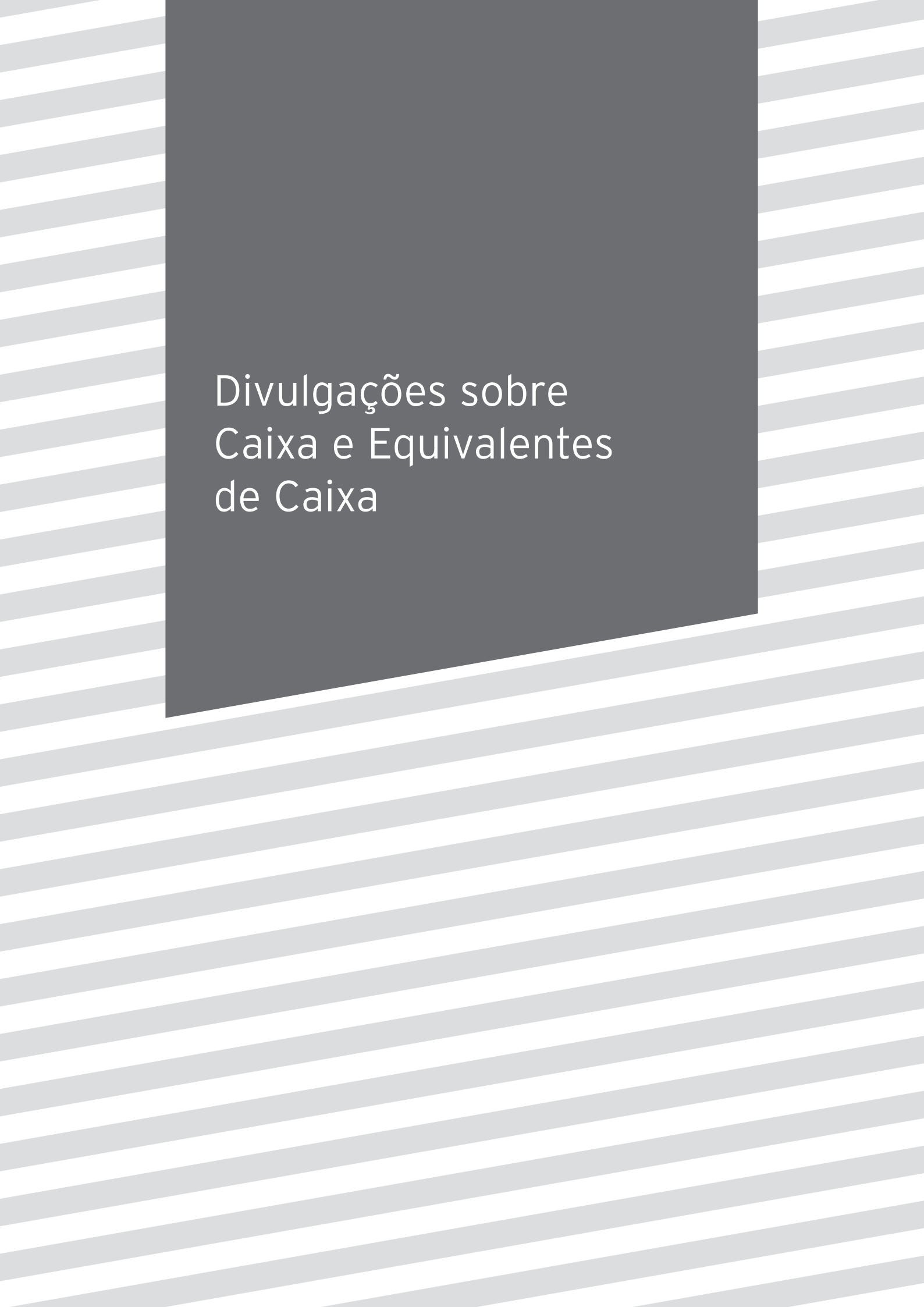
Provisão para desmobilização de ativos

A provisão para desmobilização de ativos foi uma estimativa considerada significativa por parte de 6 empresas, dentre elas a TIM.

Demonstração Financeira da TIM, Nota Explicativa nº 3

b) Provisão para futura desmobilização de ativos

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece, através de estimativa, o valor presente destes custos e seu prazo de amortização. Estas estimativas envolvem tanto avaliação sobre quais seriam os custos de desmobilização quanto a utilização de taxa de desconto para determinar o valor presente de tais custos. Tal estimativa é sensível a diversas condições econômicas que podem ser confirmadas quando da efetiva desmobilização dos ativos.

The background of the page features a pattern of diagonal stripes in shades of gray and white. A large, dark gray rectangular area is positioned in the upper left, containing the title text.

Divulgações sobre Caixa e Equivalentes de Caixa

Nesta seção, analisamos o tratamento dado pelas empresas da amostra quanto à evidenciação das informações contábeis relativas às suas disponibilidades financeiras. O conceito de disponibilidade é tratado em pelo menos duas normas, o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que especifica o que compõe o caixa e equivalentes de caixa, e os CPCs 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros, que definem a forma de mensuração, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros ativos, dentre eles o caixa e aplicações financeiras.

De acordo com o CPC 03, o caixa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, enquanto o equivalente de caixa é representado pelas aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e visam atender compromissos de curto prazo.

No entanto, não é tarefa fácil para as empresas enquadrar um ativo financeiro como equivalente de caixa. Não há uma definição específica para "curto prazo", mas a norma sugere um vencimento inferior a três meses a partir da data de aquisição do ativo. O desafio está, ainda, na interpretação do que representa alta liquidez, conversibilidade em caixa e risco de mudança. Fundos de investimento devem ser analisados com cautela sobre a sua classificação como equivalente de caixa ou investimento de curto prazo. Neste conceito, aplicação em títulos patrimoniais (ações) não são consideradas como equivalente de caixa, devendo ainda ser feita uma análise mais detalhada nas aplicações em títulos de renda fixa do governo (LTN, LFT), títulos privados (CDBs, por exemplo) e nos fundos de investimentos.

Por outro lado, com o objetivo de atender à norma de Instrumentos Financeiros, a empresa deve classificar os seus ativos financeiros, dentre eles suas aplicações financeiras, nas categorias mensurado ao valor justo pelo resultado, disponível para venda, mantido até o vencimento, e empréstimos e recebíveis. Em tese, as aplicações classificadas como equivalente de caixa poderiam se encaixar em qualquer uma dessas categorias, desde que atendam aos critérios e características, inclusive a intenção dos gestores.

Nesta seção, analisamos as práticas contábeis adotadas por todas as empresas quanto a esses itens, através da avaliação das notas explicativas divulgadas sobre o tema. Serão apresentadas as análises separadas de instituições não financeiras (empresas) e instituições financeiras (bancos).

Instituições não financeiras (empresas)

Será apresentada inicialmente a análise relativa às 56 instituições não financeiras (empresas), apresentando o conceito adotado de caixa e equivalentes de caixa, a representatividade, a divulgação dos componentes e outras informações complementares prestadas.

Conceito, representatividade e componentes

As empresas publicam dentro das suas políticas contábeis o conceito de caixa e equivalentes de caixa, conforme nota apresentada pela ALL.

Demonstração Financeira da ALL, Nota Explicativa nº 2

2. Políticas contábeis

2.18 Caixa e equivalente de caixa

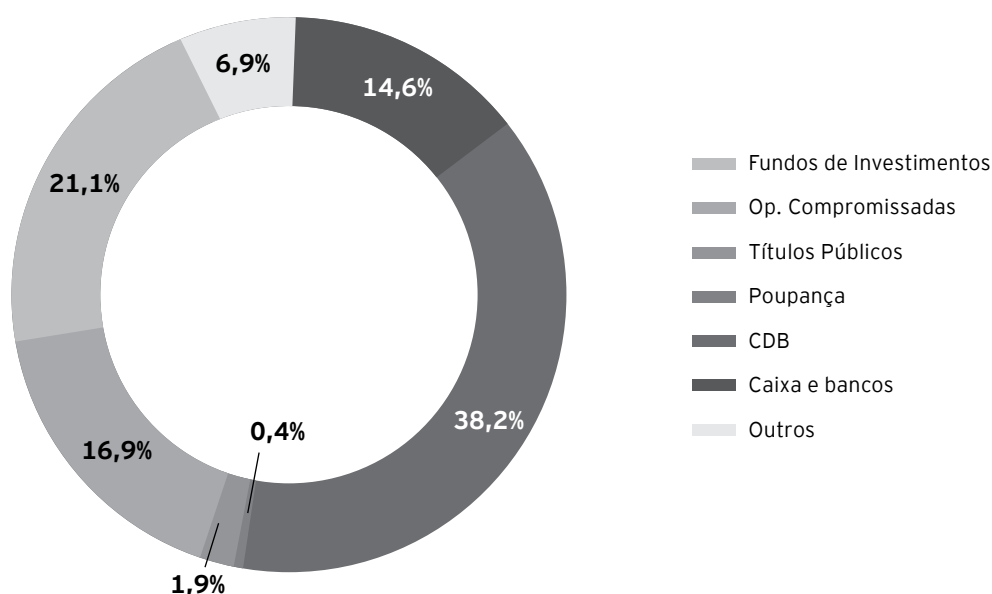
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. Os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo são de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanças de valor.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas no caixa e equivalentes de caixa possuem as características necessárias para esta classificação. Para maiores informações, vide nota explicativa 6.

Com relação à representatividade em relação ao total do ativo das empresas, a disponibilidade das empresas, caixa e equivalentes de caixa, representa cerca de 10,4% do ativo total, variando entre 29,3% e 0,2% dos ativos totais das empresas. Vale salientar que esses ativos tiveram um crescimento de 79,5% em relação ao ano de 2011.

Dessa disponibilidade, 14,6% representam caixa, que engloba o saldo em contas bancárias, e a grande maioria das disponibilidades (85,4%) corresponde a equivalentes de caixa, constituídos principalmente por aplicações em CDBs, fundos de investimentos e operações compromissadas, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

Composição de Caixa e Equivalentes de Caixa nas Empresas



Assim, um exemplo de divulgação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa é o apresentado pela Brookfield.

Demonstração Financeira da Brookfield, Nota Explicativa nº 4

4. Caixa e equivalente de caixa

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" está sendo composto da seguinte forma:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011	31/12/2012	31/12/2011	1/1/2011
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
Total de caixa e depósitos bancários	1.001	566	376	156.106	173.708	232.077
Equivalentes de caixa avaliados ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB - pós)	33.743	274	-	334.392	381.213	-
Operações compromissadas em debêntures	281.533	-	-	415.396	12.121	-
Outros	-	-	-	4.848	14.849	-
Total de equivalentes de caixa	315.276	274	-	754.636	408.183	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	316.277	840	376	910.742	581.891	232.077

Classificação como instrumentos financeiros

Com o objetivo de atender à norma de Instrumentos Financeiros, a empresa deve classificar os seus ativos financeiros nas categorias: (i) mensurado ao valor justo pelo resultado, (ii) disponível para venda, (iii) mantido até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis. Com relação a este item caixa e equivalentes de caixa, encontramos vários tratamentos contábeis dados pelas empresas.

Algumas empresas classificam todo o item caixa e equivalentes de caixa como empréstimos e recebíveis, mas outras classificam separadamente o item caixa e bancos como empréstimos e recebíveis, e aplicações financeiras como mensurado a valor justo pelo resultado. Outras não evidenciaram a forma de classificação e mensuração, e o resumo do critério usado de classificação encontra-se resumido no gráfico ao lado.

Classificação de Caixa e Equivalentes de Caixa em Instrumentos Financeiros



Como exemplo de classificação como empréstimos e recebíveis, temos o publicado pela empresa Localiza.

Demonstração Financeira da Localiza, Nota Explicativa nº 2

2.7.4.1 Ativos financeiros

Caixa e equivalente de caixa - Incluem os montantes em caixa, contas de depósito bancário e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, cujo resgate pode ser realizado em período inferior a 90 dias da data da aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", sendo avaliados, após o reconhecimento inicial, ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, que não excederem o seu valor de mercado ou de realização.



Informações complementares

Algumas empresas publicam informações complementares, como é o caso de caixa por moeda, apresentado pela empresa Marfrig.

Demonstração Financeira da Marfrig, Nota Explicativa nº 4.1

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos:				
Reais	149.493	243.506	200.215	292.537
Dólar Norte-Americano	61.637	153.463	257.369	247.755
Euro	-	2.357	21.499	105.960
Libra Esterlina	-	-	610	207.482
Dólar Canadense	-	-	-	1.204
Dólar Cingapura	-	-	8.437	81.128
Ringgit Malásia	-	-	5.984	9.645
Yuan Chinês	-	-	208.813	24.890
Dólar Australiano	-	-	17.912	-
Thai Baht (Tailândia)	-	-	28.366	-
Won Sul-Coreano	-	-	69.153	-
Outros	-	-	14.228	72.070
	211.130	399.326	832.586	1.042.671



Outra divulgação observada é a da composição do caixa e equivalentes por instituição financeira, conforme apresentado pelo OGX.

Demonstração Financeira da OGX, Nota Explicativa nº 5

5. Caixa e Equivalente de caixa

Instituição financeira	31/12/2012		
	Diversos	Operações compromissadas	CDB
Bradesco	-	-	-
BTG Pactual	-	-	-
Credit Suisse	-	-	273.781
Itaú Unibanco	-	-	-
Safra	-	-	-
Santander	-	289.326	-
Votorantim	-	397.179	-
LFTs	-	-	-
LTNs	9.597	-	-
FI Corp Ref DI	-	-	-
Total de fundos exclusivos (a)	9.597	686.505	273.781
Citibank	-	-	-
HSBC	-	-	-
Santander	-	-	-
Outras aplicações (c)	-	-	-
Bradesco	-	-	-
BTG Pactual	-	-	-
Itaú Unibanco	-	-	-
Morgan Stanley	-	-	-
Santander	-	-	-
Total de aplicações offshore (b)	-	-	-
Total de aplicações financeiras	9.597	686.505	273.781

			Consolidado		
					31/12/2011
Caixa	Time deposit	Total			Total
-	-	-			623.230
-	-	-			55.091
-	-	273.781			251.790
-	-	-			183.987
-	-	-			92.013
-	-	289.326			-
-	-	397.179			427.863
-	-	-			206.751
-	-	9.597			-
-	-	-			754
-	-	969.883			1.841.479
-	-	-			11.938
-	-	-			19.226
-	-	-			427.396
-	-	-			458.560
-	-	-			1.008.750
-	539.983	539.983			337.673
-	822.127	822.127			1.669.381
-	572.453	572.453			-
-	461.148	461.148			-
-	2.395.711	2.395.711			3.015.804
-	2.395.711	3.365.594			5.315.843

Um dos componentes da disponibilidade é a conta garantida, que a empresa pode classificar como um passivo financeiro ou um ativo financeiro equivalente de caixa, variando de acordo com o uso e saldo, conforme divulgado pela Ambev.

Demonstração Financeira da Ambev, Nota Explicativa nº 4

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladoria		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa	64.280	819	69.851	7.377
Contas-correntes	278.588	271.386	2.370.603	2.245.881
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	2.565.146	2.290.706	6.485.711	5.822.983
Caixa e equivalentes de caixa	2.908.014	2.562.911	8.926.165	8.076.241
Conta garantida	-	-	(123)	(12.306)
Caixa e equivalentes de caixa líquido	2.908.014	2.562.911	8.926.042	8.063.935

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Instituições financeiras

Com relação às 4 instituições financeiras da nossa amostra, elas divulgam os componentes de caixa e equivalentes de caixa conforme apresentado pelo Banco do Brasil.

Demonstração Financeira do Banco do Brasil, Nota Explicativa nº 3 a

e) Caixa e equivalentes de caixa

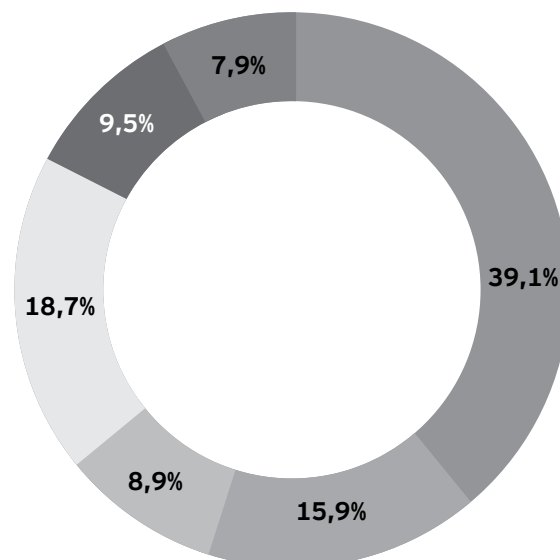
Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do Balanço Patrimonial Consolidado "Caixa e depósitos bancários", "Empréstimos a instituições financeiras" e "Aplicações compromissadas", exceto recursos de uso restrito e operações com prazo de realização superior a três meses.

Nas instituições financeiras, com relação à representatividade desses valores, eles correspondem a cerca de 5,1% do ativo total, variando de 5,9% a 4,7% dos ativos totais dos bancos.

Desta disponibilidade, 39,1% representam caixa e o restante está distribuído em aplicações interfinanceiras de liquidez, empréstimos de instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas, conforme pode ser analisado no gráfico a seguir:

Composição de Caixa e Equivalentes de Caixa em Bancos

Aplicações interfinanceiras de liquidez	18,7%
Aplicações em operações compromissadas	8,9%
Empréstimos instituições financeiras	15,9%
Caixa e depósitos	39,1%
Aplicações em depósito interbancário	7,9%
Aplicações em mercado aberto	9,5%



Os bancos divulgam ainda os componentes de caixa e equivalentes de caixa conforme apresentado pelo Unibanco.

Demonstração Financeira do Itaú Unibanco, Notas Explicativas nºs 2 e 4

2. Políticas Contábeis

c) Caixa e equivalentes de caixa

O Itaú Unibanco Holding define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas-correntes em bancos, considerados no Balaço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	13.967	10.668
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.347	18.921
Aplicações no Mercado Aberto	17.476	8.516
Total	45.790	38.105

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não inclusos nos equivalentes a caixa são de R\$ 9.479 (R\$ 8.900 em 31/12/2011) e R\$ 145.261 (83.732 em 31/12/2011), respectivamente.

Já o Bradesco apresenta os seguintes valores desses itens.

Demonstração Financeira do Bradesco, Nota Explicativa nº 19

19) Caixa e disponibilidades em bancos

b) Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil	
	2012	31 de dezembro 2011
Disponibilidades em moeda nacional	8.893.652	16.123.156
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.146.593	6.443.564
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	35.478.051	14.286.306
Outros	115	100
Total	47.518.411	36.853.126

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudanças de valor justo.

Os bancos classificam todo o item caixa e equivalentes de caixa como um item separado dentro de instrumentos financeiros, conforme mostra a nota explicativa do Bradesco.

Demonstração Financeira do Bradesco, Nota Explicativa nº 3

3) Gerenciamento de riscos

3.3. Risco de liquidez

Balço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização, segregados por prazo e utilizados para gestão de riscos de liquidez, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das demonstrações contábeis:

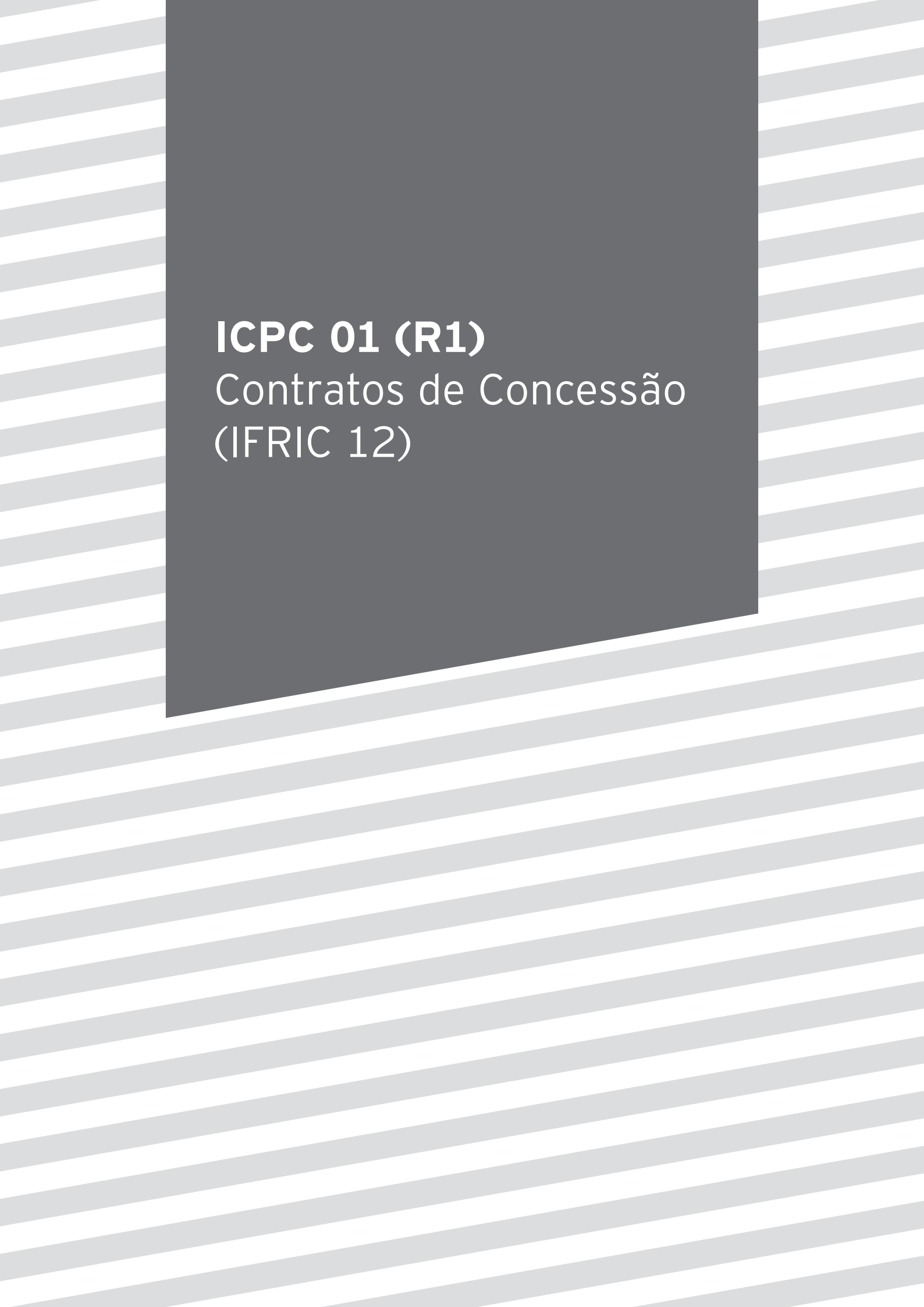
	Circulante		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	59.992.777	-	-
Ativos financeiros para negociação	28.613.415	5.238.445	2.215.141
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.411.205	706.356	517.265
Investimentos mantidos até o vencimento	2.003	9.239	-
Ativos cedidos em garantia	14.472.932	60.287.471	1.019.023
Empréstimo e adiantamentos a instituições financeiras	50.283.971	26.825.756	5.088.339
Empréstimo e adiantamentos a clientes	37.725.170	71.775.553	43.464.674
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	20.699.966	178.997	211.486
Total dos ativos financeiros	230.201.439	165.021.817	52.515.928



R\$ Mil

31 de dezembro de 2012

	Não circulante			Total
	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
	-	-	-	59.992.777
	40.735.254	23.626.185	11.411.127	111.839.567
	11.011.326	45.390.233	5.524.463	81.560.848
	220.643	3.483.788	-	3.715.673
	19.656.101	10.697.772	-	106.133.299
	10.621.724	1.443	-	92.821.233
	98.750.891	17.936.140	-	269.652.428
	8.796.320	343.539	-	30.230.308
	189.792.259	101.479.100	16.935.590	755.946.133



ICPC 01 (R1)
Contratos de Concessão
(IFRIC 12)

A ICPC 01(R1) orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas que possuem as seguintes características:

- a) a parte que concede o contrato de prestação de serviços (o concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou uma entidade privada para a qual foi delegado o serviço;
- b) a entidade operadora da concessão (o concessionário) é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente;
- c) o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a vigência do contrato de prestação de serviços;
- d) o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por um pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

É importante destacar que nem sempre todas as atividades da companhia estão sob o escopo da ICPC 01, devendo ser feita a análise contrato a contrato, levando-se em conta aspectos como os mecanismos de formação e revisão de preços, direitos e obrigações, constantes do contrato, e o marco regulatório relativo à atividade, entre outras características da relação contratual.

De uma maneira geral, a aplicabilidade da ICPC 01 é resumida a seguir:

Atividade	Aplicabilidade da ICPC 01
Rodovias	Aplicável
Ferrovias	Não aplicável
Energia Distribuição	Aplicável - em geral, modelo bifurcado (intangível + ativo financeiro)
Energia Transmissão	Aplicável - ativo financeiro
Energia Geração	Em geral, não aplicável. Aplicável em raros casos
PCHs e eólicas vinculadas ao Proinfa	Aplicável dependendo do modelo de negócio
Saneamento	Aplicável

Os aspectos sobre concessões considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Quais empresas da nossa amostra estão sob o escopo da ICPC 01?;
- ▶ Divulgações acerca das características dos contratos de concessão.

Quais empresas da nossa amostra estão sob o escopo da ICPC 01?

Das 60 empresas que compõem a nossa amostra, 9 (15% da amostra) estão sob o escopo da ICPC 01.

Como já ressaltado, nem todos os contratos enquadram-se na ICPC 01. No caso, por exemplo, da Eletrobras, em relação à atividade de geração de energia, concluiu-se pela aplicabilidade apenas para a Itaipu Binacional e Amazonas Energia.

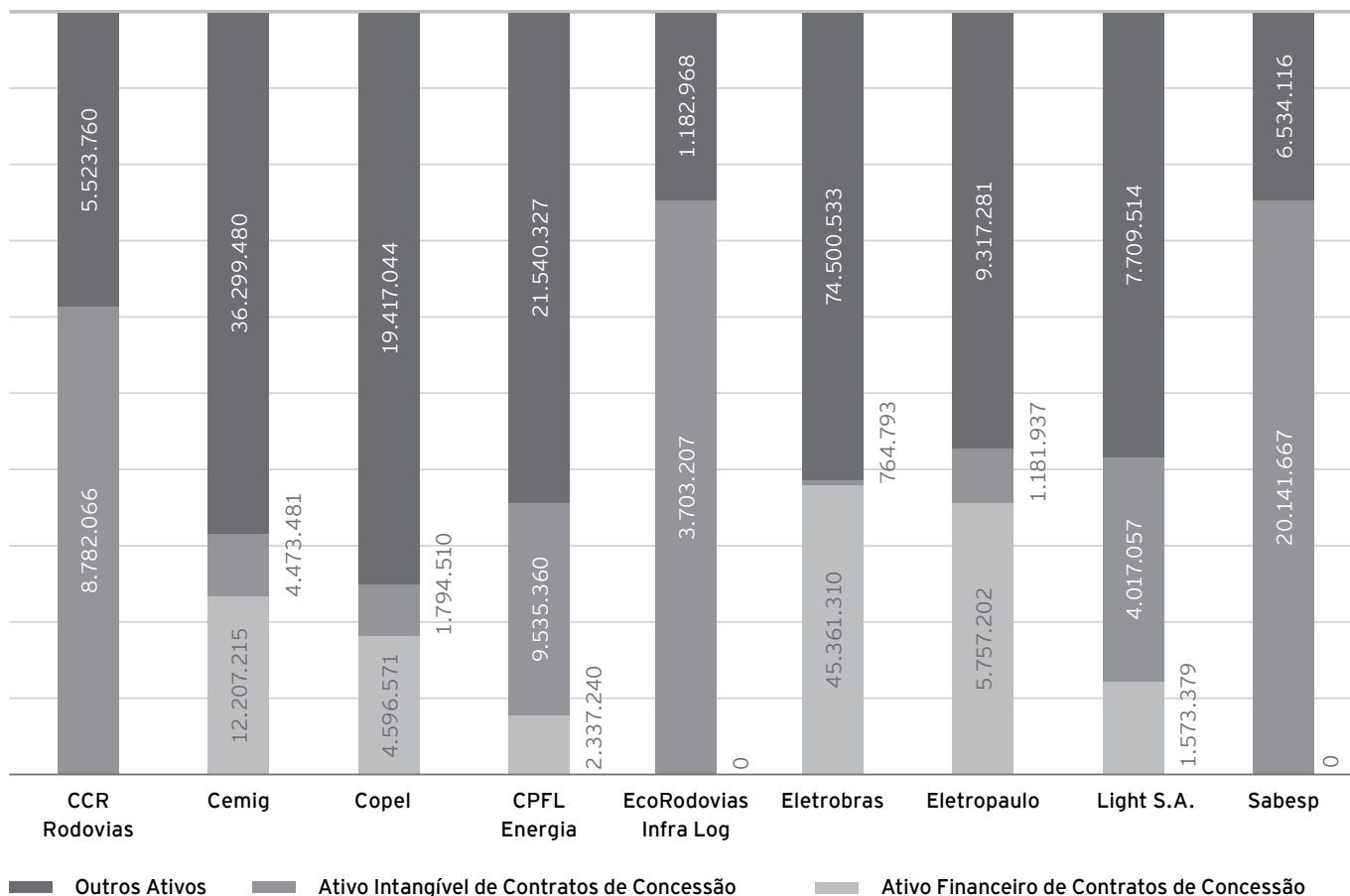
Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 3.11

No negócio de geração de energia, com exceção de Itaipu e da Amazonas Energia, a ICPC 01 não é aplicável, mantendo a infraestrutura classificada no ativo imobilizado. Contudo, a norma é aplicável à distribuição e transmissão de energia elétrica, e esses negócios se enquadram no modelo misto (bifurcado) e no modelo financeiro, respectivamente.

A remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, em contrapartida a:

- ▶ **Ativo financeiro** - quando a concessionária tem direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros da concedente;
- ▶ **Ativo intangível** - quando a remuneração será recebida diretamente dos usuários de serviços públicos;
- ▶ **Parte ativo financeiro, parte intangível (contrato misto)** - quando a remuneração será recebida em parte do poder concedente e em parte dos usuários de serviços públicos.

A maioria das empresas constantes na amostra evidenciou a existência dos dois tipos de ativo. A seguir, evidenciamos a participação relativa dos ativos relacionados à concessão e dos demais ativos nos ativos totais das empresas selecionadas na amostra.



A maioria das empresas informou o detalhamento dos saldos dos ativos relacionados aos contratos de concessão em notas diferentes, de acordo com a natureza do ativo. A Cemig foi uma delas.



Demonstração Financeira da Cemig, Notas Explicativas nº 13 (Ativos Financeiros) e nº 16 (Ativos Intangíveis)

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		
	2012	2011	1/1/2011
Concessões de Distribuição	5.268.609	3.331.311	2.509.339
Concessões de Gás	355.240	304.616	287.425
Concessões de Transmissão Novas	6.405.465	5.812.021	4.755.707
Concessões de Transmissão Antigas	177.901	758.338	744.697
	12.207.215	10.206.286	8.297.168
Ativo Circulante	1.040.720	1.120.035	625.332
Ativo não Circulante	11.166.495	9.086.251	7.671.836

A movimentação do Ativo Intangível consolidado em 2012 é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2012
	3.225.223	3.881.983	-93.563	-80.599	-611.962	391.639	3.487.498
Em serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	61.459	32.663	-	-	(179)	7.338	39.822
Concessão Onerosa	24.336	23.232	-	(1.220)	(1.331)	20.968	41.649
Ativos de Concessão	3.110.096	3.789.484	(93.563)	(79.379)	(602.156)	345.040	3.359.426
Outros	29.332	36.604	-	-	(8.296)	18.293	46.601
	1.722.954	1.522.123	1.706.366	(2.961)	-	(2.239.545)	985.983
Em Curso							
Ativos em Formação	1.722.954	1.522.123	1.706.366	(2.961)	-	(2.239.545)	985.983
Intangível Líquido							
- Consolidado	4.948.177	5.404.106	1.612.803	(83.560)	(611.962)	(1.847.906)	4.473.481

Divulgações acerca das características dos contratos de concessão

Devido às especificidades que dizem respeito às concessões públicas, é de suma importância que as empresas divulguem os detalhes acerca desses contratos.

A entidade deve divulgar nota explicativa sobre:

- (i) Principais características dos contratos de concessão e dos contratos de arrendamento mercantil assinados com o poder concedente;
- (ii) Especificidades inerentes à outorga da concessão, ou seja, se fixa ou variável, critérios de reajuste, indexadores, prazos, entre outros;
- (iii) Os investimentos futuros contratados com o poder concedente, indicando o tipo e o montante estimado de cada um deles na data do balanço e as datas previstas de realização;
- (iv) O aumento (se houver) de receita em função da realização das obras.

Diversas empresas relataram as principais características dos contratos de concessão na nota explicativa a respeito do contexto operacional. A Eletropaulo descreveu as características gerais do contrato de concessão e especificidades inerentes ao contrato em nota específica.

Demonstração Financeira da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 11

11 Contratos de concessão público - privado

	2012	2011
Ativo financeiro		
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.041.813
Intangível		
Ativo intangível de concessão - nota explicativa nº 13	5.757.202	5.873.314
Total contratos de concessão público - privado	6.939.139	6.915.127

O ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão estabelece as diretrizes para a contabilização dos contratos de concessão pelos operadores (concessionárias). De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

	Ativo financeiro de concessão	Atualização do ativo financeiro de concessão	Total do ativo financeiro de concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2011	931.359	110.454	1.041.813
Adições provenientes do ativo intangível em curso	140.016	-	140.016
Baixas	(8.326)	-	(8.326)
Atualização monetária (*)	-	(125.573)	(125.573)
Transferência proveniente do intangível de concessão - nota explicativa nº 13	134.007	-	134.007
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937

(*) A Companhia, com base no laudo de avaliação referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou redução do ativo financeiro de concessão. O montante referente ao ajuste do laudo de avaliação foi parcialmente compensado pelo registro da variação do IGP-M para os meses posteriores à revisão tarifária. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, com a introdução da Medida Provisória 579, a Companhia mudou prospectivamente sua política contábil e reciclou para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 todo o ajuste acumulado da valorização anteriormente registrado no patrimônio líquido.

Características do contrato de concessão da companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano, e a revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

As empresas deverão divulgar também os investimentos futuros contratados com o poder concedente, indicando o tipo e o montante estimado de cada um deles na data do balanço, as datas previstas de realização. A CCR divulgou tais compromissos vinculados aos contratos de concessão.

Demonstração Financeira da CCR, Notas Explicativas nºs 2.1 e 25

Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

25. Provisão de manutenção - Consolidado

	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
						2011
Circulante	222.821	133.936	51.398	(269.655)	9.412	147.912
Não circulante	203.423	18.117	(2.725)	-	(9.412)	209.403
						2010
Circulante	283.567	53.127	25.144	(342.342)	203.325	222.821
Não circulante	276.504	85.953	45.496	(1.205)	(203.325)	203.423

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- ▶ Projetos com início de provisão em 2009: 14,75% a.a.
- ▶ Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.
- ▶ Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a.
- ▶ Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% a.a.

Uma questão importante a respeito dos contratos de concessão é o reconhecimento contábil do direito de outorga no início ou ao longo do prazo de concessão. Essa questão abrange também as entidades cujo contrato de concessão esteja fora do alcance da ICPC 01.

O direito de outorga é aquele decorrente de processos licitatórios em que o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato.

Nos casos em que a outorga é paga no início da concessão de uma única vez ou em pagamentos por prazo menor que o prazo da própria concessão, não existe grande discussão.

A questão de dúvida surge nas situações em que o pagamento do direito de outorga ocorre por valores predeterminados ao longo da concessão, durante a performance do contrato.

As concessionárias têm seguido duas linhas de entendimento:

- a)** o contrato é de execução - não cabendo o registro de passivo;
- b)** o contrato corresponde à aquisição de um direito de exploração - cabendo o registro de tal direito em contrapartida com conta de passivo.

A Light e a Eletrobras evidenciaram passivos relacionados ao pagamento futuro de direitos de outorga.



Demonstração Financeira da Light, Notas Explicativas nºs 14 e 22

Uso do Bem Público (UBP)

De acordo com o OCPC 05, para os contratos de concessão de geradoras em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo correspondente aos valores já despendidos e a despendere no futuro deve ser reconhecido a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. A Companhia possui contrato de concessão onerosa no Consórcio de Itaocara. O saldo registrado de UBP no circulante e não circulante, no grupo de outros débitos, no passivo, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 33.957 - vide nota explicativa 22.

Circulante	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Adiantamento de Clientes	2.040	1.822	-	1.818	3.557	3.491
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	4.036	4.205	4.000
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	3.013	1.124	503
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	-	986	2.248	1.007
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	47.186	51.452	48.925
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	22.875	30.139	37.445
Encargos Ex-isolados	-	-	-	-	-	10.966
Taxa de Iluminação Pública	-	-	-	61.080	81.362	69.243
Provisão Para Demissão Voluntária	-	-	-	32	2.000	23.113
Uso de bem público - UBP ^(a)	-	-	-	3.193	3.140	-
Outros *	1.474	666	1.981	48.843	47.927	37.625
Total	3.514	2.488	1.981	193.062	227.154	236.318
Não Circulante						
Provisão para Honorários de êxito ^(b)	-	-	-	22.877	23.161	14.306
Reserva para reversão	-	-	-	69.933	69.933	69.933
Uso de bem público - UBP ^(a)	-	-	-	30.764	60.317	128.746
Outros	901	-	-	9.128	-	13.670
Total	901	-	-	132.702	153.411	226.655

* Referente a outros débitos de naturezas diversas

^(a) De acordo com o contrato de concessão nº 12/2001, de 15 de março de 2001, que regula a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio Paraíba do Sul, nos Municípios de Itaocara e Aperibé, a controlada Itaocara Energia Ltda. deverá recolher à União, como pagamento do Uso de Bem Público, a partir da data de entrada em operação (prevista para 2015) até o final da concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.017, atualizadas pela variação do IGP-M ou por outro índice que vier a sucedê-lo, em caso de sua extinção. Durante a fase de construção a contrapartida da atualização do passivo está sendo reconhecida no ativo intangível, sem efeito no resultado. Após a entrada em operação, a atualização será reconhecida diretamente no resultado do exercício (vide nota 14). Em junho de 2012, foi concedida liminar suspendendo os pagamentos pelo Uso do Bem Público.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 33

Nota 33 - concessões a pagar - uso do bem público

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões de usinas hidrelétricas foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota, como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

	Consolidado	
	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Foz do Chapecó	20.852	19.498
Peixe Angical	7.178	6.627
Retiro Baixo	131	123
Serra do Facão	4.046	3.856
Santo Antonio	6.054	5.129
Passo São João	285	-
São Domingos	731	-
Mauá	854	-
Total	40.131	35.233

	Consolidado	
	Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Jirau	44.872	39.776
Belo Monte	76.880	72.593
Passo São João	4.122	4.069
Mauá	12.547	12.357
São Domingos	9.838	4.774
Teles Pires	39.848	34.928
Batalha e Simplicio	44.673	42.230
Foz do Chapecó	245.930	236.560
Peixe Angical	81.201	77.029
Retiro Baixo	3.631	3.563
Serra do Facão	660.937	635.722
Santo Antonio	74.037	70.825
Balbina	279.391	300.106
Total	1.577.908	1.534.532

Em função das mudanças trazidas pela Lei 12.783, de janeiro de 2013, as concessionárias de energia elétrica divulgaram notas explicando o conteúdo da nova legislação e seus impactos. A Eletropaulo foi uma das empresas a fazer tal divulgação.

Demonstração Financeira da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 11

Medida Provisória nº 579 e Decreto nº 7.805

Com objetivo de estimular a economia do país, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal anunciou cortes nos custos de energia para consumidores residenciais e industriais através da Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). O tema foi regulamentado e detalhado através do Decreto nº 7.805, de 2012, da Lei 12.783/13 (conversão da MP 579 em Lei), Medida Provisória 605/13 e do Decreto 7.891/13.

O programa, conforme noticiado pelo Governo, visa reduzir as tarifas no país em 20%, em média (mesma redução média estimada para a Companhia) e baseia-se em três pontos principais:

- (i) redução dos encargos setoriais, que contribuiria para a redução das tarifas finais;
- (ii) definição de novas condições para a renovação de contratos de concessão de geração e, transmissão, com datas de vencimento entre 2015 e 2017 e;
- (iii) retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto da CDE.

Adicionalmente, para as concessionárias de geração que tiverem suas concessões renovadas, o risco hidrológico passa a ser assumido pelas distribuidoras, proporcionalmente às cotas de energia atribuídas, bem como o pagamento da CFURH (Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos). Ambos serão repassados ao consumidor via tarifa, nos próximos reajustes tarifários.

É importante ressaltar que a concessão da Companhia expira em 2028 e as novas regras de renovação de concessões de distribuição ainda não foram definidas.

Além disso, a redução da tarifa em função da MP 579 trará impactos reduzidos para a Companhia, tendo em vista que as alterações afetarão o custo de compra de energia, transmissão e encargos setoriais que possuem mecanismos de repasse tarifário ao consumidor.

A Eletrobras resumiu em tabela os impactos da Lei 12.783, em seus ativos financeiros de concessão.

Demonstração Financeira da Eletrobras, Nota Explicativa nº 17

Impactos da Lei 12.783/2013 no ativo financeiro

Geração	
Reclassificação do imobilizado para o ativo financeiro (modernizações e melhorias)	1.483.540
Efeito no Ativo Financeiro	1.483.540
Transmissão	
Reclassificação para indenizações a receber	(8.133.025)
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	(331.602)
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(1.242.395)
Parcela não recuperável de ativos - impairment	(41.511)
Efeito no ativo financeiro	(9.748.533)
Distribuição	
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	359.182
Efeito no ativo financeiro	359.182
Efeito total no ativo financeiro	(7.905.811)

Apêndice

Amostra da Pesquisa

- ▶ ALL - América Latina Logística S.A.
- ▶ Companhia de Bebidas das Américas (Ambev)
- ▶ Banco do Brasil S.A.
- ▶ Banco Santander S.A.
- ▶ BMFBOVESPA S.A.
- ▶ BR Malls Participações S.A.
- ▶ BR Properties S.A.
- ▶ Bradesco S.A.
- ▶ Brasil Telecom Participações S.A.
- ▶ Braskem S.A.
- ▶ BRF - Brasil Foods S.A. (BR Foods)
- ▶ Brookfield Incorporações S.A.
- ▶ CCR S.A.
- ▶ Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)
- ▶ Companhia Hering S.A.
- ▶ Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)
- ▶ Cielo S.A.
- ▶ Companhia Paranaense de Energia (Copel)
- ▶ Cosan S.A.
- ▶ CPFL Energia S.A.
- ▶ Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações
- ▶ Diagnósticos da América S.A. (Dasa)
- ▶ Duratex S.A.
- ▶ EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- ▶ Eletrobras Participações S.A.
- ▶ Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
- ▶ Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer)
- ▶ Fibria Celulose S.A.
- ▶ Gafisa S.A.
- ▶ Gerdau S.A.
- ▶ Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
- ▶ Hypermarcas S.A.
- ▶ Itaú Unibanco Holding S.A.
- ▶ JBS S.A.
- ▶ Klabin S.A.
- ▶ Light S.A.
- ▶ Localiza Rent a Car S.A.
- ▶ Lojas Americanas S.A.
- ▶ Lojas Renner S.A.
- ▶ Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.
- ▶ MMX Mineração e Metálicos S.A.
- ▶ MRV Engenharia e Participações S.A.
- ▶ Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.
- ▶ Natura Cosméticos S.A.
- ▶ OGX Petróleo e Gás Participações S.A.
- ▶ Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar)
- ▶ PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações
- ▶ Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
- ▶ Redecard S.A.
- ▶ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)
- ▶ Souza Cruz S.A.
- ▶ Suzano Papel Celulose S.A.
- ▶ Telefônica Brasil S.A.
- ▶ TIM Participações S.A.
- ▶ TOTVS S.A.
- ▶ Tractebel Energia S.A.
- ▶ Ultrapar Participações S.A.
- ▶ Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas)
- ▶ Vanguarda Agro S.A.
- ▶ Vale S.A.



EY | Auditoria | Impostos | Transações Corporativas | Consultoria

Sobre a EY

A EY é líder global em serviços de Auditoria, Impostos, Transações Corporativas e Consultoria. Nossos *insights* e os serviços de qualidade que prestamos ajudam a criar confiança nos mercados de capitais e nas economias ao redor do mundo. Desenvolvemos líderes excepcionais que trabalham em equipe para cumprir nossos compromissos perante todas as partes interessadas. Com isso, desempenhamos papel fundamental na construção de um mundo de negócios melhor para nossas pessoas, nossos clientes e nossas comunidades.

No Brasil, a EY é a mais completa empresa de Auditoria, Impostos, Transações Corporativas e Consultoria, com 5.000 profissionais que dão suporte e atendimento a mais de 3.400 clientes de pequeno, médio e grande portes.

Em 2012, a EY Brasil tornou-se Apoiadora Oficial dos Jogos Olímpicos Rio 2016™ e fornecedora exclusiva de serviços de Consultoria para o Comitê Organizador. O alinhamento dos valores do Movimento Olímpico e da EY foi decisivo nessa iniciativa.

© 2013 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

Esta é uma publicação do Departamento de Marca, Marketing e Comunicação. A reprodução deste conteúdo, na totalidade ou em parte, é permitida desde que citada a fonte.

ey.com.br



ey.com/betterworkingworld
#BetterWorkingWorld

facebook | **EYBrasil**

twitter | **EY_Brasil**

linkedin | **ernstandyoung**